



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 49, QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 26ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 13 DE ABRIL DE 2021

1.1 – ABERTURA	11
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Questões de Ordem	
Suscitada pelo Senador Eduardo Gomes, contraditada pelo Senador Randolfe Rodrigues, a ser respondida oportunamente.	13
Suscitada pelo Senador Eduardo Girão, a ser respondida oportunamente.	15
Suscitada pelo Senador Carlos Viana, a ser respondida oportunamente.	19
Suscitada pelo Senador Izalci Lucas e respondida pela Presidência.	32
1.2.2 – Requerimentos	
Nº 1371/2021, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. (Mandado de Segurança nº 37.760-STF)	36
Nº 1372/2021, do Senador Eduardo Girão e outros Senadores, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar desvios de recursos durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus.	36
1.2.3 – Fala da Presidência	
Determina a tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 1371 e 1372/2021, bem como oficia os Líderes para indicação dos membros para posterior designação do Colegiado e instalação da CPI.	36
1.2.4 – Item 1	
Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2021, do Senador Luis Carlos Heinze, que <i>prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde e dá outras providências. Aprovado, após Parecer nº 61/2021-PLEN-SF, proferido pelo Senador Esperidião Amin (votação nominal). À sanção.</i>	39



1.2.5 – Item 2

Projeto de Lei nº 1315/2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que *restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de COVID-19*. **Aprovado com emendas**, nos termos do **Parecer nº 62/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Carlos Fávaro; **Emendas nºs 1 a 7-PLEN**; e **Requerimentos nºs 1364 e 1367/2021**. À Câmara dos Deputados. 49

1.2.6 – Item 3

Projeto de Lei nº 5546/2020, do Senador Oriovisto Guimarães, que *altera o Código Civil, para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 10-PLEN)**, nos termos do **Parecer nº 63/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Alvaro Dias; após **Emendas nºs 1 a 9-PLEN** e **Requerimentos nºs 1361 e 1365/2021** (prejudicado o Projeto de Lei nº 5546/2020). 65

Substitutivo definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados. 70

1.2.7 – Item 4

Projeto de Lei nº 6298/2019, da Deputada Elcione Barbalho, que *institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar*. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 64/2021-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Leila Barros; **Emendas nºs 1 a 11-PLEN**; e **Requerimentos nºs 1360 e 1366/2021**. À sanção. 71

1.2.8 – Requerimentos

Nº 1306/2021, do Senador Luis Carlos Heinze e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos a fim de discutir os parâmetros técnicos e regulatórios no processo de reavaliação do produto Paraquat, bem como as "medidas de mitigação" exigidas para seu uso seguro no campo nos países que especifica. **Aprovado**. 83

Nº 159/2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 26 de abril de 2021, destinada a comemorar o Dia do Contabilista. **Aprovado**. 83

Nº 178/2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 21 de maio de 2021, destinada a comemorar o aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal. **Aprovado**. 84

Nº 270/2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional do Comissário de Proteção à Criança e ao Adolescente. **Aprovado**. 84

1.2.9 – Realização de Sessão

Realização de sessão remota de debates temáticos amanhã, às 10 horas, destinada a debater a necessidade de vedar o reajuste anual dos medicamentos durante a emergência em saúde pública de importância nacional. 85

1.2.10 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa remota para amanhã, às 16 horas. 86

1.3 – ENCERRAMENTO 86

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 26ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE**

2.1.1 – Requerimentos

1371/2021, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. 88

Nº 1372/2021, do Senador Eduardo Girão e outros Senadores, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar desvios de recursos durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus. 94

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2021

Parecer nº 61/2021-PLEN-SF 105

Lista de votação 109

2.2.2 – Projeto de Lei nº 1315/2021

Emendas n^{os} 1 a 7-PLEN 113

Parecer nº 62/2021-PLEN-SF 128

Requerimentos n^{os} 1364 e 1367/2021 141

2.2.3 – Projeto de Lei nº 5546/2020

Emendas n^{os} 1 a 9-PLEN 146

Parecer nº 63/2021-PLEN-SF 164

Requerimentos n^{os} 1361 e 1365/2021 177

2.2.4 – Projeto de Lei nº 6298/2019

Emendas n^{os} 1 a 11-PLEN 182

Parecer nº 64/2021-PLEN-SF 199

Requerimentos n^{os} 1360 e 1366/2021 206

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, de indicação de membro para integrar diversas Comissões (**Ofício nº 15/2021**). 211

3.1.2 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 11/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 1/2012. 213

Nº 12/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 4/2013. 214

Nº 13/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 379/2012. .. 215



Nº 14/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 26/2016. ...	216
Nº 15/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 178/2016. ..	217
Nº 19/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 5638/2020.	218

3.1.3 – Prejudicialidade

Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 1739 e 2747/2020.	221
---	-----

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 1356/2021, do Senador Roberto Rocha, que <i>altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para dispor sobre o pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo</i>	223
Nº 1357/2021, do Senador Jaques Wagner, que <i>dispõe sobre a assistência médica e fisioterapêutica às pessoas recuperadas da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)</i>	227
Nº 1363/2021, do Senador Luis Carlos Heinze, que <i>acrescenta §9º ao artigo 57 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências</i>	231
Nº 1372/2021, do Senador Paulo Paim, que <i>altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial</i>	237
Nº 1385/2021, da Senadora Eliziane Gama, que <i>estabelece a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito</i>	246
Nº 1387/2021, do Senador Paulo Rocha, que <i>suspende, em 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde</i>	253
Nº 1388/2021, do Senador Paulo Rocha, que <i>suspende o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida</i>	258

3.1.5 – Projetos de Resolução

Nº 26/2021, do Senador Jean Paul Prates, que <i>institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito e dá outras providências</i>	262
Nº 27/2021, da Senadora Mara Gabrilli e outros Senadores, que <i>permite o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito nas modalidades remota e semipresencial durante a pandemia da Covid-19</i> . ..	268
Nº 28/2021, do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Major Olimpio, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área da segurança pública e dos direitos humanos</i>	275

3.1.6 – Requerimentos

Nºs 11 a 14, 17 a 19, 21, 24, 25, 35, 36, 48, 49, 51, 56, 61, 66, 77, 690 e 1047/2021, de diversos Senadores, de adição de assinatura ao Requerimento nº 1371/2021	279
Nºs 718 a 720, 722, 724, 727 a 729, 751, 764, 963, 1068, 1069 e 1076/2021, de diversos Senadores, de adição de assinatura ao Requerimento nº 1372/2021	321
Nº 1359/2021, do Senador Nelsinho Trad, de voto de aplauso e congratulações ao Hospital Regional São Paulo, de Xanxerê/SC.	349



Nº 1362/2021, do Senador Nelsinho Trad, de voto de aplauso e congratulações ao Instituto de Pesquisas do Mato Grosso do Sul - IPEMS.	352
Nº 1363/2021, do Senador Otto Alencar, de retirada do Requerimento nº 1340/2021.	354
Nº 1368/2021, do Senador Paulo Rocha, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1058 e 6/2021.	356
Nº 1369/2021, do Senador Humberto Costa, de informações ao Ministro de Estado da Educação. ...	358
Nº 1370/2021, do Senador Nelsinho Trad e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a homenagear os 91 anos do ex-presidente José Sarney.	362

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	365
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	368
6 – LIDERANÇAS	369
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	371
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	376
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	380
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	426



Ata da 26ª Sessão, Deliberativa Remota,
em 13 de abril de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 5 minutos e encerra-se às 21 horas e 57 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

26ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas
Presenças no período: 13/04/2021 15:00:00 até 13/04/2021 22:00:00
Votos no período: 13/04/2021 15:00:00 até 13/04/2021 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	
PSL	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X

Emissão 14/04/2021 13:28:02





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

26ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas
Presenças no período: 13/04/2021 15:00:00 até 13/04/2021 22:00:00
Votos no período: 13/04/2021 15:00:00 até 13/04/2021 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 77 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia

As mãos serão abaixadas no sistema remoto e, neste momento, estão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

A presente sessão deliberativa remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

- Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021, do Senador Luis Carlos Heinze, tendo como Relator o Senador Esperidião Amin;

- Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, tendo como Relator o Senador Carlos Fávaro;

- Projeto de Lei nº 5.546, de 2020, do Senador Oriovisto Guimarães, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias; e

- Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, da Deputada Elcione Barbalho, tendo como Relatora a Senadora Leila Barros.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

A Presidência, inicialmente, gostaria de fazer uma saudação e um reconhecimento. A saudação pela chegada do Dr. Gustavo Sabóia como Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal. Advogado, Assessor Jurídico na Presidência do Democratas, Chefe da Assessoria Especial do Ministério da Infraestrutura, Gustavo Sabóia vem, a partir de agora, cumprir mais este desafio profissional: contribuir com sua competência para o bom andamento das atividades legislativas no Senado Federal e no Congresso Nacional.

As boas-vindas ao Dr. Gustavo. A tarefa é árdua, mas tenho certeza de sua competência, que fará com que supere todos os desafios.

O reconhecimento e também agradecimento muito merecidos ao Dr. Luiz Fernando Bandeira, que deixou a Secretaria-Geral da Mesa para assumir o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. O reconhecimento pelo excelente trabalho realizado pelo Dr. Bandeira, que, aliás, permanece aqui concretizado na equipe da Secretaria-Geral da Mesa, que nos assessorou ao longo desses dias na Presidência, em especial à Dra. Sabrina Nascimento, Secretária-Geral da Mesa Adjunta, pessoa que sintetiza o comprometimento e dedicação dos servidores desta Casa – o meu agradecimento penhorado –, também ao José Roberto, ao Waldir Bezerra, que nos assessora também de maneira tão competente, ao nosso consultor Danilo Aguiar e a toda a sua equipe, que também contribui muito para os bons trabalhos da Presidência e das sessões do Senado Federal.

Então, com esses registros iniciais, eu concedo a palavra inicialmente, por cinco minutos, a um representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus, presidida pelo Senador Confúcio Moura.

Com a palavra o nobre Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, sabemos que o Brasil está numa situação dramática da pandemia, desafiando a todos nós. Todos os senhores e senhoras presentes estão com a mesma ansiedade para darmos respostas objetivas, se possível acalutando a população, gerando esperança, e que seja realizada de fato, para que possamos ter boas notícias.

Não existe vacina suficiente para atender à demanda brasileira, com ou sem quebra de patentes.



Para o mês de abril, só podemos contar com as produções da Fiocruz e Butantan e com um pouco menos de 2 milhões de doses do consórcio Covax: aproximadamente, este mês, 26 milhões de doses.

Necessário e urgente promover o reforço da produção local com esforço, boa vontade, mediante acordos de transferência de tecnologia, o que de certa forma já vem ocorrendo com a Fiocruz e o Butantan. É preciso realizar um diagnóstico com máxima urgência, com a participação da Anvisa e, principalmente, dos Ministérios da Saúde, Agricultura e outros, da capacidade produtiva instalada no setor público e também no setor privado, tanto de produtores de vacinas de uso humano, como os laboratórios produtores de vacina animal, que podem ser também produtores de IFA para envasamento no País.

O esforço tem sido grande, tanto do Senado, como também do Governo, para comprar mais vacinas. O produto está escasso, bem disputado por todos os países do mundo, e só teremos maior quantidade, de acordo com os contratos, no segundo semestre. Para o representante do Butantan, Dr. Dimas Covas, na penúltima audiência, que teve a presença da Fiocruz, do Ministério das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, a quebra de patentes, neste momento, traria mais dificuldades adicionais do que ajudaria o País a ter acesso mais rápido a vacinas. Devido à quantidade de parcerias desenvolvidas junto aos laboratórios internacionais, a quebra poderia representar retaliações.

O Brasil não tem uma indústria de biotecnologia desenvolvida. Segundo os especialistas ouvidos, a quebra de patentes, obviamente, já quebraria de início essa transferência de tecnologia para o nosso País. Hoje, as patentes são múltiplas, são de vários países, não existe mais uma patente só de um local, sempre existe participação de universidades internacionais e de consórcios. Segundo o representante do Butantan, o setor industrial brasileiro e a política industrial brasileira não têm acompanhado o desenvolvimento da biotecnologia do mundo. O Brasil é simplesmente absorvedor e comprador de produtos farmacológicos, ao contrário de outros países, que colocaram isso como prioridade.

Estamos todos torcendo muito para que a Fiocruz e o Butantan iniciem suas plantas industriais para a produção de IFA nacional, para que terminemos com essa dependência de importações fracionadas irregulares. *(Falha no áudio.)*

Também os comodatos com as empresas produtoras de vacina animal que têm suas plantas em funcionamento, que podem ser adequadas depois de pareceres da Anvisa para a produção do IFA, aumentariam muito a produção de vacinas brasileiras.

Do outro lado, Sr. Presidente, vamos apoiar e incentivar as pesquisas da ButanVac, da USP de Ribeirão Preto, com a Versamune, da Universidade de Minas Gerais e outras financiadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Que essa pandemia nos sirva de exemplo, para que o País aprenda, no sofrimento, que precisa desenvolver permanentemente o seu parque biotecnológico público e também privado, para que possamos entrar no mercado mundial imunobiológico e também com medicamentos patenteados.

No mais, vamos valorizar e financiar nossos cientistas, porque são valorosos. Um exemplo disso está aí, a Embrapa, Sr. Presidente, como responsável pelo sucesso do agro brasileiro. Pesquisas científicas são fatores de desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Confúcio Moura, em nome da Presidência do Senado Federal, eu gostaria de cumprimentar V. Exa., parabenizá-lo pelo extraordinário trabalho desenvolvido na Comissão de acompanhamento da Covid, juntamente com todos os demais membros e inclusive o Relator, Senador Wellington Fagundes. Agradeço a nossa reunião de sábado pessoal, presencial que fizemos para poder tratar de inúmeros temas que são discutidos e levados adiante na Comissão de Acompanhamento da Covid.

Informo a V. Exa. que, naquele mesmo sábado, me reuni com o Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, transmitindo a S. Exa. tudo quanto foi tratado na nossa reunião em relação ao trabalho



desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento da Covid. E é esse estreitamento e esse trabalho diuturno, sem dias da semana, que nos farão sair dessa crise o mais rapidamente possível.

Então, os meus cumprimentos a V. Exa. Leve adiante a Comissão de Acompanhamento da Covid, que foi uma ideia extraordinária do Senado Federal, do requerimento inicial do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, para que possamos ter um trabalho propositivo, colaborativo de soluções para o País, num momento crítico da pandemia.

Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Pede a palavra para questão de ordem o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para questão de ordem.) – Presidente Senador Rodrigo Pacheco, Senadores, Senadoras, é apenas para dar publicidade a uma questão de ordem que foi apresentada com relação ao funcionamento, o possível funcionamento da CPI ou das CPIs, independentemente da sua razão de fato determinante. Por isso que já cumprimento logo o Senador Randolfe Rodrigues, que se inscreveu para contraditar, pois é possível que essa contradita não tenha a ver exatamente com a CPI da Covid. Ela, neste momento, de maneira muito sincera, Senadores e Senadoras, serve para toda e qualquer Comissão Parlamentar e Inquérito ou qualquer outro tipo de funcionamento presencial do Senado.

Eu não vou repetir, Presidente, por uma questão do próprio sofrimento em que vivem os Senadores, funcionários, servidores do Congresso Nacional, funcionários terceirizados, na intenção de não precisar, em momento nenhum, dramatizar aquilo que é a mais pura realidade das nossas vidas nos dias de hoje. Todos sabem do apreço que eu tenho por todos os colegas. A vida dinâmica que todos nós sonhamos ter, principalmente os que estão no primeiro mandato no Congresso Nacional, nas suas dependências, nos nossos gabinetes, e, nos últimos dias, vimos isso ficar, mais uma vez, praticamente impossível. Na semana passada, com as perdas de funcionários de alguns gabinetes...

Nem vou apelar para tudo aquilo que as pessoas sabem, o fato de termos três membros titulares do nosso Senado que perderam suas vidas. E não dá para negociar neste momento com qualquer outra possibilidade, em sendo presencial o funcionamento da CPI – esta CPI ou qualquer outra CPI –, para que a gente tenha um ambiente de trabalho seguro para funcionários, terceirizados, jornalistas, para qualquer tipo de pessoa que precise trabalhar num ambiente de Câmara, num ambiente de Plenário, de modo a ter sua segurança preservada, já que até quanto à questão do grupo de risco nós perdemos completamente a referência – no meu Estado chega a todo momento notícia de gente muito mais jovem internada, intubada, vindo a óbito.

Eu sei que a gente tem muita dificuldade no Congresso Nacional de falar dessas questões, principalmente porque estamos numa batalha por vacinas, em todas as esferas. Outros países tiveram como primeira medida a imunização dos Parlamentos, do Judiciário e de outras categorias. Nós, no Brasil, temos uma dívida muito grande. Isso se comenta entre nós, e sabemos que tivemos um sacrifício muito grande, inclusive de colegas.

Então, a questão de ordem é singela, Presidente. É que, enquanto não houver condição de funcionar com pessoas imunizadas em qualquer categoria, em qualquer profissão, que a CPI não possa funcionar presencialmente, por essa questão. Então, com respeito a todas as intenções... Não é só sobre essa CPI, é sobre qualquer CPI ou sobre o funcionamento de Comissão Permanente neste período. Essa é a questão de ordem que foi distribuída aos colegas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Gomes.



Deseja contraditar a questão de ordem o Líder da Oposição, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para contraditar.) – Sr. Presidente, com todo o devido acatamento e respeito, com toda vênia possível ao meu colega Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes: na prática, a questão de ordem apresentada por S. Exa. inviabiliza o funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto durar a pandemia e, aí, eu diria, talvez enquanto durar este Governo. Espero que a imunização avance no Brasil, mas, na velocidade em que ela está hoje, nós só teremos vacinado todas as pessoas adultas, em uma hipótese otimista, até dezembro ou janeiro do ano que vem, ou seja, na prática – isso numa hipótese otimista! –, isso inviabiliza a execução da decisão decorrente do direito de minoria, que está previsto na Constituição, e da própria decisão do Supremo Tribunal Federal. Na prática, inviabiliza.

Presidente, eu quero aqui, até em homenagem às vítimas da pandemia – essas vítimas só existiram devido a ações e omissões que aconteceram nesse período –, exatamente em homenagem a essas pessoas, dizer que nós devemos instalar essa comissão parlamentar de inquérito. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito cumpre todos os requisitos necessários e, veja, pela lógica, se não fosse possível o funcionamento dessa Comissão – lembremos o que a Constituição nos diz: Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes próprios de autoridades judiciais –, não seria possível nenhuma investigação no País, não seria possível a condução de nenhum inquérito, não seria possível o funcionamento de instituições judiciais, como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público, e essas instituições funcionam adequadamente pela via remota.

Presidente, nós não advogamos, e mesmo porque o tempo permitirá isto, que amanhã nós reunamos presencialmente, mas eu tenho fé e confiança de que, dentro de um mês no máximo ou até antes disso, o nível de infecções irá diminuir. Nós voltaremos a funcionar no Senado de forma semipresencial. E essas condições são mais do que possíveis e necessárias para o funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Presidente, concluo dizendo que, assim como foi possível, antes do agravamento da pandemia, o Plenário do Senado funcionar de forma semipresencial, assim como foi possível, antes do agravamento da pandemia, as Comissões Permanentes de forma semipresencial escolheram seus membros, é perfeitamente possível uma Comissão Temporária funcionar de forma semipresencial no Plenário do Senado, com todos os protocolos necessários devidos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues. Peço a atenção de V. Exa., pois deseja fazer um esclarecimento de fato o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, para um reparo importante.

Não faço a questão de ordem como Líder do Governo no Congresso Nacional, até porque o escopo da CPI é no âmbito do Senado, onde lidera a Bancada do Governo o meu colega Senador Fernando Bezerra; faço-a como Parlamentar. E faço, ainda, Presidente, um reparo mais uma vez, até pelo meu bom relacionamento com o Senador Randolfe e o respeito que eu tenho por ele, não para só essa CPI. As teses aparecem, com muita consistência, com muita força, em diversas direções sobre CPIs que já tinham condição de ser instaladas, como é o caso da CPI das ONGs, com o Senador Plínio Valério, sobre CPIs que estão em funcionamento pleno, mesmo que ineficaz, por impossibilidade de reunião, como a CPI da Fake News, que é uma CPMI sem a menor condição de funcionar. E eu não queria aqui relembrar as fotos do meu gabinete e de gabinete de Parlamentares que tiveram atendimento entre a primeira e a segunda onda e que viram, das fotos que tiraram dos seus gabinetes, a morte de Prefeitos, Vereadores, líderes de todo o Brasil que visitaram o Senado, que foram infectados e que morreram.



Então, Presidente, é por isso que eu acho que há uma parte dessa questão de ordem em que nós vamos para um campo convergente, em que é impossível falar numa CPI nas próximas semanas, enquanto não tivermos o mínimo de imunização.

Era só para esclarecer, Presidente. Muito obrigado, Presidente, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Está feito o esclarecimento, Senador Eduardo Gomes. Agradeço a V. Exa.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Paz e bem, Presidente Rodrigo Pacheco, colegas Senadoras, colegas Senadores!

Eu queria, neste momento, fazer aqui uma questão de ordem, Presidente, mas, inicialmente, já queria agradecer aos 45 Senadores e Senadoras que assinaram o nosso requerimento por uma CPI independente, uma CPI ampla, que abranja a União e as verbas federais destinadas para Estados e Municípios. Esse é um desejo que a população brasileira tem, legítimo, que se mobilizou durante o final de semana. E eu agradeço aos colegas Senadores, à maioria do Senado – são 45 Senadores que fizeram essa subscrição.

Queria agora fazer a questão de ordem na forma do disposto nos arts. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, art. 145 e 146 do mesmo ordenamento e art. 58 da Constituição Federal. E encaminho a V. Exa. a presente questão de ordem para que seja incluída na Ordem do Dia de hoje a leitura e consequente instalação da CPI ampla que tem como primeiro signatário este Senador que vos fala e está sob o registro do Sedol, tem o número do Sedol, destinada a apurar as possíveis irregularidades e desvios cometidos com recursos oriundos da União, recursos federais, em todas as esferas de Poder, seja ela federal, estadual, municipal, bem como ações ou omissões cometidas por estes.

Os referidos dispositivos estabelecem o que é necessário para a instalação de uma CPI, quais sejam: o número de assinaturas necessárias, fato determinado – aliás, são muitos fatos, são dezenas de fatos claros, operações da Polícia Federal, uma das entidades mais respeitadas pelo povo brasileiro – e tempo certo.

O pedido de CPI alvo desta questão de ordem, como eu falei, já tem a assinatura de 45 Parlamentares, colegas Senadores; mais de dez fatos determinados e tempo de 90 dias de funcionamento, ou seja, cumpre todos os requisitos para sua instalação, motivando assim a sua imediata leitura nesta sessão. Além do mais, por ser mais ampla, vai se mostrar mais independente e justa.

A despeito das alegações de violação ao pacto federativo, lembramos que a própria Carta Magna reconhece a competência concorrente da União e Estados para atuar na área da saúde. Assim, cabe salientar que o âmbito de atuação da CPI deve ser compreendido não apenas a partir do destinatário subjetivo da apuração, mas sobretudo que, por meio do inquérito parlamentar ou legislativo, revela sua função típica de fiscalizar e controlar a gestão da coisa pública.

Ademais, o texto da proposta é assertivo ao apontar que o objetivo é o de – abre aspas – “apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvios de recursos públicos, assinaturas de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal”.

Fica, dessa forma, cristalino, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, que o objetivo não é o de se investigar Estados e Municípios; o que será alvo de investigações é a aplicação de recursos federais desviados a causa específica, quer seja a apuração de onde e como foram aplicados esses recursos e se houve desvio dos mesmos para seus efeitos.

Então, não há que se falar, repito, em investigação de Governadores e Prefeitos, e, sim, de recursos federais que podem ter sido desviados de seu propósito ou utilizados de forma superfaturada.

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo porque eu quero falar os precedentes do Senado Federal com relação a apurações de CPIs dentro dessa linha.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente. Para concluir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outrossim, está pacificado que atos de agentes públicos estaduais, distritais e municipais podem, sim, ser objeto de CPI no que tange à aplicação de recursos federais. É o mesmo princípio, Sr. Presidente, Rodrigo Pacheco, colegas Senadores e Senadoras, aplicado ao Tribunal de Contas da União, órgão acessório do Congresso Nacional que pode fiscalizar contas de Prefeitos, Governadores ou quem quer que seja quanto aos recursos transferidos pela União, mesmo sendo um órgão federal, o que se fundamenta no art. 71 da Constituição Federal. O referido inciso trata sobre a fiscalização dos repasses de uma entidade federativa a outra, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres. Esse comando traz importante constatação: a missão fiscalizadora se define a partir da origem dos recursos públicos. Com isso, o repasse vincula à atuação do Tribunal de Contas ao qual ele está ligado. Tal entendimento, para finalizar, cristaliza o Acórdão 561, de 2021, do plenário do próprio TCU, o qual estendeu que os recursos destinados ao combate à pandemia são obrigação incondicional da União para concretizar os objetivos da Emenda Constitucional nº 106, de 2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da pandemia. Permanecem assim a natureza federal da transferência obrigatória e sua submissão à fiscalização e aos controles dos órgãos federais, incluindo o TCU.

Ademais, já tivemos na história deste Congresso diversas CPIs que apuraram fatos que envolveram Estados e Municípios. Eu poderia citar várias, mas vou lembrar apenas duas.

A CPMI de Evasão de Divisas ou CPMI do Banestado, que teve como Presidente o Senador Antero Paes de Barros e como Relator o Deputado José Mentor, foi criada a fim de investigar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil para paraísos fiscais, entre 1996 e 2002, em que foram retirados indevidamente do País mais de US\$30 bilhões, através de contas do Banco do Estado do Paraná, segundo estimativas reservadas. Foram recuperados, com base nessa apuração, R\$238 bilhões em impostos, que a Receita recebeu.

Outra CPI exitosa foi a CPI dos Títulos Públicos, conhecida como CPI dos Precatórios, que teve como seu Presidente o Senador Bernardo Cabral e como Relator o Senador Roberto Requião. Foi uma Comissão Parlamentar do Senado que investigou as irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais nos exercícios de 1995 e 1996, nos Governos de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Campinas e Osasco.

Sr. Presidente, temos, através dessa proposta de CPI, a oportunidade de dar uma resposta ao povo brasileiro, que já não aguenta mais assistir a tantos desvios e absurdos cometidos com recursos da União, dinheiro esse advindo do seu suor, através de pagamento de altas taxas de impostos a que são submetidos. Estamos diante da oportunidade de agigantar este Senado Federal e nos aproximarmos mais da população. Uma das nossas funções nesta Casa é fiscalizatória e não podemos nos furtar a isso. O povo anseia que cumpramos esse nosso papel e mostremos a seriedade que é lidar com a administração do seu patrimônio.

Caso V. Exa. rejeite a presente questão de ordem, requeiro que a mesma seja submetida à deliberação do Plenário desta Casa, nos termos do art. 405 do Regimento Interno do Senado Federal.

Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, muito obrigado pela paciência.

O povo brasileiro não suporta uma CPI que não veja toda a verdade, que só olhe uma verdade. Isso não é correto com o povo que sofre em saúde pública, que está com desemprego e com fome e que não quer ver palanque político para 2022.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos nós!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Presidente Rodrigo, ainda em março do ano passado, antes da pandemia, consegui fazer com que o Presidente Davi Alcolumbre lesse, em Plenário, o relatório da CPI que eu pedi para investigar as ONGs na Amazônia, antes da pandemia. Veio a pandemia, e, com a desculpa da pandemia – e é justa a desculpa –, não lutamos pela instalação da CPI. Agora, com o Senado obedecendo à ordem monocrática do Ministro Barroso, eu me sinto no dever e no direito de pedir, Presidente, a leitura do requerimento, que está sobre a mesa, com o senhor, pedindo a instalação da CPI que vai investigar as ONGs na Amazônia, posto que está na frente deste que talvez seja lido hoje um ano e um mês, portanto 13 meses. Eu acho que é uma questão de direito, é uma questão justa.

Mesmo que o senhor não o leia e não a instale, eu não vou recorrer ao Supremo Tribunal Federal, porque não reconheço no Supremo Tribunal Federal legitimidade para mandar no Senado, não reconheço a decisão impensada, ilógica, insensata do Ministro Barroso, que já está acostumado – aliás, o Supremo está acostumado – com decisões monocráticas. Vejam só vocês que nos estão ouvindo, povo brasileiro: somente neste ano, até 11 de março, foram 15.681 decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, e, delas, 86 decisões foram decisões monocráticas. E há uma que é conhecidíssima, a do Ministro Fux sobre o auxílio-moradia, que demorou quatro anos, dois meses e onze dias.

Esse é o Supremo, que acha que pode mandar no Senado! Esse é o Supremo, Presidente, que pega um Ministro que dá uma decisão, que o senhor vai cumprir. A sorte do Senado é que eu não sou Presidente, porque, simplesmente, eu não a cumpriria, por não reconhecer, repito, legitimidade nesse Supremo, que dá cavalo de pau jurídico a cada mês, que tem uma jurisprudência flutuante, em que tudo é feito a bel-prazer.

Portanto, Presidente, estou pedindo que o senhor leia o requerimento que eu fiz e em que eu pedi a instalação da CPI sobre as ONGs.

Quero fazer mea-culpa pelo Senado. A gente fica muito criticando o Supremo – e temos que criticar –, mas o Senado é culpado, o Congresso é culpado, a Câmara é culpada por obedecerem a esses Ministros que pensam que são semideuses, mas que não o são! Eu vim de longe, eu vim do interior do Amazonas para Manaus e sou Senador da República hoje para aceitar uma decisão monocrática de um Ministro que não pensa nas consequências, de um Ministro insensato? O Supremo proíbe cultos e missas no País, diz que não se pode fazê-los e libera CPI. E dizer que CPI se faz de forma virtual é brincadeira. Isso é brincadeira! Há quem diga que se faz, mas acredito que não. Eu acho que não, tanto é que pedi ao PSDB que, se pensar em meu nome, não me nomeie.

Eu encerro, Presidente.

Sabem qual é o problema da ordem brasileira, um dos problemas? A gente homenageia muito os mortos e se esquece dos vivos. O Unicef diz que, no Amazonas, morrem mais de mil crianças antes de completarem um ano. Nove milhões de lares na Amazônia não têm renda para comprar uma cesta básica. O Unicef é que diz! E a gente não vai investigar as ONGs que recolhem bilhões em nome da Amazônia e do seu povo.

Que Senado é este que obedece ao Ministro, que vai cuidar da ordem do Ministro e que não atende ao pedido de um Senador que está com seu pedido, com o seu relatório lido, há mais de um ano e meio? Dois pesos? Duas medidas? Medo? Temor? Não sei.

Eu homenageio os mortos, mas não me esqueço dos vivos. A Amazônia reclama contra esses ladrões das ONGs internacionais.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Em relação ao requerimento de V. Exa. para a instalação da CPI das ONGs, como V. Exa. bem disse, já foi cumprida a etapa da leitura em Plenário, na gestão do Senador Davi Alcolumbre, pendente agora a indicação dos blocos e partidos políticos para a sua formação. Eu recolherei a questão de ordem de V. Exa. e deliberarei o mais brevemente possível para atendê-lo.

Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu peço a palavra, pela ordem, exatamente para apoiar a questão de ordem do Senador Eduardo Girão, primeiramente dizendo a V. Exa. que concordei em gênero, número e grau com o pronunciamento da semana passada de V. Exa. quando apresentou a justificativa para a não instalação da CPI, com razões sobejamente conhecidas e provocadas evidentemente pelo estado de calamidade pública que nós estamos vivenciando e pelas limitações impostas por este sistema remoto de deliberação.

No entanto, logo após, o Ministro Barroso determinou, por liminar, submetendo-a ao Plenário do Supremo Tribunal Federal – um julgamento que ocorrerá amanhã –, a instalação da CPI. Fato consumado, nós defendemos a posição do Ministro Barroso, que se orientou pela Constituição e pela jurisprudência firmada. Lembro-me bem de que, quando opositor, quando Líder da Oposição no Senado, em várias oportunidades durante os Governos do PT, fomos ao Supremo Tribunal Federal para assegurar o direito da Minoria de fiscalizar o Executivo, instalando Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, não poderia ser outro o nosso posicionamento a não ser o de apoio integral à decisão do Ministro Barroso, que guardou relação com uma jurisprudência já consagrada em respeito à Constituição.

Fato consumado, Sr. Presidente, nós estamos diante de dois requerimentos. O Senador Eduardo Girão apresentou, no dia 2 de março – portanto, há mais de um mês –, ao Plenário do Senado, encaminhando cópia à Mesa, proposta de requerimento para a qual iniciava a coleta de assinaturas. Completou agora 45 assinaturas o requerimento que amplia o foco da CPI. É evidente, Sr. Presidente, que a adoção da medida mais sensata seria a conjugação das duas propostas, o apensamento dos dois requerimentos. Alguém haverá de dizer: "Não, isso é regimentalmente impróprio". Eu creio que não, Presidente, desde que ocorra um acordo das Lideranças no Senado Federal.

O Ministro Barroso só respondeu a um questionamento dos Senadores. Se não houvesse iniciativa de Senadores, não haveria resposta do Ministro Barroso.

Eu peço apenas, Sr. Presidente, a condescendência de V. Exa. para que eu possa concluir.

A proposta do Senador Girão atende às expectativas do povo brasileiro, que quer a investigação da aplicação dos recursos federais por Estados e Municípios. Como de forma competente asseverou na sua questão de ordem, não há afronta ao Regimento, à Constituição. Estamos praticando normas já consagradas. O Senado Federal já investigou, sim, a aplicação de recursos públicos em Estados e Municípios por diversas vezes, a exemplo do que ocorre com o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o apelo que nós fazemos a V. Exa., que conhece bem a legislação, que conhece como ninguém a legislação e sabe que há possibilidade de um acordo de Lideranças para que uma única CPI se instale. Não é hora da farra das CPIs ou do *show* de CPIs ou do festival de CPIs, mas é hora de responsabilidade. Se há denúncias graves, denúncias de fatos ilícitos devidamente comprovados, inclusive pela Polícia Federal, com busca e apreensão, com prisões que foram efetuadas, evidentemente nós não podemos ignorar a nossa responsabilidade diante da cobrança da sociedade brasileira, sobretudo diante de um ambiente de transferência de responsabilidades. É preciso imputar responsabilidade com a



convocação daqueles que praticaram ilícitos.

Portanto, Sr. Presidente, eu creio que seria uma atitude de convergência e de sensatez – atenderia ao Supremo, atenderia à Oposição, atenderia ao Governo e atenderia aos independentes desta Casa – a conjugação das duas propostas para a instalação de uma única CPI.

É o nosso apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Alvaro Dias.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, a todos os Senadores meu muito obrigado.

Sr. Presidente, encaminho uma questão de ordem, também com base no art. 145, a V. Exa., em que, para o respeito ao Regimento Interno desta Casa, para o reequilíbrio entre os Poderes neste País, para as questões de peso e contrapeso que tangem a nossa República, que V. Exa., para o bem, não acate, reveja a decisão de colocar a leitura dessa decisão monocrática do Ministro Barroso.

Sr. Presidente, o mandado de segurança diz sobre uso de recursos federais, mas o fato gerador é a questão da falta de oxigênio para os nossos irmãos em Manaus. Sr. Presidente, o SUS é tripartite: os Estados têm a responsabilidade sobre a execução das políticas públicas; cabe à União a distribuição dos recursos. São os Estados que têm a autoridade e a liberdade para isso, como o próprio Supremo Tribunal Federal já nos colocou. E o nosso art. 145 diz que não serão aceitas CPIs para as questões ligadas ao Judiciário, à Câmara dos Deputados e aos Estados. Portanto, Sr. Presidente, a meu ver, coloco à Mesa: a responsabilidade em investigar os fatos de Manaus é da Assembleia Legislativa de Manaus, e não deste Senado.

Eu quero questionar a V. Exa.: por que uma decisão monocrática? O que está por trás dessa decisão do Ministro Barroso? Uma semana depois, o Pleno vai julgar se pertinente ou não. O mínimo de respeito que se poderia ter conosco teria sido levar a questão para os demais ministros, que, infelizmente, como disse o Senador Plínio e eu concordo, têm tomado decisões que, a meu ver, como Senador, nos deixam cada vez mais preocupados pela questão política, a mudança de posicionamento dos votos, a insegurança jurídica e, agora, a invasão das prerrogativas dos nossos poderes como Senadores. Não existe hierarquia – V. Exa. é professor no Direito –, um Poder não se sobrepõe a outro. É preciso que nós tenhamos a pertinência, a oportunidade e, principalmente, o respeito entre o Senado....

Sr. Presidente, com base nesta questão de ordem, peço que reveja e não permita que esta CPI entre pela porta dos fundos do Senado da República. É um assunto importantíssimo para todo o País que tem de entrar pela porta da frente, com os Senadores tomando toda a frente, com V. Exa. determinando qual é o momento. É uma prerrogativa sua dizer quando é que esta CPI tem que ser instaurada e não por uma decisão monocrática de um juiz! Nós não podemos aceitar! Este Senado tem que se levantar contra isso! Nós temos que dar uma resposta ativa constitucional para que essas questões que levam a insegurança ao nosso País e o desrespeito às nossas funções comecem a cessar, Sr. Presidente. Nós temos que ter a coragem, Sr. Rodrigo Pacheco, de dizer claramente isto: nós Senadores não queremos invadir as prerrogativas de ninguém, mas queremos ser respeitados por um Supremo, cujas decisões monocráticas geram insegurança em todo o País.

Ficam o meu questionamento e o meu pedido: ainda que V. Exa. leia, que a decisão de quando começar seja absolutamente do Presidente do Senado e não simplesmente pela vaidade – desculpem-me, é a minha opinião e a minha visão como Senador – de um Ministro que não mediu as consequências em desrespeitar os Poderes, especialmente este Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Carlos Viana.

A questão de ordem de V. Exa. assim como todas as demais questões de ordem estão recolhidas pela Presidência e serão decididas ainda nesta sessão.

Com a palavra, pela ordem, o Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e as omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com ausência de oxigênio para os pacientes internados, obteve a adesão de 34 assinaturas. Como é de conhecimento de todos, no último dia 8 de abril de 2021, decisão liminar monocrática em face do Mandado de Segurança 37760, proferida pelo Ministro Barroso, determinou ao Presidente do Senado Federal a adoção das providências necessárias à criação e à instalação da referida CPI. Essa decisão do Ministro Barroso, amparada em entendimento já consolidado na Corte Suprema, reconhece o direito à instauração do inquérito quando preenchidos os requisitos do art. 58, §3º, da Constituição, mas desconsidera, Sr. Presidente, o necessário juízo de conveniência e de oportunidade que deve nos mover a todos em face do quadro de pandemia que enfrentamos.

O Brasil já acumula mais de 354 mil óbitos desde o início desta grave emergência pública de saúde. Dentre essas mortes, lembramos com pesar e saudade a perda de três colegas nossos, os Senadores Arolde de Oliveira, José Maranhão e Major Olimpio, além de valorosos colaboradores e servidores desta Casa legislativa.

Por sua vez, Sr. Presidente, temos os requerimentos do Senador Alessandro Vieira e do Senador Eduardo Girão, que buscam ampliar o escopo da investigação para alcançar fatos conexos que envolvam as esferas estadual e municipal, apurando as possíveis fraudes, superfaturamento e outras irregularidades em contratos firmados por Estados e Municípios com a União, valendo-se, para isso, de recursos federais.

Trata-se, Sr. Presidente, de um desdobramento lógico dos trabalhos de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, comum a várias CPIs anteriormente instaladas no Senado Federal e já reconhecido pelo Supremo em outras ocasiões. Acrescento que o requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão foi subscrito por outros 44 Senadores e Senadoras, número expressivo que representa a maioria dos membros desta Casa Legislativa.

É certo que, em tempos de pandemia como a que vivemos, no qual a melhor condução dos trabalhos do Senado Federal está excepcionalmente afetada, não convém a constituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar ações e omissões ocorridas no enfrentamento dessa grave crise, mas é fundamental, Sr. Presidente, que a Comissão a ser instalada, por decisão do Supremo Tribunal Federal, possa investigar os atos praticados por agentes políticos e administrativos não apenas da União, mas também dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, naquilo que diz respeito à gestão de recursos públicos de origem federal.

Entendo, Sr. Presidente, que o art. 146, do Regimento Interno do Senado Federal, tão somente concretiza o princípio constitucional da autonomia federativa, uma vez que um ente federativo não pode invadir as competências atribuídas a outro. Nesse sentido, o objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito deve estar compreendido no âmbito das competências do Poder Legislativo que determinou a sua instauração, restando inconstitucional uma CPI de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional para investigar fato relativo à competência de outra esfera de Governo.

Ocorre, Sr. Presidente, que, ao propor apurar as possíveis irregularidades, superfaturamentos e desvios em contratos que tenham recebido recursos originários do Governo Federal, tem-se justificada a



competência da União para investigar os fatos, visto se tratar de eventuais ilícitos relacionados à aplicação de recursos federais decorrentes de parcerias desses entes subnacionais com o Governo Federal, matéria pertinente às competências deste Senado Federal.

Assim já o foi, Sr. Presidente, por ocasião da CPMI de evasão de divisas, a chamada CPMI do Banestado, a da CPI dos títulos públicos, também conhecida como CPI dos precatórios, entre outras. Já tivemos, portanto, na atuação deste Congresso, exemplos de diversas CPIs que apuraram fatos que envolveram Estados e Municípios.

Nesse mesmo sentido, a jurisprudência do Supremo assentou que compete à Justiça Federal o julgamento de crimes relativos a desvios ou à apropriação de verba federal destinada à realização de serviços de competência privativa da União, ou de competência comum da União e do ente beneficiário, ou de verba cuja utilização se submeta a fiscalização por órgão federal, nos termos da norma contida no art. 109, IV, da Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, concluo concordando com V. Exa. quanto à necessidade de observarmos a conveniência e a oportunidade, e peço que considere essas ponderações que apresento para que a decisão a ser tomada por esta Casa Legislativa possa refletir o desejo e o entendimento da maioria dos seus Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Fernando Bezerra.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Luiz do Carmo. (*Pausa.*)

Senador Luiz do Carmo com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nós não estamos vendo a imagem de V. Exa., Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu fiz um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Só um minutinho, Sr. Presidente, deixe-me organizar aqui.

Fiz um requerimento que está na mesa do senhor, o Ofício nº 1.358, de 2021. Se se instalar essa CPI, que o senhor possa prorrogá-la para, no mínimo, outubro. Nós não temos como fazer uma CPI neste momento com a pandemia que o Brasil está vivendo. Então, nós temos que ter pelo menos a responsabilidade de, se nós a instalarmos, de começarmos a fazê-la em outubro, porque aí eu acho que o ambiente estará diferente. Os fatos que aconteceram não vão mudar, os fatos que aconteceram até hoje não vão mudar, não vão mudar de jeito nenhum. Então, nós podemos muito bem adiar a instalação dessa CPI para outubro.

Esse é o meu requerimento que está na mesa do senhor, e eu queria que V. Exa. o colocasse em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu agradeço a V. Exa. Será apreciado, Senador Luiz do Carmo.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, desejo-lhe boa sorte e serenidade na condução da sessão.

Eu pedi pela ordem a palavra, primeiro, para tratar de um ponto que me parece essencial, que é o conhecimento do funcionamento constitucional dos Poderes. Não há nenhuma ilegalidade ou equívoco em



se buscar socorro no Judiciário quando não se vê respeitado um direito que está consagrado na própria Constituição.

E, como desdobramento disso que falo agora, peço aos colegas que prestem atenção justamente no que diz a Constituição no tocante a Comissões Parlamentares de Inquérito. CPIs são direitos da Minoria, isso já foi mais que repisado, é desgastante ter que tratar disso agora. E, se é direito da Minoria, por óbvio não pode estar limitado ou condicionado à vontade da Maioria, como alguns de meus colegas manifestaram o desejo; não cabe. Se V. Exa., Presidente do Senado, adota uma providência que inviabilize a realização de uma CPI, V. Exa. está inviabilizando o exercício de um direito constitucional da Minoria. Então, eu peço aos colegas, aqueles que não tiveram oportunidade, talvez, de avaliar adequadamente o texto constitucional, que no mínimo avaliem as últimas entrevistas que o nosso Presidente concedeu, todas elas no sentido exatamente disso, do reconhecimento de que é um direito da Minoria. E que apesar da opinião pessoal do Presidente, o que é um direito inalienável no tocante a um possível juízo de oportunidade e conveniência, este juízo de oportunidade e conveniência não existe na Constituição, porque, se existisse, seria absolutamente incompatível com o direito da Minoria.

Encerrado esse ponto, Sr. Presidente, peço que a gente faça uma avaliação serena da proposta que é capitaneada pelo Senador Eduardo Girão, e da mesma forma o requerimento que apresentei ainda no sábado. É natural que, por desdobramento lógico, a apuração de responsabilidades na seara federal chegue às searas estadual e municipal. Não há como fugir disso: existem precedentes inúmeros nas Casas legislativas e assim certamente será.

Por fim, Sr. Presidente, peço a V. Exa., por uma questão de economia processual e de organização dos trabalhos, que de logo esclareça se será dado o cumprimento à ordem do Ministro Barroso, ainda que liminar, como V. Exa. várias vezes reiterou ainda no dia do recebimento, de forma muito serena, muito equilibrada e juridicamente correta, e se será feita a leitura do requerimento; e posterior aditamento, posterior definição com relação à modalidade de funcionamento seja decidida pelo respectivo Colegiado.

De qualquer forma, senhores e senhoras, cidadãos brasileiros que nos acompanham, a Justiça continua funcionando em modelo virtual. Nós do Congresso estamos reformando até a Constituição em modelo virtual. Audiências são realizadas, documentos são analisados e se tomam decisões em todas as searas dos Poderes da República, hoje, por sistema misto, virtual ou, quando necessário, presencial. Então, não há por que a gente perder um tempo imenso com estratégias que são apenas protelatórias e manifestam um receio da apuração.

Nesse pedaço eu me somo à palavra do nosso Líder do Governo, Fernando Bezerra, no sentido de que, sim, teremos CPI, não há mais como evitar, e que ela seja muito bem organizada e tecnicamente conduzida por esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço o Senador Alessandro Vieira.

Com a palavra pela ordem o Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meus colegas, deixa eu tentar aqui alinhar o pensamento de todos. E agradeço as falas de cada um.

Em primeiro lugar, eu acho que ninguém aqui está discordando do direito da Minoria, é constitucional, como também ninguém discorda de que todos os fatos que ocorreram em meio a essa pandemia deverão ser apurados, não somente a questão do posicionamento do Governo Federal, como sugere o Senador Alessandro no seu direito, como principalmente como sugere o Senador Eduardo Girão sobre a transferência de recursos federais – que é dinheiro do Erário, dinheiro público – para Estados e Municípios, que sem



dúvida nenhuma está sob a nossa competência.

A questão que é colocada quanto ao juízo de oportunidade é pelo momento que a gente atravessa. As nossas reuniões têm sido todas virtuais desde o princípio do ano, quando suspendemos, por dever de cautela, de cuidado com a saúde, não só nossa, porque a maioria de nós – falo por mim que sou jovem – está no risco, estamos aqui na linha de frente; mas temos colegas que não o são.

Então, instalar a CPI, avançar com a CPI das ONGs é para o momento futuro, a CPI das ONGs, a CPI do nosso Senador Girão e do Alessandro, que se complementam, uma questão de economia processual – e aqui posso ir além –, economia do dinheiro público. Lógico que o Senador Alessandro tem razão no seu pedido, assim como o Senador Girão; eles se complementam.

Agora, vamos expor os servidores, porque a gente está na linha de frente; vamos expor os jornalistas, que certamente cobrirão. E eu quero aqui lembrar: conheço, Senador Alessandro, sim, processo judicial eletrônico, mas desconheço inquérito eletrônico. Inquérito é presencial: fazer uma acareação, ouvir uma testemunha isolada é função, é dever nosso, sim, até porque a gente tem que aprender com os erros da pandemia.

A CPI que engloba o que ocorre nessa pandemia é importante, sim, precisamos aprender com os erros dela, mas como avançar além da sua instalação? Acho que, por uma questão de economia, ambas as iniciativas devem se transformar numa única CPI, mas como avançar?

Vamos privar, com todo respeito, a presença do Senador Otto Alencar, que, pela sua idade, não deve se colocar em risco? Vamos privar a presença do Senador Paim, com quem ainda não tive oportunidade de estar desde o dia 3 de novembro? Vamos privar a participação do Senador Kajuru, que é autor, e vamos aqui escolher, entre os mais jovens, aqueles que vão participar da CPI, deixando de fora Parlamentares que têm muito, muito a contribuir, porque conhecem a fundo o tema, são médicos, podem avaliar com maior precisão os erros, para que aprendamos com os erros.

Não é uma caça às bruxas, Sr. Presidente, é um dever nosso: legislamos e fiscalizamos. Fiscalizamos o Governo, Senador Alessandro, o senhor tem toda razão, mas fiscalizamos também os recursos públicos que são encaminhados aos Estados e aos Municípios como dever parlamentar que temos.

Então, Sr. Presidente, quero encaminhar agradecendo a oportunidade. Oficiei para que fosse discutido e está sendo discutido o assunto de forma democrática e bem conduzida aqui. Encaminho que, se vier a ser instalada, que sejam consolidadas as duas iniciativas, por uma questão de economia de dinheiro público e de dever nosso de fiscalizar, mas que o avanço aguarde o momento próprio.

E aí, não há decisão do STF, é uma decisão nossa do Senado Federal. Aqui é uma prerrogativa nossa determinar isso, porque o direito da Minoria pode ser reconhecido, sem dúvida nenhuma, pelo Judiciário, como, aliás, todos nós aqui reconhecemos, conhecemos o texto constitucional. Agora, o direito da oportunidade em se avançar com essa CPI em meio a uma pandemia é uma decisão nossa e será uma responsabilidade nossa convocar presencialmente, porque inquérito é presencial, processo legislativo, judicial pode ser virtual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Carlos Portinho.

Próximo Senador Omar Aziz, com a palavra pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para eu fazer a questão de ordem vou pedir uma gentileza de V.Exa. Eu quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras que estão nesta sessão. Sr. Presidente, o senhor pode pedir para a assessoria do Senado e ler para mim a decisão do Ministro Barroso monocraticamente dada no dia 8, por favor? Para a gente fazer a questão de ordem em cima do que foi decidido, volto a dizer, e já fiz as minhas críticas a decisões monocráticas. Não cabe mais



discutir essa questão. Eu quero que o senhor leia somente a decisão do Ministro Barroso, por favor; depois eu faço a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Omar Aziz, ela será considerada na minha decisão em relação a esse tema. Eu vou determinar que se encaminhe a V. Exa. o inteiro teor da decisão...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, Senador. Só um minutinho.

Senador, Presidente, primeiro que eu não estou vendo questão de ordem aí baseada no que, possivelmente, nós baixaremos, mais uma vez, nos... O Senador que não quer que instale a CPI agora, que quer que o senhor instale e espere o momento adequado – e aí, no momento adequado, nós teremos 500 mil mortes, 600 mil mortes no Brasil, porque o que eu estou vendo é que querem protelar – entre no Supremo Tribunal Federal pedindo a suspensão. E aqueles que assinaram, que concordam com a CPI, vão participar da CPI. Então, V. Exa... Há uma decisão dada no dia 8 pelo Ministro Luís Barroso, mandando o Senado, ordenando ao Senado que instale a CPI. Os Senadores que se acham contrariados, como fizeram Senadores dos quais discordo – discordo literalmente da posição do Senador Alessandro e do Kajuru irem para a Justiça para discutir uma questão interna nossa... Mas, já que foi dada a decisão, vamos cumpri-la.

E V. Exa., como Presidente do Congresso Nacional... Porque a ordem dada por Barroso não foi dada para um Senador; foi dada essa ordem para o Presidente do Congresso Nacional. Não é para qualquer um; foi para o Presidente do Congresso Nacional. Quando os Senadores entraram na Justiça, foi contra o Presidente do Congresso Nacional. Eu não faria isso nunca, Sr. Presidente, até porque o debate tem que ser na nossa Casa. Se eu tenho uma discussão dentro da minha casa, com os meus filhos, eu não vou procurar os vizinhos para que eles decidam por mim e pelos meus filhos. Aqui estão se procurando os vizinhos para decidir pela gente.

Então, quando eu peço para V. Exa. ler, é para que a gente acabe com essa discussão. Então, a questão de ordem do Senador Eduardo Gomes não é mais uma questão que tenha que se discutir. O que tem que se discutir agora é que os partidos têm que indicar... E, em relação à CPI, que eu também assinei, do Senador Eduardo Girão, se vai ser apensada ou não. Aí não há decisão minha, é jurídica, porque a Casa tem condições jurídicas de discutir isso.

Agora, fazer questão de ordem esperando que amanhã o Supremo dê mais uma ordem para V. Exa. cumprir, aí V. Exa. diz: "Olhe, o Supremo...". Aí vêm alguns Senadores e dizem: "Olhem, o Supremo agora decidiu que vocês não precisam instalar amanhã". Sabe, quem está nos assistindo nesse momento está vendo, por um lado, alguns Senadores querendo que se instale a CPI... E que a gente possa – e volto a repetir, Sr. Presidente, já dei diversas entrevistas sobre isto – não é achar culpados somente, é achar soluções, é trazer vacina para vacinar o povo brasileiro.

Só para concluir, Sr. Presidente; só pra concluir... Em relação aos Estados, quem for podre que se quebre. Nós não estamos aqui para passar a mão por cima de ninguém, não. Se algumas pessoas estão achando que a gente vai proteger Prefeito, Governador ou Ministro... O próprio Ministro Pazuello, Sr. Presidente, no dia 21 de fevereiro, disse literalmente, aqui no meu Estado, ele estava aqui, que, no 21 de fevereiro, haveria vacina para todos os amazonenses acima de 50 anos, quando estavam morrendo mais de 200 pessoas por dia. E até hoje, essas vacinas não chegaram aqui. Eu quero saber do Ministro Pazuello de onde ele tirou essa data, e até hoje não chegou aqui.

Então, não há que se questionar mais. V. Exa. tem que instalar a CPI. E, se, amanhã, o Supremo, alguns Senadores não querem que seja instalada e formada, vão ao Supremo, como fizeram o Alessandro e o Kajuru, volto a repetir, erroneamente. Foram pedir ajuda do vizinho para resolver problema interno.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço



a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem, o Líder do Democratas, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ouvindo as muitas manifestações, eu gostaria de tecer aqui brevíssimas ponderações com relação a alguns requisitos da CPI que impõem a condição de presencialidade. Quais os atos de CPI que exigem ou que dependem da presença? Praticamente todos. O depoente tem que estar presencialmente na Comissão: primeiro, para não ser orientado; segundo, para não ser constrangido; terceiro, para não ser ameaçado. E, no caso de se determinar eventualmente prisão em flagrante, também tem que estar presente. Mais do que isso, sem contar situações em que a sessão possa ser eventualmente por requerimento secreto.

Então, você tem – e aí alguns Senadores foram nessa linha – requisitos que exigem a presença dos Senadores, a presença dos depoentes, respeitando-se as regras de funcionamento de uma CPI. Portanto, CPI não pode funcionar remotamente. Isso é descabido. Não há possibilidade regimental ou constitucional para que isso funcione assim.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. na condução desse processo todo. V. Exa. agiu com prudência, com cautela, com a sabedoria que o momento e as circunstâncias exigem. Embora não haja objetivamente cabimento em tempo de normalidade, o juízo de conveniência e oportunidade se faz necessário em momentos como esses. Na atual quadra de vida, parafraseando alguém da Corte maior deste País, exige-se juízo de conveniência e oportunidade. E foi justamente o que invocou V. Exa., a par das condições da pandemia e da economia do Brasil, para afastar, por ora, ainda que se reconhecendo o cabimento da CPI, pela legitimidade dos apoios que lá constavam e constam, mas em razão das circunstâncias vividas pelo País. Então V. Exa., durante todo momento, não negou o direito às minorias, não afastou a possibilidade de se fazer instalar; apenas invocou, em relação ao momento, às circunstâncias.

De igual sorte, Sr. Presidente – e finalizo aqui –, espera-se do Judiciário a contenção judicial, que nada tem a ver com a afronta à inafastabilidade da jurisdição. Por outro lado, não cabe a V. Exa. o poder de não cumprir decisão judicial. Isso geraria mais crise institucional, tudo o que V. Exa. tem trabalhado para afastar durante o exercício da Presidência.

Então, o que se espera – e aí, a par do que deve acontecer, no dia de amanhã, no Supremo Tribunal Federal –, resta saber se o Pleno do Supremo Tribunal Federal vai cassar a decisão liminar, monocrática, do Ministro Barroso. Caso contrário, Sr. Presidente, não resta alternativa a V. Exa. senão dar cumprimento à decisão do Ministro que determinou ao Presidente desta Casa o que fazer.

Neste momento, há dois pedidos de CPIs que não se opõem, se complementam, e devem ser instaurados por V. Exa., justamente, na forma presencial, por mais que a cautela e a circunstância, Sr. Presidente, exigissem o contrário de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder do Democratas, Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

A Senadora Mara Gabrilli está conectada?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acabei de apresentar um projeto de resolução em



coautoria com os Senadores José Serra e Tasso Jereissati – um minuto que vou tirar o som da minha TV, está dando interferência –, para permitir o funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito nas modalidades remota e semipresencial, durante a pandemia da Covid-19, porque fiscalizar o Poder Executivo é uma atribuição do Senado Federal e essa fiscalização não pode ser inviabilizada pela inocorrência de reuniões presenciais por parte do Senado, tampouco é razoável que se exija, nesse período de colapso na saúde, de total falta de controle no contágio pelo coronavírus, o comparecimento físico dos membros da CPI, bem como de autoridades e pessoas convocadas ou intimadas, especialmente daqueles que integram o grupo de risco.

Eu recebi aqui uma nota técnica formulada pelo gabinete do Senador José Serra, dizendo que a condução de CPIs é perfeitamente compatível com audiências virtuais e remotas. Em CPIs, não há contraditório ou ampla defesa; é um procedimento inquisitivo e a regra é a publicidade. Em caso de necessidade de oitivas secretas, a tecnologia permite o acesso restrito a Parlamentares e assessores designados. As audiências virtuais também permitem a economia de recursos, já que a CPI não precisará arcar com vários deslocamentos. Os documentos recebidos pela CPI podem ser disponibilizados por meio digital, prática já comum, e o acesso a documentos sigilosos também pode ser controlado remotamente, como já é feito. Vários direitos já consagrados na jurisprudência dos tribunais podem ser preservados virtualmente. Por exemplo, é possível o Senado garantir que testemunhas não tenham acesso ao depoimento uma da outra na mesma sessão, quando houver interesse em que assim se proceda.

Eu posso compartilhar a nota completa com quem quiser. Aliás, não pode prosperar a alegação de que a adoção subsidiária do Código de Processo Penal é impeditiva da realização de CPI pelo método remoto. O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 329, de 30 de julho de 2020, que regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, durante o estado de calamidade pública. Essa resolução permite a realização de audiências e atos processuais por videoconferência durante todo esse estado de calamidade. Aliás, a suspensão do expediente presencial, no Poder Judiciário, reforça a possibilidade e a necessidade de se adotarem procedimentos que viabilizem o funcionamento de CPIs, que, por previsão constitucional, guardam similitude com os órgãos judiciais, durante a atual pandemia.

Dessa forma, diante das dificuldades e riscos da realização de reuniões presenciais neste momento, apresentamos esse projeto que estabelece regras para o funcionamento remoto e semipresencial da CPI. Puxa vida! O mundo todo teve que se adequar a essa nova realidade, escolas, tribunais de Justiça, o próprio Senado. O Senado foi o primeiro Parlamento do mundo a adotar sessão remota de deliberação. A gente está vendo até o processo de *impeachment* de um Governador ser realizado de forma semipresencial. O exemplo está aí, já existe e está dando certo. Por que, então, não se pode fazer uma investigação nesses moldes? A gente já tem 350 mil mortes! A gente vai esperar o que para resolver investigar? Que o Brasil chegue a 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões de mortos? São vidas brasileiras que estão sendo tiradas!

Então, se o Governo quiser impedir que essa CPI aconteça, vai ter que arrumar uma outra desculpa, porque essa aí não colou. A gente bota esse projeto de resolução que eu apresentei e vamos, sim, fazer a CPI da Covid, para identificar os erros, corrigi-los e mudar o rumo dessa pandemia, que tanta dor e tristeza já causou ao nosso País e às famílias brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Mara Gabrilli.

Com a palavra, pela ordem, Líder Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero esclarecer à população brasileira que nos ouve neste momento



que nunca houve por parte de V. Exa. qualquer intenção de não instalar a CPI solicitada. Nunca houve essa intenção! V. Exa. sempre deixou muito claro que o momento não era para abrir para possíveis palanques políticos. O momento era para juntar forças e encontrarmos um caminho para impedir mais óbitos neste País.

Agora, vejo aí, Presidente, vários discursos. Primeiro, o discurso contra a decisão do Ministro Barroso. No meu entendimento também, ele só decidiu, porque foi provocado, e não caberia a ele, como manda a Constituição, outra decisão senão mandar cumprir o que determina a Constituição. Agora, Sr. Presidente, quem analisa esse momento de cumprir a decisão do Ministro Barroso, de instalar a CPI e de colocá-la em funcionamento é o Senado Federal, somos nós que temos que entender que o momento para nós, para o País, para os servidores do Senado, para os Senadores da República, não é oportuno. Nós vivemos uma crise enorme. O maior percentual de óbitos por instituição no País é o nosso, do Senado Federal.

Portanto, vejo aí vários discursos totalmente diferentes, discursos antagônicos; vejo gente que, de repente, quer que o Governo siga a ciência e que, de repente, quando o Governo decide seguir a ciência, quebra essa vontade de ouvir a ciência para seguir outros caminhos.

Fazer CPI agora, Presidente, não vai evitar óbitos no nosso País; muito pelo contrário, vai acirrar ânimos, vai aumentar as guerras entre grupos políticos, guerras de ideologias.

Presidente, quero me juntar ao Senador Eduardo Girão no requerimento que ele fez para que a CPI seja ampla e que possa verificar o possível mau uso de dinheiro público, tanto na União, quanto nos Estados e nos Municípios. Primeiro, porque ouvi demais isso aqui esses dias: quem pode o mais pode o menos. Se o Senado Federal liberou recursos para os Estados, para os Municípios, por que o Senado Federal não pode, ao investigar a União, também investigar os Estados e os Municípios a fim de saber se esses recursos foram bem aplicados ou não?

Portanto, a CPI a ser instalada, o momento em que deve ser instalada e que deve ser colocada em funcionamento é o Senado que deve decidir, e será essa ampla e irrestrita, porque é da atribuição, sim, do Senado Federal.

Também quero me juntar, para finalizar, à fala do Senador Plínio Valério. A CPI das ONGs, que também tem a minha assinatura, há mais de um ano está na Mesa do Senado Federal. Ela deveria, pois, ter precedência sobre as demais. A ordem do Ministro Barroso sobre a CPI, protocolada pelo Senador Randolfe e pelo Senador Alessandro, foi específica sobre ela, porque foi sobre ela que eles arguíram; mas há precedência sobre a Mesa de V. Exa.. Há outras CPIs que estão esperando a sua decisão.

Portanto, sei que pesa sobre os ombros de V. Exa. uma decisão que será, sem dúvida nenhuma, histórica para este País, mas saiba V. Exa. que tem o apoio do Senado Federal e tem o apoio do povo brasileiro para a decisão que V. Exa. vier a tomar, que, sem dúvida nenhuma, será a melhor para o nosso País.

Que Deus nos abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senado Mecias de Jesus.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o momento é de união: união dos Poderes, união das autoridades, união de todos aqueles que têm o poder por investidura do povo brasileiro. Essa união exige de nós compreensão para o momento que vivemos. Vivemos um momento em que a população passa por necessidades. O povo está com fome, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores; o povo está em busca de saúde; o povo está em busca de um direito, também inscrito na Carta constitucional, que é o direito à



saúde, é o direito à vida, é o direito à sobrevivência.

Eu gostaria que este momento de grave instabilidade pelo qual estamos passando sirva de um alerta para todos nós: para os Presidentes dos três Poderes verificarem, mais uma vez, a importância da sua convivência harmônica e independente; de os três Poderes estarem coordenados numa ação que deve ser conjunta de todos nós no combate à Covid-19.

Nós temos que ter consciência do momento em que vivemos. Fazer, criar uma CPI no momento em que estamos envolvidos é fazer algo que não interessa à população; a população não está interessada se houve mau uso ou desvio de recursos aqui ou acolá no presente momento. No presente momento, a população está em busca de salvar as suas vidas; está em busca de vacina, vacina, vacina! Está em busca de poder sobreviver a esses tempos calamitosos que estamos presenciando.

Instalar uma CPI neste momento, Sr. Presidente, é a mesma coisa que querer mudar o pneu de um carro em movimento. É impossível se coadunar uma coisa com a outra. Querer instalar uma CPI neste momento é fazer desta CPI uma babel eletrônica. Não há nenhuma possibilidade de uma CPI funcionar de forma adequada de maneira não presencial. É zonzinho imaginar que isso seja possível!

Falo isso, Sr. Presidente, com alguma experiência, experiência de longos anos na vida pública – já lá se vão 40 anos! –, como alguém que já passou e viveu episódios dramáticos da vida nacional e que conhece e sabe como funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito neste momento é tudo aquilo que nós brasileiros, que a população mais vulnerável e mais sofredora não deseja, não quer e não merece.

Nós precisamos colocar os pés no chão e termos consciência de que o momento é de união. Chega de pugilato verbal; chega de disse me disse; chega de fofoca; chega de atitudes inopinadas, como esta que foi adotada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal em relação ao Senado da República. É uma questão que poderia ser decidida simplesmente como uma questão *interna corporis* do Senado Federal. Mas não, lá vem uma decisão para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito em observância ao que diz a Constituição.

Mas será que este é o momento? Será que esta é a oportunidade? Será que é disso que o Brasil está precisando? O que o Brasil está precisando – mais uma vez reitero – é de união de todos nós, Congresso Nacional, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário.

O que nós precisamos é que o Presidente da República assuma o comando das ações do combate à Covid-19; que, como líder político da Nação, ele possa exercer politicamente a sua força para coordenar todas as vertentes ideológicas, e, juntos, conjugados os nossos esforços, podermos contribuir para diminuir o enorme sofrimento por que passa hoje a população brasileira.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente, pedindo vênias se em algum momento me contrapuser às palavras daqueles que já as utilizaram antes de mim. Mas peço, sobre o momento terrível sobre o qual estamos passando e sobre o qual sentimos na própria pele, que todos nós façamos uma reflexão e cheguemos a uma conclusão de que este não é o momento para realizarmos nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta terá o seu momento e a sua oportunidade num futuro próximo, depois que nós possamos contribuir para evitar essa escalada de mortes, de óbitos e de infectados pelo Covid-19, e um chamamento à união de todos nós para juntos combatermos esse mal que nos assola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Sr. Senador Fernando Collor de Melo.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela



ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, eu quero aqui fazer uma defesa aos Senadores Alessandro Vieira e Jorge Kajuru.

Basta que nós passemos os olhos no art. 5º, inciso XXXV, que está expresso quando se diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. É óbvio! Todos nós temos direito. Qualquer brasileiro e brasileira têm direito de buscar a tutela jurisdicional do Estado quando tiver o seu direito violado.

E os requisitos para a instalação de uma Comissão Paramentar de Inquérito, que estão no art. 58, §3º, são requisitos de natureza objetiva: as assinaturas – 27, no mínimo –, fato determinado e prazo estabelecido. Pronto, são esses os requisitos. Não estão ali conveniência e oportunidade. Nós tivemos 5 mil mortos e falaram: “Não, este não é o momento de *impeachment*, este não é o momento de CPI.” Depois foram 10 mil mortos, 20 mil mortos, 50 mil mortos, 100 mil mortos, 300 mil mortos, 350 mil mortos e nós vamos ficar eternamente deitados em berço esplêndido?! É óbvio que não!

E aí eu também quero fazer uma outra defesa ao Senador Randolfe Rodrigues. E acho que V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, tem que dar uma resposta à altura, porque para a ficha corrida daquele que ocupa, daquele inquilino temporário do Planalto, vai mais um crime de responsabilidade, porque ele ameaçou um Senador da República, chamando... Eu não consigo nem proferir a palavra que ele utilizou.

Mas esse é um comportamento de um Chefe de Estado? É um Chefe de Estado que viola as regras mínimas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. É um Chefe de Estado que participou de movimentos antidemocráticos para fechar o Supremo, para fechar o Congresso. É um Chefe de Estado que ataca a Ordem dos Advogados do Brasil, que ataca a imprensa.

E nós estamos fazendo o quê? Há mais de 110 pedidos de *impeachment* desse Presidente!

O Brasil sangra, a população sofre, está morrendo e tem fome!

Eu, como delegado, com bastante propriedade, falo: quem pode o mais pode o menos. Se a ação penal na Justiça Estadual ou Federal pode ocorrer de forma *on-line*, quem pode o mais pode o menos. Por que não um inquérito? Uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Qual é o problema nisso? Que medo é esse que o Presidente da República e seus Ministros têm?

A Comissão serve para elencar elementos de natureza objetiva e subjetiva e remeter ao titular da ação penal aqueles documentos para formar *opinio delicti*. Quem nada deve nada teme!

É óbvio que o efeito é cascata. É claro que nós temos de respeitar, que nós temos de apurar, aqui, a responsabilidade do Presidente da República e do Ministro da Saúde, e, obviamente, todos os Governadores e Prefeitos que fizeram mau uso devem ser responsabilizados civil, penal e administrativamente pelos seus atos, quer seja por ação, quer seja por omissão. A regra é clara: a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, eu quero aqui fazer um apelo: nós temos a obrigação. Ordem judicial não se discute: cumpre-se! Se os Senadores colegas não estão satisfeitos com decisão monocrática, que mudem a lei, que mudem, através de um projeto legislativo ou de uma PEC. Mas não vamos nós atacar decisão do Supremo Tribunal Federal! Nós estamos reclamando de ataques aos Poderes. E nós estamos fazendo o mesmo discurso?

Eu jamais vou atacar uma decisão do Supremo. Se eu tenho dúvida e se eu quero modificar, eu vou apresentar uma PEC ou um projeto de lei para fazer essa alteração, mas o Poder Judiciário foi instado a dizer o direito, através da tutela jurisdicional do Estado, quando dois Senadores, legitimamente eleitos pela população, representando não só seus Estados da Federação, mas toda a população brasileira, têm legitimidade para buscar essa tutela. E o Poder Judiciário fez uma única coisa: aplicou a lei. Fato determinado, assinatura, prazo: determino a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para cabal apuração dos fatos.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Fabiano Contarato.

O próximo a pedir a palavra pela ordem é o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bem, Presidente Rodrigo Pacheco, colegas Senadores, colegas Senadoras, primeiro, quero dizer da importância de nós darmos uma resposta ao povo brasileiro, que quer entender como, com tantos recursos disponibilizados, tanto para o Ministério da Saúde quanto para os Estados, nós não conseguimos nos planejar para enfrentar a pandemia da forma correta.

Eu digo isso porque lá no Amazonas nós enfrentamos as duas ondas da pandemia, a primeira e a segunda, com um verdadeiro caos. No caso da primeira onda, nós tivemos falta de UTI, nós tivemos falta de medicamentos, nós tivemos falta de profissionais treinados; e, na segunda onda, mesmo com todo o anúncio por parte de cientistas, de especialistas, etc., acabamos tendo falta de oxigênio, falta de UTI, falta de medicamentos, etc. Portanto, aqui não se trata de estarmos discutindo uma filigrana jurídica. Aqui se trata de que nós estamos discutindo como nós podemos dar uma satisfação ao povo brasileiro e aos familiares das vítimas que, lamentavelmente, vieram a falecer porque alguma peça da engrenagem do sistema de saúde e do sistema sanitário brasileiro não funcionou.

E não funcionou por quê? Por que o Congresso não aprovou o orçamento de guerra? Não; nós aprovamos o orçamento de guerra numa emenda constitucional. E não funcionou por quê? Por que faltou dinheiro? Não; não faltou dinheiro. Faltou muitas vezes uma questão afirmativa com relação à compra das vacinas, uma questão afirmativa com relação à compra de medicamentos de forma planejada e distribuída de forma correta. Faltou muitas vezes um planejamento para treinamento dos intensivistas brasileiros para intubar de forma correta. Ou seja, o que nós queremos discutir numa CPI de verdade não é a questão política.

Por favor, não vamos fazer isso. Nós não podemos levar para esta CPI questões políticas, questões partidárias ou até mesmo questão de disputa eleitoral que se antecipa para uma CPI, Sr. Presidente. Não foi por isso que eu assinei a CPI. Eu assinei a CPI porque eu gostaria de poder prestar contas ao cidadão amazonense, ao cidadão brasileiro, de todas essas questões que levantei ainda há pouco.

Aí vamos aos fatos. A CPI foi apresentada com fato determinado, com assinaturas em número suficiente, cumprindo os mandamentos constitucionais, e V. Exa. buscou encontrar soluções, não na política partidária, mas na política institucional, para que pudéssemos encontrar caminhos.

Não conseguimos encontrar esses caminhos a contento, Sr. Presidente. E veio, então, a ação, que aqui eu não quero questionar se correta ou incorreta. O fato é que tivemos uma ação de membros do Senado, de Senadores da República, que provocaram o Supremo Tribunal Federal. Ao ser provocado, o Supremo se manifesta, como sempre o fez em várias ocasiões quando provocado por membros do Senado. Mas os membros do Senado o fizeram porque acharam e entenderam que o prazo estabelecido já tinha sido ultrapassado. Agora, tomada a decisão por parte do Ministro Barroso, V. Exa., em sessão pública, anuncia uma posição que daqui a pouco V. Exa. haverá de confirmar.

Aí vêm os desdobramentos dessa decisão: um requerimento de adendo do Senador Alessandro Vieira, apoiado por vários Senadores, que eu acredito que tenha respaldo na técnica legislativa e jurídica. Por quê? Porque, onde houver nexos, a competência é absoluta da investigação que o Senado haverá de fazer, mas terá que haver fatos, nexos – um recurso federal repassado e não aplicado corretamente; a não explicação da falta de oxigênio ou de medicamentos. Com esse nexos, não há dúvida de que a CPI terá competência para investigar, seja Estado, seja Município, quando houver nexos ao fato estabelecido pela CPI. Agora, fazemos uma nova CPI indiscriminadamente sobre Estados e Municípios...



V. Exa. vai se manifestar daqui a pouco. A Secretaria-Geral da Mesa, provocada por V. Exa., já se manifestou. E eu acho que não há dúvida de que a competência de investigação sobre Estados é das Assembleias Legislativas; e a dos Municípios é das Câmaras Municipais.

Portanto, Sr. Presidente, queremos aqui dar um voto de confiança à manifestação que V. Exa. fará daqui a pouco, convictos de que V. Exa. vai não só honrar os seus conhecimentos jurídicos, sobejamente conhecidos por todos nós, mas vai honrar a sua história de coerência que tem feito na vida pública e que tem tido no decorrer desses dias aqui na Presidência do Senado. E nós ouviremos e aguardaremos a manifestação de V. Exa. com a convicção de que estamos aqui querendo buscar respostas para o povo brasileiro e encontrar soluções para salvar as vidas dos brasileiros, que ainda estão enfrentando essa pandemia que nos leva, todos os dias, a uma média móvel, lamentavelmente, acima de 3 mil mortos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Eduardo Braga.

Pede a palavra, pela ordem, o Líder do PSD, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma linha do que alguns oradores que me antecederam falaram, eu queria apenas repassar, de forma didática, a V. Exa. e a todos os colegas, os quais saúdo neste momento, que nós temos sobre a mesa uma decisão, que naturalmente V. Exa. vai cumprir, da instalação da CPI protocolizada pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Ocorre que saiu por aí que não se poderia, nesse caso, ser ampliada essa investigação ou que se teria que ser feita alguma outra proposição – no caso, feita pelo Senador Girão e que não tem a apreciação do Supremo nessa questão do Senador Girão – para ampliar o escopo e também investigar Estados e Municípios.

Nós fizemos um requerimento – e o Senador Alessandro também o fez –, no sábado, no sentido de que fatos conexos relacionados ao uso de verbas públicas por agentes políticos e administrativos com o repasse do Governo Federal também poderem ser inseridos no rol das investigações relativas se, porventura, apresentarem indícios de mau uso dessas verbas públicas por Estados e Municípios.

Então, eu também enxergo, eu vejo que há aí uma total cobertura, tanto do Regimento quanto da própria concepção da CPI, de se poder atender esse escopo e ampliar essa questão investigativa para poder esclarecer se esse ou aquele ente federado, Estado ou Município, não usou de forma correta os recursos federais provenientes do enfrentamento da Covid-19.

Afora essa questão, eu tenho a certeza de que V. Exa. não está aí por acaso: tem toda a sensatez, tem todo o equilíbrio, tem todo o conhecimento para poder discernir sobre essa matéria – e assim o fará –, e eu tenho a convicção de que terá o apoio de todos nós.

Nós temos aqui também, Sr. Presidente, apenas para conhecimento de V. Exa., conforme a missão que me foi dada, o parecer quase fechado do relatório do PL 12, de 2021, do Senador Paulo Paim, e já em condições e pronto para ser pautado, de acordo com a sua determinação – porque quem organiza essa pauta é V. Exa. Então, ele já está praticamente pronto, em condições de ser apreciado e debatido pelos Senadores, que muito nos ajudaram na confecção desse relatório.

Ademais, digo a V. Exa. que essa missão realmente é espinhosa, é difícil, mas não será a primeira e, com certeza, não será a última que V. Exa. vai ter que digerir no transcurso do seu mandato como Presidente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Nelsinho Trad.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela



ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é muito bom a gente lembrar que existe uma frase, que é muito interessante, que diz que “pau que bate em Chico também bate em Francisco”.

Nós temos, neste momento, funcionando no Congresso Nacional uma Comissão da Covid; aliás, muito bem conduzida pelo nosso Presidente Confúcio, que faz reuniões semanais a cada dois dias. Nós temos uma intensidade de debates e de reuniões que ocorrem com a maior efetividade possível. Ou seja, é absolutamente possível, como já falaram vários outros Parlamentares, nós fazermos a CPI. Temos, na verdade, fato definido – portanto, isso foi estabelecido muito bem no requerimento apresentado pelo Randolfe – e temos uma decisão judicial sobre isso. O que nós precisamos agora é fazer a instalação de forma imediata para que ela realmente possa acontecer.

Sobre, na verdade, a ampliação do foco da CPI – aí jamais entrando no mérito de quem faz essa defesa –, eu a recebo com muita preocupação, sobretudo porque nós temos vários Estados brasileiros e mais de 5 mil Municípios no Brasil. Parece-me, na verdade, uma tentativa de trazer uma confusão sobre a CPI, ao passo que também – V. Exa., inclusive, faz uma consulta neste sentido – nós precisamos ter a garantia da segurança jurídica disso. Se nós fazemos uma unificação das duas CPIs, poderemos não ter nada. Em vez de ter uma CPI que tem foco definido e sobre a qual não paira qualquer tipo de suspeição sobre a sua amplitude, sobre as suas prerrogativas, a gente poderá ter, numa unificação, a possibilidade até de não ter nada.

Então, eu queria também fazer um destaque: lá atrás, vários outros Senadores assinaram a CPI do meu colega Girão e assinaram numa defesa extremamente correta e coerente com o seu princípio de vida, mas ela não tinha assinatura suficiente. De repente, nos últimos três ou quatro dias, nós tivemos uma explosão de assinaturas.

A gente acabou de ouvir um áudio que foi divulgado aí pelo nosso colega Kajuru colocando exatamente as motivações do Presidente da República. Então, assim, a gente precisa ter muita compreensão e saber, de fato, o que a gente quer neste momento. Se a gente vai ampliar, a gente pode, ao final, não ter nada. E eu acho que não é isso que a gente precisa hoje. Se nós temos uma CPI que é apresentada, se nós temos a quantidade de assinaturas suficientes, se nós temos uma decisão judicial para isso, se nós já temos Comissões funcionando nesse período de pandemia, por que não ter a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

Eu espero, Presidente, que V. Exa. possa ler hoje o requerimento e nós possamos logo, de forma muito mais rápida, fazer a instalação desta Comissão e começar, na verdade, as oitivas, ouvir quem tem que ser ouvido e, naturalmente, partir para o que nós queremos, que é o esclarecimento dos fatos. Nós temos hoje, no Brasil, uma campanha clara contra, por exemplo, o *lockdown*, contra o uso de máscara. Nós temos, na verdade, maior missão, claro: uma falta de comando da política federal, que é unificada hoje, no Brasil, através do SUS. Então, o que nós estamos acompanhando... Isso é muito claro na Comissão Especial de que nós fazemos parte. Não há uma política única do Governo Federal do enfrentamento da pandemia. Daí, hoje, quase 5 mil casos em 24 horas e quase 400 mil mortos no Brasil, gente! Isso é um caso, realmente, terrível. Não é culpa de ninguém, mas há culpa, sim, do Poder Público. E nós precisamos, realmente, buscar os responsáveis também por essa tragédia, responsabilizar quem tem que ser responsabilizado e, naturalmente, encontrar saídas para a redução dessa pandemia no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Eliziane Gama.

O próximo inscrito, pela ordem, é o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem.) – Presidente, eu quero parabenizar V. Exa. pela condução. É o que V. Exa. diz: decisão



judicial não se discute; cumpre-se e recorre-se, não é?

Agora, eu – V. Exa. sabe – sou o Relator da CPI da Chapecoense, que está suspensa em função da pandemia. Então, é evidente que, com qualquer instalação ou funcionamento de uma CPI, a da Chapecoense e a da Fake News, fatalmente, também vão ter que voltar a funcionar. Então, essa é a minha dúvida.

Agora, eu queria também fazer um apelo a V. Exa. e também até ao autor do requerimento, se houver algum entendimento, porque, com essa composição que ele colocou de 11 titulares e 7 suplentes, pelo cálculo de distribuição de participantes, o nosso bloco, que tem 17 Senadores, está ficando com a mesma quantidade de membros dos blocos do PSD e do Vanguarda, que têm 11 Senadores. Então, o bloco está ficando com duas vagas de titular e uma de suplência.

Então, esse cálculo a gente poderia ver o que pode ser feito por questão de ordem e ou 11 suplentes, fazer um equilíbrio, para que a gente possa ter realmente os blocos dentro da proporcionalidade correta, vamos dizer assim. Então, é uma questão que eu faço a V. Exa. Se puder realmente ampliar os suplentes, para a gente ter uma distribuição melhor, eu agradeço.

Mas eu participo já há muitos anos, Presidente, desde Deputado, em todas as CPIs. E CPI você sabe como começa; então, essa questão se vai fiscalizar Governadores e Prefeitos não necessariamente tem que ter isso no escopo da CPI. Durante a apuração, lógico que as transferências que foram feitas para Estados e Municípios, qualquer indício poderá ser verificado.

Aqui no Distrito Federal mesmo a cúpula da saúde está toda presa. Houve desvio de recursos evidentemente, que está inclusive com o processo na Justiça Federal e com o processo em segredo de justiça. Então, fatalmente, a hora que for analisar os repasses feitos aqui para o Distrito Federal e para outros Estados, há provas, há documentos que vão acabar levando à identificação dessas irregularidades.

Então, estar no escopo ou não é questão de tempo. Lá no meio do processo vai acontecer e vai poder fiscalizar aquilo que está errado. Eu sou favorável a apurar as irregularidades, independentemente se é estadual, municipal ou federal. Tem que apurar.

Então, eu passo essa questão de ordem para V. Exa. Se V. Exa. puder atender, eu fico satisfeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para responder questão de ordem.) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas. Desde logo, já indefiro a questão de ordem de V. Exa. O requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito já indica os números, e isso, portanto, está consolidado e seguirá na sequência em relação à regra da proporcionalidade.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu não queria falar, mas, diante de tantas coisas que eu ouvi, eu me sinto obrigado a me manifestar.

Primeiro, eu queria saber por que é que lá atrás, quando o Supremo determinou a implantação da CPI da Petrobras no Senado, dos bingos na Câmara, o apagão aéreo, muitas pessoas que estão hoje aqui no Senado não se manifestaram para dizer que era uma intromissão. Não se manifestaram porque sabem que essa é uma questão constitucional.

Segundo, me causa espécie também os ataques do Governo e dos apoiadores do Governo, inclusive no Senado, à ideia de se fazer uma CPI. Como se houvesse, de antemão, uma culpa já constatada e, como tal, o Governo teme, tem receio, está preocupado – por isso, ele não quer.

E, na verdade, essa CPI é necessária porque o povo brasileiro precisa saber a responsabilidade de quem quer que seja acerca dessa tragédia que nós estamos vivendo agora. Portanto, nós temos que fazer isso. Além do mais, este Governo só funciona sob pressão, e a pressão de uma CPI pode servir para o



Governo fazer o que ele não fez até agora.

Eu ouço alguns companheiros que eu respeito muito dizendo que é hora de união, é hora de juntar, mas quem é que não quer a união no Brasil? Quem não quer a união no Brasil é quem agride verbalmente um Senador e o ameaça de uma agressão física. Na verdade, ele não vai atravessar a rua para agredir Randolfe; ele faz isso para mandar os bolsomínions atacá-lo o tempo inteiro. Quem não quer união no Brasil é quem não tem compostura para exercer a função pública mais importante do País, que não tem sequer educação doméstica e que chama um Ministro do Supremo de praticante de politicalha, de alguém que tem falta de coragem e moral. É essa a pessoa que quer unir o Brasil, que vai assumir a liderança? A que passa o tempo inteiro brigando com Governadores e com Prefeitos, porque eles estão fazendo o que é a responsabilidade deles? Não, minha gente! Não é possível a gente concordar com esse tipo de argumento. Parece que há uma pessoa querendo juntar o Brasil todo e meia dúzia de Senadores que querem uma CPI para colocá-la no canto da parede. Não! O Brasil não tem vacinas e há um responsável! O Brasil não faz isolamento e há um responsável!

E há mais: que se faça a investigação de Estados e Municípios se for o caso. Assim como é importante investigar esse recurso que foi para os Municípios e Estados que tenha sido malversado, também quem mandou esses recursos, quem mandou as emendas e se há também algum tipo de envolvimento e interesse de quem quer que seja no Parlamento.

Portanto, eu tenho certeza de que o Presidente vai ter uma posição sensata e vai escolher a melhor data para fazer a CPI. Agora, nós vamos fazer essa CPI. Se o Presidente estrilar ou não estrilar, ela vai ser feita, com toda certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Com a palavra, pela ordem, a Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na linha do Senador Humberto, eu não iria usar a palavra, mas acredito que foram levantadas tantas questões aqui que, a princípio, já foram definitivamente resolvidas por V. Exa. que é preciso aqui deixar muito claro o posicionamento do Senado Federal.

Nós estamos em rede nacional, nós estamos, através da TV Senado. Eu ouvi alguns colegas, com o respeito que tenho a todos eles, mas V. Exa. foi muito claro na coletiva que deu no mesmo dia da determinação do Ministro Barroso. Concordando ou não, isso é um direito que qualquer um de nós temos. Nós não podemos nos esquecer que se trata de uma decisão judicial. Decisão judicial se cumpre, especialmente quando nós estamos falando de autoridades públicas, de agentes públicos como nós. E não é à toa que esse é um dispositivo que se faz presente em praticamente todas as democracias do mundo. Toda decisão irá agradar e irá desagradar uma das partes. Se nós advogarmos a possibilidade de descumprir uma decisão judicial por mais injusta que nós achamos que ela seja, nós estamos desconstruindo a Justiça e voltando àquele passado do olho por olho, dente por dente. Nós não temos mais segurança jurídica, nós não temos mais segurança de viver em sociedade.

Acho que isto precisa ser deixado muito claro: o Presidente do Senado Federal já falou com todos nós – portanto, para os 81 Senadores – que iremos cumprir a decisão judicial monocrática. "Ah, não concordamos que uma decisão monocrática possa valer em cima de uma decisão colegiada do Senado Federal". Essa é uma outra questão que cabe a nós decidirmos, lembrando que nada mais fizeram o Senador Alessandro e Randolfe do que buscar a Justiça porque é de direito deles. E é dever do Ministro do Supremo Tribunal Federal, quando provocado, decidir.

Se nós não concordamos que uma decisão monocrática possa valer em cima de um órgão colegiado,



como o Senado Federal, nós temos que discutir, através de uma emenda constitucional, e modificar a Constituição brasileira. Eu acho que isso é preciso deixar claro, porque, assim, nós estamos – repito – em rede nacional, e nós temos que deixar muito claro que decisão judicial se cumpre, e, quando o agente público não faz, ele pode incorrer em improbidade administrativa.

Segunda questão, Sr. Presidente, é em relação à instalação da CPI. Há muita discussão em relação a essa questão. V. Exa. também já disse que hoje estaria instalando a CPI. A discussão é se ela será aditada ou não será aditada, se será incorporada também à CPI do Senador Girão. A CPI proposta pelo Senador Randolfe, Sr. Presidente, nós sabemos, tem fato determinado, tem prazo certo para terminar e tem as assinaturas devidas. Ali está se confundindo, a meu ver, a meu modesto ver, dois pontos. Nós não estamos falando apenas que essa CPI tem fato determinado e que ela é legítima porque nós estamos falando de verbas federais, é porque ali se apontou uma suposta omissão ou irregularidade praticada – ou não, vai ser investigada – por autoridade federal. Isso faz toda a diferença em relação à CPI do nosso querido Senador Girão. Tenho o maior respeito pelo Senador Girão. Assinei a primeira CPI e não assinei a segunda. Não porque eu não acho que Estados e Municípios não tenham que ser investigados, sim, eles têm; mas, para não ferir a autonomia dos entes federados e, portanto, não ferir a Constituição brasileira, quem tem que investigar Estados e Municípios são assembleias legislativas e câmaras de Vereadores, mesmo quando haja recurso federal. A não ser numa hipótese, que é esta da CPI do Senador Randolfe: quando nós estivermos falando de recursos federais que envolvam autoridades federais. Aí, sim. No caso do Estado do Amazonas, essa CPI vai ter, sim, que investigar se o Prefeito de Manaus, se os Prefeitos do Amazonas e se o Governador do Estado do Amazonas foram omissos ou não ou praticaram alguma irregularidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, apenas repetindo: a CPI do Senador Girão não só trata da possibilidade de, a meu ver, ferindo a autonomia dos entes federados, investigar Estados e Municípios sem conexão com alguma possível irregularidade praticada por autoridades federais, como ela não tem fato determinado. Fala assim: qualquer licitação, qualquer irregularidade de contrato assinado, qualquer possível desvio de dinheiro do Governo Federal, estadual ou municipal. Cadê o fato determinado dessa CPI?

Portanto, na minha palavra final, Sr. Presidente, eu entendo até que não precisaria nem de aditamento, nem do requerimento do Senador Alessandro. Por quê? Porque no processo, durante o curso da CPI, por ser conexo e estarmos falando de verbas federais, no caso específico do Estado do Amazonas, qualquer autoridade pública, seja federal, estadual ou municipal, poderá, sim, ser investigada pela conexão em relação às verbas federais.

No mais, Sr. Presidente, espero que V. Exa. não só instale a CPI o mais rápido possível, mas deixe claro que nós temos condições, pelo escopo e porque é uma CPI no Brasil, que é inquisitória, que não tem contraditório, nem ampla defesa. Hoje até a jurisprudência já fala que não cabe nem... A princípio, quem vai tem o direito de permanecer calado. Portanto, não há nem essa questão de decretar a prisão. Por toda a característica de uma CPI hoje no Brasil, entendo, sim, que ela possa ser instalada virtualmente – ainda que ela possa iniciar de forma mais lenta e possa ser acelerada mais no final do primeiro semestre, quando provavelmente estaremos pelo menos no modo semipresencial.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Já passamos de duas horas da realização desta sessão deliberativa do Senado Federal. Temos quatro itens na pauta de hoje, inclusive projetos de lei muito importantes de serem apreciados pelo Senado Federal.

Informo ao Plenário que garantirei a palavra a todos os oradores que estão aqui inscritos, tanto com a palavra pela ordem quanto a lista ordinária de oradores do Senado Federal, mas neste instante gostaria



de submeter ao conhecimento dos Senadores e das Senadoras a seguinte decisão da Presidência.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta de onze membros titulares e sete suplentes, para, no prazo de 90 dias, com limite de despesas de R\$90 mil, apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Estado do Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

A Presidência comunica ao Plenário que a leitura do referido requerimento está sendo feita nesta sessão do Senado Federal por determinação do egrégio Supremo Tribunal Federal, por força da medida cautelar expedida no Mandado de Segurança nº 37.760, pelo Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, que decidiu nos seguintes termos, aspas: "defiro o pedido liminar para determinar ao Presidente do Senado Federal a adoção das providências necessárias à criação e instalação de comissão parlamentar de inquérito, na forma do Requerimento" a que se reporta, fecho aspas.

Também foi protocolado requerimento do nobre Senador Eduardo Girão e outros Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, valendo-se, para isso, de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 – termos do requerimento do Senador Eduardo Girão, subscrito por outros Senadores.

Os requerimentos contêm subscritores em número suficiente, nos termos do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, e serão publicados para que produzam os seus devidos efeitos.

A Presidência determina, nos termos do art. 48, §1º, do Regimento Interno, o apensamento do requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão ao requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, por tratarem de matérias conexas.

Com referência à conexão dos requerimentos e dos fatos neles expendidos, a Presidência, com base em parecer da Advocacia-Geral da Casa, esclarece que a apuração conjunta de fatos determinados pode se dar tanto no caso de ampliação do objeto de uma CPI já em funcionamento quanto no caso de reunião de requerimentos apresentados contemporaneamente para a instalação de uma única comissão investigativa, desde que não reste inviabilizado ou restringido o objeto dos requerimentos apresentados. Esta última é exatamente a hipótese de que tratamos hoje, nesta Casa, e que fundamenta a juntada e o apensamento dos requerimentos, respeitando a precedência do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, por regra regimental.

Esclarece também que o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, nos termos do art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno – isso reitero –, tem precedência regimental por ser o mais antigo. Nesses termos, a Comissão terá como objeto o constante do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do Senador Eduardo Girão, este, portanto, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia do Covid-19, excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do que dispõe o art. 146, inciso III, do Regimento Interno, que reproduzo.

Diz o art. 146:

Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:



- I - à Câmara dos Deputados;
- II - às atribuições do Poder Judiciário;
- III - aos Estados.

Corroborando essa tese, com base também em parecer da Advocacia-Geral do Senado, esclareço que são investigáveis todos os fatos que possam ser objeto de legislação, de deliberação, de controle ou de fiscalização por parte do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, o que, *a contrario sensu*, implica que estão excluídas do âmbito de investigação das comissões parlamentares de inquérito do Poder Legislativo Federal as competências legislativas e administrativas asseguradas aos demais entes federados.

Portanto, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que traz o fato determinado e que ora é lido, é acrescido do requerimento do Senador Eduardo Girão em relação aos repasses de recursos federais aos demais entes federados, e ambos os fatos poderão ser investigados, com a limitação e com a observância do art. 146, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal a fatos que digam respeito exclusivamente aos demais entes federados, Estados, Distrito Federal e Municípios, a quem cabe a sua própria investigação através das Casas Legislativas respectivas, sob pena de usurpação de atribuição e de competência.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência determina que se oficie aos Líderes para que façam as indicações de membros de acordo com a proporcionalidade partidária. Feito isso, será feita a designação do Colegiado por esta Presidência e posterior instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, dando continuidade à nossa conversa, praticamente, sobre esses dois pedidos, eu quero salientar que, aos 355 mil e mais mortos, aos quase 400 dias de pandemia, nós ouvimos aqui que o momento é de união – disse o Presidente da República e aqueles que ainda o suportam, que xingou a China e outros países, que litiga, esse sim, verbalmente com o STF, com os governos estaduais, com governos estrangeiros.

O povo está com fome, diz ele também e alguns aqui, sendo que aprovamos 44 bilhões de teto para um auxílio emergencial diminuto e tardio este ano. É um Presidente que levou também três meses esperando que o Congresso Nacional mais uma vez propusesse o auxílio emergencial, para que as pessoas ficassem em casa ou diminuíssem suas atividades econômicas, a título indenizatório, não como programa social.

Estamos em busca de vacinas, diz o Governo que recusou ofertas prioritárias ao Brasil, como país grande comprador usual de vacinas e de medicamentos no mundo, em outubro e novembro do ano passado.

O STF está extrapolando suas atribuições, dizem aqueles que preconizam a abertura de *impeachment* de Ministros que os desagradam.

O momento é de cooperação e de harmonia, diz o Governo que libera 500 armas por dia por decreto presidencial e se recusa, se omite a apreciar a tempo de entrar em vigor.

Não, Presidente, aqui não se trata, com toda a vênica e o respeito ao Presidente Collor, de pugilato verbal, muito menos de pugilato verbal inútil. Aqui é o Parlamento, aqui se fala, aqui é o embate de palavras. Mas nós já falamos demais, a hora agora é de agir. E nós temos um segundo poder além de falar: o de investigar. Não estamos atrás de holofotes, muito menos de palco, aqui não é circo nem teatro, somos Senadores e Senadoras muito responsáveis e muito sérios, representamos os Estados da Federação. Não é o momento? Mas qual é o momento então? Quando chegarmos a 500 mil mortos, 600 mil mortos? Estamos... liderança, integração, inteligência e eficácia da parte do Governo Federal e de seu líder-mor, o Presidente Bolsonaro. E o que temos? Negacionismo, ofensa aos potenciais parceiros e gestores, burrice,



teimosia e resultados desastrosos.

Chega, Presidente! Vamos em frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra pela ordem para me somar ao pronunciamento do Presidente Collor. Ele, com a autoridade que talvez nós não tenhamos, que passou pelo que passou, deu um testemunho e fez um apelo a todos nós: que voltássemos à nossa história não muito distante, à nossa história que podemos considerar recente.

Então, eu queria, Sr. Presidente, antes, porém, de me referir ao pronunciamento do ex-Presidente Collor, me congratular com V. Exa. pela forma como tem se havido na condução do Senado da República e do Congresso Nacional nos últimos dois meses. A prudência, o diálogo e o entendimento são a função maior desta Casa.

Assim sendo, eu queria fazer um apelo a V. Exa. – e me permita fazer isso perante as Senadoras e os Senadores. Saindo desta sessão, Presidente, dirija-se ao Presidente do Supremo Tribunal Federal na busca daquilo que o inspirou ao ser eleito Presidente desta Casa: buscar – os dois Presidentes das duas Casas, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo – o consenso, o entendimento e não buscar o dissenso. Ainda há tempo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Então, é o apelo que eu faria a V. Exa.: procure o Presidente do Supremo Tribunal. Os três Poderes são responsáveis pelo destino do nosso País. E eu acredito, até o último instante, Sr. Presidente, no entendimento, no diálogo e na conciliação.

Com relação ao pronunciamento do Presidente Collor, no meu entendimento, que vai no sentido desse apelo que eu faço a V. Exa., com os meus 78 anos, em que vivenciei muito fatos históricos neste País e tenho também acompanhado com muita atenção o pronunciamento das Senadoras e dos Senadores aqui nesta Casa, o Presidente Collor falou do coração, do sentimento de quem passou por difíceis momentos da nossa história.

Então, eu queria só, Sr. Presidente e minhas estimadas Senadoras e meus estimados Senadores, dizer que é preciso nós ouvirmos as vozes daqueles que tiveram uma experiência histórica, como o Presidente Collor, que acabou de fazer esse pronunciamento. Respeitamos as divergências partidárias, políticas e, sobretudo, ideológicas, mas o momento realmente não comporta, meus queridos e estimados Senadores da situação e da oposição, o dissenso nessa hora. Saibamos incorporar até mesmo a fragilidade de homens públicos que têm grandes responsabilidades pelo destino do nosso País. Mas nós temos que buscar, por fim, o entendimento, a conciliação, o consenso, que devem prevalecer e pairar sobre todos nós.

Portanto, meu Presidente Rodrigo Pacheco, eu faço o apelo a V. Exa.: que procure os demais Poderes do Estado, sobretudo neste momento em que está envolvido nessa questão da decisão do Poder Judiciário. Como disse V. Exa., como um grande e brilhante advogado, "decisão judicial se cumpre".

Portanto, parabéns a V. Exa. pelo modo como tem se conduzido aqui no Senado da República.

Esse é o apelo que eu faço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Elmano Férrer.

Com a palavra, pela ordem, Senador Cid Gomes. (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, nós não estamos ouvindo V. Exa. (*Pausa.*)

Ainda não.

Vou passar para o Senador Rogério Carvalho, que pede a palavra pela ordem, e retorno a V. Exa.



Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Anuncio o item 1 da pauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021, do Senador Luis Carlos Heinze, que prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde e dá outras providências.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Esperidião Amin para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra, para proferir o parecer do item 1 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir parecer.) – Pois não.

Sr. Presidente, eu creio que V. Exa... Sendo eu o primeiro inscrito ordinariamente – não posso dizer que seja um inscrito ordinário, mas é uma inscrição pela pauta –, não posso deixar de comentar o desfecho de um assunto para o qual eu não me inscrevi, mas não sou desinteressado. Quero dizer que eu sou um dos remanescentes que participamos da CPI dos Precatórios. Todos os atos eram ou de Estados, ou de Municípios e o Presidente era o Senador Bernardo Cabral, Relator da Constituição, Relator-Geral da Constituição, não era pouca coisa. E aprendi muito naquela CPI, que tratou de um assunto muito sério para o País, com graves reflexos políticos, sociais e econômicos.

Creio que V. Exa. conduziu com sabedoria e com serenidade e o desfecho, ou seja, a sua decisão, honra esta Casa, apesar de haver esta ou aquela divergência. No mais, eu me socorro da frase de Marco Antônio diante do cadáver de Júlio César quando ele diz: "Mal estás de pé, segue agora o teu caminho". Ou seja, vai depender de nós se nós vamos fazer o mal ou o bem, vai depender da condução desta CPI com amplitude maior do que a originalmente pretendida e que vai ter que se conciliar, na sua condução, com a pandemia e com as restrições que ela impõe para a nossa presença física e daqueles que a ela acudiram.

Quanto ao nosso Projeto de Lei Complementar nº 10, Sr. Presidente, eu vou me limitar a comentar o que vem da Câmara. Graças a Deus a Câmara foi rápida, ou seja, nós estamos recebendo num lapso de tempo bastante reduzido a volta ao Senado de um projeto de lei complementar que tem grandes reflexos para muitos Estados federados e, acima de tudo, para dar flexibilidade – vejam bem como ela é oportuna – aos Estados e aos Municípios na questão de aplicação de recursos para a saúde e para a assistência social, porque nós aqui ampliamos o escopo do projeto do Senador Heinze e incluímos a emenda a Senadora Eliziane Gama, que incluiu a assistência social, ou seja, os saldos de recursos transferidos, senhores e senhoras, pela União para o Estados, para os fundos estaduais e municipais de saúde. E é importante saber esses valores.

Nos fundos estaduais e municipais de saúde, no dia 31 de dezembro de 2019, portanto no ano que antecedeu essa tragédia da pandemia, restaram R\$15,843 bilhões transferidos pela União. No final do pior ano, em termos de duração da pandemia, o saldo remanescente, senhoras e senhores – e eu já falei isso quando da aprovação –, não foi de 15 bilhões; foi de R\$23,829 bilhões, sendo R\$9,482 bilhões o saldo nos fundos estaduais e R\$14,347 bilhões o saldo no final do ano de 2020 no caixa dos Municípios, somente nos fundos municipais de saúde. Isso demonstra que realmente não faltaram recursos, não faltaram recursos



para atender à demanda, em termos financeiros, nos Estados e Municípios, porque restaram mais recursos em 2020, cerca de 60%, 70% a mais do que em 2019, quando a demanda não foi tão grande, quando a pressão foi menor. E, no Fundo de Assistência Social, foi de R\$2,676 bilhões o remanescente dos fundos municipais e estaduais de assistência social. Portanto, não se pode dizer que faltaram recursos nem para a saúde nem para a assistência social, posto que o restante, no dia 31 de dezembro, montava a tal cifra.

Quanto às emendas produzidas na Câmara dos Deputados, eu gostaria de esclarecer três inovações, com isto dizendo que o meu voto é a favor do acolhimento do que vem da Câmara.

Primeiro, este projeto ampliado para assistência social dará flexibilidade a Estados e Municípios para remanejar recursos que restaram, no caso de 2021, cerca de 24 bilhões. Nós estamos dando flexibilidade para que Estados e Municípios remanejem este saldo, e é uma forma de contribuir para a emergência deste ano.

Três renúncias de receita financeira para a União são produzidas por este projeto de lei complementar. E, para cumprirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu enuncio quais são esses valores.

O art. 3º do Substitutivo da Câmara, quanto à alteração do art. 12-A da LCP nº 156, de 2016, da renegociação da dívida – da qual tive o privilégio de ser o Relator, em 2016, como Deputado Federal –, se refere à troca de indexadores de parte da dívida do Estado de Goiás. Essa modificação gera um impacto, em valores nominais, de R\$1,14 bilhão para o período de 2021 a 2034.

E aqui se faz justiça: eu, que fui Relator em 2016, se tivesse conhecimento do não atendimento ao Estado de Goiás, teria incluído esse Estado na Lei Complementar 156. Por isso, já aplaudi aqui as iniciativas dos Senadores Vanderlan, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru. Aqui se fez justiça, ou seja, estendeu-se a Goiás algo que foi alcançado por todas as outras unidades federadas.

O art. 5º do Substitutivo da Câmara, quanto à alteração do art. 21 da LCP nº 178, de 2021, que disciplina a apuração de valores inadimplidos do Estado do Rio de Janeiro – aí é um caso diferente, que se refere à lei de recuperação fiscal –, acresce o saldo inicial da conta-gráfica desse ente na ordem de R\$2,5 bilhões, a valores de março de 2021. Ou seja, o que não foi pago por força de decisões judiciais do Supremo, suspendendo o pagamento de dívida, tem que ser repactuado. Isso tem impacto na receita que a União terá, e o montante desse impacto de decisão judicial do Supremo será de R\$2,5 bilhões, a valores de março de 2021. Mas é uma decisão judicial, e o Estado do Rio de Janeiro vai ter de adimplir ao longo do tempo, e não mais retroativamente. Então, é uma solução para a inadimplência produzida por decisão judicial.

Há um terceiro aspecto: o art. 5º do Substitutivo da Câmara, quanto à alteração do art. 23 – não do art. 21 – da LCP nº 178, de 2021, trata da concessão de prazo adicional para celebração de contratos. Não há condições físicas de se celebrarem esses contratos até 30 de junho deste ano, e o prazo fica para 30 de junho de 2022. Isso também é consequência da pandemia. Esse beneficia o Estado de Goiás, que vai ter que repactuar; o Estado de Minas Gerais – nesse assunto, não foi necessário que os ilustres Senadores de Minas Gerais, V. Exa. e os nossos Senadores Antonio Anastasia e Carlos Viana, pedissem tratamento especial, pelo contrário –; o Estado do Rio Grande do Sul e até o Estado do Rio Grande do Norte.

Portanto, com essas palavras que simplificam, eu me manifesto a favor de aceitarmos o texto que, em bom tempo, a Câmara nos devolve, para fazer justiça e permitir a regularização da situação financeira, econômica e fiscal de todas as unidades federadas, especialmente as mencionadas.

Este é o meu voto, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 61/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

O parecer é favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.



Discussão e votação do Substitutivo da Câmara, nos termos do parecer, em turno único.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos "sim".

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para orientar, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Como orienta o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, por entendermos de justiça, encaminhamos o voto favorável ao parecer do eminente Senador Esperidião Amin, cumprimentando-o pelo trabalho e pela clareza do seu relatório, bem como cumprimentando o Senador Heinze pela autoria do projeto de lei.

Sr. Presidente, é um projeto que traz benefícios, obviamente, neste momento em que todos necessitamos de recursos para o combate à pandemia. Portanto, encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSD, Líder Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, entendemos que as flexibilizações orçamentárias propostas são ações acertadas para o custeio das ações de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19 por parte tanto dos Estados quanto dos Municípios e do Distrito Federal. Quero parabenizar o Senador Esperidião Amin pelo brilhante relatório e a iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze.

A Liderança do PSD encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Líder Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Presidente Rodrigo Pacheco, primeiramente, os cumprimentos a V. Exa. pela inteligente decisão, opção competente em relação ao pleito da CPI Covid-19. Parabéns a V. Exa.!

Em relação a essa matéria, os cumprimentos também ao Senador Esperidião Amin, sempre competente na apreciação de projetos importantes. Ele é realmente um projeto importante, porque possibilita a Estados e Municípios a utilização de recursos remanescentes num período de crise fiscal incrível.

Por isso, Sr. Presidente, o voto do Podemos é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas?

Agradeço ao Líder Alvaro Dias pela referência.

Como orienta o Progressistas, Senadora Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentando V. Exa., cumprimento os meus colegas Senadores e Senadoras. Cumprimento, de forma muito especial, o Senador Heinze pela autoria do projeto e o Senador Esperidião Amin pela relatoria.

Obviamente, o Progressistas orienta "sim" para esses dois craques do Progressistas, nossos Senadores.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu quero inicialmente parabenizar o Senador Luis Carlos Heinze pela proposta e também o nosso querido Esperidião Amin pela relatoria.

É um projeto muito importante, interessante, e demonstra, como foi dito pelo Relator, que realmente não faltou recurso para o combate ao coronavírus. O que faltou foi planejamento, foi realmente um alinhamento maior entre os entes municipais, estaduais e federais. Tanto é, que há ainda muito recurso para ser aplicado, como está no relatório. Então, parabéns ao nosso querido Senador Esperidião Amin.

A gente apoia, então. O PSDB vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério Brito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto trata de dois assuntos: da utilização de saldo financeiro dos fundos de saúde e de assistência social pelos entes subnacionais e da prorrogação de prazo para que os entes possam refinanciar suas dívidas com a União.

Lá na Câmara dos Deputados, duas emendas foram aprovadas. A primeira, meramente redacional, altera o §8º do art. 12-A da Lei Complementar 156, de 2016. Já a segunda prorroga para 30 de junho de 2022 o prazo de celebração de contratos de refinanciamento entre a União e os Estados, relativos a valores inadimplidos. Portanto, essas são as duas modificações apresentadas à Câmara dos Deputados, que trazem algo que beneficia diretamente o Estado de Goiás, uma economia de R\$1,1 bilhão. Portanto, o projeto é meritório, oportuno.

A orientação é o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha? (*Pausa.*)

Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – O PT orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania, Líder Alessandro Vieira?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada.) – O Cidadania orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu vou ao mesmo tempo orientar, mas quero muito mais enaltecer a decisão de V. Exa. nesta tarde. V. Exa. foi muito sábio, ouviu boa parte do Plenário e conseguiu consolidar uma opinião que, tenho certeza, deve ser acatada e respeitada por todos que compõem o Senado Federal.

V. Exa. cumpriu a decisão judicial. E a gente tem que lembrar que, em tempos difíceis que o Brasil está vivendo – são tempos difíceis –, quem tem salvado o nosso País é o Poder Judiciário. V. Exa. cumpriu, e não poderia deixar de fazê-lo. V. Exa. instalou a CPI, que é mais do que necessária. Nós não podemos ficar sem respostas, nós não podemos ficar sem investigação sobre as responsabilidades, se houver, e tenho certeza de que há, em relação ao Governo Federal e, naturalmente, naquilo que toca como responsabilidade os recursos federais destinados a Estados e Municípios. Portanto, o Senado Federal sai engrandecido pela decisão de V. Exa.

E quero, nessa matéria específica, cumprimentar pela autoria o Senador Heinze e, também, pelo brilhante relatório o nosso querido Senador Esperidião Amin.



O PDT votará favoravelmente à matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, V. Exa. fez o uso da palavra que, naquele momento, não havia conseguido fazer com a palavra pela ordem. Obrigado, Líder Cid Gomes.

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho? (*Pausa.*)

Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa., que, sem nenhuma dúvida, é um homem superpreparado, o homem certo na hora certa, pela decisão que V. Exa. teve em unificar as CPIs e estabelecer o trabalho que deve ser desenvolvido. Sem nenhuma dúvida, V. Exa. encontrou o meio-termo que acalenta, acomoda e satisfaz todas as partes. Parabéns, Presidente, mais uma vez!

Presidente, o projeto é meritório, o projeto é necessário. Esperidião Amin, sempre com essa categoria que lhe é peculiar, passou em cima desta matéria e nos traz uma matéria extremamente pronta para a gente dizer um "sim".

O PROS sempre do lado do povo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Telmário Mota.

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus? (*Pausa.*)

Como orienta a Rede, Líder Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao nosso primeiro requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perdão. Voltamos, então, à orientação do Republicanos pelo Líder Mecias de Jesus.

Com a palavra Líder Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, é somente para cumprimentar o nosso querido Senador Luis Carlos Heinze pela brilhante ideia e o competente relatório do nosso decano, querido Senador Esperidião Amin, sempre preparado para toda e qualquer matéria que venha a ser discutida no Senado Federal e neste País, e para dizer que o Republicanos recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Senador Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela decisão de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quem sai fortalecida é a democracia, é a população brasileira.

Quero parabenizar o Senador Luis Carlos Heinze pela autoria deste projeto, que é meritório, ao passo que parabenizo também o nosso querido companheiro e professor Senador Esperidião Amin.

A Rede orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Líder Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu, primeiro, quero parabenizar V. Exa., um operador do Direito,



alguém que sabe conduzir as questões judiciais e sabe que decisão judicial se cumpre. As pessoas precisam entender isso. Temos também a questão de o STF ser o guardião da Constituição Federal. O §3º do art. 58 determina três questões objetivas, que foram cumpridas, e agora está conosco tocar esta CPI, o que é diferente de um *impeachment*. Um *impeachment* é de natureza infraconstitucional. E, além de tudo, há a questão sobre análise de conveniência e oportunidade. Então, eu quero parabenizar V. Exa. pela decisão de instauração da CPI, de obediência a uma ordem judicial, de não criar mais atrito institucional e de unificar as duas CPIs. E nós sabemos que precisamos trabalhar de forma a limitar o nosso trabalho e a cobrar daqueles que também são ordenadores de despesas da ponta e que receberam recursos federais.

Em relação ao projeto de lei em votação, eu sou suspeita para falar. São de dois Senadores, a autoria e a relatoria, que eu admiro demais e que de olhos fechados parabenizo. Parabéns, Senador Esperidião Amin. Parabéns Senador Luiz Carlos Heinze.

O PSL orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSB, Líder Leila Barros? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Presidente, cumprimentando o trabalho feito pelos Senadores Esperidião e Luiz Carlos Heinze, nós queremos indicar o voto "sim" ao projeto, pelo mérito e pela importância que tem para esse momento na vida dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Presidente, em primeiro lugar, quero saudá-lo e parabenizá-lo pela salomônica e importante decisão de unificar os pedidos hoje.

Temos certeza de que vamos conseguir organizar uma forma segura e tempestiva de trabalhar. Parabéns!

A orientação de voto da Minoria nesse projeto, parabenizando o Senador Amin e o Senador Heinze, é pela aprovação, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra? (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra Coelho, como orienta o Governo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sras. e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Luiz Carlos Heinze e o Relator, Senador Esperidião Amin, e manifestar o voto favorável do Governo.

O Governo encaminha o voto "sim", destacando, Sr. Presidente, que esse projeto vai permitir a utilização de recursos que ficaram em saldo de contas na área da saúde, mostrando mais uma vez o compromisso do Governo do Presidente Bolsonaro nas vultosas transferências de recursos que promoveu no ano passado para que os Estados e os Municípios brasileiros pudessem enfrentar os efeitos da pandemia.

O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, parabenizando V. Exa. pelo posicionamento sempre centrado, não esperava outro posicionamento de V. Exa., gostaria de cumprimentar e parabenizar o autor do projeto e o Relator, Senador Esperidião Amin.

Eu mesma havia apresentado um projeto similar, que foi anexado ao projeto, e a Câmara dos Deputados teve a capacidade de ainda melhorá-lo, ao ampliar o prazo de 31 de dezembro deste ano para o meio do ano que vem no que se refere à questão do refinanciamento de dívidas inadimplidas.

Portanto, a Bancada Feminina, pela justiça do projeto, pela relevância e importância, encaminha e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo V. Exa., Senador Heinze.

Senador Heinze, o seu microfone não está aberto. (*Pausa.*)

Infelizmente nós não estamos conseguindo ouvir V. Exa., Senador Luis Carlos Heinze.

Eu vou iniciar a lista de oradores e volto a palavra a V. Exa. após o próximo orador inscrito.

O primeiro inscrito é o Senador Esperidião Amin. Eu indago se fará uso da palavra ou se já o fez por ocasião da leitura do seu parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de falar pelo Senador Heinze também, porque ele tem de agradecer, e vai agradecer, só que certamente o fará quando puder, mas eu agradeço também em nome dele porque acho que esse projeto é um projeto generoso. O Congresso Nacional, porque a Câmara já o aprovou, praticamente, está dizendo aos gestores municipais e estaduais de saúde e de assistência social que eles terão mais liberdade para bem aplicar – aplicar com honestidade, com exatidão, mas com flexibilidade de destinação dentro da saúde e dentro da assistência social – os recursos, como disse o Senador Fernando Bezerra, que não foram poucos, que remanesceram. Esses números são de 31 de dezembro e mostram que o ano de 2020 não foi um ano com recursos escassos para a saúde nem para a assistência social.

E tomara que neste ano nós possamos ter esse tipo de atendimento prioritário, necessário para salvar vidas. Esta foi a intenção do Senador Heinze e acho que nós também temos que agradecer a ele pela iniciativa.

E eu quero agradecer a todos, primeiro, porque eu acho que a sessão de hoje foi uma sessão que enobreceu o Senado. Por isso, além de mais uma vez cumprimentar V. Exa. pelo equilíbrio, pela sensatez e pela serenidade da decisão de conjugar o escopo da CPI e compatibilizar a sua realização com o momento de pandemia que nós estamos vivendo, eu acho que nós hoje podemos dizer que o Senado presta serviços, respeita decisões do Judiciário e, acima de tudo, engrandece a sua missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e indago ao Senador Luis Carlos Heinze se já tem condições de fazer o seu pronunciamento. (*Pausa.*)

Infelizmente não, Senador Heinze. Há algum problema com o microfone de V. Exa.

Eu passarei ao próximo orador, o Senador Paulo Paim, e depois retorno ao Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, é pela ordem, não é, Presidente? Eu pedi pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não, perdoe-me, Senador Paulo Paim, agora é a lista de oradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas permita-me só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Primeiro, quero dizer que eu concordo plenamente com V. Exa. Todos os fatos que têm conexão... Olha, eu estou aqui com três mandatos de federal e com quatro de Senador e sempre foi assim, houvesse ou não duas propostas. V. Exa. foi coerente com a decisão que sempre foi usada aqui no Congresso Nacional. É por isso que eu fico muito tranquilo quando ficam perguntando quem assinou isso ou aquilo. Independentemente de quem assinou lá ou quem assinou aqui, o fato final foi o encaminhamento que V. Exa. deu de forma muito correta.

Segunda questão ainda, Presidente, permita-me, em um minuto. Tivemos longas reuniões sobre o PL 12 – eu participei delas, na Câmara e no Senado. O Nelsinho Trad foi brilhante com as pessoas que ele convocou. E ontem ele já nos dizia que o relatório estaria pronto, conforme combinamos com V. Exa., para ser apreciado nessa quarta. Houve um grande entendimento, por tudo o que percebi. Claro que a versão final eu ainda não vi, Presidente, mas entendo que o Senador Nelsinho está construindo um belo relatório. Ele vai apresentá-lo talvez ainda hoje, no mais tardar amanhã.

Por isso, eu tomo a liberdade de pedir a V. Exa., nessa linha do relatório, que a matéria seja votada amanhã, como nós combinamos. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Paulo Paim, a pauta desta semana já foi publicada, já contém todos os projetos. Confesso que não sei se vamos cumprir a pauta de hoje, de modo que também haveria os projetos de hoje transferidos para amanhã, mas submeteremos agora, com esse fato novo da apresentação do parecer pelo Senador Nelsinho Trad, à reunião de Líderes de quinta-feira próxima a deliberação a respeito da inclusão na pauta da próxima semana.

Portanto, vamos manter essa ordem de cronograma para se dar a previsibilidade necessária em relação à pauta do Senado Federal.

Pois não. Devolvo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, respeito sempre a decisão de V. Exa.

Meus cumprimentos, Presidente, Senadores e Senadoras, autores e Relatores dos projetos do dia de hoje: Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Rodrigo Pacheco; Oriovisto Guimarães, Leila Barros. Agradeço muito ao Senador Carlos Fávaro, que acatou emenda que apresentei no sentido de que essa lei tenha validade até o fim da pandemia. Senador Alvaro Dias também, obrigado; acatou emenda que foi um pedido do movimento sindical brasileiro para que possa também fazer sessões remotas.

Presidente, como eu dizia antes, tenho participado de grande parte de reuniões. Lembro que somente 3,5% da população recebeu vacina em dois turnos. Seis em cada dez famílias estão em insegurança alimentar.

Em audiência pública de que participei nas mais variadas áreas, Sr. Presidente, eu posso dizer que o Senador Nelsinho está com o relatório pronto, segundo o mesmo, e eu achei que nós iríamos votar nessa quarta, como foi a própria palavra de V. Exa.. Mas, enfim, Presidente, inúmeros setores da sociedade estão apoiando essa visão que nós temos, tanto trabalhadores quanto ministros que se prontificaram nessa mesma linha, sociedade civil, especialistas. Conversamos com muita gente. E essas audiências apontaram



um caminho que naturalmente o Relator está construindo.

Eu poderia adiantar que a licença compulsória de patente da vacina é uma pauta que todo o mundo está discutindo. Por exemplo, a ex-Ministra da Saúde da França, Marisol Touraine, disse que circunstâncias extraordinárias exigem soluções extraordinárias. Outro exemplo é a Costa Rica, que propõe que as empresas se agrupem para compartilhar a propriedade intelectual e garantir a suspensão temporária das patentes da vacina.

Chile, Alemanha, Canadá, Equador, Colômbia, Israel já adotaram medidas que eu entendo serem semelhantes àquela que nós haveremos de adotar.

Estudos sobre o licenciamento das patentes. Holanda e Bélgica estão também na mesma linha.

O Congresso brasileiro tem na pauta liberar a licença compulsória da vacina. Agora é planejar como é que se vai fazer essa votação na Câmara e no Senado. Especialistas, Sr. Presidente, avisam que a pandemia poderá durar sete anos. Registro também que recebi documento do Parlamento da Coreia do Sul que vai na mesma linha e também dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia, da Saúde e da Ciência e Tecnologia daqui do Brasil.

Recebi também carta de ex-Prefeitos do Rio Grande do Sul: Adão Faraco, João Nicanor Prestes e Erasmo Guterres Silva. Eles fazem um alerta sobre o abismo em que o Brasil se encontra. A OMS fala em inverno furioso no Brasil.

Enfim, termino dizendo: não é hora de omissão de ninguém, é tempo de agir, de unidade, de solidariedade, de fraternidade, de compaixão e de piedade com os que sofrem nessa tragédia.

Vamos torcer para que o nosso encaminhamento junto à OMS – a partir de uma decisão, eu espero, unitária do Senado – contribua para o Brasil ficar ao lado dos países em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Nós estamos em processo de votação nominal.

Solicito que aqueles Senadores que ainda não votaram possam exercer seu direito de voto. Ainda não votaram: a Senadora Eliziane Gama, o Senador Paulo Rocha, o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Jean Paul Prates.

Próximo orador inscrito, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Pacheco. Cumprimentos pela condução da sessão de hoje. Sessão com um tema longo, exaustivo, com muito antagonismo nas posições, mas uma sessão altamente democrática e na qual se ouviram muito as palavras juízo de conveniência e oportunidade. E é sobre isso que eu quero falar neste meu curto espaço, Presidente.

Os nossos Poderes da República vivem época, já há algum tempo, de muita instabilidade e conturbações: ora é o Executivo atacado por seus enganos, seus erros; ora é o nosso próprio Senado criticado por omissões – omissões que, já se percebe, V. Exa. tem procurado corrigir –; e ora o Supremo Tribunal Federal, que não há semana em que não receba críticas, às vezes da imprensa, às vezes de cidadãos bem localizados e até mesmo por nós.

Eu digo isso, Presidente, porque eu quero lembrar, nesta oportunidade em que tanto se fala de juízo de conveniência e oportunidade, que existe aqui no Senado, desde abril de 2015, uma PEC que pretende mudar o sistema de indicação dos ministros do Supremo, a PEC 35, de 2015. Espero que V. Exa., na conduta que tem adotado, cheia de méritos, tão logo seja possível, traga à pauta do Plenário remoto, uma vez que não estamos tendo reuniões das comissões.

A PEC 35, de minha autoria, propõe a mudança da sistemática de indicação dos ministros do Supremo. Não mais o sistema de hoje absolutista do Presidente da República e de todos os últimos Presidentes da



República, que indicam os ministros conforme conveniências, simpatias, amizades e afinidades políticas e ideológicas, o que tem redundado naquilo que hoje temos: o Supremo Tribunal Federal desprestigiado, criticado como nunca na sua história.

Ainda hoje mesmo, na sessão, ouvimos críticas de Plínio Valério, de Carlos Viana, de Eduardo Girão... E tem sido sempre assim. Não há ninguém satisfeito neste País com o Supremo Tribunal Federal.

Então, por isso, veio oportunamente, convenientemente a PEC 35, que tem a relatoria do nosso eminente Senador Antonio Anastasia e que está pronta para a discussão no Plenário. E o que quer a PEC 35? Que não mais o Presidente da República indique os ministros, mas sim uma comissão de juristas devidamente especificada no projeto, uma comissão que vai escolher entre profissionais do Direito com alto saber jurídico. E o outro item: que se acabe com a vitaliciedade. Hoje temos ministros ficando 30 anos ou mais, sem oxigenação da jurisprudência, e ministros que não estão à altura da Alta Corte de Justiça do País.

Então, eu quero aproveitar esta oportunidade, Presidente, para pedir que V. Exa. já procure reservar uma data, o mais brevemente possível, para que possamos discutir a PEC. O nosso Plenário do Senado vai decidir se tem que manter o que está aí ou se vamos inovar, fazer o que a maioria dos países e da Europa fazem, isto é, que comissões elejam os ministros do Supremo e não mais o absolutismo do Presidente da República – Presidentes que têm aparelhado os colegiados do Supremo Tribunal Federal, que tão maus resultados vem apresentando. E eu me dispenso de recapitular aqui os desmandos, as arbitrariedades, a exorbitância, as invasões de poderes.

Era o que eu queria pedir a V. Exa., que tem demonstrado gestos tão positivos de inovar, acabar com a mesmice das Presidências do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Lasier Martins.

Indago se o Senador Luis Carlos Heinze já tem condição de fazer o seu pronunciamento.

Senador Heinze, vamos tentar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, agora sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Deu certo, Presidente?

Primeiro, quero cumprimentar a V. Exa. pelo acerto dessas CPIs que V. Exa. leu, a do Senador Girão junto com a do Senador Randolfe. Isso é extremamente importante, é o que o Brasil tem nos cobrado. Então, consoante à vontade do Brasil, V. Exa. fez essa decisão acertada.

Quero agradecer da mesma forma ao Senador Wellington e cumprimentá-lo, ele que tem liderado esse movimento com relação às vacinas, às empresas que produzem vacinas de aftosa. Que a gente possa fazer – conversamos com V. Exa. – ainda nesta semana... São quatro grandes laboratórios que fabricam vacinas. Que possamos ouvir também o Butantan, ouvir também a Fiocruz, ouvir também a Anvisa, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde, para nós determinarmos, quem sabe, uma das saídas, Senador Izalci, que tem liderado também esse movimento, para que possamos fazer uma reunião única e tentar fechar essa posição. Isto ajudaria o Brasil: buscarmos a *expertise* desses laboratórios, que fabricam milhões de doses de vacina, que se incorporariam com as vacinas ligadas ao coronavírus. Então, queria agradecer-lhe isso.

Apenas faço uma colocação, Sr. Presidente: no *ranking* – ouvi os colegas falando –, o Brasil hoje é o 13º país em número de mortes por milhão. A Itália está na nossa frente, 1.895 mortes por milhão;



a Inglaterra, que também já vacinou bastante, 1.875; os Estados Unidos da América, 1.699; e o Brasil está com 1.668 mortes por milhão. Assim que se tem que ler a coisa, e não como a gente lê em meios de comunicação e colegas mesmo falando, "ah, morreram 5 mil, morreram 10 mil..." Eu lamento essa posição, mas, se pegarmos esse relatório aqui do mundo, vamos ver que nós estamos no 13º lugar de países onde mais morreram... Então, essa é a realidade.

Agradeço também aos colegas Parlamentares que nos deram, mais uma vez, essa unanimidade na votação de um projeto, que coloca quase 27 bilhões; ao próprio Senador Esperidião Amin, pelo relatório; à Senadora Eliziane Gama, que incorporou a assistência social de quase 2,7 bilhões, que vão ser distribuídos entre Estados e Municípios neste momento importante, e os 23 bilhões da saúde.

Portanto, agradeço aos colegas Parlamentares e as próprias emendas que foram feitas na Câmara dos Deputados, que, de certa forma, ajudam também Estados e Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Encerradas a discussão e a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 74 Senadores.

Votação unânime. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Está aprovado.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento o Senador Luiz Carlos Heinze pela autoria e o Senador Esperidião Amin pelo belo parecer hoje aprovado no Senado Federal.

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Lei 1.315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que restabelece a vigência da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19.

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 7, já disponibilizadas na tramitação da matéria, que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Carlos Fávaro para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para proferir parecer.) – Presidente, antes de mais nada, eu gostaria até de ser redundante com as palavras de vários colegas: parabéns pela condução dos trabalhos, cumprindo a decisão judicial, mesmo que sempre com o seu posicionamento, que acham, com o que eu concordo, um momento difícil para termos a instalação de uma CPI. Mas decisão judicial se cumpre. E se cumpre também o desejo dos nossos pares, colegas Senadores, sendo que uma imensa maioria, acima de 40 Senadores se manifestaram para que incluam também, nestas investigações de CPIs, os contratos de recursos, de origem dos recursos do Governo Federal. Portanto, com equilíbrio, com sensatez, mais



uma vez, o senhor conduz, de forma brilhante, este Senado Federal. Mais uma vez, parabênizo a todos os colegas. E vamos dar continuidade à pauta do dia, como em todos esses dias estamos tratando, de forma prioritária, as matérias ligadas a essa pandemia, que é o que o povo brasileiro mais clama, neste momento, ao nosso Senado Federal.

Vamos ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020.

A Lei 13.979, de 2020, por sua vez, dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

Essa lei perdeu a vigência em dezembro de 2020, em decorrência do término do vigor do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconheceu, para os devidos fins, o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a ocorrência de estado de calamidade pública, cujos efeitos, contudo, perduraram apenas até 31 de dezembro de 2020. Isso porque, nos termos do art. 8º da mencionada lei, sua vigência se estendeu apenas enquanto esteve vigente o citado decreto legislativo. Ficou ressalvado apenas o disposto no art. 4º-H, quanto aos prazos dos contratos regidos por aquela lei, ainda que a vigência da norma já estivesse esgotada.

Nesse contexto, o art. 1º do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, prevê o restabelecimento da vigência da Lei nº 13.979, de 2020, com duração até 31 de dezembro de 2021. Ou seja, a matéria busca promover a repristinação da citada lei até essa data.

O art. 2º prevê, simultaneamente à repristinação, ajustes nos arts. 4º-H e 8º da Lei nº 13.979, de 2020, que, se aprovada a matéria, voltarão a vigorar para dispor, respectivamente, que os contratos regidos pela lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto a lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados; e que essa lei vigorará até 31 de dezembro de 2021. A redação atual desses artigos vincula a vigência da lei ao não mais vigente Decreto Legislativo nº 6, de 2020, daí a necessidade de alteração na redação desses dois artigos.

Além disso, o art. 3º da proposição dispõe que ficarão convalidados os atos praticados com fundamento na Lei nº 13.979, de 2020, entre a perda da vigência do referido Decreto Legislativo e a publicação da lei repristinatória.

Por fim, o art. 4º da proposição reza que a eventual lei dela decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, cabe ao Plenário apreciar diretamente a presente matéria.

Não encontramos vícios quanto à constitucionalidade. Não há problemas de regimentalidade, e a técnica legislativa também está observada. O projeto atende também à juridicidade.

Nossa doutrina admite a repristinação expressa no Brasil. Vale lembrar, por oportuno, que, em 30 de dezembro de 2020, antes, portando, do encerramento da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e, conseqüentemente, do esaurimento da Lei nº 13.979, de 2020, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, conferindo interpretação, conforme a Constituição Federal, ao art. 8º da Lei nº 13.979, de 2020, deferiu Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.625, para manter a vigência dos artigos 3º, 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J da citada lei, mesmo após o encerramento da vigência do mencionado decreto legislativo. Tal cautelar foi referendada pelo Plenário do Supremo em 8 de março de 2021.

Todavia, eles podem também receber a pretendida revigoração legal, cujo efeito prático, nos termos do projeto em análise, será fazer com que seu termo final de vigência fique prorrogado – nova redação do



art. 8º – e ficará, assim, superada uma questão resultante da decisão da Suprema Corte: a indefinição quanto à data de encerramento da vigência dos dispositivos nela contemplados, que, por deliberação do STF, tornou-se indeterminada, ou, pelo menos, coincidente com a futura declaração oficial do término da pandemia.

Já os demais artigos não abrangidos pela citada decisão do Supremo, a maioria deles a respeito de procedimentos diferenciados de licitação e contratação para o enfrentamento da pandemia, podem sofrer prorrogação como a prevista, desde logo, para os artigos 4º-H e 8º da Lei nº 13.979, de 2020, no art. 2º da proposição em tela. Ou seja, com a vigência da lei repristinatória, esses artigos serão trazidos de volta à vigência e, pelo mesmo ato legal, alterados para vigorarem com a nova redação constante do art. 2º da proposição.

Ademais, a vida e a saúde das pessoas também são preceitos constitucionais expressos no art. 5º, *caput*, art. 6º, art. 196, entre outros, todos da Carta Magna, devendo merecer a devida proteção do Poder Público. Por isso, deve ser considerada constitucional a convalidação legal dos atos praticados para preservar a vida e a saúde da população.

Tal sanatória, ao contrário de prejudicar terceiros ou o interesse público, estará, na verdade, favorecendo-os, uma vez que é notório que as contratações públicas promovidas com esteio na Lei nº 13.979, de 2020, para o enfrentamento da pandemia, inclusive para aquisição de vacinas e de equipamentos de intubação, têm sido uma ferramenta de grande importância para o combate da doença pelo Poder Público, sendo esta, inclusive, uma das razões do presente projeto de repristinação.

Conforme destacou o STF na ADI nº 6.625, a verdadeira intenção dos legisladores na edição da Lei nº 13.979, de 2020, foi manter as medidas extraordinárias nela preconizadas pelo tempo necessário à superação da pandemia, até porque, à época da edição dessa lei, não era possível antever a surpreendente persistência e o crescimento da letalidade da Covid-19.

Por isso, entendeu o Supremo que a prudência, amparada nos princípios da prevenção e da precaução, que devem reger as decisões em matéria de saúde pública, aconselha que as medidas excepcionais da Lei nº 13.979, de 2020, devam continuar, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia. Registre-se que a segunda onda da pandemia, a partir de 2021, com o surgimento das novas variantes do vírus, tem apresentado números estarrecedores, havendo hoje mais de 350.000 brasileiros mortos. Os gestores públicos, ao continuarem a contratar com base na Lei nº 13.979, de 2020, nada mais fizeram do que buscar proteger a vida das pessoas e a saúde pública, mediante as ferramentas de contratação mais ágeis previstas nessa norma legal.

Propomos apenas uma pequena emenda de redação, para deixar claro que os atos a serem convalidados previstos no art. 3º da proposição são tantos os atos administrativos propriamente ditos, editados unilateralmente apenas por vontade da própria Administração (por exemplo, os atos de uma licitação); como os contratos administrativos, atos bilaterais, celebrados mediante a confluência das vontades da Administração e dos respectivos contratados.

Finalmente, por todo o exposto, quanto ao mérito, o projeto merece aprovação. A Lei nº 13.979, de 2020, revelou-se um importante instrumento de combate à pandemia, com suas medidas sanitárias extraordinárias e simplificadoras do regime de aquisições e contratações para o combate à doença. O encerramento de sua vigência coincidiu com o recrudescimento da pandemia, de modo que esse vácuo normativo deixou o País sem uma de suas principais ferramentas para fazer face à crise de saúde

Vamos à análise das emendas sugeridas pelos colegas Senadores.

Até o momento de finalizar este relatório, foram apresentadas sete emendas ao projeto.

A Emenda nº 1, do nobre Senador Zequinha Marinho, prevê que a adoção de medidas de combate à pandemia resguardará as atividades religiosas coletivas presenciais. Apesar de, no mérito, ser importante,



não a acolhemos neste momento, tendo em vista que o STF decidiu recentemente, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 811, que a restrição temporária da realização de atividades religiosas coletivas presenciais, como medida de enfrentamento da pandemia de Covid-19, não fere o núcleo essencial da liberdade religiosa e que a prioridade do atual momento é a proteção à vida. O Supremo considerou constitucional decreto estadual que, em caráter emergencial, veda excepcional e temporariamente a realização de cultos, missas e outras cerimônias religiosas a fim de conter a disseminação do novo coronavírus.

Acolhemos, contudo, as Emendas de nºs 2 e 3, dos nobres colegas Izalci Lucas e Paulo Paim, consolidando-as na forma da emenda de Relator ao final, tendo em vista que o enfrentamento da pandemia, conforme destacam os autores dessas emendas, pode ultrapassar o ano de 2021 e a redação proposta é capaz de evitar outro limbo jurídico a partir de 1º de janeiro de 2022, o que obrigaria o Congresso Nacional a debruçar-se novamente sobre a proposição de uma legislação preexistente.

Optamos por não incorporar a Emenda 4, de autoria da dupla de Senadores, colegas amigos Jean Paul Prates e Humberto Costa, não obstante seu mérito, no qual damos coro a sua preocupação. Porém, a emenda cria nova competência para o Ministério da Saúde, o que poderia gerar questionamentos quanto à constitucionalidade, por vício de iniciativa e não se tratando de nossa competência. Também de forma técnica esse projeto está baseado em prorrogar medidas, e não em inovar.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 5, do Senador Humberto Costa, nos termos da emenda do Relator ao final, apenas para expressar que a autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de materiais de saúde sem registro da Anvisa são essenciais ao enfrentamento da Covid-19, prevista no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 13.979, de 2020 – desculpem, é §8º –, terá por base o mesmo rol de agências estrangeiras previsto no art. 16 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, norma mais recente sobre o tema. Para evitar fuga ao tema do presente projeto, deixamos de acolher a prorrogação de prazo de iniciativa da Lei nº 14.124, de 2021, aos atos e contratos, pois esse assunto pode ser discutido futuramente, quando da apreciação de proposição específica da tal norma.

De forma meritória, acolhemos também a Emenda nº 6, do nobre colega Fabiano Contarato, que lembra a necessidade de cuidar de todos os profissionais, mas, em especial, dos profissionais que estão na linha de frente do nosso País em funcionamento. Além das categorias por ele citadas, estamos acrescentando outros profissionais que, ao nosso ver, merecem um atendimento preferencial, tanto hospitalar quanto na vacinação ágil. São eles: profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, profissionais de limpeza urbana, professores, cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência e de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, motoristas e cobradores de transporte rodoviário, motoristas de caminhões, agentes comunitários, agentes de fiscalização, coveiros, atendentes funerários, motoristas funerários, auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias e profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal.

Por fim, deixamos de acatar a Emenda nº 7, da grande Senadora Rose de Freitas, uma vez que, com o acolhimento das Emendas nº 2 e nº 3, já citadas, já fica definida a extensão do prazo de vigência da Lei nº 13.979, de 2020, até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

Quero agradecer a todos os colegas desta Casa, em especial, ao Presidente Rodrigo Pacheco, que me confiou esta relatoria de um projeto de sua autoria, inclusive, muito meritório e importante para o nosso País, que visa trazer segurança jurídica aos nossos gestores nas compras de todos os materiais, insumos e medicamentos, no combate à Covid-19. Mais do que segurança, eu afirmo que se trata de celeridade na compra de vacinas, que é do que mais o nosso povo precisa neste momento.

Por isso, peço ajuda dos colegas para que aprovem este projeto importante em nome de toda a população que está padecendo neste momento.



Vamos ao voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir.

Emenda

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021:

Art. 1º Fica restabelecida a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil em decorrência do coronavírus (covid-19) observando o disposto no §3º do art. 1º desta Lei.

Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

VIII – autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, desde que registrados por pelo menos 1 (uma) das autoridades sanitárias estrangeiras previstas nos incisos do *caput* do art. 16 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países.

.....” (NR)

“Art. 3º-E. É garantido o atendimento preferencial em estabelecimentos de saúde aos profissionais de saúde, aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, aos motoristas de caminhões, aos agentes comunitários, aos agentes de fiscalização, aos coveiros, aos atendentes funerários, aos motoristas funerários, aos auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal, diagnosticados com a covid-19, respeitando os protocolos nacionais de atendimento médico. Parágrafo único. O atendimento preferencial estabelecido, na forma do regulamento, aos profissionais de saúde para a vacinação contra a covid-19 será estendido aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, aos motoristas de caminhões, aos agentes comunitários, aos agentes de fiscalização, aos coveiros, aos atendentes funerários, aos motoristas funerários, aos auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal.”

”Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto esta Lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados.”

”Art. 8º Esta Lei vigorará até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil em decorrência do coronavírus (covid-19).”

E a emenda de redação:

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei 1.315, de 2021:

Art. 3º Ficam convalidados os atos e contratos praticados com fundamento na Lei 13.979, de 6



de fevereiro de 2020, entre a perda da vigência do Decreto Legislativo 6, de 2020, e a publicação desta Lei.

É esse o relatório.

Gostaria muito de fazer um apelo aos colegas Senadores: que aprovem esse projeto de lei meritório do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que, tenho certeza, além de trazer legalidade e segurança jurídica a todos os órgãos gestores do Executivo brasileiro, vai dar a oportunidade de trazermos vacinas já aprovadas em outros países e que, contratadas com o Brasil, dispensam a passagem demorada na Anvisa para que possam chegar ao braço da população brasileira.

Era esse o relatório, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 62/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Carlos Fávaro.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 2, 3 e 6; parcialmente favorável à Emenda nº 5, com as Emendas nºs 8 e 9, que apresenta; e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Foram apresentados os Requerimentos:

- nº 1.364, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque à Emenda nº 7; e **(Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

- nº 1.367, do Senador Marcos Rogério, Líder do Democratas, de destaque à Emenda nº 1. **(Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

Concedo a palavra aos autores dos requerimentos de destaque para que possam se pronunciar a respeito dos requerimentos.

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Perdão. A Senadora Rose de Freitas é quem falará pelo MDB. *(Pausa.)*

A Senadora Rose de Freitas está conectada? *(Pausa.)*

Senador Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Rodrigo Pacheco, eu queria aplaudir aqui um Senador de que o Rio Grande do Sul se orgulha e que é uma referência para mim, o Senador Lasier Martins, pela sua PEC proposta, porque realmente é de lamentar que apenas o Presidente da República tenha a autoridade de escolher um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Basta vermos o último caso: foi escolhido um ser lusco-fusco, Kassio Nunes, que virou Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Outro assunto que poderíamos discutir aqui, demais Senadores que merecem o meu respeito pela experiência e que sei que vão concordar comigo, é o tempo de mandato desses Ministros. Como você pode escolher um Ministro de 45 anos, e ele ficar lá durante 30 anos? Ele ganha um presente de Natal de ouro.

O outro ponto a se discutir, além de uma idade mínima, na minha opinião, para o Ministério, seria algo como o que acontece nos Estados Unidos. Lá, o Presidente do FBI é escolhido pelo Senado. E, a meu ver, o Diretor da Polícia Federal não deveria ser escolhido apenas pelo Ministro da Justiça, e, sim, pelo Senado Federal.

São assuntos que eu coloco aqui para que, em outras oportunidades, a gente possa discutir.

Sobre o Supremo Tribunal Federal, eu concordo plenamente com a proposta, com a PEC do Senador Lasier Martins.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, é uma questão bem simples. Eu queria cumprimentar o Senador Carlos Fávaro pelo seu relatório, pelo trabalho e, principalmente, por ter trazido à luz uma questão de atualização da Lei 13.979. Eu acho que este é o mérito dessa ideia, que é, à luz da imunização que está em curso, estabelecer outros grupos prioritários para serem imunizados. Se S. Exa. o Senador Carlos Fávaro me permitir, se ele acatar – eu não cheguei a fazer este tipo de emenda; eu a faria oralmente, e não sei nem, Sr. Presidente, se caberia –, eu queria dar como sugestão, a esse rol, que muito bem S. Exa. coloca, que fosse analisada a possibilidade de incluir as grávidas, porque, veja, é uma realidade, é uma circunstância de hoje, já dada e comprovada pela ciência, de que grávidas imunizadas, automaticamente, já imunizam também o feto.

Eu sei que existe projeto de lei aqui, salvo melhor juízo, de autoria, inclusive, da Senadora Daniella, mas, já que S. Exa. – e aí com a autorização da Senadora Daniella, da Senadora Rose, da Senadora Simone, da Bancada Feminina, da Senadora Zenaide –, mas, já que S. Exa. o Senador Carlos Fávaro já estabeleceu aqui, nesta lei e assim o fez, S. Exa., repito, corretamente e de forma criativa e adequada, quero saudar, já corretamente estabeleceu um rol de grupos prioritários a serem vacinados, eu queria, de forma oral e com todo o devido acatamento e respeito à Bancada Feminina, procurando ser aqui também interlocutor desse clamor que me chega sobre as mulheres grávidas, de forma oral, apresentar isso como emenda. Gostaria, com a chancela da Bancada Feminina, com a chancela regimental sua, Presidente, e com a chancela de S. Exa. o Relator, Carlos Fávaro, de ver se seria possível a inclusão desse grupo entre as prioridades de vacinação, o que, inclusive, agilizaria, pois já contemplaríamos a vacinação das grávidas nesse projeto, e ele já seguiria para apreciação na Câmara dos Deputados.

Então, é uma sugestão e, óbvio, eu espero que essa sugestão também não fira nenhuma outra iniciativa ou projeto, pois também, repito, me parece que já temos um projeto, aqui, inclusive, de autoria da Senadora Daniella.

Permita-me, Presidente, só no minuto que me resta – eu tinha pedido, antes, pela ordem –, gostaria de cumprimentar V. Exa., Presidente. A condução que V. Exa. está dando e tem dado a esse tema tenso e nevrálgico, que é o da Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive V. Exa. foi muito claro anteriormente em dizer das suas razões contrárias à instalação da CPI, pela questão, em especial, da conveniência do momento, mas V. Exa. também foi muito claro, logo em seguida, em dizer que decisão judicial se cumpre e V. Exa., assim agindo, agiu como magistrado, garantindo, neste momento tenso da República, o equilíbrio entre os Poderes. E eu queria cumprimentar pelo despacho que V. Exa. faz, neste momento, em relação às questões de ordem que ocorrem, respeitando, absolutamente, respeitando completamente os termos da Constituição, do art. 58, §3º, e respeitando, ao mesmo tempo, os termos do Regimento da Casa.

Eu não poderia deixar de, na condição de Líder da Oposição, fazer esse reconhecimento público à condução de V. Exa. É assim que nós todos esperamos a condução de um Presidente da nossa Casa: governar com respeito às partes, governar, dirigir, nos liderar, obviamente, sem agradar ninguém, mas, ao mesmo tempo, cumprindo os termos da Constituição e do Regimento. De alguém, com a autoridade de V. Exa., eu não poderia esperar uma condução diferente dessa. Então, permita-me aqui, só complementarmente, fazer, de público, este reconhecimento à sua condução.

E faço esse apelo ao Senador Carlos Fávaro, com a devida vênica e acatamento, às colegas da Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço penhoradamente a V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição. Passarei a palavra, em



instantes, ao Relator a respeito da sugestão e do apelo feito pelo Senador Randolfe acerca de uma emenda que S. Exa. sugere.

E passo a palavra, neste instante, à Senadora Rose de Freitas, para que fale a respeito do Requerimento 1.364, de Destaque da Emenda nº 7, destacada pelo MDB.

Com a palavra a Senadora Rose Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela Liderança.)

– Sr. Presidente, eu iria até me abster de defender, achei que o Líder iria fazê-lo. É até meu dever fazer a defesa desse destaque, mas eu queria colocar que essa proposta tem uma justa razão que é a gente lembrar que essa pandemia, que todos os instrumentos com que nós pudermos combater ainda essa pandemia devem ser bem-vindos; essa pandemia, que continua castigando a população brasileira. À época, Sr. Presidente, da edição dessa norma, nós acreditávamos todos que, ao final 2020, a Covid estaria debelada. No entanto, não foi o que aconteceu. A doença tem se agravado com a terrível segunda onda. Ainda não sabemos prever se haverá uma terceira onda.

Então, do mesmo modo, não se pode afirmar, analisando toda essa matéria, que, ao final de 2021, pelos dados que foram levantados e colocados aqui pelo Paim e outros Senadores, Senador Fávoro, se não estiver totalmente resolvida a situação, nós não podemos afirmar se vai ser necessária uma lei de prorrogação, uma repristinação à Lei 13.979, como está ocorrendo neste momento agora, em que nós estamos falando. Então, para evitar a necessidade, exatamente por isso, de novo movimento nesse sentido, melhor seria a gente prever, razão pela qual eu fiz esse destaque.

Então, eu vou abrir mão desse destaque, trocando pela ideia e pela proposta do Senador Randolfe Rodrigues. O Senador Randolfe foi mais, vamos dizer assim, até atento do que nós mulheres, neste momento, e a proposta que ele faz é de muito bom alvitre. Eu retiro o destaque por reconhecer a importância dessa matéria, Senador e Presidente Rodrigo Pacheco, para que a gente possa ouvir, com certeza, o apelo que faz o Senador e que é o apelo de toda a Bancada Feminina.

E aí, Presidente, se me permite, eu me inscrevi até duas vezes para falar e retirei: V. Exa. é elogiado por todos e eu sou muito ruim de elogios, mas prefiro o reconhecimento. É muito difícil a situação que esta Casa viveu hoje, mas ela poderia ter sido evitada. Está faltando aos Líderes de Governo – são dois amigos queridos – dialogar mais, conversar mais, até para que não coloquem V. Exa. numa situação crucial.

Isso quer dizer que o Senador Kajuru ou o Senador Alessandro não recorreriam? Não recorreriam se tivessem lido. E V. Exa. sabe melhor do que todos, V. Exa. está sentado nessa cadeira.

Eu já estive, em substituição, sentada na cadeira do Presidente do Congresso, por dois anos, e o Presidente Sarney me dizia assim: "Dois anos. Eu não estarei sentando nessa cadeira, a não ser para receber protocolarmente o orçamento. Você vai...". E eu entendi, eu entendi quão difíceis decisões são tomadas, quando todos os segmentos políticos falam e todos têm justeza nas suas posições.

Esta Casa é uma síntese da política nacional. V. Exa., por uma bondade do destino e do apoio recebido, sentou na hora certa, nessa cadeira, para ajudar a fazer o equilíbrio dessas discussões. Faltou liderança do Governo para dialogar com o mesmo teor da discussão que nós fizemos hoje. Nós só trouxemos a público aquilo que já estava nos segmentos da Casa. Todos tinham razão nas suas propostas. Assinei a CPI e assinei também a proposta muito anterior a essa da apuração de todos os fatos que envolvem a pandemia.

Por que é necessário dizer a V. Exa.? Não é um afago, não, Presidente; é o reconhecimento de que o equilíbrio faz falta e que as conversas oportunas também fazem. Liderança de Governo que não atende telefone e não dialoga com seus pares está errada, está errada! Fui Líder de Governo também no Congresso Nacional. É preciso conversar, conversar, conversar!

Esse tempo, esse equilíbrio construído deveria ter sido antes. Há muitos que tentaram desgastar V.



Exa. ou que apontam suas artilharias para o STF, que foi simplesmente provocado a proferir um parecer, e o fez. Não acredito que solitário, não acredito! Conhecendo o Supremo, como a gente conhece, ninguém ousa fazer um parecer do alto do seu poder, apenas sozinho, para ser contestado no Pleno, qualquer outro dia. Mas está de acordo que nós não votamos oportunamente essa questão das decisões monocráticas, o que foi colocada. Eu fui uma que votei contrária. E hoje vejo a necessidade de que a gente reveja tudo isso.

O que eu quero dizer para V. Exa., Presidente desta Casa, Presidente do Congresso Nacional? É que nós temos que ter mais acuidade – e aí não é V. Exa., que o fez hoje com muita primazia –, para não deixar vir para esta tela virtual ou para o próprio Plenário uma discussão em que um pretende acusar o outro e trazer diferenciação nas posições, Presidente. Tem razão o Kajuru; o Mecias, quando fala, tem razão; o Zequinha se apropria da verdade que lhe é permitida pela sua parcela de poder que nós estamos exercitando. Todos querem uma saída. Eu não sei quantas iniciativas tomei – erradas, certas – discutindo com meus pares, mas o que eu gostaria agora – e clamamos tanto – é que a gente encontre saídas. Olha o trabalho do Confúcio, olha o trabalho da Kátia; todos estão unidos à procura de um caminho. Errou muito o Governo, Sr. Presidente, ao achar que de qualquer maneira levaria uma pandemia, que custou nada menos do que trezentas e tantas mil mortes e vai custar mais.

Então, o que que nós podemos fazer? Essa prensa que todo mundo quis dar no Presidente e no Alessandro tem que ser voltada toda ela para o Governo Federal, para que ele tome as decisões oportunas na hora. Parece-me, se não estiver errada – e gostaria de não estar –, que o Ministro da Saúde tem tomado as suas decisões oportunas. Temos que dirigir a ele o apoio e também as nossas cobranças para que avance mais nas suas decisões.

Que que eu quero dizer a V. Exa.? V. Exa. acerta quando dialoga, acerta quando decide, acerta quando respeita seus pares. Cobre também das Lideranças do Governo, sejam elas quem for, e das Lideranças partidárias que haja um diálogo antecipado a essas crises que nós levamos para a tela e que para a população brasileira fica difícil entender.

Eu, muitas vezes, acabei por ter que falar ao telefone: "Não, a decisão dele está correta. A decisão do ministro está correta". "Mas por que vocês estão brigando?". Nós não estamos brigando, nós tentamos fazer de maneira concertada o encaminhamento.

Era isso que eu queria dizer.

Agradeço-lhe.

Eu gosto muito dos relatórios do Senador Carlos Fávaro, mas, desta vez, eu retiro o meu destaque, em homenagem ao Senador Rodrigo e também o retiro em homenagem à proposta do Randolfe, que eu acho que é extremamente oportuna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à V. Exa., Senadora Rose Freitas, inclusive pela inspiração a nós todos. Muito obrigado, Senadora Rose.

Eu passo a palavra ao eminente Relator, Senador Carlos Fávaro, para que se pronuncie a respeito da sugestão do Senador Randolfe Rodrigues de um acréscimo, que eventualmente sendo acatada pelo Relator, fica retirado o destaque do MDB, conforme pronunciamento da Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes eu queria só ressaltar o não acolhimento da emenda da colega Senadora Rose de Freitas, porque acolhi a emenda dos Senadores Izalci Lucas e Paulo Paim, que sugeriram na sua emenda que a vigência dessa lei se dará até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil em decorrência do coronavírus. Essa emenda é mais ampla e mais segura para que nós não tenhamos que voltar com esse assunto, como já foi dito aqui, para revalidar essa legislação. Por isso, é mais ampla e, por isso, eu a acatei. Eu achei



melhor acatar a emenda, então, dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas.

Com relação à proposta extremamente meritória do colega Senador Randolfe Rodrigues e em honra à Senadora Rose de Freitas e a todas as colegas Senadoras, claro que sim. Acho que nós devemos, primeiro, acatar como prioridade o atendimento médico às grávidas e que se inclua no Programa Nacional de Imunizações como prioritárias também as mulheres grávidas e lactantes.

Veja bem, enquanto eu acolhia a sugestão, a minha assessoria estava fazendo um levantamento de estudos, Senador Randolfe: 13% é a chance de agravamento do coronavírus em mulheres grávidas e 45% é o aumento da chance de nascimento de prematuros. Vejam os riscos a que estão expostas as mulheres brasileiras diante dessa pandemia.

Por isso, eu acolho, sim, de forma muito gratificante, a sugestão para que nós incluamos no relatório final e levemos a voto essa proposta de emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Fica acolhida a sugestão do Senador Randolfe Rodrigues.

Retirado o Requerimento de Destaque nº 1.364, do MDB, conforme pronunciamento da Senadora Rose de Freitas.

Passo a palavra ao Senador Marcos Rogério, Líder do Democratas, acerca do Requerimento de Destaque da Emenda nº 1.

V. Exa., Senador Marcos Rogério, mantém ou retira o destaque?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., eu gostaria que V. Exa. chamasse a se manifestar sobre essa emenda o Senador Zequinha, que é o autor dessa proposta. Já dialoguei com ele sobre as tratativas que estamos tendo em relação ao tema, mas ele gostaria de fazer algumas ponderações e, ao final, fazer o gesto em relação à manutenção ou não desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, muito obrigado pela oportunidade.

Nós oferecemos a Emenda nº 1 por levar em consideração algumas coisas que, de grosso modo, de repente, não percebemos. Quando eu peço para colocar as atividades religiosas coletivas presenciais em atividades e serviços essenciais, eu levo em consideração que o ser humano não é só corpo. Para fortalecer a questão da imunização, da imunidade do corpo, você toma zinco, vitamina C, vitamina D. Tem gente que toma ivermectina. Tem gente que, para se prevenir, está tomando vacina – eu tomei já a primeira dose –, não é verdade? Mas, quando eu tenho um problema na alma, eu não estou encontrando um lugar para isso. E uma igreja aberta, uma igreja que pode, deve, tem a responsabilidade de obedecer às regras sanitárias, como o distanciamento, como o uso de máscaras, como o uso do termômetro na porta para medir a temperatura, para saber se o camarada, de repente, pode estar com febre, com o álcool 70% à disposição, se eu tenho um ambiente onde todas as regras sanitárias podem ser observadas e praticadas rigorosamente, eu não vejo por que não atender esse lado emocional e espiritual da pessoa, não é? Porque é tanta necessidade! A questão do suicídio, a angústia que um ser humano tem não resolve com comprimido – a menos que seja uma droga pesada com a qual o cara vai dormir, o amansa leão, como o pessoal diz –, o problema emocional. Onde eu busco? Onde eu desabafo com Deus? É em casa? Tudo bem, em casa. É normal fazer isso em casa. Mas o cristão católico, evangélico ou de outras denominações tem isso na sua cultura. O Brasil é um país cristão.



Quando os caras chegaram aqui, o padre estava ali junto com eles na viagem, na expedição do descobrimento. Então, nós fomos criados também numa igreja e essa igreja é o nosso lugar de adoração, nosso lugar de oração, nosso lugar de estar na presença de Deus. Privar o povo disso é complicado.

Essas decisões do Supremo... É claro que o Supremo não tem obrigação de entender de teologia, de entender de psicologia, de entender do homem interior. Ele tem obrigação de encaminhar uma lei natural. Mas aqui nós temos muita gente que também entende um pouco desse setor, por isso eu estou trazendo aqui à tona a necessidade também. Esta Casa representa a sociedade como um todo e precisa-se respeitar esse fator.

Então, eu entendo... Eu não acho, eu tenho certeza de que colocar questão da religião, de ir ao culto, de ir à missa como uma atividade essencial é fundamental. Eu não posso quebrar a regra sanitária e aí, se eu fizer isso, eu estou incorrendo num erro profundo.

Eu, V. Exa. e todos os nossos colegas viajamos de avião. Avião é um transporte, é uma necessidade fundamental, essencial, temos que ir e temos que vir. E nem sempre é possível se observar, como se manda aqui, as questões relacionadas à questão sanitária.

Como é que, dentro de um avião lotado, eu mantenho o distanciamento? Não tem jeito, no máximo 30cm de um para outro. Como é que nos meus barcos lá no Marajó, no baixo Amazonas, no baixo Tocantins, eu consigo fazer isso da forma correta? Não é possível fazer isso. Como é que nos ônibus coletivos nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas também...? Mas nós nos submetemos, porque há uma necessidade.

Não reconhecer a necessidade voltada para a questão religiosa é um verdadeiro equívoco. Por isso, a minha emenda está posta. Eu queria pedir aqui a todos os colegas que ponderássemos sobre isso porque Jesus Cristo, que esteve aqui, o mestre dos mestres, disse uma coisa que permanece valendo: "nem só de pão viverá o homem". Então, eu não posso rotular o homem apenas como um corpo ambulante, absolutamente. Esse homem tem necessidades que o remédio do coronavírus não resolve. Ele precisa se congrega, ele precisa ouvir, ele precisa se alimentar espiritualmente.

Daí, a necessidade de a gente poder... Se não pudermos, através desse projeto de lei da alteração da Lei nº 13.979, nós precisamos fazer através de um outro instrumento. Mas quero dizer a V. Exa. que eu não posso abrir mão disso porque a gente precisa, neste momento de tanta dor, de tanta angústia, de tanto problema emocional, de tanta depressão, de tantos suicídios, por todas as causas que envolvem o problema da pandemia, tirar o funcionamento das igrejas, dos templos, seja de que denominação for, religião for, isso é um equívoco muito grande e nós não podemos concordar com isso.

Nós estamos aqui dizendo da necessidade, é preciso. Portanto, a minha emenda vai nessa direção. Eu queria pedir ao Sr. Relator que ponderasse nessa direção, porque ela fala à alma do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Zequinha Marinho, fica muito clara a posição de V. Exa.

Eu também gostaria de ouvir o Senador Marcos Rogério, que é o autor do destaque pelo Democratas.

É inegável – me permitam apenas essa sugestão, esse comentário – o quão atual é essa discussão, inclusive à luz de decisão recente do Supremo Tribunal Federal em relação a esse tema. Sem desconsiderar o mérito dele, eventualmente, a partir de uma iniciativa de V. Exa., Senador Zequinha, e do próprio Líder Marcos Rogério, que se identificasse a forma, através de um projeto específico dessa natureza, dada a polêmica que envolve essa iniciativa, e que se pudesse fazer uma discussão inclusive mais ampla, à luz, inclusive, da decisão do Supremo Tribunal Federal e ouvindo, obviamente, as igrejas e a sociedade em relação a isso. No âmbito de uma emenda de um projeto dessa natureza, é que tenho receio de surtir algum tipo de dificuldade por parte do Plenário neste instante da apreciação. A emenda é inclusão da expressão "atividades religiosas coletivas presenciais" no §9º do art. 3º, que cuida justamente do abastecimento de



produtos e da definição de atividades essenciais a critério de decreto da autoridade federativa. Portanto, remete o conceito de atividades essenciais ao decreto do ente federativo competente para editar o decreto. Então, é apenas essa consideração, para identificar se deve ser mantido o destaque ou não.

Ouç o Senador Marcos Rogério, Líder do Democratas, e, na sequência, o Relator, Senador Carlos Fávaro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, cumprimento obviamente o autor dessa proposta de emenda, o Senador Zequinha Marinho, pelo acerto da iniciativa.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal se manifestou sobre essa situação, restringindo o alcance da proteção constitucional em relação às igrejas. Veja V. Exa. que nem durante estado de sítio ou defesa a Constituição dá liberdade de alguém determinar o *lockdown* de igrejas, mas o Supremo entendeu de maneira adversa. Portanto, cabe ao Parlamento se manifestar de forma objetiva, como legislante que é, legitimado pela Constituição Federal, e disciplinar o alcance da Constituição em relação a essa garantia constitucional à liberdade de culto, à liberdade de reunião nas igrejas.

Todavia, ponderei com o Senador Zequinha do entendimento de a gente construir um projeto de lei pela via complementar ou ordinária. Eu penso que nesse caso, como há um comando constitucional em relação a essa garantia, pela via do projeto de lei complementar, dando a ele a oportunidade... E eu subscreverei junto com ele esta iniciativa, e V. Exa. nos ajudar no compromisso de pautar essa matéria. E aí trabalhar o conjunto dos Líderes, para que a gente possa discutir amplamente, votar essa matéria e positivar, colocar na lei, seja na forma complementar ou ordinária, aquilo que a Constituição já garante, mas, parece que para o Supremo Tribunal Federal não está tão claro. A própria Organização Mundial da Saúde já reconhece essa situação da essencialidade da função religiosa na vida das pessoas.

Mas, por ora, Sr. Presidente, reconhecendo a desconexão em relação ao texto em que se objetiva fazer essa mudança, eu vou fazer a retirada desse destaque, com esse compromisso de a gente apresentar o projeto e pautá-lo oportunamente para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu agradeço, Líder Marcos Rogério, e também igualmente ao Líder Zequinha Marinho, pela sensatez em relação ao reconhecimento da oportunidade da discussão desse tema. E tem o compromisso desta Presidência, obviamente, de bem receber esse projeto de iniciativa de V. Exas. para vê-lo discutido no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Líder Marcos Rogério e Líder Zequinha Marinho.

Portanto, ficam retirados os dois destaques; não remanescem destaques em relação a essa matéria.

Deseja discutir a matéria a Líder Daniella Ribeiro.

Com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, primeiro eu gostaria de parabenizar V. Exa. pelo projeto e de parabenizar o Senador Carlos Fávaro pela relatoria.

Sr. Presidente, trago, diante da sugestão que veio do meu colega Líder Randolfe Rodrigues, exatamente a luta – ele estava na última reunião – que vinha travando no Colégio de Líderes para que fosse pautado o Projeto de Lei nº 930, justamente por essa preocupação com a questão das grávidas. É um projeto de lei de minha autoria, que teve não só apoio da Bancada Feminina, como também o apoio de vários colegas, inclusive do Senador Randolfe, dentro do Colegiado de Líderes, que deram apoio com suas menções para essa questão das grávidas.

É muito grave a situação, sim. Hoje mesmo recebemos notícias de leitos 100% lotados, com grávidas e bebês também. Então, por outro lado, nós temos não só as grávidas, mas puérperas também. E, sim,



os estudos eu já coloquei. Eu já tinha dado entrada ao projeto com os números – não só números, mas também com os estudos feitos – da necessidade de vacinação dessas mulheres. Também há a preocupação da possibilidade, que é o que tem acontecido, e da veracidade de se saber que tantas mulheres estão morrendo por Covid na gravidez, deixando crianças órfãs, Sr. Presidente.

Então, eu quero agradecer ao Senador Carlos Fávaro por ter acatado essa emenda. Quero agradecer ao Senador Randolfe por ter, inclusive, mencionado o nosso nome: da Bancada Feminina e meu nome, como autora do projeto. E, sim, com toda certeza, vai ser muito melhor, já que está posta neste momento, a oportunidade que foi dada para que nós pudéssemos atender esse grupo de risco, que tanto precisa da nossa voz.

Então, eu quero, Sr. Presidente, corroborar – dizendo isso – com a inclusão nesse texto de relatório e agradecer a todos os colegas que foram favoráveis, durante todo esse período de luta minha, para que esse projeto fosse pautado. Mas enfim, graças a Deus, Deus iluminou, até, um homem – isso é bonito de ver! –, que foi Randolfe, para levantar aí essa bola, como se diz, para essas mulheres e esses bebês que precisam demais de nós.

Obrigada, Sr. Presidente, pela paciência, e obrigada ao Relator por ter acatado essa emenda, e assim o projeto deixa... Perde o sentido, obviamente, mas ele ganha um outro sentido: a pressa, a rapidez, a forma mais rápida de fazer com que as coisas aconteçam. Obrigada a todos vocês; obrigada, Presidente; obrigada a este meu colega, meu amigo Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senadora Daniella Ribeiro.

Eu volto a palavra ao eminente Relator, apenas para que possa fazer verbalmente o comunicado que fez aqui através do nosso *chat*.

Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, agradecer a todos os colegas a sensibilidade neste projeto de lei, a todos que colaboraram com emendas, com sugestões, com textos.

Queria agradecer muito aos Senadores Zequinha Marinho e Marcos Rogério, Líderes. Eu que, cristão, Senador Zequinha Marinho, conhecedor da palavra como o senhor, neste momento que estamos vivendo ainda do período pascal, quando Nosso Senhor Jesus Cristo aqui nesta Terra esteve... Ao final dos seus dias aqui nesta Terra, naquele período, chamou um de seus apóstolos e disse: "De ora em diante, se chamarás Pedro, e sobre essa rocha construirei a minha Igreja". E depois de ressuscitado, Ele voltou aos seus apóstolos e disse: "Ides proclamar as minhas palavras". A igreja é, sim, o alimento da alma; a igreja, o templo religioso é o local onde arrefecemos os nossos ânimos, obtemos nossa coragem e o acalento para todos os nossos anseios. Eu confesso ao senhor: muito meritória a sua proposta, mas diante da questão judicial da ADPF julgada nos últimos dias, pensei que isso colocaria, como disse o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, em xeque esse projeto de lei tão meritório, através de uma emenda... Mas aqui já faço um compromisso também com o senhor e com os demais colegas de subscrever junto com o senhor um projeto de lei complementar que dê essa autorização, e nós pacificamos os cultos religiosos de forma presencial e regrada, com as regras sanitárias, neste momento de pandemia e tantos outros.

Queria agradecer mais uma vez ao Senador Randolfe Rodrigues, a todas as nossas colegas Senadoras, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Rocha, enfim, todos; em especial ao Presidente Rodrigo Pacheco, que teve a sensibilidade de trazer legalidade, trazer oportunidade, cumprindo o verdadeiro papel. Entenda-se que, além de toda essa legalidade que esse projeto de lei está trazendo, traz também a legalidade de começarmos a vacinar, a validar e receber vacinas de outros entes, de outros países que já estão com contrato assinado com Governadores, que precisariam da autorização da Anvisa.



Com esse projeto de lei, nós vamos superar essa etapa, respeitando a Anvisa, mas vamos superar, dar agilidade e trazer mais vacina, que é o que o povo brasileiro mais quer neste momento.

Minha gratidão ao Presidente Rodrigo Pacheco, pela honra de relatar esse projeto, e a todos os colegas com que junto trabalhamos para que ele fosse aperfeiçoado e chegasse em convergência com os desejos da população brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Para discutir a matéria, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Inicialmente, eu quero parabenizá-lo pela autoria do projeto. Quero parabenizar o Senador Carlos Fávaro e também agradecer pelo acolhimento de nossa emenda.

Vou ser breve, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de me manifestar sobre um tema que foi aqui ventilado. Eu quero deixar claro que eu também sou cristão e sou católico, mas Deus está em todos os lugares, sua presença não é um monopólio das igrejas ou dos templos. Ele saberá reconhecer nossas dores e preces nesse momento tão conturbado onde quer que nós estejamos. Evitar cultos presenciais, Sr. Presidente, é um gesto cristão de caridade e solidariedade com aqueles que estão padecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos meus colegas a respeito dessas medidas sanitárias. Acho que ontem ou anteontem eu estava assistindo o Presidente Bolsonaro na posse do comandante acho que da Marinha – uma solenidade tão bonita –, e ali eu imaginei um batalhão de soldados do Exército Brasileiro, marchando, todos eles “esquerda, direita; esquerda, direita; esquerda, direita”, e um único soldado desse batalhão de 1 milhão de pessoas marchando “direita, esquerda; direita, esquerda; direita, esquerda”. O que aconteceria com esse soldado? Ele é que estaria certo, e o batalhão todo errado? Ou será que ele é que está errado, e o batalhão está certo?

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque eu fico, às vezes, muito impressionada. Há aquelas pessoas que querem fazer um campeonato de óbitos: quem morreu mais, no país tal morreu mais, no nosso morreu menos. Nós não estamos tratando de comparações nem de uma gincana de óbitos entre países, pelo amor de Deus! Nós temos que cuidar do nosso País, nós temos que entender que o nosso País está marchando como um soldado no pelotão errado. O mundo inteiro está marchando na mesma direção, e, aqui, dentro do País, muitos estão querendo marchar na mesma direção, com um soldado teimoso no meio querendo fazer diferente.

Então, eu quero pedir a todos que, pelo amor de Deus, nós sejamos exemplos para o País! O Presidente da República é o servidor público número um, mas nós somos 81 servidores públicos, e são 513 servidores na Câmara: nós temos a obrigação moral de dar exemplo para o País, usar máscara, manter distanciamento, sim, não abraçar e não fazer *selfie* no meio da rua, não fazer aglomeração, ficar em lugares arejados. Até que ponto nós vamos admitir uma barbárie dessas? As pessoas morrendo, e um soldado teimoso no meio do batalhão, marchando com a marcha errada.

Eu, sinceramente, gente, sem nenhuma agressividade, gostaria de que todos aqueles que defendem a aglomeração, quer seja por culto religioso, quer seja por festa, casamento, futebol, poderiam assinar um documento dizendo que abrem mão dos serviços do SUS se forem contaminados, se forem contagiados; que



abrem mão do respirador; que abrem mão do leito do SUS, porque isso é dinheiro do povo, é dinheiro do povo brasileiro. Eu não tenho direito de usurpar do dinheiro do povo brasileiro e teimar dentro do pelotão.

Eu sou religiosa, sou católica apostólica romana, rezo meu terço todos os dias, não fico sem assistir à missa aos domingos, ouço todos os dias sermões na internet, no YouTube, de vários padres do Brasil, sou carola assumida, mas não vou à igreja, não posso ir à igreja. Eu tenho que dar exemplo, eu sou uma Senadora da República, e acho que todos aqueles que querem fazer isso, repito, que assinem um documento... Vamos aprovar um projeto de lei: quem assinar um documento dizendo que quer se aglomerar, que quer reunir gente, que ele abra mão do atendimento hospitalar do SUS ou do seu plano de saúde.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exa. que parablenzo a sua atitude. E não podia ser diferente, Sr. Presidente: ela é maravilhosa porque ela é normal, ela é o óbvio, é uma CPI só, que pode alcançar o dinheiro público se ele estiver na China, em Cuba, no Japão, nas Filipinas – estou falando em lugares bem distantes do País. Se o dinheiro público federal estiver lá, gente, não tem cerca nem barreira! Então, isto é cortina de fumaça: uma, duas, três CPIs. Não há necessidade disso. V. Exa. está correto, porque o Regimento impõe isso; está escrito claramente que a situação é essa.

Então, amigos, eu, sinceramente, estou sentindo muita falta dessas campanhas. Pedi numa carta ao Papa Francisco, líder da minha Igreja, que ele fizesse um pronunciamento lá da sacada do Vaticano dedicado ao Brasil, dizendo aos brasileiros que usem máscara, observem o distanciamento, usem lugares arejados, usem álcool em gel. Eu supliquei ao Papa que fizesse isso e que pedisse aos países e às empresas que quebrassem a patente da vacina. Só o Papa pode pedir isso. Não é possível que o mundo não vá atender!

Sr. Presidente, eu estou muito triste. O Presidente Bolsonaro ganhou as eleições, merece todo o nosso aplauso por ter vencido. Eu não votei nele, mas respeito as urnas, a minha vida inteira respeitei as urnas. Eu que fique com as minhas amarguras, mas as urnas precisam ser respeitadas. Eu, por princípio, detesto *impeachment*. Agora, que pare, gente! O Presidente precisa se comportar adequadamente! Quando ele não usa máscara e aglomera, Presidente Rodrigo Pacheco, ele está dando uma bofetada no rosto de todos os líderes mundiais: Biden, dos Estados Unidos, Presidentes europeus, da Rússia, da China, de todos os países, que só aparecem obedecendo à ciência, obedecendo a epidemiologistas e infectologistas. Quando ele diz "não" a tudo isso, ele está achacando os líderes mundiais! E depois vai bater na porta pedindo vacina? É uma desmoralização!

Hoje, gente, quem usa máscara não é bandido, não! Bandido hoje, na minha opinião, é quem está andando sem máscara no meio de uma pandemia, é quem se permite aglutinar. Máscara não é para bandido mais, máscara é para gente de bem. Vamos fazer o nosso dever de casa. Nós somos exemplos para os nossos Estados e para o nosso Brasil.

Eu convido a todos para que continuemos marchando a marcha correta: "esquerda, direita; esquerda, direita; esquerda, direita". Quem está marchando sozinho – "direita, esquerda; direita, esquerda" –, é ele que está errado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu.

Para discutir a matéria, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, antes de mais nada eu quero cumprimentar V. Exa. pela capacidade com que resolveu essa questão que parecia uma questão sem saída. Com muito discernimento, com muita precisão, utilizando-se do Regimento, do nosso ordenamento jurídico e do nosso regramento de funcionamento da Casa, com muita sabedoria e serenidade, V. Exa. conseguiu definir como vamos trabalhar essa questão da



CPI.

A segunda questão que eu queria trazer... Primeiro, quero parabenizar aqui o Carlos Fávaro e parabenizar V. Exa. por esse projeto de lei que nós aprovamos, porque ele dá as condições ou retoma as condições do ano passado que garantem o abastecimento, que garantem o funcionamento do sistema público de saúde. E quero parabenizar o Carlos Fávaro, que teve a sensibilidade de agregar aqueles mais expostos e incluir outros vulneráveis que não compunham o plano nacional de imunização. Parabéns à sua sensibilidade, parabéns pelo relatório que fechou, que complementa as condições objetivas para que a gente possa trabalhar.

Por fim, Presidente, eu tenho uma preocupação – e já faço aqui a minha orientação de voto, porque o Paulo Rocha, o meu Líder, me delegou a tarefa ou iria me delegar a tarefa de orientar o voto do PT, o voto "sim", nessa matéria; eu estava inscrito para falar, mas também já abro mão da minha inscrição –, eu queria aproveitar para poder falar de uma coisa que a gente não está falando. O Presidente da República, Senadora Kátia Abreu – e com toda a veemência a senhora colocou aqui –, não está agindo ou deixando de agir, não está deixando de... Não é por inépcia, não é por incompetência; é ato deliberado: ele defende a imunidade de rebanho, ele defende a aquisição de imunidade da população em geral pelo contágio. E é isso que está no centro de todos os problemas que a gente tem tido nesta pandemia. Quando o líder maior defende que é a imunidade de rebanho que deve prevalecer, nenhuma outra medida tem importância.

Ao longo de 2020, nós passamos aqui dizendo que nós éramos a favor da ciência e, portanto, aprovamos vários projetos que reduziram o dano dessa pandemia, que garantiram recursos para Estados e Municípios, que garantiram condições de trabalho para os trabalhadores da saúde e – peço mais um minutinho, Presidente! – garantiram todas as condições. Foi o Congresso, que garantiu. Nós garantimos a PEC emergencial, nós garantimos tudo que era necessário, porque este bloco mais os Governadores e Prefeitos foram contra essa tese, essa tese cruel de expor os brasileiros à contaminação para aquisição de imunidade.

Então, nós temos um problema, Senadora Kátia Abreu, e o problema, Senadora Kátia Abreu, é que o Presidente defende uma tese, e os seus auxiliares o acompanharam. É o caso do Osmar Terra, que defendeu a imunidade de rebanho, e de outros que defenderam a imunidade de rebanho. Então, é óbvio que a gente não tem uma unidade, como disse o Presidente Collor no início desta sessão. É difícil ter uma unidade em torno da questão. É por isso que nós não temos vacina. É por isso que nós temos 355 mil mortos, porque a tese do líder maior, daquele que deveria coordenar é a tese do deixa se contaminar para adquirir a imunidade, porque os fracos se vão e que os fortes fiquem. Com isso nós não podemos compactuar. É isso que a gente precisa apurar. Nós vamos apurar se essa tese da imunidade de rebanho promoveu ou não um maior número de mortes, porque isso está por trás de todas as ações deliberadas do Governo: promover aglomeração, proibir o uso de máscaras, confrontar com Estados e Municípios, propor que determinados ambientes pudessem continuar aglomerando. Então, a gente precisa ficar atento, porque, por trás, não é uma ação de incompetência, não é uma inação, é uma ação deliberada que tem, no fundo, uma ação dolosa no que diz respeito à condução da pandemia. Isso precisa ser apurado, e essa CPI tem um papel fundamental, que é avaliar. A tese da imunidade de rebanho interferiu? Levou esses 350 mil brasileiros ou 500 mil brasileiros à morte? Essas questões a gente precisa apurar, a gente precisa ficar atento a isso, porque o Congresso Nacional não se rendeu a essa tese, a maior parte dos Governadores não se renderam a essa tese, a maior parte dos Prefeitos não se renderam a essa tese. Essa tese era a tese do Presidente da República e de alguns Presidentes que a história vai dar o lugar devido a eles, de genocidas. Infelizmente, nós vamos vivenciar, poder ver a humanidade caracterizar assim aqueles que defenderam a imunidade de rebanho.

Para concluir, é importante dizer...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para concluir, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que não há imunidade de rebanho possível se não houver intervenção humana, se não houver vacina, porque esse vírus tem a capacidade de reinfectar. Não é um vírus que você tem e fica imunizado. Portanto, tudo que foi defendido – e defendido de forma direta, objetiva e representada nas suas ações – produziu e tem produzido os danos a todas as famílias que perderam seus entes, um dano à economia e um dano ao nosso País.

Muito obrigado, Presidente. E, mais uma vez, parabéns pelo discernimento, pela capacidade com que V. Exa. tem conduzido os trabalhos. Mais uma vez, parabéns por esse projeto.

E parabéns ao Carlos Fávaro por esse relatório e por concluir como expostos aqueles que nos atendem diariamente e por sua sensibilidade de acolher as gestantes, as puérperas, que também são vulneráveis; não são expostos, são vulneráveis que a gente está acolhendo, que não estavam no plano nacional de imunização.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e por me dar a palavra antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento o Senador Carlos Fávaro pelo belo trabalho desempenhado nesta tarde/noite no Senado na relatoria desse projeto.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 5.546, de 2020, do Senador Oriovisto Guimarães, que altera o Código Civil, para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9, já disponibilizadas na tramitação da matéria, que serão encaminhadas para publicação. (**Vide Item 2.2.3 do Sumário**)

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Líder Senador Alvaro Dias para proferir parecer de Plenário.

V. Exa. tem a palavra, Líder Alvaro. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias, nós não estamos ouvindo V. Exa. (*Pausa.*)

Continuamos sem ouvir V. Exa., Líder Alvaro.

Eu farei o seguinte até que possamos corrigir: eu vou voltar à lista de oradores e na sequência dou a palavra a V. Exa. para proferir o seu parecer.

O próximo orador inscrito é o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Início minha fala reiterando os parabéns pela condução. Não esperava nada diferente de V. Exa. que não fosse o cumprimento daquilo que está na lei, especialmente na lei maior, que é a Constituição Federal.

Acredito que nós poderemos fazer com essa CPI agora instalada um trabalho memorável no sentido



de resgatar a verdade na atuação do Poder Público no combate à pandemia. É muito claro que erros foram cometidos, mas eu prefiro neste momento ressaltar o equilíbrio democrático e a necessidade de que cada um de nós faça um exercício de compreensão do que é a democracia, como funciona o Estado democrático de direito e qual é o papel de cada ente, de cada Poder.

É alarmante ouvir manifestações de figuras que ocupam cargos públicos relevantes no sentido de não compreender minimamente coisas básicas, rudimentares. O Supremo Tribunal Federal, a instituição Supremo Tribunal Federal tem um papel definido na Constituição de garantia daquilo que está na regra do jogo democrático, que foi traçado em 1988 e que nós cotidianamente cuidamos e reformamos aqui no Congresso: a Constituição! A Constituição garante à minoria instrumentos para que se possam fazer análises que a maioria não deseja. E é desse jogo democrático que a gente pode chegar, como chegamos hoje, à instalação de uma CPI com a assinatura do Líder do Governo, com a assinatura do filho do Presidente, com a assinatura de praticamente ou um pouco mais do que 60 Senadores da República num quadro de 81.

Então, é muito importante que cada um exerça o seu papel com dignidade, com independência e com compreensão do seu espaço, porque assim todos nós colaboramos para que a gente tenha um Brasil melhor, pois esse é o objetivo de todos nós. Foi por isso ou foi para isso que pedimos votos nas ruas e chegamos aqui a esta Casa.

Então, parabéns, Senador Rodrigo Pacheco, por cumprir aquilo que a Constituição determina, parabéns aos colegas que subscreveram os dois pedidos de CPI, particularmente Randolfe e Girão, que puxaram as listas de assinatura. Tenho certeza de que os dois, com divergências pontuais, desejam o mesmo: um Brasil que atenda as vítimas, que acompanhe a necessidade de atendimento ao SUS, porque é o SUS que está salvando vidas, a necessidade de buscar soluções para a carência de vacinas e também a necessidade de encerrar esse sorvedouro de dinheiro com corrupção, desvios e fraudes.

Então, parabéns para todos e agora começamos uma nova etapa conjunta de trabalho. E aí eu espero que os tantos pedidos de união continuem valendo, porque se eles continuarem valendo a gente vai fazer um serviço ainda melhor.

Parabéns, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Alessandro Vieira.

Indago ao Senador Alvaro Dias se já está em condições de falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu creio que sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, nós o ouvimos bem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para proferir parecer.) – Obrigado, Presidente. Desculpe a falha técnica.

Pego permissão a V. Exa. e aos demais Senadores e Senadoras para fazer um resumo, por economia processual, Presidente, já que se trata de um projeto importante, mas simples. Como atendemos basicamente todas as emendas apresentadas, há uma facilidade na busca do apoio consensual. Vou fazer uma leitura sucinta, portanto, do relatório.

A pandemia do coronavírus impactou toda a sociedade civil e o regular funcionamento das suas instituições e demandou, e ainda demanda, a pronta ação do Poder Legislativo, a pronta ação do legislador. Essas mudanças impostas pela pandemia alteraram significativamente o modo de vida das pessoas e acabaram acelerando processos que já estavam em curso. Nesse sentido, o projeto do Senador Oriovisto



Guimarães é meritório e acompanha as mais recentes experiências internacionais sobre o tema.

Lembramos que as reuniões e assembleias gerais são o locus natural da manifestação da vontade social, o meio em que se encontram e se debatem os rumos da pessoa jurídica e sua forma de atuação. Por isso, elas devem ser consideradas o órgão deliberativo essencial dessas instituições.

Períodos tão desafiadores como o atual, de pandemia e isolamento social, exigem que a atenção seja despendida não só a indivíduos, mas também a associações, fundações e entidades religiosas, as quais devem se adequar rapidamente às condições excepcionais e adversas.

Neste momento conturbado, as reuniões e assembleias presenciais se tornaram uma ameaça sanitária, com a possibilidade de aceleração na disseminação do vírus causador dessa pandemia, de modo que o legislador houve por bem adotar regras provisórias, objetivando oferecer segurança jurídica voltada ao adequado funcionamento da economia em geral, no que tange à regulação das relações jurídicas de direito privado. Assim pensou o Senador Oriovisto Guimarães ao propor esse projeto.

Com o advento da Lei nº 14.010, de 10 de julho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de direito privado no período da pandemia do coronavírus (Covid-19), a experiência eletrônica nas reuniões ou assembleias das pessoas jurídicas de direito privado com administração coletiva ganhou enorme impulso. Entretanto, a autorização prevista na Lei nº 14.010, de 2020, já expirou, de modo que regulamentar essa experiência permanente é importante para regulamentar o funcionamento das instituições elencadas no projeto.

Acreditamos que os ganhos a serem obtidos com essa plataforma mais ágil e dinâmica superam as dificuldades iniciais que muitos participantes dessas reuniões e assembleias possam enfrentar em um primeiro momento, até porque o novo regramento não é obrigatório e impositivo, podendo os participantes optar pelo método tradicional de realização dessas reuniões e assembleias presenciais, caso as considerem mais convenientes.

No que se refere às emendas apresentadas ao projeto, estamos de acordo com a aprovação das Emendas nº 1 e nº 2, do Senador Izalci Lucas. Rejeitamos a Emenda nº 3, do Senador Izalci Lucas, por estar fora do contexto original do projeto. A Emenda nº 4, do Senador Paulo Paim, é atendida. O Senador Paulo Paim propõe uma emenda em nome das lideranças sindicais que se socorreram dele para a apresentação dessa proposta de emenda. Aprovamos também as Emendas nº 5 e nº 6 e, parcialmente, as nº 7, nº 8 e nº 9. São emendas do Senador Mecias de Jesus, do Senador Weverton, da Senadora Mara Gabrilli, da Senadora Rose de Freitas e do Senador Angelo Coronel. Essas emendas foram atendidas, sendo que a Emenda nº 7, da Senadora Mara Gabrilli, foi parcialmente atendida.

Nós somos, portanto, favoráveis à aprovação parcial da Emenda 7, como disse, não acolhendo as alterações relativas à lei das cooperativas para que não tenham um regramento diferenciado em relação aos demais casos quanto à confirmação e notificação de recebimento de convocação para as assembleias gerais nas cooperativas, assunto que foge ao escopo do projeto em exame; e contrários, portanto, como já disse, à Emenda nº 3, também por fugir do objetivo original do projeto, por conter, portanto, medida que muito dificultaria a escolha dos meios eletrônicos de realização das reuniões ou assembleias ora tratadas.

Em conclusão, acreditamos que, após tantos inconvenientes que a pandemia da Covid-19 causou ao mundo e, em especial, ao Brasil, ao longo de tantos meses, e considerando que a sociedade brasileira deparou com a necessidade de encontrar novos meios de resolver seus problemas cotidianos, evitando ao máximo o contato social, essa traumática experiência acabou por romper com a barreira inercial de maior utilização dessas formidáveis ferramentas tecnológicas que tanto podem facilitar a vida de todos, em especial daqueles que necessitam ou desejam participar de reuniões ou assembleias havidas no âmbito das citadas entidades de direito privado, mas que, por diversos motivos ou mesmo por conveniência própria, não desejam fazê-lo de forma presencial.



Eis o voto, Sr. Presidente.

Ante as considerações expostas, opinamos favoravelmente ao Projeto 5.546, de 2020, por ser consentâneo com os ditames de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto ao mérito e à técnica legislativa, vislumbramos a necessidade de alguns ajustes e aprimoramentos em seu texto. Além disso, opinamos favoravelmente às Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 9; somos parcialmente favoráveis à Emenda nº 7; e contrários à Emenda nº 3. Sendo assim, Sr. Presidente, concluímos pela aprovação da matéria na forma do substitutivo apresentado no parecer encaminhado já à Mesa.

Esse é o voto, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 63/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço e cumprimento-o, Líder Alvaro Dias.

O parecer é favorável à matéria e às Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 9, parcialmente favorável à Emenda nº 7, na forma da Emenda nº 10 (Substitutivo), que apresenta, e contrário à Emenda nº 3.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Foram apresentados os Requerimentos:

- nº 1.361, de destaque, do Senador Paulo Rocha, Líder do PT, que destacou a Emenda nº 4 – a emenda foi acatada pelo Relator, portanto o destaque fica prejudicado –; e, igualmente, **(Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

- Requerimento 1.365, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque da Emenda nº 8. A emenda igualmente foi acatada pelo eminente Relator. O destaque fica prejudicado. **(Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O Senador Oriovisto Guimarães gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a votação dessa matéria e dizer que é uma matéria muito simples, mas muito importante. Eu recebi ligações de todo o Brasil. São milhares de associações, fundações, organizações religiosas, condomínios, OSCIPs que estão descumprindo a lei pelas dificuldades que a pandemia está impondo. Esse projeto aprovado vai facilitar a vida, posso garantir, de milhões de brasileiros e vai ajudar no combate à pandemia.

Agradeço o relatório ao Senador Alvaro Dias e agradeço as emendas aos colegas Senadores, que aprimoraram o projeto e o deixaram melhor ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Oriovisto, autor do projeto.

Líder Paulo Rocha, para discutir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, na verdade é o companheiro Paulo Paim que vai encaminhar a nossa votação.

No entanto, eu queria parabenizar o autor, Senador Oriovisto – isso que ele falou é de profunda verdade, a necessidade que existe –, e seu sentimento experiente, mas também o sentimento do nosso Relator, que acabou traduzido nesse belo relatório, atendendo, inclusive, o apoio de outros Senadores. Foi o caso do Senador Paulo Paim.

E eu gostaria que o Plenário ouvisse o nosso encaminhamento através do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com a palavra o Senador Paulo Paim para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela Liderança.)



– Presidente, eu quero mais é fazer aqui meus sinceros cumprimentos ao grande Relator Alvaro Dias, que teve a sensibilidade de ouvir a todos.

Eu recebi de todos – federação, confederação, sindicato, associação de aposentados – o pedido para falar com o Alvaro Dias, e falei. O Alvaro foi muito gentil – ele tem uma relação excelente também com o movimento sindical – e acatou a emenda.

Quero também cumprimentar o Senador Oriovisto pela iniciativa do projeto. É um projeto que de fato é democrático; amplia os espaços para toda a sociedade deliberar, fazer assembleia, discutir; e fortalece a própria democracia via sistema virtual.

E, por isso, com muita convicção, cumprimentando o autor e o Relator, o nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Passamos à lista de oradores.

Na sequência, submeteremos à votação simbólica.

Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia – é a lista de oradores, Senadora Zenaide, é a lista de oradores não necessariamente da matéria. V. Exa. fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Não. Eu sei.

Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero já parabenizar o senhor, Presidente, não só pelo projeto de lei que foi apresentado...

E eu queria dizer aqui do esforço que, na Comissão da Covid, a gente está fazendo, com o Presidente Confúcio, as Senadoras Daniella, Rose de Freitas, Eliziane, mas a gente sempre – e eu concordo com Kátia Abreu – esbarra em tudo. Se a gente convoca o responsável pela coordenação da Secom (Secretaria de Comunicação) do Presidente, a gente esbarra, porque até uma unificação de informações não pode ser dada, pois eles... Até numa propaganda que se faça para dar visibilidade numa pandemia desta, se ele botar o uso de máscara, o distanciamento físico, ou seja, as medidas restritivas, o Presidente da República faz o contrário!

Eu queria dizer o seguinte. A gente não tem como negar isto: este Governo nunca teve nem tem nenhuma medida efetiva para controlar esta pandemia e muito menos a crise econômica. Ele sempre bota a culpa em alguém: "A crise econômica é culpa das medidas restritivas tomadas por Governadores e Prefeitos". A gente ouve isso, quando a gente sabe que não é!

Há outra coisa que chama a atenção. Quem é que ele culpa, por exemplo? Ele usa, colegas e vocês que me assistem, a dívida pública como pretexto para impedir de se combater a fome, para evitar que os brasileiros e as brasileiras, além de morrerem da Covid-19, morram de fome! Hoje, eu vi a estatística do IBGE: a cada dez brasileiros, seis estão com fome. Aí ele apresenta um auxílio emergencial de R\$150 a R\$375. E o pior não é só o valor: é que ele restringiu o número de pessoas que vão ser atendidas. É difícil!

Eu quero parabenizar por esta CPI instalada. Ações e omissões do Presidente é que não vão faltar!

E, adicionado a isso aí, vão chegar a Prefeitos e Governadores. Quem tiver culpa, quem estiver desviando dinheiro vai ter que resolver. Eu acho que, mesmo sem esse aditivo, chegariam, porque, normalmente, numa CPI, não se fica limitado só àquilo ali.

Temos um Presidente que, intencionalmente – intencionalmente! –, faz tudo para não defender a vida do povo brasileiro!

Estamos aí hoje sabem com quantos óbitos? São 3.808 óbitos!

Presidente, só para finalizar, a gente combinou, na Bancada Feminina, que todas iam se pronunciar: povo brasileiro, por favor, não se aglomere, use máscara, higienize as mãos. Não vamos ter vacina para



salvá-los todos em pouco tempo. Não vamos ter como dar essa imunidade por vacina e a imunidade de rebanho, que tanto o Governo Federal quer, é um número de mortes inacreditável. Não dá para a gente concordar com isso!

A Bancada Feminina toda está lutando por soluções e queria dizer o seguinte: 358.425 mil óbitos. Gente, mais de 3 mil óbitos por dia, Presidente! Em dez dias, são 30 mil brasileiros. E a gente ainda, às vezes, tem que ouvir pessoas tentando querer aglomerar, fora o Presidente da República. Aglomerar, não usar máscara... Por favor, gente, quem defende a vida, a sua vida, dos seus amigos, dos seus familiares, defende a não aglomeração, o uso da máscara e a higienização das mãos. Isso é a ciência que mostra!

Então, é tudo que o Presidente nega: ciência, não comprar vacina a tempo. Então, não defende a vida! O Presidente da República e os mais próximos que o apoiam não defendem a vida do povo.

Agora, este Congresso está aqui apresentando soluções, mas é difícil, Presidente, porque lutar contra a maior autoridade do País – como Kátia Abreu disse – eleita pelo povo é difícil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra a Senadora Nilda Gondim. (*Pausa.*)

Fique tranquila, Senadora Nilda Gondim, que aguardamos V. Exa.

Agora, sim, estamos vendo V. Exa.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, antes de tudo, parabenizá-lo, porque o senhor teve uma decisão maravilhosa, unificou as CPIs de forma coerente, prudente e equilibrada. Parabéns pela sua decisão!

Eu tinha que dizer isso, porque realmente eu vibrei aqui, pela forma conciliadora que o senhor usou.

Quero também hoje cumprimentar a Universidade Federal de Campina Grande, 19 anos de sua criação. A Universidade Federal de Campina Grande tem uma vocação muito grande em avanços de tecnologia e, hoje, em abril, ela faz 19 anos.

Em 2017, ela fez uma parceria com a Nokia e instalou o centro de pesquisa de tecnologia 5G para possibilitar o aperfeiçoamento de técnicos, com capacitação profissional que garanta oferta com qualidade e eficiência. Então, por conta de tantos avanços e referências, Campina Grande se destaca, se destaca no Brasil, no Nordeste e no mundo.

Então, parabéns a todos os docentes, parabéns aos alunos, parabéns a essa universidade que é o orgulho da gente, orgulho de Campina.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senadora Nilda Gondim.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Está em votação a Emenda nº 10 (Substitutivo), nos termos do parecer do eminente Relator Alvaro Dias, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, sem emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as demais emendas.



A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento o Senador Oriovisto Guimarães, autor do projeto, e saúdo igualmente o belo trabalho feito pelo Líder Alvaro Dias, como de costume. Muito obrigado, Líder Alvaro Dias.

Anuncio o item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, da Deputada Elcione Barbalho, que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas de nºs 1 a 11, já disponibilizadas na tramitação da matéria, e que serão encaminhadas a publicação. **(Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

As Emendas nºs 7 e 8 foram retiradas pelo autor. **(Requerimento nº 1360/2021 - Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da Senadora Leila Barros para proferir parecer de plenário.

Com a palavra a nobre Líder Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir parecer.) – Boa noite, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores.

Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de parabenizar, de juntar-me a todos os Senadores e parabenizar o senhor pela decisão de instaurar a CPI, eu, que fui uma das signatárias do pedido de CPI, tive a oportunidade de me manifestar algumas vezes em Plenário e quero agradecer o senhor em nome desses Parlamentares, por aceitar e acatar essa decisão, que eu acho que é muito importante para o Brasil – eu acho que os brasileiros precisam de respostas.

E, segundo, eu gostaria muito de agradecer ao senhor por me designar Relatora do PL nº 6.278, porque, certamente, ele vai ser um projeto que vai ajudar de forma efetiva na prevenção do agravamento da violência contra a mulher, principalmente neste período de pandemia, Sr. Presidente.

Então nós vamos ao relatório.

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que tem o objetivo de tornar obrigatória a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida na rede de atendimento à vítima da violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Na justificação, a autora explica que o formulário é uma ferramenta destinada a aferir a percepção de risco de agravamento da violência doméstica. Tal ferramenta foi desenvolvida por especialistas no assunto, que tomaram como referência os dados nacionais e as experiências internacionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar por meio da aplicação desse tipo de questionário.

Após acolher requerimento de urgência, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a matéria no dia 18 de março, na forma de emenda substitutiva apresentada pela Relatora, Deputada Professora Rosa Neide.

O texto, organizado em quatro artigos, é o que está agora em análise pelo Senado.

O art. 1º designa o objeto da lei proposta, que é a instituição do mencionado formulário no contexto da violência doméstica e familiar.

Em seguida, no art. 2º, a matéria dispõe sobre o modelo, para informar que se trata do formulário aprovado por ato normativo conjunto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cujo objetivo é mensurar o potencial de agravamento da violência constatada. O dispositivo também prevê que o modelo deve ser aplicado no primeiro atendimento à vítima, preferencialmente pela Polícia Civil, e faculta a sua utilização por outros órgãos públicos ou privados.

O art. 3º enfatiza que se aplicam à matéria as disposições da Lei Maria da Penha e, por fim, o art. 4º prevê que a lei advinda da aprovação da matéria entrará em vigor na data de sua publicação.



Sr. Presidente, foram apresentadas ao todo 11 (onze) emendas ao texto, sobre as quais apresentamos comentários adiante.

Em razão da urgência imposta pela pandemia da Covid-19, a matéria foi encaminhada diretamente para a apreciação deste Plenário.

Análise.

O PL nº 6.298, de 2019, será examinado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, não há óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da proposição.

O Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida é uma iniciativa importante que se inscreve no contexto do §1º do art. 3º da Lei Maria da Penha, pois se trata de política desenvolvida pelo Poder Público com o objetivo de garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A ferramenta atua na esfera da prevenção do agravamento da violência contra a mulher, tornando mais eficaz a atuação da rede de atendimento e fortalecendo a aplicação adequada do conjunto de medidas preconizadas pela Lei Maria da Penha que buscam impedir a escalada da violência contra a mulher, caso, por exemplo, das medidas protetivas de urgência.

Ressalte-se que o CNJ e o CNMP já adotaram providências para implantar o modelo nos órgãos policiais encarregados de realizar o primeiro atendimento das mulheres, nos termos definidos pela Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020.

O formulário toma por base a experiência de países como Portugal, Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos e foi concebido por meio de parcerias entre importantes instituições atuantes no enfrentamento à violência contra a mulher, contando com o apoio técnico da União Europeia e do Ministério Público. Trata-se de um questionário composto por 19 perguntas objetivas e dez perguntas abertas, acompanhado de gabarito que aponta para três níveis de risco: baixo, médio e elevado. Deve ser aplicado no primeiro atendimento à mulher por profissionais das áreas da assistência psicossocial, jurídica, segurança, saúde e justiça.

Diante do exposto, temos que o PL nº 6.298, de 2019, busca trazer para o âmbito da legislação ordinária medida regulamentada antecipadamente por normas infralegais, no contexto da Lei Maria da Penha, tornando, com essa providência, a sua aplicação obrigatória e uniforme no Território nacional.

Alertamos, entretanto, que o emprego do formulário requer treinamento e, preferencialmente, a própria adesão dos órgãos de atendimento, para que possa, de fato, alcançar seus propósitos. Ampliar sua utilização é, sem dúvida, medida coerente com as lutas contra a violência doméstica e familiar, mas exigirá investimento do Poder Público na qualificação de sua rede de atendimento para o uso adequado do modelo.

Queremos sua aplicação efetiva e a ação coordenada dos órgãos de atendimento à mulher no uso das informações obtidas, especialmente para que sua implantação não signifique mais um espaço no qual a mulher conta a sua história, mas não recebe o amparo de que precisa, o que caracterizaria sua revitimização, dessa vez em ambiente institucional.

É necessário enfatizar que a pandemia de Covid-19 que ora enfrentamos acarretou o recrudescimento da violência contra a mulher, tornando urgente a adoção de medidas na esfera da prevenção, como é o caso do formulário ora em discussão.

Dados da Rede de Observatórios de Segurança, que atua no monitoramento da violência nos Estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, apontam que, por dia, pelo menos cinco



mulheres foram mortas ou vítimas de violência doméstica e familiar durante o ano de 2020. O estudo aponta que o isolamento social necessário para evitar a propagação do vírus da Covid-19 trouxe consequências nefastas para as mulheres, que foram obrigadas a ficar mais próximas de seus agressores. Para agravar a situação, a pandemia fragilizou o funcionamento pleno da rede de atendimento.

Por isso mesmo a adoção de um formulário que pode atuar na prevenção da escalada da violência contra a mulher é ainda mais necessária. O modelo contribui para tornar mais eficaz a atuação do Poder Público, com a identificação célere dos potenciais casos de agravamento da violência doméstica e familiar.

Os ilustres Senadores e Senadoras apresentaram 11 emendas ao texto.

A Emenda nº 1, do Senador Zequinha Marinho, autoriza a própria vítima a preencher a parte objetiva do formulário, na ausência de profissional capacitado para fazê-lo.

As Emendas nºs 2, 3 e 4, apresentadas pelo Senador Izalci Lucas, trazem as seguintes sugestões: a Emenda nº 2 dispõe que os dados coletados no formulário estarão acessíveis à rede de proteção, organizados por CPF, em rede, de modo sigiloso; a Emenda nº 3 prevê assistência profissional à vítima no preenchimento do formulário; a de nº 4, por sua vez, busca garantir a aplicação do formulário por órgãos e entidades da rede de proteção.

A Emenda nº 5, do Senador Mecias de Jesus, trata de assegurar o sigilo das informações obtidas na aplicação do formulário pelos órgãos e entidades aos quais o seu uso é facultado.

As Emendas nºs 6 e 7, de autoria dos Senadores Jean Paul Prates e do Senador Alessandro Vieira, apresentam o mesmo teor, buscando garantir que os dados obtidos componham estatísticas disponíveis para o uso de pesquisadores e dos formuladores de políticas públicas, preservado o sigilo das vítimas.

A Emenda nº 8, também de autoria do Senador Alessandro Vieira, propõe que o formulário, depois de preenchido, venha a compor os inquéritos ou procedimentos pertinentes à apuração da prática de atos de violência doméstica e familiar.

A Emenda nº 9, do Senador Alessandro Vieira, busca garantir que o formulário seja composto de questões objetivas e subjetivas e que a sua aplicação se dê por intermédio de um profissional qualificado.

A Emenda nº 10, por sua vez, da Senadora Rose de Freitas, adota cautela justamente em relação à remissão que o projeto faz à resolução do CNJ e do CNMP, preferindo fazer tal menção ao Poder Executivo, a quem caberia a regulamentação. Trata-se de um cuidado que salienta aspectos inafastáveis do processo legislativo, uma vez que cabe o poder regulamentar à Presidência da República por mandamento constitucional, a teor do art. 84, inciso IV, da Carta Magna.

Por fim, a Emenda nº 11, do Senador Fabiano Contarato, dispõe sobre a garantia de que os dados obtidos pelo formulário serão incluídos nas bases de dados dos órgãos do Sistema de Segurança e Justiça, devendo as secretarias de segurança dos Estados e do Distrito Federal remetê-las ao Ministério da Justiça para análise e compilação. A finalidade é subsidiar a elaboração de políticas públicas concernentes ao enfrentamento à violência doméstica e familiar.

O Senador Alessandro encaminhou requerimento solicitando a retirada das Emendas nºs 7 e 8.

As emendas apresentadas contribuem na discussão sobre a pertinência da aplicação do formulário na prevenção da violência contra a mulher, estimulando a possibilidade de seu agravamento. Entretanto, é necessário dizer que algumas delas ou já se encontram contempladas na matéria ou devem ser assunto da regulamentação.

Elaboramos um relatório que cuida de garantir que a proposição se atenha a apresentar regras gerais, permitindo que a regulamentação possa tratar de detalhes que respeitem à enorme diversidade regional de nosso País, sem criar obrigações que atentem contra nosso pacto federativo. Por isso, verificamos que as Emendas nºs 1, 2 e 3, que trazem importantes sugestões concernentes à aplicação do formulário, ficam mais bem acolhidas pela regulamentação infralegal, motivo pelo qual elas ficam rejeitadas.



A Emenda nº 4, por sua vez, intenta tornar obrigatória a aplicação do formulário por outros órgãos da rede de atendimento, uma vez que a medida já se tornaria obrigatória no âmbito policial, do Ministério Público e do Poder Judiciário. A proposição tornou facultativo o uso em órgãos que não façam parte dessa estrutura para evitar criar obrigações para terceiros e, ainda, para não invadir a esfera da atuação do Poder Executivo, o que poderia gerar questionamentos acerca de sua constitucionalidade. Entretanto, acreditamos que, pela importância da iniciativa na prevenção à violência, haverá engajamento de todos os interessados no enfrentamento a essa intolerável chaga social. Por isso, consideramos prudente rejeitar a emenda.

A Emenda nº 5 encontra-se contemplada no §1º do art. 2º do projeto de lei, assegurando, portanto, o sigilo em relação ao tratamento de dados, de forma que entendemos ser desnecessário acatá-la.

As Emendas nºs 6 e 9 enfatizam aspectos contidos na resolução conjunta do CNJ e CNMP, cujo acolhimento integral já é previsto no art. 2º da proposição, o que torna as alterações redundantes, como é o caso da Emenda nº 9, que reproduz o previsto no art. 4º da mencionada resolução, e da Emenda nº 6, que traz o mesmo tema do art. 9º da resolução. Por verificar que as alterações buscadas já se encontram atendidas no art. 2º da proposição, rejeitamos também essas emendas.

Em relação à Emenda nº 10, entendemos que o projeto não atenta contra o poder regulamentar atribuído à Presidência da República, nem poderia fazê-lo, mas apenas indica o caminho da regulamentação, visando garantir a fiel execução do texto da lei. Por esse motivo, também rejeitamos a sugestão.

E por fim, no caso da Emenda nº 11, a sugestão é meritória, mas entendemos que as medidas propostas devem constar da regulamentação, uma vez que se trata do detalhamento de regras a serem observadas por órgãos da Administração Pública.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, com a rejeição das Emendas de nºs 1 a 11. **(Íntegra do Parecer nº 64/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar ao senhor que eu tive a oportunidade de ligar praticamente para todos os Senadores que apresentaram emendas, e claro que todas as emendas que foram apresentadas são meritórias, mas a maioria, obviamente, não é atendida na lei.

Quanto a esse ato conjunto entre o CNJ e o CNMP, eu acredito que ele também é muito importante. Eles estão trabalhando muito firmemente para que sejam cumpridos todos os critérios e tudo que foi apresentado com relação a esse formulário.

Eu quero agradecer aos meus amigos Senadores por entenderem a importância desse projeto, porque ele já está desde 2019 preparado, pronto, na Câmara. Veio no pacote do mês das mulheres, de março, e existe uma expectativa muito grande de várias instituições – a Adepol, o CNJ, o CNMP – da aprovação da matéria pelo Senado Federal na noite de hoje, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Leila Barros.

O parecer é favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 11.

Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação.

Foi apresentado o Requerimento nº 1.366, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque da Emenda nº 10. **(Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

O Senador Eduardo Braga está conectado? *(Pausa.)*

A Senadora Rose de Freitas é a autora da emenda destacada pelo MDB.

A Senadora Rose está conectada? *(Pausa.)*



Bom, fica prejudicado, portanto, o requerimento de destaque do MDB. Não remanesce...

Perdão, perdão, perdão. Não fica prejudicado o requerimento de destaque do MDB, porque a Senadora Rose de Freitas apareceu para sustentá-lo. Eu gostaria de indagar se V. Exa. mantém o requerimento de destaque, Senadora Rose?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela Liderança.)

– Não, Presidente. Desculpe eu ter corrido. É que entrou um bichinho no meu olho, eu fui correndo lavar e não queria estar fora da tela.

Ouvi atentamente o relatório da Senadora Leila, e me ocorre dizer o seguinte, Sr. Presidente: este é um País que não cultiva a memória, não é? E nem estatísticas mais apropriadas para tratar de todos os assuntos, sobretudo a questão da violência contra a mulher.

Eu me lembro que na CCJ apresentamos um projeto – acho que V. Exa. até estava – em que eu pedia um cadastro de idosos. Era necessário cadastrar os idosos, a situação dos idosos no País. Lembro-me de uma contestação absurda, como se dissessem: "Olha, vai gastar dinheiro público." Hoje nós sabemos, na campanha da vacinação, a falta que fazem esses cadastros, essa avaliação, esses formulários de referência, sobretudo agora que nós estamos, graças a Deus, aos Parlamentares, à sociedade, aplicando registros permanentes para falarem, inclusive, dessa questão da violência. Nós falamos da violência com a incidência que os dados nos apresentam no cotidiano.

Se estudarmos na sociedade o reflexo que tem essa violência, o risco de agressão... A mulher fica dentro do mesmo ambiente – imaginem isso – que o agressor. E quando não é o agressor, aquele que a ameaça que a coloca na situação de refém, ela fica presa dentro da casa por essa dramática pandemia. Essas estatísticas nunca chegam até nós. Nós temos dados que são mencionados pelas comunidades, pelas igrejas etc., mas muito pouco advém da estrutura de segurança e de combate à questão da violência contra a mulher.

Então, esse registro é necessário. É importante, também... Nós fizemos emendas. A Relatora explicou que seria de bom alvitre que aprovassem.

É uma coisa que me dói, Leila, e você nem imagina, porque é a oportunidade que a gente tem de aperfeiçoar o projeto. Mas eu estou muito satisfeita com o seu relatório. Quero dizer que nós vamos avançando. Não gostaria que fosse tão devagar, no Brasil, essa questão contra a violência, da avaliação e do registro de ocorrências, da denúncia, do amparo e das políticas sociais, mas é um fato. Nós temos que avançar.

Portanto, eu queria não só parabenizá-la pelo seu relatório, mas falar da sua atuação como mulher. Não basta ser mulher para ter compromisso, é preciso que seja uma mulher com compromisso. E você é uma mulher com compromisso.

Presidente, não é demais registrar para quem nos ouve – tem muita gente acompanhando esse debate – o papel que V. Exa. está exercendo nessa quadra da história da vida das mulheres no Brasil através do Senado Federal. Não é demais! Simone, Nilda e eu já conversamos sobre isso e todas comentamos a importância de reconhecer... Não como o chefe do Comitê das Olimpíadas: "Mulher fala demais, é insuportável ouvir mulher." O senhor tem não só a primazia de nos dar o seu companheirismo, mas também valoriza o papel que a mulher exerce na política e na sociedade. Suas leis são muito apropriadas, assim como a sua coordenação e liderança nesse processo.

Eu tive a oportunidade de escrever um artigo – e é bom que não estejamos sós –, como já lhe falei uma vez, sobre V. Exa., sobre o fato de ter chegado à Presidência e de ter se ombreado com as mulheres, procurando reconhecer o espaço e a importância que elas têm.

Portanto, eu lhe agradeço sempre, porque sei, por experiência de vida, que é muito difícil se não tivermos os homens participando da nossa caminhada para acelerarmos o passo. Isso aqui é uma prova.



Está aí um relatório, entregue à Leila, tão bem elaborado. E o Randolfe sugeriu, e foi aceita, a questão das mulheres gestantes.

Então, estou aí para colaborar, retirar o destaque, aplaudir e estar sempre junto no que diz respeito à luta das mulheres.

E, mais uma vez, Presidente Rodrigo, não existe Rodriga, não, mas Rodriga é como nós o chamamos quando estamos reunidas as mulheres: "Vamos falar com a Presidente Rodriga, porque ela está do lado das mulheres".

Muito obrigada, de coração, por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Os projetos de interesse da Bancada Feminina, das mulheres brasileiras, consequentemente, são uma realidade do Senado Federal que não se restringe à semana do Dia 8 de Março. É bom que se diga que é um compromisso firmado com as nossas 12 Senadoras da República, inclusive com a nobre Senadora Simone Tebet, Líder da Bancada Feminina, a quem eu concedo a palavra neste momento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou até pedir para que retire a minha inscrição. A palavra é pela ordem. Primeiro, quero agradecer – e acho que a Senadora Rose falou por todos nós e tem mais credibilidade como nossa sempre procuradora – por V. Exa. tê-lo pautado. Não tem quinze dias que nós o incluímos na pauta de prioridade da Bancada Feminina e V. Exa. já o pautou no dia de hoje.

Quero parabenizar a Senadora Leila pelo belíssimo relatório.

Obrigada, Rose, por ter tido a grandeza de retirar a sua contribuição valorosa, mas que requereria voltar o projeto para a Câmara.

Sr. Presidente, esse é um projeto que tem tudo a ver com a questão da pandemia. Está cada vez mais comprovado, com denúncias, inclusive, pela televisão, o cárcere privado de mulheres neste período de pandemia. Às vezes ela tem que rabiscar num pedaço de papel, numa folha de jornal ou num pedaço de papel higiênico um pedido de socorro, porque está sendo vítima de cárcere privado, de violência doméstica, o qual ela entrega na hora em que o marido ou o companheiro vai para algum lugar ou ela entra em algum estabelecimento.

O que esse projeto tem de tão relevante, Sr. Presidente? Esse formulário vai salvar vidas. Ele já existe, mas não é oficial ainda, não é legalizado. Foi um modelo criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um formulário a que a mulher, é óbvio, só responde se quiser, não é obrigada, mas, normalmente, ela o faz de bom grado. Ela responde a um formulário de marcar "x" e a algumas perguntas abertas assim que ela chega à Polícia Civil para fazer a denúncia.

Por que isso, Sr. Presidente? Porque está comprovado que a mulher, antes de ser morta pelo crime de feminicídio, recebeu violência psicológica ou recebeu um tapa na cara, uma lesão corporal, uma ameaça.

Então, normalmente, ela é atendida na polícia, faz o boletim de ocorrência, mas desiste e volta para casa. Com esse formulário, o policial, o Ministério Público, o defensor vai olhar, de forma sigilosa, que essa mulher é vítima constante de violência. Então, ele vai auxiliar, aconselhá-la: "Olha, você já esteve aqui uma vez, você já denunciou, já desistiu. Cuidado! A violência é um crescente! Daqui a pouco você terá ameaças de morte".

Então, eu não tenho dúvida de que esse projeto, na sua singeleza, vai salvar vidas. O que o Senado Federal está fazendo, neste momento, é salvar vidas de mulheres brasileiras que sofrem, constantemente, a violência doméstica familiar.



Mas, Sr. Presidente, parabenizando a autora, a Deputada Elcione Barbalho, não tenho dúvida de que o Presidente da República vai ter a sensibilidade de sancionar este projeto.

Eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, porque acabei de ver, no Jornal Nacional, uma belíssima homenagem a uma pessoa que eu considero uma querida amiga, que faleceu de Covid aos 52 anos. Não é à toa, e nada é por acaso, que eu estou aqui, vendo pela tela, uma das maiores jogadoras de vôlei de todos os tempos. Mas hoje faleceu, vítima da Covid, uma filha da minha cidade natal, Três Lagoas, com quem eu tive o prazer de conviver na minha adolescência. Refiro-me à Ruth, jogadora de basquete profissional, que, por 10 anos, jogou pela Seleção Brasileira, E, agora, aos 52 anos, repito, ela foi vítima do coronavírus.

Ela é medalhista pan-americana, se não me engano, em Cuba; ela é medalhista, campeã mundial pela Seleção Brasileira de Basquete, na Austrália, em 1994. E, assim, por 10 anos, ela serviu à Seleção Brasileira.

E eu confesso, Sr. Presidente, como é injusta a carreira tão curta dos profissionais do esporte de alta performance no Brasil. Eu tive o privilégio de ser Prefeita quando ela bateu à minha porta dizendo que precisava de um emprego, porque estava passando por necessidades. E eu tive de ver, juridicamente, de que forma eu poderia... Enfrentei o Ministério Público e disse: "Olha, nós não podemos... Não é ela que precisa de nós; as nossas crianças, os nossos jovens é que precisam de uma jogadora da estirpe de Ruth ensinando-os com todo o seu talento".

Então, eu diria que, de uma certa forma – e ela tinha lá quase 1,90m de altura, enorme –, o talento dela só não era maior que o seu coração, porque eu não conheci uma pessoa tão generosa como Ruth.

Então, ela, que brilhou nas quadras do basquete brasileiro, hoje, não tenho dúvida, brilha como mais uma estrelinha no céu.

Então, desculpe-me a necessidade de me alongar, mas é a emoção de ter perdido uma pessoa que eu conheci por muito tempo e que tanta alegria deu a jovens como eu ou como V. Exa., que, embora mais novo, deve ter visto também Ruth brilhar nas quadras de basquete.

A minha homenagem a todos os esportistas brasileiros e a todos que estão passando por esses momentos de dor nos leitos dos hospitais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senadora Simone Tebet.

A Presidência adere ao voto de pesar proferido por V. Exa.

Para discutir a matéria, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Relatora, Senadora Leila Barros, porque o seu relatório, o parecer e, ao final, o voto conseguem ilustrar o alcance, eu diria, desse experimento.

A gestão de risco se transformou para a academia, para o estudo teórico, talvez, o *top* de linha em matéria de prospecção de probabilidades. Eu diria que a famosa Teoria dos Jogos, daquele inesquecível filme que aborda a vida de John Nash – Uma Mente Brilhante –, chega, com a gestão do risco, a um novo estado da arte, digamos.

Compartilho do que disse a Senadora Leila Barros ao afirmar que isso vai exigir uma evolução dos operadores dessa gestão de risco. Primeiro, a confidencialidade do relato da vítima. Vamos acompanhar. É na primeira oportunidade, na primeira entrevista que isso será formulado. Ou seja, as dezenove perguntas fechadas e as dez perguntas abertas vão compor um quadro, e, se esse quadro vazar, o risco da vítima aumenta imediatamente, porque, dependendo da descrição que ela faça do risco que corre, o



vazamento dessa informação pode ampliar o risco pelos detalhes que possam ali ser registrados, de forma que a responsabilidade pela guarda dessas informações tem que ser muito cautelosamente estabelecida, com cuidado. Com os riscos de vazamento que hoje a sociedade digital enfrenta, o risco do vazamento geometricamente também é ampliado.

No mais, eu subscrevo tudo o que foi dito aqui para elogiar a iniciativa, que é do coletivo, das instituições – Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça – e quero valorizar o relatório da Senadora Leila, que abordou, inclusive, esse aspecto de qualificação dos operadores desse formulário. Repito, o formulário é importante para um acompanhamento do risco e gera riscos caso sejam essas informações transferidas à pessoa errada. De qualquer maneira, é claro que vamos votar a favor, esperando que essa operação seja ampliada.

E faço minhas as palavras da Senadora Simone Tebet: sempre que morre uma pessoa jovem, sem comorbidade e com um histórico de saúde, exemplo de êxito físico e de inteligência, enfim, de carreira e de vida, a nossa dor fica agudizada. Então, faço minhas as palavras da Senadora Simone Tebet.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Líder Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Presidente, caros colegas, caras Senadoras, sem dúvida nenhuma, a nossa bancada considera que não é só importante como também é necessária a instituição desse formulário para ser aplicado às mulheres vítimas da violência. Ele fornecerá não só o grau de risco, como também dados importantes, informações que facilitarão a elaboração pelo sistema da Justiça de um plano de segurança, de proteção e de apoio às vítimas mulheres. E não só isso: ele também atua no sistema da Justiça criminal para tomar medidas que, inclusive, tornam-se desfavoráveis ao agressor.

Então, a nossa bancada está sintonizada com isso, e nós sabemos que é verdade que aumentou muito na pandemia, mas essa violência doméstica já é bem de antes dessa situação. A nossa bancada é solidária e defende uma sociedade em que a solidariedade, o bem comum e principalmente esse humanismo são fundamentais para aprovarmos um projeto desse nível.

Parabenizo a minha colega Parlamentar paraense Elcione Barbalho, assim como a companheira Leila Barros, que soube traduzir este momento tão importante, de aprovarmos neste momento tão importante.

E fico muito feliz, Presidente, por estar vivendo este momento no Congresso Nacional, em que tem sido o Senado Federal, digamos assim, não só a representação do povo, da Federação, mas que tem representado esse sentimento de dar respostas, não só oferecendo-as ao Governo de então, mas dando resposta para a sociedade na busca de projetos importantes, podendo consolidar essa visão de solidariedade humana e de humanismo do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, mais uma vez, neste momento, eu quero, de forma muito especial, parabenizar a minha querida Colega Leila Barros pelo relatório, parabenizando também, claro, a autora do projeto, a Deputada Elcione Barbalho.

Mas é para lhe dizer, Leila, em nome também da Bancada Feminina, que V. Exa. muito nos tem orgulhado. E, Sr. Presidente, aqui quero parabenizar V. Exa., mais uma vez, pelo compromisso de criar essa bancada, que – unidas – tem feito já uma grande diferença com questões que são totalmente assertivas



para as mulheres de todo o País.

Sr. Presidente e querida Senadora Leila, esse projeto constitui, na realidade, um marco no combate à violência contra a mulher, porque, ao tornar obrigatório o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida) na rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, também nós vamos contribuir para mapear de forma mais precisa essa violência estrutural em nosso País, que machuca, que prejudica, que aliena e que mata tantas mulheres, destrói tantas famílias dentro do nosso País, obviamente.

O formulário trará celeridade, Sr. Presidente, ao deferimento de medidas protetivas e à prevenção do agravamento da violência, que a gente sabe que, em muitos casos, termina em feminicídio. A comunicação entre os profissionais trará, espero eu, maior proteção a essas vítimas.

Por fim, Sr. Presidente, sabemos que hoje a vítima já não pode mais renunciar ao processo, o que já ocorreu anteriormente, no caso de lesão corporal. Mas não fica um mapeamento meticuloso do perfil da vítima, o que agora torna-se bem diferenciado.

Então, para não me prolongar mais, eu gostaria de dizer que, nesse passo que nós estamos dando de muita importância, o relatório foi preciso, foi de uma competência, Leila, e, eu diria, de um debruçar de quem cuida e protege os seus semelhantes, as suas semelhantes, as mulheres que são vítimas. Por isso mesmo, eu me orgulho e me sinto contemplada. Eu digo contemplada, porque sou representante também das mulheres aqui no meu Estado e de todas as mulheres no País.

Parabéns!

Daqui a pouco, vamos para a aprovação, se Deus quiser, por unanimidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Retomamos os oradores. O Senador Oriovisto Guimarães está na lista de oradores.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria usar estes três minutos para fazer um apelo – um apelo, mas antes uma reflexão.

Nós perdemos muito com a pandemia, o Brasil perdeu. Em particular, o Senado perdeu três dos seus queridos membros. Todos nós perdemos amigos, perdemos parentes e continuamos perdendo, continuamos sofrendo. Mas essa pandemia não trouxe só desgraça. Ela trouxe também mais força, mais energia e mais compreensão para aqueles que resistem de mãos dadas e que querem ajudar os que adoecem e que querem que o Brasil supere essa situação.

Em particular, eu vivi esse tempo de Senado remoto como o mais harmonioso tempo em que mais nós Senadores nos entendemos, acima de partidos, acima de ideologias, acima de vaidades pessoais. Nós nos demos as mãos para aprovar tudo que o povo brasileiro precisava que nós aprovássemos: auxílio emergencial, inúmeros projetos que no tempo que eu tenho não me cabe aqui enumerar.

Sr. Presidente, infelizmente, essa união não pegou todas as autoridades do País. Algumas, como dizia a Senadora Kátia, marcharam diferentemente da grande maioria. Mas isso me faz ter a certeza da importância do Senado Federal, da importância do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, eu ousaria dizer que, se a vida dos brasileiros fosse uma dança, nós somos quem realmente escreve a partitura da música que comanda essa dança. As nossas leis, as nossas ações, a capacidade que nós temos de mudar a nossa Constituição, de mudar as nossas leis mudam a maneira como os brasileiros vivem. Elas realmente atravessam mandatos de Presidente da República, mandatos de Governadores, mandatos de Prefeitos, os nossos próprios mandatos. As leis ficam e determinam a feição do Brasil, o caráter do Brasil. E nós – só nós – podemos fazer as leis. Nós aprovamos a reforma da



previdência e vamos aprovar, se Deus quiser, a reforma administrativa, a reforma tributária. Nós podemos reformular o nosso sistema político, nós podemos reformular o nosso sistema judiciário, nós podemos reformular o Brasil. Só nós podemos! Só nós, só o Congresso!

Sr. Presidente, se há tanta coisa para reformar neste País e se a pandemia nos ensinou tanto que a nossa união pode realmente ajudar o Brasil em momentos de crise, essa união pode também ajudar em momentos quando esta crise passar.

Por isso, Sr. Presidente, eu reapresentei, sob a forma da PEC 8/2021, uma PEC que eu já havia apresentado em 2019.

Peço só um segundo a mais, Sr. Presidente, para terminar o raciocínio.

Lá, eu já via a necessidade de se aprovar essa PEC.

Sr. Presidente, nós precisamos fazer muitas mudanças no nosso sistema judiciário. Não vamos conseguir fazê-las todas de uma só vez, mas alguma coisa nós podemos, sim, reformular logo, já!

Nós podemos disciplinar o funcionamento das decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Em 2020, foram 1.264. Neste ano, já foram 320. Não preciso dizer da insegurança jurídica e dos dissabores que isso cria para a Nação brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu lhe peço que coloque em pauta essa minha PEC 8/2021.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Oriovisto Guimarães.

O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues, com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. e Srs. Senadores, mais uma vez, eu solicito que possa ser colocado em votação o PL 1.136, de 2021, da nossa autoria, que prevê a obrigatoriedade da vacinação aos sábados, domingos e feriados.

Eu tive o cuidado, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, de acompanhar em alguns países, como os Estados Unidos, como a Inglaterra, como a França, como a Índia... Só para se ter uma ideia, no primeiro final de semana prolongado de abril, nos Estados Unidos, foram quatro milhões de doses de vacinas aplicadas, porque as pessoas estão mais disponíveis e têm mais facilidade de deslocamento aos postos de vacinação, o que facilita realmente a vida das pessoas.

A França, por exemplo, num final de semana, aplica mais de 200 mil vacinas, porque é facilitado o deslocamento das populações mais distantes. Isso é interessante dizer, Sr. Presidente, porque é um país que tem estradas, que tem meios de deslocamento que facilitam a vida da população.

Portanto, é quase como se nós os estivéssemos representando e fazendo uma súplica pelos milhões de brasileiros e sentimos essa necessidade de o Governo Federal atendê-los. Nós vivemos numa pandemia. A pandemia, neste momento é gravíssima. Nós vivemos um momento gravíssimo da história da humanidade, e, no Brasil, não é diferente.

A Covid não tira final de semana para descansar. O vírus não para aos sábados, domingos e feriados. Ele contagia e mata milhares e milhares de pessoas, inclusive entes queridos das nossas famílias.

Portanto, é um apelo que nós fazemos e, até como relação comparativa, nós temos visto que a experiência internacional tem mostrado, a olhos nus, que somente a vacina é capaz de vencer o vírus, reduzir o sofrimento e salvar vidas.

Portanto, entendo que essa matéria, esse Projeto de Lei 1.136 é fundamental para que nós possamos



reduzir esse hiato que existe entre a chegada das vacinas aos Estados e Municípios e a sua aplicação efetiva na população brasileira.

Tenho certeza de que haverá um esforço ingente por parte de todos os entes federados para que nós possamos levar essa esperança à população brasileira e para que nós tenhamos definitivamente essa experiência ampliada para que o Governo faça o seu papel.

Nós sabemos das dificuldades, o nosso País é um país continental, como falamos na sessão anterior, e o prolongamento dessa vacina aos sábados, domingos e feriados obviamente vai realmente ajudar bastante no número de brasileiros vacinados.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar como registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero iniciar parabenizando a Senadora Leila pelo brilhante relatório. E vejo que a iniciativa da Deputada do Pará é mais uma conquista das mulheres, e assim deve ser numa sociedade que está amadurecendo como é a sociedade brasileira.

A Senadora Rose de Freitas citou a vulnerabilidade dos idosos, e nós não podemos esquecer que, entre os vulneráveis, temos também pessoas com deficiência e temos também as crianças. Nós não sabemos o nível de subnotificação desse tipo de violência. Sabemos que a das mulheres é muito grande, mas imaginemos só a questão da violência dos idosos, daqueles deficientes mentais, ou das crianças, como é o caso do menino Henry, que nós estamos assistindo.

Eu estou assistindo aqui, estupefata, na televisão, concomitantemente à sessão. Quando eu fui me informar sobre a questão da Covid-19, eu me deparei com mais dados desse caso, que é, assim, de cair o queixo!

A Senadora Simone falou sobre os subterfúgios usados pelas mulheres em situação de vulnerabilidade. Elas se utilizam de símbolos, recados, "n" subterfúgios nós temos para que a gente dê esse sinal de alerta ou esse pedido de socorro, mas dói na minha alma acompanhar o caso desse menino Henry, quando eu tento imaginar o número de subnotificações.

Quais são os subterfúgios que uma criança dessa tem? Sem falar do agravante: se dá pouco crédito às crianças, e geralmente a gente fica naquela questão de achar que uma criança, quando não quer fazer alguma coisa, está fazendo algum tipo de manha. Então, elas não têm a credibilidade que uma mulher tem. Por isso, eu faço aos colegas um apelo aqui: nós precisamos nos debruçar sobre esse problema que também é muito grave.

Se nós formos prestar um mínimo de atenção vamos ver que se fala na necessidade de se proteger a mulher com uma constância muito grande. Isso é muito presente. Por quê? Porque a mulher tem voz. E por que a gente não escuta isso em relação aos idosos? Por que nós não escutamos isso em relação às pessoas com deficiências, principalmente com deficiência mental? Por que nós não escutamos isso em relação às crianças? Porque elas não têm voz, elas não têm a mesma voz das mulheres. E olha que nós mulheres, como disse a Senadora Rose, temos uma voz que às vezes chega a ser irritante ou muito estridente, mas nós conseguimos pedir socorro, no mínimo.

Então, eu quero pedir aqui que possamos nós, juntos, Congressistas homens e mulheres, nos debruçarmos para que consigamos encontrar medidas legislativas para ajudar essas pessoas que sofrem caladas e que não têm a mesma voz que nós mulheres temos a sorte de ter.

Trazendo mais um assunto que, infelizmente, é uma polêmica e não era para ser, Presidente, tão polêmico, com todo o respeito, nós somos acostumados a dizer que Deus é brasileiro.



Só peço ao senhor mais um segundinho.

Deus é brasileiro. Agora, num País que acolhe todas as religiões, num País onde há um povo otimista e calmo, manso por natureza, nós não podemos nos acostumar a ver líderes religiosos discutindo, digladiando-se em redes sociais, quando nós precisamos deles nessa hora para ajudar aqueles que estão em depressão, a ponto de praticar um suicídio, ou para verificar na comunidade casos de violência, como é esse que estamos citando aqui.

Então, considerando que Deus é onipresente, eu peço que esses líderes religiosos tomem juízo, respeitem esta Nação e parem de separar nós brasileiros, um povo manso, calmo, um povo que é crente por natureza. Aqui o número de cristãos é um absurdo. E o que estão fazendo conosco? Eu sou cristã, sou religiosa, sou carola e não admito abrir as redes sociais e dar de cara com líderes religiosos se aproveitando nesse momento de questões políticas, de questões ideológicas, de poderio para separar nós brasileiros uns dos outros. É inaceitável.

E já que nós temos essa voz, eu quero aqui dizer que esse Deus é onipresente. E não nos esqueçamos de que Ele está em todos os lugares, e que essas pessoas tomem juízo e respeitem esse povo maravilhoso, que é o povo brasileiro, e não nos separem.

E, por fim, vocês que estão em casa, que não precisam sair para trabalhar, que podem trabalhar em *home office*, deixem as ruas para aqueles que precisam trabalhar lá. Vamos usar máscara, vamos usar álcool gel e vamos todos juntos nos dar as mãos para que consigamos vencer esse momento tão difícil. Nós estamos aqui no Senado Federal fazendo a nossa parte.

Parabéns ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco por tudo que foi emplacado nesta sessão de hoje. É um marco na nossa história. E vamos fazer o nosso trabalho com maestria. Que Deus onipresente em todos os recônditos deste País nos abençoe e nos proteja. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, não é para discutir; vou já falar nos meus três minutos, porque eu estou inscrito. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Bem, primeiro, Presidente, eu quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela condução, principalmente da posição em relação à CPI; acho que V. Exa. a tratou de uma forma muito correta. Quero agradecer a V. Exa. e parabenizá-lo pelo Projeto 1.315, que acabamos de votar.

Agradeço ao Senador Carlos Fávaro, que acatou a nossa emenda, no sentido de ampliar até a lei definir o fim da pandemia, da emergência, mas, de uma forma especial, o acatamento dos profissionais da vigilância e da limpeza, os coletores de lixo hospitalar, os nossos cobradores e motoristas, os nossos agentes comunitários, os coveiros, os motoristas funerários, auxiliares funerários, pessoas simples que estão em contato direto com a pandemia, com o Covid. Então, parabenizo-o muito pelo projeto e a relatoria.

Quero agradecer também ao Oriovisto e parabenizá-lo. Eu, que sou contador e auditor, sei da importância desse Projeto 5.546.

Agradeço também ao Alvaro Dias, que acatou as minhas emendas, a importância da gravação dessas reuniões para não depois utilizar isso de forma indevida. Então, parabéns pela iniciativa!

Da mesma forma, parabenizo a Leila pela relatoria. Eu entendi que ela não acatou as minhas emendas exatamente para agilizar o processo para ser sancionado, mas de forma brilhante também o



relatório desse projeto tão importante para o fim ou pelo menos amenizar a questão da violência doméstica, principalmente contra a mulher, que cresceu e está crescendo muito com esta pandemia.

Então, foi um dia bastante positivo para o Senado com essas decisões. Então, parablenizo a todos e, de uma forma especial, V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Izalci Lucas.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Está em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer da Senadora Leila Barros, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu peço a permissão ao Plenário do Senado Federal, embora já em razão do adiantado da hora e tenhamos dificuldade de quórum, porém, me parece razoável e nem um pouco controvertido incluir o item extrapauta.

É o Requerimento nº 1.306, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze e outros Senadores, corroborado aqui pela Senadora Soraya Thronicke também, solicitando a realização de sessão de debates temáticos, a fim de se discutir os parâmetros técnicos e regulatórios no processo de reavaliação do produto Paraquat, bem como as medidas de mitigação exigidas para seu uso seguro no campo dos países que especifica. Pede a palavra, pela ordem, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, se me permite, eu tenho, desde quando Deputado e como Senador presencial, aprovado várias homenagens em sessão solene. Eu tenho três requerimentos, Presidente. Eu não sei se daria para votá-los ainda hoje, simbolicamente, mas eu sempre prestei homenagem à Polícia Militar, que é o Requerimento 178, de 2021; aos contabilistas, que são os contadores, que são profissionais que prestam relevantes serviços para o País, que é o Requerimento 159, de 2021; e o Dia Nacional do Comissário de Proteção à Criança e ao Adolescente, que a gente também faz todo ano, que é o Requerimento 270, de 2021. Se V. Exa. pudesse colocar também esses três requerimentos, eu agradeceria muito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Líder Izalci Lucas.

Eu consulto o Plenário se podemos colocar esses três itens extrapauta sugeridos pelo Senador Izalci Lucas. Se houver alguma objeção, peço que se manifestem. (*Pausa.*)

Voltamos ao item extrapauta anunciado pela Presidência.

Requerimento nº 1.306, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o item extrapauta.

Requerimento nº 159, de 2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Contabilista.



A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item extrapauta.

Requerimento nº 178, de 2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item extrapauta.

Requerimento nº 270, de 2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional do Comissário de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Portanto, todos os itens sugeridos por V. Exa., Senador Izalci Lucas, foram aprovados aqui, nesta noite, na sessão do Senado.

Eu passo a palavra à eminente Relatora do projeto anterior aprovado, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.)

– Sr. Presidente, só para agradecer ao senhor por ter pautado essa matéria tão importante, agradecer também à Bancada Feminina pelas palavras de apoio e reconhecimento ao nosso trabalho e também aos Senadores que se manifestaram aqui, apoiando-nos.

Eu gostaria de fazer um agradecimento à Dra. Fabíola Sucasas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público e junto à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; à Dra. Sara Gama, Promotora de Justiça do MP/Bahia; assim também como à nossa Consultora aqui da Casa Maria da Conceição; e à minha assessoria legislativa, que fez um excelente trabalho. Agradeço a todos pelo apoio. Eu tenho certeza de que esse formulário – ele já está sendo utilizado, há, mais ou menos, um ano –, tenho certeza de que os indicadores que estarão sendo captados, esses indicadores de risco que estarão sendo captados com esse formulário, serão muito importantes para a segurança das nossas mulheres, ou, pelo menos, para a gente construir políticas públicas que sejam importantes na prevenção desse agravamento da violência familiar e doméstica contra as mulheres, Sr. Presidente.

Então, muito obrigada; agradeço demais por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senadora Leila Barros, e a cumprimento pelo êxito na aprovação do seu parecer, em relação a esse importante projeto votado nesta noite.

Senador Eduardo Girão pede a palavra? (*Pausa.*)

Pois não.



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, paz e bem!

Eu não poderia deixar de terminar este dia hoje tão especial para a República sem o parabenizar pela sua sensibilidade, pelo seu senso de ética, de justiça, que fez hoje florescer, com muita força, uma alegria grande do povo brasileiro. Eu não paro de receber cumprimentos não para mim, mas das pessoas felizes com a decisão do Senado Federal, dos colegas, porque foi um trabalho conjunto, capitaneado pelo senhor, pela equipe da Secretaria-Geral da Mesa, que fez o apensamento de uma demanda da sociedade que é essa questão da Covid não em partes, mas no todo. Então, isso realmente atende aos anseios de uma população que se mobilizou muito, nesses dias. E eu acredito que isso aproxima a nossa Casa do povo. Eu quero lhe dar os parabéns e agradecer pelo seu gesto, fico muito grato. E eu acredito que nós teremos um grande trabalho pela frente, na hora em que for definido, mas que nisso nós vamos ter não apenas uma parte da verdade.

Presidente, hoje é também o dia do aniversário de Fortaleza. Nós estamos entrando aí quase nos 295 anos, chegando perto de 300 anos de Fortaleza. Então, é um dia muito especial também para mim. Na terra em que eu nasci, eu espero lhe receber em Fortaleza com a sua família, com o seu filhinho, para tomar banho no mar do Ceará. E que Deus o abençoe nessa sua jornada! Estou realmente muito feliz, junto com o povo brasileiro, por essa decisão íntegra do Senado Federal da República. Um grande abraço, muita paz! Que Deus continue o iluminando e o abençoando nesse trabalho difícil! Mas grandes batalhas são dadas a grandes guerreiros, e o senhor tem demonstrado serenidade de verdade, equilíbrio e muito senso de justiça. Deus o abençoe; muita luz para o senhor e para a sua família!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Amém! Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Eu cumprimento V. Exa. Parabenizo a sua querida cidade de Fortaleza e quero que, logo que isso tudo passar, quem sabe possamos estar juntos presencialmente, especialmente em Fortaleza, quando V. Exa. certamente me receberá de braços abertos! Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é muito rápido. Nessa coisa do avançar da hora, eu me esqueci aqui de me solidarizar com os amigos, com a família e com os fãs da Ruth. Eu tive a oportunidade de disputar uma Olimpíada ao lado da Ruth. Com ela, ali no garrafão, que era uma senhora pivô, era difícil pegar um rebote ali. Então, é muito difícil ver a pessoa, o símbolo que a Ruth representava para a geração dela... Ela foi campeã mundial, ela foi campeã pan-americana em Havana; então, um ser humano ímpar. Como a Simone falou, muito humilde, apaixonada por esportes. Tinha o entendimento, como poucos, da importância do esporte – até porque viveu para o esporte – como ferramenta de inclusão, de transformação. Enfim, que Deus a tenha! Eu me solidarizo com todos os fãs. Eu sei que ela tinha uma legião de fãs. Era uma pessoa maravilhosa, uma atleta excepcional, mas, acima de tudo, um ser humano incrível. Então, que Deus a tenha, assim como a todos os brasileiros que, no dia de hoje, também perderam suas vidas vítimas da Covid!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa., Senadora Leila Barros.

A Presidência, uma vez mais, manifesta o pesar em razão do falecimento da Ruth de Souza, uma grande atleta brasileira que sucumbiu ao coronavírus. Saudamos também, com os nossos pêsames e os nossos sentimentos, de maneira muito triste, a todas as vítimas da pandemia no nosso País.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para



amanhã, quarta-feira: às 10h, sessão remota de debate temático destinada a debater a necessidade de vedar o reajuste anual dos medicamentos durante a emergência em saúde pública de importância nacional, nos termos do Projeto de Lei 939, de 2021; e, às 16h, sessão deliberativa remota, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito boa noite a todos!

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 57 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 26ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1371, DE 2021

Criação de CPI para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal tem, sistematicamente, violado os direitos fundamentais básicos de toda a população brasileira à vida e à saúde. A Constituição Federal dispensou tratamento privilegiado ao direito à saúde. Além de se tratar de verdadeiro direito fundamental social, também se trata de um dever comum atribuído à União, aos Estados e aos Municípios (art. 23, II; e art. 30, VII), inclusive, quanto àqueles, como competência legislativa concorrente (art. 24, XII). Em outras palavras, cuidar da saúde é uma competência **comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ocupando o segundo lugar mundial em número de mortos pela Covid-19, com mais de 207 mil óbitos, o Brasil tem dado péssimo exemplo quanto ao controle da pandemia. De modo irresponsável, o Governo Federal sistematicamente deixou de seguir as orientações científicas de autoridades

SF/21139.59425-24 (LexEdit)



sanitárias de caráter mundial, incluindo a Organização Mundial de Saúde. O Presidente Bolsonaro demitiu até mesmo dois Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, pelo fato de não seguirem as suas crenças e quimeras na condução de políticas públicas de saúde.

Já no início da pandemia da Covid-19, o Governo Federal tentou impedir que os entes federados pudessem tomar medidas para diminuir o ritmo de propagação do vírus, como o isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel. Após decisão do Supremo Tribunal Federal garantir a autonomia dos entes e reafirmar que o cuidado com a saúde é uma competência comum, o Governo Bolsonaro parece ter optado por lavar as mãos e se omitir, incentivando até mesmo tratamentos sem nenhuma evidência científica, além de atrapalhar os esforços dos prefeitos e governadores.

Enquanto cientistas do Brasil e do mundo se dedicaram na busca por vacinas que nos ajudassem a superar a Covid-19 e a, finalmente, retomar a vida econômica e social, mais uma vez o Governo Federal optou por ser um obstáculo. Primeiro procuraram desacreditar e retardar, por pura disputa ideológica e política, a vacina CoronaVac simplesmente porque ela foi desenvolvida por uma empresa chinesa em parceria com o Instituto Butantan. Depois, quando dezenas de países já tinham adquirido vacinas e preparado Planos de Vacinação, o Ministério da Saúde não havia nem assegurado um estoque adequado de agulhas e seringas, muito menos de vacinas. Foi preciso mais uma vez a intervenção do STF para obrigar o Governo a elaborar um Plano de Vacinação Nacional e impedir que preconceitos ideológicos ou disputas políticas se sobrepusessem ao dever de salvar vidas.

Mais de 32 milhões de pessoas já foram vacinadas contra a Covid-19 mundo afora em pelo menos 52 países. Cinco vacinas diferentes estão sendo usadas nessas campanhas: a desenvolvida por Pfizer e BioNTech, a da Moderna, a elaborada por Universidade de Oxford/AstraZeneca, a Sputnik V e a da Sinovac.

SF/21139.59425-24 (LexEdit)



SF/21139.59425-24 (LexEdit)

O Brasil, até a metade de janeiro, ainda não iniciou a sua campanha de vacinação. Enquanto isso, mais de mil brasileiros morrem diariamente da doença e da ausência de leitos de UTI, medicamentos e insumos básicos, como oxigênio.

Atualmente, Manaus vem enfrentando a repetição do caos instalado no sistema público de saúde de 2020, com centenas de mortes pela Covid-19. Notícias dos principais veículos de comunicação escancaram cenas de terror, com doentes morrendo por falta de condições mínimas para o correto tratamento. Há falta de itens essenciais para a sobrevivência desses indivíduos, chegando ao cúmulo de se deixar acabar as reservas de oxigênio medicinal de hospitais, resultando na morte de diversos pacientes nas primeiras semanas de janeiro na capital do Amazonas.

Manaus é uma cidade que vivenciou caos semelhante no passado recente. O Governo Federal não teve condições de se preparar com a devida antecedência para que esse cenário não se repetisse, evitando mortes de diversos manauaras? Outros estados e cidades caminham para o mesmo destino? Esse fato, juntamente com os vários outros, necessita de ampla investigação por parte do Parlamento. A sociedade precisa tomar conhecimento das reais razões por trás desse verdadeiro descontrole pandêmico que está promovendo um genocídio em nosso País. Demonstrando falta de respeito pelos profissionais locais de saúde, o Presidente Bolsonaro ainda afirmou que Manaus estaria o caos porque lá não se fazia o tratamento precoce.

É preciso analisar com urgência a grave omissão do Governo Federal, que foi alertado de que faltaria oxigênio nos hospitais de Manaus quatro dias antes da crise, mas nada fez para prevenir o colapso do SUS. O próprio procurador da República no Amazonas, Igor da Silva Spindola, classificou a crise como “falta de coordenação” do governo Bolsonaro e de militares que atuam no ministério, que desconhecem o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).



Com o recrudescimento da Covid-19 em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, as omissões e ações erráticas do Governo Federal não podem mais passar incólumes ao devido controle do Poder Legislativo. Dessa forma, peço o apoio dos pares para a instalação urgente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Líder da REDE Sustentabilidade

SF/21139.59425-24 (LexEdit)

Nome do Senador	Assinatura



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento...

Nome do Senador	Assinatura

SF/21139.59425-24 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1372, DE 2021

Criação de CPI para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da Covid 19.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ), Senador Giordano (/SP), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2”.

JUSTIFICAÇÃO

No início de 2020, surgiram notícias de que a Covid-19 se espalhava pelo mundo. As primeiras reações não indicavam que o problema poderia chegar ao Brasil e nos atingir gravemente, como já circulava o conhecimento das consequências graves nos países que foram os primeiros atingidos. Desde esse período, a pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2” vem assolando o mundo, em especial o nosso País. Atualmente, o Brasil atingiu o absurdo número de mais e 10,5 milhões de casos registrados, com 255 mil mortos, uma quantidade até

SF/21259.95668-45 (LexEdit)



pouco tempo, inimaginável. Evidencia-se, portanto que de fato, não estávamos preparados para enfrentar tamanha tragédia humana.

Por conta da gravidade da pandemia, passou a vigorar no Brasil o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o qual reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Tal medida aditada pelo Congresso Nacional em 20 de março daquele ano, dispensou o governo federal de cumprir as metas de execução do orçamento e de limitação de empenho de recursos

Ela foi adotada em função do aumento de gastos em saúde pública e em ações para minimizar o impacto da pandemia na atividade econômica, bem como a consequente diminuição da arrecadação dos cofres públicos.

Na esteira da do referido Decreto Legislativo nº 6, de 2020, foi sancionada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

De acordo com essa Lei, mais especificamente no seu artigo 4º, foram autorizadas compras com dispensa de licitação para artigos de prevenção e de enfrentamento à Covid-19, tais como álcool em gel, sabonete líquido, termômetros digitais, máscaras e equipamentos mais complexos, como respiradores.

Vários Estados e Municípios da Federação, também com o argumento da urgência no enfrentamento da Covid-19, emitiram decretos estaduais que na mesma toada da Lei Federal, afastaram a necessidade do processo de licitação para as compras dirigidas à pandemia.

Ocorre que, em face dos bilhões de reais repassados pelo Executivo Federal aos entes federados, além de verbas oriundas das próprias fontes municipais e estaduais e diante das brechas escancaradas por uma legislação criada



SF/21259.95668-45 (LexEdit)

sob regime de urgência, faltou transparência e sobrou desonestidade nos contratos firmados entre gestores públicos desonestos e a iniciativa privada.

Segundo a CNN Brasil[1], até o dia 3 de dezembro de 2020, a Polícia Federal (PF) fez 61 operações policiais que transpassam o combate à pandemia e envolvem irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outras ilegalidades em face da administração pública.

Diversos foram os atores e alvos dessas apurações de corrupção – de norte a sul do país. Governadores e secretários de saúde foram afastados – e presos –, casas de assessores foram revistadas e diversos nomes passaram a figurar entre os investigados.

Pelo menos, 1.025 mandados de busca e apreensão e outros 144 de prisão (preventiva ou temporária) foram cumpridos pela PF. No total, o valor dos contratos investigados chega a R \$1.994.655.108,00.

Apenas a título de exemplo, foi realizada a Operação Placebo na qual investigações realizadas por autoridades do Rio de Janeiro apontaram para a existência de um esquema de corrupção envolvendo a organização social (OS) Iabas, que foi contratada para a instalação de sete hospitais de campanha no Rio de Janeiro e servidores da cúpula da gestão do sistema de saúde do Estado Fluminense. O prejuízo calculado seria de 700 milhões de reais.

A Operação Dispneia, dessa feita no Estado do Ceará, foi deflagrada para investigar prejuízo de R\$ 25,4 milhões na compra de respiradores pelo município de Fortaleza. Nesse caso, a Polícia Federal busca provável desvio de recursos públicos federais e crimes previstos na lei de licitações na aquisição de equipamentos respiradores em dois procedimentos de dispensa de licitação realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. A pasta teria



contratado uma empresa paulista de "duvidosa capacidade técnica e financeira" para entrega dos equipamentos, conforme informou a Polícia Federal.

No Estado de Minas Gerais, tivemos a operação “Entre amigos”, que apura o desvio de mais de R\$ 100 milhões em recursos do Hospital de Campanha e de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Divinópolis, Região Centro-Oeste de Minas. O principal alvo da investigação é a o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), organização social responsável pela gestão das unidades[2].

No que se refere a Operação Ragnarok deflagrada pela Polícia Civil do Estado da Bahia em parceria com o Ministério Público Federal, as irregularidades recaem sobre a não entrega pela empresa Hempcare (comercializa produtos à base de maconha) de 300 respiradores chineses ao Consórcio Nordeste, grupo formado pelos nove Estados da região Nordeste do Brasil, com prejuízo estimado em R\$ 48,7 milhões.

Várias outras investigações desencadeadas pela Polícia Federal em parceria com ao Ministérios Públicos estaduais, bem como o *Paquet* Federal, poderiam ser aqui citadas, conforme tabela abaixo[3]:

OPERAÇÃO	UF	PREJUÍZO CALCULADO	INVESTIGAÇÃO
Casa de Papel	PE	R\$ 9.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar
Antídoto	PE	R\$ 81.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar
Placebo	RJ	R\$ 700.000.000,00	Construção de hospital de campanha
Bal Masqué	PE	R\$ 7.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar descartável (máscaras, toucas e aventais)





SF/21259.95668-45 (LexEdit)

Exam	RJ	R\$ 7.000.000,00	Compra de medicamentos e exames de sangue
Reagente	PI	R\$ 659.450,00	Compra de testes de Covid-19
Protocletos	SP	R\$ 600.000,00	Compra de fraldas descartáveis
Para Bellum	PA	R\$ 50.400.000,00	Compra de respiradores
Virion	RR	R\$ 50.000.000,00	Compra de respiradores
Scepticus	RJ	R\$ 5.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar e testes
Sangria	AM	R\$ 496.000,00	Compra de respiradores
Falsa Esperança	MA	R\$ 440.000,00	Compra de respiradores
Personale	TO	R\$ 420.000,00	Compra de máscaras
Virus Infectio (1,2 e 3)	AP	R\$ 4.900.000,00	Pagamento de vantagens indevidas e compras de EPIs
Operação O2	SC	R\$ 33.000.000,00	Compra de respiradores
Falso Negativo	DF	R\$ 30.000.000,00	Compra de testes de Covid-19
Seródio	SE	R\$ 3.200.000,00	Construção de hospital de campanha
Dispneia	CE	R\$ 25.400.000,00	Compra de respiradores
Prolifaxia	PA	R\$ 25.200.000,00	Compra de respiradores
Dúctil (1 e 2)	RO	R\$ 21.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar
Cobiça Fatal	MA	R\$ 2.300.000,00	Compra de máscaras
Estroinas	SE	R\$ 2.300.000,00	Contratação de empresas "fantasmas"
Mercadores do Caos	RJ	R\$ 18.000.000,00	Compra de respiradores





NaClO	PI	R\$ 173.000,00	Compra de hipoclorito de sódio 2%
Apneia (1, 2 e 3)	PE	R\$ 11.500.000,00	Compra de respiradores
Nudus	RJ	R\$ 11.000.000,00	Compra de material médico-hospitalar
Panaceia	AP	R\$ 10.800,00	Desvio de medicamentos, compra de teste de diagnósticos para Covid-19
Polígrafo	RO	R\$10.000.000,00	Compra de testes de Covid-19
Assepsia	AC	R\$ 1.000.000,00	Compra de máscaras e álcool em gel
Máscara de Ferro	AM	R\$1.000.000,00	Compras de insumos hospitalares

Portanto, do acima exposto, há indícios graves de que uma parte considerável dos recursos públicos que foram destinados ao enfrentamento do estado de calamidade pública relativo à pandemia de coronavírus não tiveram, por condutas ilegais de agentes públicos e privados, os fins para o quais foram destinados. Tais aberrantes ilícitos não podem passar incólumes ao controle do Poder Legislativo. Dessa forma, peço o apoio dos pares para a instalação urgente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que objetive a) apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2”.



SF/21259.95668-45 (LexEdit)

[1] <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/12/17/quase-r-2-bilhoes-relembre-operacoes-da-pf-contra-desvios-na-pandemia>

[2] https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/11/interna_gerais,1219537/pf-apura-desvio-de-r-100-milhoes-de-hospital-de-campanha-de-divinopolis.shtml

[3] Fonte: Polícia Federal e Ministério Público.

Sala das Sessões, de de .

Senador Eduardo Girão
(PODEMOS - CE)

Nome do Senador	Assinatura



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis...

[illegible]

SF/21259.95668-45 (LexEdit)



Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis...

Nome do Senador	Assinatura

SF/21259.95668-45 (LexEdit)



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2021



SF/21982.87631-62

PARECER Nº 61, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, que *altera o art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para estender, até o final do exercício financeiro de 2021, a autorização concedida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para que eles possam transpor e transferir saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes dos seus respectivos fundos de saúde quando os valores forem provenientes de repasses do Ministério da Saúde.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário, em substituição às Comissões, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 10, de 2021. O Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados em 31 de março de 2021 equivale ao texto aprovado pelo Senado Federal em 16 de março último com as duas seguintes alterações:

- i) ajuste simplesmente redacional do novo § 8º do art. 12-A da Lei Complementar (LCP) nº 156, de 28 de dezembro de 2016, na forma da redação dada pelo art. 3º do PLP nº 10, de 2021, incluindo a expressão “deste artigo” após o termo “caput” e o significado da sigla IGP-M, que é Índice Geral de Preços do Mercado; e
- ii) modificação do teor do art. 23 da LCP nº 178, de 13 de janeiro de 2021, na forma da redação dada pelo art. 5º do PLP nº 10, de 2021, para que o prazo de celebração de



contratos de refinanciamento entre a União e os estados relativos a valores inadimplidos em decorrência de decisões judiciais em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2020 se encerre em 30 de junho de 2022, em vez de 31 de dezembro de 2021 conforme aprovado pelo Senado Federal em março.

Em 12 de abril de 2021, fui designado relator da matéria.

II – ANÁLISE

O Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLP nº 10, de 2021, será apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 17 de março de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, a ser utilizado, exclusivamente, em situações de guerra, convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso do sistema de transportes ou situações de força maior que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial dos Senadores no edifício do Congresso Nacional ou em outro local físico.

As alterações promovidas pela Câmara dos Deputados ao texto aprovado anteriormente por esta Casa Legislativa não alteram as conclusões constantes do Parecer nº 39, de 2021, aprovado neste Plenário em 16 de março último, de que o PLP nº 10, de 2021, é constitucional, jurídico e meritório.

Quanto às inovações trazidas pelo Substitutivo da Câmara dos Deputados, julgo que elas aprimoram a técnica legislativa e o mérito da matéria, sendo dignas de acatamento.

É importante repetir que a primeira alteração é de caráter meramente redacional, não importando em mudança de mérito ao que já foi deliberado por esta Casa Legislativa no mês passado. Ela torna mais inteligível o novo § 8º do art. 12-A da LCP nº 156, de 2016.

Por sua parte, a segunda alteração busca estender o citado prazo para celebração de contratos de refinanciamento por mais seis meses além do proposto pelo Senado Federal, sob a justificativa de que a dilatação de prazo almejada garantirá negociações e assinaturas de contratos junto à União de maneira organizada.

rp2021-03155



SF/21982.87631-62



Haja vista a inescusabilidade de normatização do tema pelo governo federal, a complexidade dos cálculos financeiros que cercam o assunto, a imprescindibilidade de consecução de autorizações legislativas nos estados e os procedimentos formais para as assinaturas contratuais, é razoável a ampliação de prazo pretendida.

A propósito, a LCP nº 156, de 2016, assegurou inicialmente prazo para celebração de termos aditivos de 360 dias, a contar de sua publicação, para que os estados e o Distrito Federal pudessem prolongar por mais vinte anos o pagamento de suas dívidas com a União de que tratam a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Por fim, trago informações do Ministério da Economia sobre o impacto orçamentário-financeiro da aprovação do PLP nº 10, de 2021, nos termos do Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, mais especificamente das emendas parlamentares que foram consolidadas ao texto original da proposição durante a tramitação prévia nesta Casa Legislativa e na Câmara dos Deputados.

O objetivo é dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, trazido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que *institui o Novo Regime Fiscal*, segundo o qual a medida legislativa que gera renúncia de receita deve conter a estimativa do seu impacto fiscal.

Há geração de três renúncias de receita financeira para a União. O art. 3º do Substitutivo da Câmara quanto à alteração do art. 12-A da LCP nº 156, de 2016, que se refere à troca de indexadores de parte da dívida do Estado de Goiás, gera um impacto, em valores nominais, de R\$ 1,14 bilhão para o período de 2021 a 2034.

Por sua vez, o art. 5º do Substitutivo da Câmara quanto à alteração do art. 21 da LCP nº 178, de 2021, que disciplina a apuração de valores inadimplidos do Estado do Rio de Janeiro, acresce o saldo inicial da conta-gráfica desse ente na ordem de R\$ 2,5 bilhões, a valores de março de 2021.

Já o art. 5º do Substitutivo da Câmara quanto à alteração do art. 23 da LCP nº 178, de 2021, que trata da concessão de prazo adicional para celebração de contratos, gera um impacto de R\$ 2,6 bilhões considerando a prorrogação de prazo de um ano, de junho de 2021 para junho de 2022.

rp2021-03155



SF/21982.87631-62



4

III – VOTO

Ante o exposto, manifesto voto pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



rp2021-03155





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021

Prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde e dá outras providências.

Matéria **PLP 10/2021**

Início Votação **13/04/2021 18:32:29**

Término Votação **13/04/2021 19:04:23**

Sessão **26º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão

13/04/2021 16:05:01

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
Republica	SIM
REDE	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM
Minoria	SIM
Governo	SIM
Banc Fem	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM

Emissão 14/04/2021 13:31:54





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021

Prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde e dá outras providências.

Matéria **PLP 10/2021** Início Votação **13/04/2021 18:32:29** Término Votação **13/04/2021 19:04:23**

Sessão **26ª Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **13/04/2021 16:05:01**

Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM

Emissão 14/04/2021 13:31:54





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2021

Prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde e dá outras providências.

Matéria **PLP 10/2021** Início Votação **13/04/2021 18:32:29** Término Votação **13/04/2021 19:04:23**

Sessão **26ª Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **13/04/2021 16:05:01**

PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:74 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75

Primeiro-Secretario



Projeto de Lei nº 1315/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1315, de 2021**, que *"Restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)	001
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	002
Senador Paulo Paim (PT/RS)	003
Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE)	004
Senador Humberto Costa (PT/PE)	005
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	006
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	007

TOTAL DE EMENDAS: 7



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PL 1315/2021
00001

EMENDA Nº _____

(ao PL 1315/2021)

Altere-se o art. 2º do Projeto para modificar o § 9º art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, nos termos a seguir:

“Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º

.....

§ 9º A adoção das medidas previstas neste artigo deverá resguardar o abastecimento de produtos, **as atividades religiosas coletivas presenciais** e o exercício e o funcionamento de serviços públicos e de atividades essenciais, assim definidos em decreto da respectiva autoridade federativa.’

.....”

JUSTIFICAÇÃO

No âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6341, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência concorrente dos entes federados no enfrentamento à pandemia de covid-19. Definiu-se, então, que a União pode legislar sobre o tema, mas que o exercício dessa competência deve sempre resguardar a autonomia dos demais entes.

Recentemente, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 811, nossa Suprema Corte reconheceu a possibilidade de restrição, por meio de decretos estaduais e municipais, da abertura de templos religiosos à prática de atividades religiosas coletivas presenciais. A decisão do STF admitiu, inclusive, a possibilidade de restrições de caráter mais severo, com vedação integral à realização de cultos, missas e outras atividades religiosas coletivas.





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

Esta emenda tem por finalidade inserir expressamente as atividades religiosas coletivas presenciais no rol daquelas que devam ser resguardadas, de forma que não possam ser objeto de uma proibição absoluta por Estados e Municípios.

Nessa linha, pretendemos evitar, por meio de expressa inserção em lei, a vedação absoluta ao exercício dessas atividades. Caberá ao legislador estadual ou municipal apenas regulamentar o exercício da atividade religiosa, mas não a proibir.

Ora, é certo que uma Igreja ou Templo funcionando com uma pequena fração de sua capacidade, atendidos os protocolos de segurança (como redução do tempo de culto, ventilação adequada, abertura de portas e janelas, uso obrigatório de máscaras e distanciamento entre fiéis), oferecerá baixíssimo risco de contágio aos frequentadores. Portanto, considerando-se os ditames da ciência, em razão da existência de protocolos adequados, a proibição absoluta da atividade religiosa coletiva presencial afigura-se excessiva.

Com efeito, supermercados, farmácias e outros locais que exercem atividades de caráter essencial encontram-se atualmente em funcionamento, ainda que atingidos por restrições. Nessa linha, com ainda mais razão, deve-se garantir o funcionamento adequado das atividades religiosas, as quais são protegidas constitucionalmente (art. 5º, VI, CF).

Sala da Sessão, de de 2021

Senador Zequinha Marinho

(PSC - PA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 1315/2021
00002

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 1315, de 2021)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1315, de 2021, a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto esta Lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados.

Art. 8º Esta Lei vigorará até o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pelo Ministério da Saúde, em decorrência da infecção humana causada pelo coronavírus SARS-CoV2."

JUSTIFICAÇÃO

A proposição em tela dispõe sobre a prorrogação da vigência da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019". A vigência inicial estava prevista para se encerrar em 31 de dezembro de 2020, e o PL 1315, de 2021 pretende estendê-la até 31 de dezembro de 2021.

Consideramos a matéria extremamente meritória, porém entendemos que o enfrentamento da pandemia pode ultrapassar 2021. Com a aprovação do texto atual, teríamos outro limbo jurídico a partir de 1º de janeiro de 2022, o que obrigaria o Congresso Nacional a debruçar-se novamente sobre a aprovação de uma legislação pré-existente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Por tal motivo, apresentamos a presente emenda, para explicitar que a vigência da Lei será até o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pelo Ministério da Saúde, em decorrência da infecção humana causada pelo coronavírus SARS-CoV2, o que pode ou não ocorrer ainda neste ano de 2021.

Nesses termos, pedimos o apoio de nossos Pares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



**PL 1315/2021
00003****SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM****Projeto de Lei nº 1315, de 2021**

Restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 8º da Lei nº 13.979, de 2020, alterado pelo art. 1º, a seguinte redação:

“Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, de forma oportuna propõe a superação de falha na Lei nº 13.979, que foi a de vincular a sua vigência ao Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o qual declarou a calamidade pública decorrente da Covid-19 até 31.12.2021.

Como o governo até o momento não adotou qualquer medida para reconhecer a gravidade da atual situação, que é muito pior do que a de 2020, os instrumentos previstos na Lei 13.979 não podem ser aplicados para o seu enfrentamento. Renova-los, assim, é fundamental para o combate à grave crise sanitária que estamos vivendo.

Contudo, fixar na Lei que vigorará até 31.12.2021 repete o mesmo erro: nada indica que até lá teremos a situação superada.

A presente emenda visa, assim, assegurar que as normas vigorarão enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública de importância internacional Covid 19, dado aos Governos Federal, Estadual e Municipal meios para o seu enfrentamento.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM

PL 1315/2021
00004

EMENDA Nº _____
(ao PL 1315/2021)

Altere-se o caput do art. 2º do Projeto para modificar o art. 6º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, nos termos a seguir:

“**Art. 6º** O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, bem como sobre insumos, medicamentos, testes e doses de imunizantes adquiridas, transferidas e ministradas, no âmbito da situação de emergência pública sanitária de que trata esta Lei, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

§ 1º É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.

§ 2º A obrigação a que se refere o **§ 1º** deste artigo estende-se às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, foi a espinha dorsal de um esforço concertado de contenção da pandemia do coronavírus, e contém uma ampla caixa de ferramentas disponíveis aos gestores em todos os níveis para atuar, diante da particularidade da situação sob sua responsabilidade. Sua vigência deve ser restaurada tendo em vista o prolongamento da pandemia, obra de um governo que menospreza o distanciamento social, minimiza o auxílio emergencial, e valoriza medicamentos sabidamente inadequados.

Este é o cenário que temos, e cabe ao Congresso Nacional providenciar as alterações normativas para lidar com essa realidade.

Emenda ao texto inicial.



Nesse contexto, não basta restaurar a vigência da Lei em debate. É preciso agregar aos mecanismos disponíveis outros percebidos como necessários para enfrentar os desafios atuais. Entre eles, é primordial que se determine a obrigação de divulgação de vacinas adquiridas e distribuídas, de modo a permitir o acompanhamento da sociedade sobre o processo vacinal.

Desse modo, proponho um ajuste no artigo 6º de modo a evidenciar o imperativo da transparência, resguardando a proposta original de compartilhamento de dados para iniciativas de contact-tracing, tão necessárias para nos ajudar a encontrar o fio de saída para o labirinto da pandemia.

Assim pede-se apoio a esta emenda aos nobres parlamentares.

Senado Federal, 13 de abril de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)

Senador Humberto Costa
(PT - PE)

Emenda ao texto inicial.



PL 1315/2021
00005

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - PLEN
(ao Projeto de Lei nº 1315, de 2021)

O Projeto de Lei nº 1315, de 2021, passa a vigorar com a seguinte modificação no art. 2º e com o acréscimo dos arts. 4º e 5º, renumerando-se os demais:

“Art. 2º

Art 3º

VIII – autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, nos termos da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.” (NR)

.....
Art. 4º Suprima-se a alínea “a” e respectivos itens “1” a “4” do inciso VIII do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 5º O art. 20 da Lei nº. 14.124, de 10 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 Esta Lei aplica-se atos praticados e aos contratos ou instrumentos congêneres firmados até 31 de dezembro de 2021 e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos enquanto esta Lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados.” (NR)

.....”

JUSTIFICAÇÃO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 constitui uma norma diretiva e ferramenta ao Poder público para o enfrentamento da pandemia da covid-19. Com efeito, a prorrogação da sua vigência mostra-se medida oportuna e conveniente tendo em vista o prolongamento da pandemia e graves desdobramentos sanitários ainda sob incertezas científicas acerca do vírus SARS-Cov-2, já em cepas variantes, e considerado o baixo nível de imunização e dificuldades de acesso a vacinas em quantitativo suficiente à plena cobertura populacional no Brasil, em razão de posturas omissas e negligentes do Poder Executivo federal, que implicam continuidade de demandas excepcionais aos serviços de saúde, e restrições à normalidade econômica e social.

Sob tal contexto, certo de que o Congresso Nacional vem atuando no sentido de suprir a demanda por respaldo legislativo a diversas posturas extraordinárias que se impõem aos Poderes Públicos, em todos os níveis federativos, inclusive com restrições a liberdades, no que há diversas normas que já avançaram até mesmo sobre o texto da Lei nº 13.979/2020. Desse modo, ao mesmo tempo que se faz necessário o resgate da sua vigência, é também importante assegurar a sua compatibilidade com importantes normas a ela posteriores, de modo a evitar discussões hermenêuticas sobre normas gerais, especiais, anteriores, posteriores na aplicação da legislação nas situações concretas.

Nesse intuito, a propositura que se apresenta objetiva propiciar uniformidade ao ordenamento jurídico e, portanto, a mais ampla segurança jurídica no que toca ao relevante tratamento das demandas sobre importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária que estão sob tratamento da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.

Ademais, entendemos ser de fundamental importância a homogeneidade dos prazos das excepcionalidades que ora discutimos neste momento, pois dessa forma tanto as autoridades sanitárias quanto os demais agentes envolvidos terão segurança jurídica para tomar as medidas necessários no combate ao novo coronavírus. Por esta razão, sugerimos a equiparação da vigência da Lei nº. 13.979, de 2020, modificada por este PL, com a Lei nº. 14.124, de 2021.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de abril de 2021.

Senador **HUMBERTO COSTA**



**PL 1315/2021**
00006

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

EMENDA Nº - PLEN

(ao Projeto de Lei nº 1315, de 2021)

O art. 2º do Projeto de Lei passa a vigorar acrescido do art. 3º-E da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, nos termos a seguir:

.....
“**Art. 3º-E** É garantido o atendimento preferencial em estabelecimentos de saúde aos profissionais de saúde, aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores de idosos, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal, diagnosticados com a Covid-19, respeitados os protocolos nacionais de atendimento médico.

Parágrafo único. O atendimento preferencial estabelecido, na forma do regulamento, aos profissionais de saúde para a vacinação contra a Covid-19 será estendido aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores de idosos, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal.

.....” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os profissionais de limpeza e vigilância são heróis invisíveis no combate à pandemia de Covid-19. Sem os serviços e o apoio essencial dessa



categoria, os profissionais de saúde não poderiam prestar com tamanha excelência seu trabalho na linha de frente do enfrentamento à doença.

Além disso, há categorias que prestam serviços essenciais e afetam diretamente toda a cadeia produtiva, como motoristas e cobradores de ônibus que transportam diariamente grande parte da força de trabalho do país. Incluem-se também nesse rol os professores, essenciais na continuidade das atividades de educação e que têm contato diário com alunos e demais funcionários de estabelecimentos de ensino. A vacinação prioritária desses grupos considera não apenas o grande risco a que estão expostos em seus ambientes de trabalho, mas também os benefícios na estratégia nacional de imunização por meio da garantia de saúde a profissionais que dedicam suas vidas à garantia da condição de trabalho de outros profissionais.

Esta emenda amplia ainda as categorias prioritárias aos cuidadores de idosos, por razões óbvias: tendo em vista o nítido objetivo em preservar as vidas mais vulneráveis aos efeitos da Covid-19, o Programa Nacional de Imunização já tem por prioridade a população idosa. Para garantir a efetividade dessa priorização, é necessário garantir também que os profissionais cuidadores de idosos sejam também imunizados, preservando o maior número de vidas nesse momento inicial.

Nesse cenário, considerando-se que tais categorias profissionais estão cotidianamente expostos ao risco da doença, e que tal fato não pode ser desconsiderado pelo Estado no momento da elaboração de regulamentos de prioridade à vacinação e mesmo no atendimento à população infectada, propõe-se a garantia de vacinação prioritária a esses grupos.

Segundo dados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, 10% dos infectados pela Covid-19 naquela unidade federativa são profissionais de limpeza e vigilância¹. Tal número auxilia a dimensionar o impacto da doença na categoria e o risco a que estão expostos também seus amigos e familiares. Assim, é evidente a necessidade de que seja garantida prioridade

¹ Disponível em: <http://sindiservico.org.br/2020/06/05/df-dos-infectados-pela-covid-19-na-saude-10-sao-da-limpeza-e-vigilancia/>



a esse grupo na vacinação e tratamento contra a Covid-19, de modo que também seja preservada a força de trabalho.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde² da Fundação Oswaldo Cruz, cerca de 7% (2.036.653 idosos) precisam de ajuda para atividades da vida diária como alimentação, higiene pessoal, medicação de rotina, acompanhamento aos serviços de saúde, bancos ou farmácias, entre outros, sendo que em 20% dos casos a função é exercida por cuidadores contratados, e em 80%, por familiares. Desses dados, extrai-se a potencial eficácia da campanha de imunização de cuidadores em contato com essa população.

Vale lembrar que a Lei nº 14.023, de 2020, reconheceu os cuidadores de idosos e profissionais de limpeza como categorias que prestam serviços essenciais durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. A priorização dessas categorias é, portanto, medida razoável e adequada aos parâmetros sanitários estabelecidos pelas autoridades sanitárias.

Por estes motivos, conto com a colaboração dos Eminentes Pares para aprovação desta matéria de grande relevância.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO

² Disponível em: <https://www.pns.iciet.fiocruz.br/>



PL 1315/2021
00007

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1315, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021; e ao art. 8º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021:

“**Art. 1º** Fica restabelecida a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, até o encerramento oficial da vacinação contra a covid-19.”

“**Art. 2º**

.....
‘**Art. 8º** Esta Lei vigorará até o encerramento oficial da vacinação contra a covid-19.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A razão da proposta de repristinação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, é que a pandemia que ela visa a combater ainda continua castigando intensamente a população brasileira.

À época da edição dessa norma, acreditava-se que, ao final do ano de 2020, a covid-19 estaria debelada. Todavia, não é o que aconteceu, tendo a doença, na verdade, se agravado, com a terrível segunda onda.

Do mesmo modo, não se pode afirmar com certeza que, ao final de 2021, a situação estará resolvida. Se não estiver, será necessária uma lei de prorrogação ou de repristinação da Lei nº 13.979, de 2020, como está ocorrendo agora.

Assim, para evitar a necessidade de novo movimento nesse sentido, melhor é prever, desde logo, que a referida Lei vigorará enquanto a vacinação da população brasileira não estiver concluída. A partir de então é que a pandemia, muito provavelmente, estará controlada.



Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

lo2021-03527





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

PARECER Nº 62, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que *restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020*.



Relator: Senador **CARLOS FÁVARO**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 1.315, de 2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que *restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020*.

A Lei nº 13.979, de 2020, por sua vez, *dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*.

Essa Lei perdeu sua vigência em 31 de dezembro de 2020, em decorrência do término do vigor do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a ocorrência de estado de calamidade pública, cujos efeitos, contudo, perduraram apenas até 31 de dezembro de 2020.

Isso porque, nos termos do art. 8º da mencionada Lei, sua vigência se estendeu apenas enquanto esteve vigente o citado Decreto Legislativo. Ficou ressalvado apenas o disposto no art. 4º-H, quanto aos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

2

prazos dos contratos regidos por aquela Lei, ainda que a vigência da norma já estivesse esgotada.

Nesse contexto, o art. 1º do Projeto de Lei nº 1.315, de 2021, prevê o restabelecimento da vigência da Lei nº 13.979, de 2020, com duração até 31 de dezembro de 2021. Ou seja, a matéria busca promover a **repristinação** da citada Lei até essa data.

O art. 2º prevê, simultaneamente à repristinação, ajustes nos artigos 4º-H e 8º da Lei nº 13.979, de 2020 (que, se aprovada a matéria, voltarão a vigorar), para dispor, respectivamente, que os contratos regidos pela Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto a Lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados; e que essa Lei vigorará até 31 de dezembro de 2021. A redação atual desses artigos vincula a vigência da Lei ao não mais vigente Decreto Legislativo nº 6, de 2020, daí a necessidade de alteração na redação desses dois artigos.

Além disso, o art. 3º da proposição dispõe que ficarão convalidados os atos praticados com fundamento na Lei nº 13.979, de 2020, entre a perda da vigência do referido Decreto Legislativo e a publicação da Lei repristinatória.

Por fim, o art. 4º da proposição reza que a eventual Lei dela decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor justifica que a Lei nº 13.979, de 2020, mostrou-se um importante instrumento de combate à pandemia para todos os entes federados, ao permitir a adoção de medidas sanitárias extraordinárias e simplificar o regime público de aquisições e contratações destinados ao enfrentamento da doença, mas que, com o encerramento de sua vigência, num dos momentos mais desafiadores da pandemia, está havendo um vácuo



SF/21350.56061-14





3

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

jurídico que deixou o País sem uma de suas principais ferramentas de combate à covid-19, razão da sua proposta de repristinação.

Quanto à convalidação dos eventuais atos praticados entre a perda da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e a publicação da eventual futura Lei decorrente do projeto em tela, a justificação expressa que a medida servirá para suprir o vácuo legislativo e garantir a segurança jurídica dos atos praticados sem embasamento legal no período.

II – ANÁLISE DO PROJETO

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota (SDR) do Senado Federal, cabe ao Plenário apreciar diretamente a presente matéria.

Não há vícios quanto à **constitucionalidade**. A Lei a ser revigorada é um diploma federal e seu objeto refere-se a medidas de saúde pública para o enfrentamento à covid-19 e a regras simplificadas de licitações e contratações cujo objeto seja o combate à pandemia. A matéria, assim, é de competência da União, nos termos do art. 22, inciso XXVII, e do art. 24, inciso XII, ambos da Constituição Federal. Não há, tampouco, reserva de iniciativa para a matéria, que pode, desse modo, ser de autoria parlamentar.

O projeto atende também à **juridicidade**. A proposição observa os princípios gerais de Direito e promove expressamente a repristinação da Lei nº 13.979, de 2020, o que é admitido pelo Direito brasileiro.

A **repristinação expressa** é prevista em nosso ordenamento jurídico no art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Segundo o dispositivo, *“salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei*





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

4

revogada perdida a vigência”. Ou seja, ainda que não haja a repristinação tácita no Brasil, pode uma Lei, por disposição **expressa**, determinar a volta da vigência de uma norma legal já revogada.

A doutrina também admite a repristinação expressa no Brasil. Segundo Caio Mario da Silva Pereira (em *Instituições de Direito Civil*, vol. 1. 30ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 122), para que se restaure uma lei anteriormente revogada, é necessário que o legislador, em disposição **expressa**, revigore a primitiva lei revogada.

Vale lembrar, por oportuno, que, em 30 de dezembro de 2021, antes, portanto, do encerramento da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e, conseqüentemente, do exaurimento da Lei nº 13.979, de 2020, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, conferindo interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 8º da Lei nº 13.979, de 2020, deferiu Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.625, para manter a vigência dos **artigos 3º, 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J** da citada Lei, mesmo após o encerramento da vigência do mencionado Decreto Legislativo. Tal cautelar foi referendada pelo Plenário do Supremo em 8 de março de 2021.

Note-se que, estando ainda vigentes, esses dispositivos não precisariam, em princípio, ser repristinados. Todavia, eles podem também receber a pretendida revigoração legal, cujo efeito prático, nos termos do projeto em análise, será fazer com que seu **termo final** de vigência passe a ser 31 de dezembro de 2021 (nova redação do art. 8º). Ficará, assim, superada uma questão resultante da decisão da Suprema Corte: a indefinição quanto à data de encerramento da vigência dos dispositivos nela contemplados, que, com a deliberação do STF, tornou-se indeterminada (ou, pelo menos, coincidente com a futura declaração oficial do término da pandemia).



SF/21350.56061-14





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

5

Já os demais artigos não abrangidos pela citada decisão do Supremo, a maioria deles a respeito de procedimentos diferenciados de licitação e contratação para o enfrentamento da pandemia, estão, no momento, formalmente revogados e, por isso, não poderiam, em princípio, ser objeto de proposição de alteração ou revogação, já que não mais integram o ordenamento jurídico. Contudo, podem esses dispositivos sofrer a citada **repristinação**, transformando-se, assim, em comandos suscetíveis de alteração, como a prevista, desde logo, para os artigos 4º-H e 8º da Lei nº 13.979, de 2020, no art. 2º da proposição em tela. Ou seja, com a vigência da Lei repristinatória, esses artigos serão trazidos de volta à vigência e, pelo mesmo ato legal, alterados para vigorar com a nova redação constante do art. 2º da proposição.

Por outro lado, a previsão expressa **em lei** da convalidação dos eventuais atos praticados com base na Lei nº 13.979, de 2020, durante o período posterior ao término da sua vigência, atende também à **constitucionalidade** e à **juridicidade**, em atenção ao **princípio da legalidade** (art. 37, *caput*, CF), segundo o qual a Administração só pode fazer o que a lei determina ou autoriza.

Conforme a clássica lição de Hely Lopes Meirelles (em *Direito Administrativo Brasileiro*. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 93), o princípio da legalidade expressa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, deles não se podendo desviar, sob pena de praticar ato inválido. Segundo o saudoso jurista:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o Administrador público significa “deve fazer assim”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

6

Desse modo, sendo a convalidação determinada diretamente **por lei**, resta atendido o princípio da legalidade, podendo a Administração, a partir da vigência da futura lei, publicar os atos de convalidação dos atos praticados com base na Lei nº 13.979, de 2020, durante o período em essa norma que não mais vigorava.

Ademais, a **vida** e a **saúde** das pessoas também são preceitos constitucionais expressos (art. 5º, *caput*, art. 6º, art. 196, entre outros, todos da Carta Magna), devendo merecer a devida proteção do Poder Público. Por isso, deve ser considerada constitucional a convalidação legal dos atos praticados para preservar a vida e a saúde da população.

Tal sanatória, ao contrário de prejudicar terceiros ou o interesse público, estará, na verdade, favorecendo-os, uma vez que é notório que as contratações públicas promovidas com esteio na Lei nº 13.979, de 2020, para o enfrentamento da pandemia, inclusive para aquisição de vacinas e de equipamentos de intubação, têm sido uma ferramenta de grande importância para o combate da doença pelo Poder Público, sendo esta, inclusive, uma das razões do presente projeto de repristinação.

Conforme destacou o STF na ADI nº 6.625, a verdadeira intenção dos legisladores na edição da Lei nº 13.979, de 2020, foi manter as medidas extraordinárias nela preconizadas **pelo tempo necessário à superação da pandemia**, até porque, à época da edição dessa Lei, não era possível antever a surpreendente persistência e a crescente letalidade da covid-19.

Por isso, entendeu o Supremo que a prudência, amparada nos princípios da prevenção e da precaução, que devem reger as decisões em matéria de saúde pública, aconselha que as medidas excepcionais da Lei nº 13.979, de 2020, devam continuar, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia.



SF/21350.56061-14





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

7

Registre-se que a segunda onda da pandemia, a partir de 2021, com o surgimento das novas variantes do vírus, tem apresentado números estarrecedores, havendo hoje mais de 350.000 brasileiros mortos. Os gestores públicos, ao continuarem a contratar com base na Lei nº 13.979, de 2020, nada mais fizeram do que buscar proteger a vida das pessoas e a saúde pública, mediante as ferramentas de contratação mais ágeis previstas nessa norma legal.



SF/21350.56061-14

Propomos apenas uma pequena **emenda de redação**, para deixar claro que os atos a serem convalidados previstos no art. 3º da proposição são tantos os atos administrativos propriamente ditos, editados unilateralmente apenas por vontade da própria Administração (por exemplo, os atos de uma licitação); como os **contratos** administrativos, atos bilaterais, celebrados mediante a confluência das vontades da Administração e dos respectivos contratados.

Não há, tampouco, problemas de **regimentalidade**. A tramitação da matéria segue os preceitos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota (SDR) do Senado Federal. A propósito, o STF, na ADI nº 6.442, já considerou não haver violação ao processo legislativo por as deliberações do Congresso Nacional terem ocorrido por meio do SDR, em razão da pandemia que aflige o País.

A **técnica legislativa** também está observada, pois o projeto atende às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Finalmente, por todo o exposto, quanto ao **mérito**, o projeto merece aprovação. A Lei nº 13.979, de 2020, revelou-se um importante instrumento de combate à pandemia, com suas medidas sanitárias extraordinárias e simplificadoras do regime de aquisições e contratações para





8

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

o combate à doença. O encerramento de sua vigência coincidiu com o recrudescimento da pandemia, de modo que esse vácuo normativo deixou o País sem uma de suas principais ferramentas para fazer face à crise de saúde.

III – ANÁLISE DAS EMENDAS

Foram apresentadas sete emendas ao Projeto de Lei nº 1315, de 2021, conforme o quadro abaixo.

EMENDAS AO PL Nº 1.315, DE 2021

Nº	Autor	Teor
1	Senador Zequinha Marinho	Prevê que a adoção das medidas de combate à pandemia resguardará as atividades religiosas coletivas presenciais.
2	Senador Izalci Lucas	Preveem que a Lei nº 13.979, de 2020, vigorará até o fim da emergência de saúde pública decorrente da covid-19.
3	Senador Paulo Paim	
4	Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa	Prevê que o Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre insumos, medicamentos, testes e doses de imunizantes, no âmbito da situação de emergência pública decorrente da covid-19.
5	Senador Humberto Costa	Prevê que a autorização temporária da Anvisa para importação e distribuição de materiais de saúde sem registro e essenciais ao combate à pandemia ocorrerá nos termos da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021; e que a Lei nº 14.124, de 2021, será aplicada aos atos e contratos produzidos até 31 de dezembro de 2021.
6	Senador Fabiano Contarato	Prevê atendimento preferencial em estabelecimentos de saúde e para vacinação a profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, profissionais de limpeza urbana, professores,



SF/21350.56061-14





9

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

		cuidadores de idosos, motoristas e cobradores de transporte rodoviário.
7	Senadora Rose de Freitas	Prevê que a Lei nº 13.979, de 2020, vigorará até o encerramento oficial da vacinação contra a covid-19.



SF/21350.56061-14

A **Emenda nº 1**, não obstante seu mérito, deixa de ser acolhida neste momento, tendo em vista que o STF decidiu recentemente, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 811, que a restrição temporária da realização de atividades religiosas coletivas presenciais, como medida de enfrentamento da pandemia de covid-19, não fere o núcleo essencial da liberdade religiosa e que a prioridade do atual momento é a proteção à vida. O Supremo considerou constitucional decreto estadual que, em caráter emergencial, veda excepcional e temporariamente a realização de cultos, missas e outras cerimônias religiosas a fim de conter a disseminação do novo coronavírus.

Atendemos ao conteúdo das **Emendas nº 2 e nº 3**, consolidando-as na forma da emenda de Relator ao final, tendo em vista que o enfrentamento da pandemia, conforme destacam os autores dessas emendas, pode ultrapassar o ano de 2021 e a redação proposta é capaz de evitar outro limbo jurídico a partir de 1º de janeiro de 2022, o que obrigaria o Congresso Nacional a debruçar-se novamente sobre a aprovação de uma legislação pré-existente.

Optamos por não incorporar a **Emenda nº 4**, não obstante seu mérito, uma vez que ela cria nova competência para o Ministério da Saúde, o que poderia gerar questionamentos quanto à constitucionalidade, por vício de iniciativa.

Acolhemos parcialmente a **Emenda nº 5**, nos termos da emenda de Relator ao final, apenas para expressar que a autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de materiais de saúde sem registro





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

10

da Anvisa e essenciais ao enfrentamento da covid-19, prevista no art. 3º, VIII, da Lei nº 13.979, de 2020, terá por base o mesmo rol de agências estrangeiras previsto no art. 16 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, norma mais recente sobre o tema. Para evitar fuga ao tema do presente projeto, deixamos de acolher a prorrogação de prazo para incidência da Lei nº 14.124, de 2021, aos atos e contratos, pois esse assunto pode ser discutido futuramente, quando da apreciação de proposição específica sobre tal norma.

De forma meritória, acolhemos a **Emenda nº 6**, que lembra da necessidade de cuidar de todos os profissionais, mas em especial, os profissionais que estão na linha de frente para o nosso país funcionar. Além das categorias citadas, estamos acrescentados outros profissionais que ao nosso ver, merecem um atendimento preferencial, tanto hospitalar quanto na vacinação ágio. **São eles: profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, motoristas de caminhões, agentes comunitários, agentes de fiscalização, coveiros, atendentes funerários, motoristas funerários, auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias, e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal.**

Por fim, deixamos de acatar a **Emenda nº 7**, uma vez que, com o acolhimento das Emendas nº 2 e nº 3, já ficará definida a extensão do prazo de vigência da Lei nº 13.979, de 2020, até o fim da emergência de saúde pública decorrente da covid-19.

Durante a sessão, o Senador Randolfe Rodrigues sugeriu o acréscimo das **gestantes, lactantes e puérperas** no atendimento preferencial em estabelecimento de saúde e na vacinação. Tal sugestão foi extremamente



SF/21350.56061-14





11

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

pertinente e meritória, cabendo sem dúvidas seu acolhimento por parte desta relatoria. Segundo o *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, o risco de morte das pacientes que aguardam um bebê é 13 vezes maior em relação a outros indivíduos na mesma faixa etária. Os nascimentos prematuros são 45,4% mais frequentes entre as pacientes com quadro severo ou crítico de covid-19. Assim, **fazemos a inclusão das gestantes, lactantes e puérperas** no atendimento preferencial em estabelecimento de saúde e na vacinação, nos termos da emenda ao final.



SF/21350.56061-14

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 1315, de 2021, e, no mérito, pela sua **aprovação**, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº 8 – PLEN

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1315, de 2021:

Art. 1º Fica restabelecida a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, **até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil em decorrência do coronavírus (covid-19) observado o disposto no § 3º do art. 1º desta Lei.**

Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

.....

VIII – autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do





12

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

coronavírus, desde que registrados por pelo menos 1 (uma) das autoridades sanitárias estrangeiras **previstas nos incisos do caput do art. 16 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021**, e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países.

.....” (NR)

“**Art. 3º-E.** É garantido o atendimento preferencial em estabelecimentos de saúde aos profissionais de saúde, **aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, aos motoristas de caminhões, aos agentes comunitários, aos agentes de fiscalização, aos coveiros, aos atendentes funerários, aos motoristas funerários, aos auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias, as gestantes, lactantes e puérperas e aos profissionais da segurança pública,** integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal, diagnosticados com a covid-19, respeitados os protocolos nacionais de atendimento médico.

Parágrafo único. O atendimento preferencial estabelecido, na forma do regulamento, aos profissionais de saúde para a vacinação contra a covid-19 será estendido aos profissionais de limpeza e vigilância que prestem serviço em estabelecimentos hospitalares, aos profissionais de limpeza urbana, aos professores, aos cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras, aos motoristas e cobradores de transporte rodoviário, aos motoristas de caminhões, aos agentes comunitários, aos agentes de fiscalização, aos coveiros, aos atendentes funerários, aos motoristas funerários, aos auxiliares funerários e demais trabalhadores de serviços funerários e de autópsias, as gestantes, lactantes e puérperas e aos profissionais da segurança pública, integrantes dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal.” (NR)

“**Art. 4º-H.** Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto esta Lei estiver em vigor, respeitados os prazos pactuados.” (NR)

“**Art. 8º** Esta Lei vigorará **até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil em decorrência do coronavírus (covid-19).**” (NR)



SF/21350.56061-14





13

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

EMENDA Nº 9 – PLEN (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1315, de 2021:

Art. 3º Ficam convalidados os atos e contratos praticados com fundamento na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, entre a perda da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e a publicação desta Lei.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21350.56061-14





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1364, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 7 - PLEN, apresentada ao PL nº 1315/2021.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 7-PLEN do PL 1315/2021, que “restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1367, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 1 - PLEN, apresentada ao PL nº 1315/2021.

AUTORIA: Líder do DEM Marcos Rogério (DEM/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Democratas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Democratas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 01 ao PL 1315/2021, que “restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Marcos Rogério
(DEM - RO)
Líder do Democratas

SF/21975.72747-25 (LexEdit)



Projeto de Lei nº 5546/2020





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 5546, de 2020**, que *"Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	001; 002; 003
Senador Paulo Paim (PT/RS)	004
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	005
Senador Weverton (PDT/MA)	006
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	007
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	008
Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	009

TOTAL DE EMENDAS: 9



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 5546/2020
00001

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 5.546, de 2020)

Acrescente-se ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), modificado pelo PL 5.546/2020, o seguinte § 4º:

“§ 4º As assembleias de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser gravadas pelo meio de conferência eletrônica adotado e deverão ser disponibilizadas aos membros da associação, fundação ou organização religiosa, inclusive aos que, tendo o direito de participar da reunião, por qualquer motivo não o tenham feito.”

JUSTIFICAÇÃO

O PL 5546/2020, do Senador Oriovisto Guimarães, “acrescenta dispositivos ao Código Civil, para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas”.

São estes dispositivos os parágrafos 2º e 3º, que tratam, respectivamente, de permitir a realização de assembleias por meios eletrônicos e de tornar válidas a manifestação dos associados nessas assembleias virtuais.

No entanto, não consta dos referidos dispositivos, acrescidos ao art. 48 do Código Civil, qualquer menção ao registro das assembleias na forma da gravação.

Havemos de registrar, a propósito, que a gravação das conferências é recurso indispensável em qualquer aplicativo de qualidade, e está oferecido em todos os principais softwares disponíveis no mercado. É recurso





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

utilizado, inclusive, no ambiente acadêmico, adotado quando se impôs, pela pandemia, a continuidade dos semestres letivos através de aulas remotas. A gravação, nesses casos, é mandatória.

Por outro lado, a gravação possibilita que se dê conhecimento aos membros da associação porventura ausentes à assembleia, daquilo que ali ocorreu.

Sugerimos, pois, com esta emenda, a inclusão de parágrafo determinando a gravação e disponibilização da assembleia aos associados, a fim de dirimir litígios, ou para constituir, para qualquer outro fim, prova legal sobre o conteúdo da reunião virtual.

Pedimos, pois, o apoio dos nobres Pares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 5546/2020
00002

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 5.546, de 2020)

Dê-se nova redação ao § 3º, acrescido ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), pelo Projeto de Lei nº 5.546/2020, nos seguintes termos:

“§ 3º A manifestação dos participantes das assembleias de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer por qualquer meio de conferência eletrônica indicada pelo ato constitutivo ou, se omissa este, pelo administrador, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial, desde que a assembleia tenha sido gravada pelo meio de conferência eletrônica.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do § 3º ao art. 48 da lei alvo de mudança assegura que a manifestação dos participantes das assembleias poderá ocorrer por qualquer meio de conferência eletrônica indicada pelo ato constitutivo ou, em caso de omissão do referido ato, pelo administrador da associação, produzindo todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.

No entanto, em nosso ver, o dispositivo proposto carece de providência essencial, que é a menção à gravação da reunião virtual, recurso disponível em qualquer aplicativo de conferência eletrônica razoavelmente qualificado. Estamos propondo, portanto, que se inclua a menção à necessidade da gravação para que as assembleias virtuais tenham valor legal.

Pedimos, pois, o apoio dos nobres Pares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 5546/2020
00003

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 5.546, de 2020)

Dê-se nova redação ao § 2º, acrescido ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), pelo Projeto de Lei nº 5.546/2020, nos seguintes termos:

“§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias das associações, das fundações e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos, a serem indicados pelo administrador, desde que aprovados por decisão coletiva.”

JUSTIFICAÇÃO

O novo § 2º, acrescido ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) pelo Projeto de Lei 5.546/2020, reza que “salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias das associações, das fundações e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva”.

É nossa convicção, porém, que a utilização de meio eletrônico, embora amplamente aconselhável, deva depender não apenas da indicação do administrador, mas também, e principalmente, da aprovação da própria assembleia, que se constituirá, então, em uma decisão coletiva. O mesmo argumento vale para a escolha do aplicativo mais adequado ao perfil dos associados.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Por essa razão, apresentamos a presente emenda, para a qual pedimos a aprovação de nossos pares.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





PL 5546/2020
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Projeto de Lei nº 5546, de 2020

Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 48 do Código Civil, alterado pelo art. 1º do projeto de lei nº 5.546, de 2020:

“§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias das associações, das fundações e organizações religiosas e sindicais poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva, devidamente especificada a forma de realização no edital de convocação”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe alterar o artigo 48 da Lei 10.406 de 2002 (Código Civil) e está alinhada com os objetivos da proposição, no sentido de permitir que entidade sindicais também possam se valer da tecnologia para os atos de organização interna.

De igual forma, deixamos expresso que os editais de convocação das assembleias devem ser transparentes no sentido de comunicar ao participante sobre a opção pela modalidade eletrônica.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



PL 5546/2020
00005



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2021.
(ao PL 5.546, de 2020)

O art. 1º do PL nº 5.546, de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 48

§ 1º Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias e **reuniões dos órgãos deliberativos** das associações, das fundações e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva que **assegurem a identificação do participante e a segurança do voto, produzindo todos os efeitos legais.**

§ 3º A manifestação dos participantes das assembleias e **reuniões dos órgãos deliberativos** de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer por qualquer meio de conferência eletrônica indicada pelo ato constitutivo ou, se omissa, este, pelo administrador, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.’ (NR)”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei almeja colmatar uma omissão no nosso ordenamento jurídico em relação a falta de regulamentação das assembleias virtuais para as associações, as organizações religiosas e as fundações.

Assim, a emenda visa ampliar o escopo técnico constante do PL garantindo segurança jurídica ao incluir que as assembleias e reuniões dos órgãos deliberativos das associações, das fundações e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva assegurando a identificação do participante e a segurança do voto.

Desta forma, tanto a assembleias instituídas para deliberações e decisões máximas quanto os órgãos formados por pessoas integrantes de conselhos e diretorias constariam expressamente na legislação, além da segurança quanto à identificação e segurança do voto nas deliberações.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões, de abril de 2021.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Senador MECIAS DE JESUS





Gabinete do Senador Weverton

PL 5546/2020
00006**EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº5546 de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 48 do Código Civil, alterado pelo art. 1º do projeto de lei nº 5.546, de 2020:

§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias das associações, das fundações, das entidades sindicais e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição a ser emendada é um avanço urgente e imprescindível para a realização por meios eletrônicos de assembleias e votações de instituições sem fins lucrativos. Isso tem sido prática crescente, cada vez mais segura e que amplia a participação, democratizando ainda mais as decisões. Entretanto, neste momento difícil pela crise sanitária, é preciso incluir as entidades sindicais junto com associações, fundações e instituições religiosas para facilitar a participação e trazer garantia no uso deste também instrumento em prol dos trabalhadores e empresas, trazendo desburocratização e segurança às atividades sociais e econômicas.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Senador Weverton



PL 5546/2020
00007



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.546, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei nº 5.546, de 2020:

Art. 1º O art. 48 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, reenumerado o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 48

§ 1º Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias e reuniões das associações, das fundações e organizações religiosas poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva.

§ 3º A manifestação dos participantes das assembleias e reuniões de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer por qualquer meio de conferência eletrônica indicada pelo ato constitutivo ou, se omissa esta, pelo administrador, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 38.

§ 1º As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em



loais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados e comunicação aos associados por intermédio de meios eletrônicos ou digitais.

.....

§ 4º A convocação de que trata o § 1º do caput deste artigo somente terá eficácia se houver confirmação registrada de recebimento e conhecimento do edital enviado por mais de sessenta por cento dos associados. Em caso contrário, deverá ser feita nova convocação.

§ 5º Não havendo no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias gerais poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações, desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

.....” (NR)

“Art. 43-A. O associado poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia.

Parágrafo único. A assembleia geral poderá ser realizada por meios eletrônicos ou digitais, independentemente de previsão nos atos constitutivos, respeitados os direitos legalmente previstos de participação e de manifestação dos associados.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por força de disposições legais, estatutárias ou contratuais, as pessoas jurídicas de direito privado previstas no Código Civil normalmente precisam realizar reuniões e assembleias gerais para determinadas finalidades. Assim, em muitos casos, os participantes precisam deslocar-se fisicamente até o local do designado para a realização do evento e lá permanecer reunidos para votar e deliberar.

Ocorre que, neste momento, medidas e recomendações de isolamento e distanciamento sociais foram e continuam sendo adotadas pelo



Poder público para conter a disseminação do novo coronavírus causador da doença Covid-19 - cuja letalidade já restou amplamente demonstrada no Brasil e por todo o mundo.

É certo que tais medidas ou recomendações trazem dificuldades significativas para a realização de reuniões e de assembleias presenciais por pessoas jurídicas de direito privado. Em virtude disso, foram até editadas as Lei números 14.010, de 10 de junho de 2020 (artigos 4o e 5o), e 14.030, de 28 de julho de 2020, a fim de estabelecer normas para flexibilizar temporariamente a obrigação de realização de reuniões e de assembleias gerais, bem como para permitir a sua realização por meios eletrônicos com participação e voto à distância, observados os termos de regulamento do órgão competente do Poder Executivo da União, conforme cada caso.

A pandemia da Covid-19, que possivelmente ainda persistirá por algum tempo, reforçou a importância de aproveitarmos a capacidade tecnológica já existente para propiciar segurança à participação e ao voto em reuniões e assembleias. Essa é uma evolução necessária para além das situações de emergência em saúde pública, pois tem o intuito de desburocratizar e de facilitar a vida das pessoas naturais jurídicas.

A emenda ora proposta pretende acrescentar nos parágrafos 2º e 3º do artigo 48 do Código Civil a expressão “*reuniões*”, visto que nem todas as entidades realizam assembleias gerais.

Além disso, suprime-se os artigos 2º e 3º do projeto ora em debate, tendo em vista a liberdade de auto-organização dessas entidades, uma vez que tais dispositivos impõem pautas obrigatórias para as assembleias gerais que, por alguma razão, não se realizam, gerando burocracia a mais para as organizações – podendo até levar à judicialização desnecessária. Tal imposição para que ato constitutivo da organização delibere sobre o modo de organizar suas reuniões é desnecessária, posto que ela é livre para se auto organizar. A própria redação proposta para o § 2º do art. 48 do Código Civil já estabelece a forma de lidar com o tema, autorizando as assembleias e reuniões por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva, salvo proibição específica no ato constitutivo.

Adicionalmente, propõe-se medida dirigida a abolir a obrigação ainda hoje prevista em lei tocante à publicação em jornal impresso do edital de convocação das assembleias gerais das cooperativas (de que trata o § 1o do caput do art. 38 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971), levando-



se em conta a evolução observada ao longo dos últimos anos nos meios de comunicação concernente à diminuição acelerada da circulação e leitura de jornais impressos pela grande maioria da população. A medida é coerente, também, à necessidade de se atuar, neste momento, para cortar custos associados a uma publicação que hoje em dia já se revela pouco relevante.

Certo de que a importância desta emenda e os benefícios que dela poderão advir serão percebidos pelos meus ilustres Pares, espero contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



PL 5546/2020
00008

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.546, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), de que trata o art. 1º do Projeto de Lei nº 5.546, de 2020:

“**Art. 1º**

“**Art. 48.**

§ 1º Decai em dois anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Queremos aproveitar a oportunidade em que tramita o Projeto de Lei nº 5.546, de 2020, para reavaliar e melhor mensurar o prazo decadencial de três anos previsto no parágrafo único do art. 48 do Código Civil – a ser renumerado para § 1º com a conversão em lei dessa mesma proposição legislativa –, de maneira a reduzi-lo para dois anos.

No nosso modo de ver, a redução proposta não será capaz de impossibilitar ou dificultar a anulação das decisões da pessoa jurídica com administração coletiva que tiver violado a lei ou o seu estatuto, assim como se forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

Por outro lado, essa redução deverá propiciar maior segurança jurídica e estabilidade no que concerne às decisões tomadas em assembleia ou reunião das mencionadas entidades, haja vista que o excessivo prolongamento do prazo decadencial de sua anulação em nada contribui para melhorar o ambiente em que são tomadas tais decisões.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PL 5546/2020
00009SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel**EMENDA Nº , PLEN**
(Ao PL 5.546 de 2020)

Dê-se ao §2º do art. 1º do PL nº 5.546, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

‘§2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias das associações, das fundações, das organizações religiosas, das organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva.’” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PL 5.546 de 2020, de autoria do nobre Senador Oriovisto Guimarães, visa regulamentar as assembleias virtuais para as associações, fundações e organizações religiosas, diante da omissão atual do nosso ordenamento jurídico, desde 30 de outubro de 2020, nos termos da Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020.

Concordamos com o mérito do referido PL, porém, entendemos que as Organizações Sociais – OS e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, carecem do mesmo tratamento legal, tendo em





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

vista os transtornos causados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Diante disso, incluímos no parágrafo 2º do art. 1º do PL 5.546 de 2020, as **OS** e **OSCIP**, para que tenham o mesmo tratamento legal e possam realizar as assembleias e deliberar por meios eletrônicos.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres colegas e do relator para o acolhimento desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ANGELO CORONEL
(PSD – Bahia)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

PARECER Nº 63, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 5.546, de 2020, do Senador Oriovisto Guimarães, que *acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências*, e sobre as Emendas a ele apresentadas.

SF/21474.98802-75

Relator: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário desta Casa o Projeto de Lei (PL) nº 5.546, de 2020, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães, que *acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências*.

O projeto contém quatro artigos. Por intermédio do seu **art. 1º**, é proposto o acréscimo dos §§ 2º e 3º ao art. 48 do Código Civil, a fim de permitir a realização de assembleias e votações por meio eletrônico, no âmbito de associações, fundações e organizações religiosas. Deve ser notado que a ementa se refere a assembleias, reuniões e votações, mas o texto do



projeto se refere apenas a assembleias e votações, tendo omitido as reuniões, exceto no seu art. 3º.

Verifica-se, portanto, que a ideia central que norteia essa proposição legislativa, contida no novo § 2º proposto pelo art. 1º do projeto para o art. 48 do Código Civil – com a conversão do parágrafo único em § 1º – é que se torne regra geral a utilização de meios eletrônicos, a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva, para a participação de quem de direito em tais assembleias e que somente em caso de proibição expressa nos atos constitutivos das respectivas entidades esses tipos de reuniões ocorram de forma presencial.

Por sua vez, o § 3º proposto é um desdobramento do disposto no § 2º, estatuinto que a participação nas citadas assembleias poderá ser havida por qualquer meio de conferência eletrônica indicado pelo ato constitutivo de tais entidades, mas que, em caso de omissão, deverá o administrador indicá-lo. Além disso, estabelece que, em todo caso, o registro da participação eletrônica produzirá os mesmos efeitos legais da assinatura presencial.

As regras de transição encontram-se previstas nos arts. 2º e 3º do PL. No **art. 2º** é proposto que na primeira assembleia que se seguir à edição da lei em que eventualmente vier a se transformar a proposição legislativa em análise, deverá ser decidido se as assembleias serão presenciais ou por meio eletrônico, sendo que essa própria assembleia na qual o tema será decidido deverá, preferencialmente, ser realizada de modo eletrônico.

Por sua vez, o **art. 3º** do projeto prevê que, nessa primeira reunião após a conversão em lei do projeto em comento, possam ser



SF/21474.98802-75



convalidadas as assembleias ou reuniões ocorridas por meio eletrônico após 30 de outubro de 2020, ainda que sem amparo nos respectivos estatutos por não terem sido elas realizadas de forma presencial.

Por derradeiro, o **art. 4º** do projeto encerra a cláusula de vigência, prevendo a entrada em vigor, a partir da sua publicação, da lei em que eventualmente vier a se transformar a proposição legislativa em análise.

Em sua justificação, argumenta o autor da matéria sobre a existência de uma “injustificável omissão no nosso ordenamento jurídico: a falta de regulamentação das assembleias virtuais para as associações, as organizações religiosas e as fundações”.

Ao projeto foram apresentadas nove emendas, que serão apreciadas a seguir.

II – ANÁLISE

Compete à União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, legislar privativamente sobre direito civil, cabendo ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48 da Constituição Federal, dispor sobre todas as matérias de competência da União. Além disso, é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da CF. Em acréscimo, cabe dizer que não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.



SF/21474.98802-75



No que concerne à juridicidade da proposição em análise, verifica-se que: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) apresenta o atributo da generalidade; e iii) afigura-se dotada de potencial coercitividade; iv) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e v) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, deve ser inicialmente dito que a experiência eletrônica nas reuniões ou assembleias das pessoas jurídicas de direito privado com administração coletiva ganhou enorme impulso com o advento da Lei nº 14.010, de 10 de julho de 2020, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)*.

Isso porque, com o inesperado surgimento da pandemia da Covid-19 em 2020, as reuniões e assembleias presenciais se tornaram uma ameaça sanitária, com a possibilidade de aceleração na disseminação do vírus causador dessa pandemia, de modo que o legislador houve por bem adotar regras provisórias objetivando oferecer segurança jurídica voltada ao adequado funcionamento da economia em geral, no que tange à regulação das relações jurídicas de direito privado.

No que concerne às pessoas jurídicas de direito privado, com administração coletiva, essa mesma Lei, em seus arts. 4º, 5º e 12, possibilitou, provisoriamente, até 30 de outubro de 2020, e independentemente de previsão nos respectivos atos constitutivos, a realização de assembleias gerais por meios eletrônicos, nos casos de associações, sociedades e fundações, além de assembleias condominiais,



SF/21474.98802-75



devido à necessidade de observância de restrições à realização de reuniões e assembleias presenciais por conta da pandemia da Covid-19.

Quanto às sociedades, vale frisar que, posteriormente, com o advento da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, seu art. 7º impôs a observância, para as demais sociedades não abrangidas pelo disposto nos seus arts. 1º, 4º e 5º, das restrições à realização de reuniões e de assembleias presenciais até 31 de dezembro de 2020, observadas as determinações sanitárias das autoridades locais. Também deve ser dito que o art. 10 dessa mesma Lei implementou modificação em caráter definitivo no Código Civil, por intermédio do acréscimo do art. 1.080-A, ao tratar da deliberação dos sócios em sociedades limitadas, possibilitando que a participação deles, incluindo a votação, pudesse ser feita a distância em reunião ou assembleia realizadas de forma digital, como regra geral.

Diante desse contexto, o fato relevante a ser destacado é que, devido à pandemia da Covid-19, a Lei nº 14.010, de 2020, o legislador evitou a paralisação dos órgãos deliberativos das entidades em comento, possibilitando, provisoriamente, a participação de interessados, por meio eletrônico, em reuniões e assembleias de associações, sociedades, fundações e condomínios edilícios, e, posteriormente, por intermédio da Lei nº 14.030, de 2020, possibilitou ainda, em caráter definitivo, a realização de reuniões e assembleias de sociedades limitadas por meio eletrônico.

Por oportuno, vale dizer que o PL tem por alvo as “associações, fundações e organizações religiosas”. No entanto, deve ser anotado que as organizações religiosas não foram originalmente incluídas nas medidas emergenciais previstas na citada Lei nº 14.010, de 2020. Quanto a essa inclusão das organizações religiosas, nada há a opor. A propósito, o § 1º do



SF/21474.98802-75



art. 44 do Código Civil assegura expressamente a liberdade de criação, organização, de estruturação interna e funcionamento das organizações religiosas, o que não impede a vigência paralela da regra geral que possibilitará, para aquelas entidades que livremente não optarem por outro meio, a realização de reuniões ou assembleias administrativas por meio eletrônico.

Nesse mesmo aspecto, convém chamarmos a atenção para o fato de, sem qualquer razão aparente, os condomínios edilícios não terem sido incluídos no alcance das alterações propostas pelo projeto em análise, notadamente se levarmos em conta que a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, por intermédio do *caput* do seu art. 12, já havia enfrentado essa questão, ao ter permitido, até 30 de outubro de 2020, em caráter emergencial causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), que a assembleia condominial e a respectiva votação pudessem ocorrer por meios virtuais, razão pela qual consideramos oportuno o emendamento da matéria para incluir no mesmo regramento essas pessoas jurídicas que, embora não tenham personalidade jurídica expressamente reconhecida pela Lei, não há dúvidas quanto a esse aspecto na construção jurisprudencial sobre a matéria.

Feitas essas digressões, o fato é que, esgotada a vigência das medidas emergenciais previstas na citada Lei nº 14.010, de 2020, com a escoamento do prazo em que esse regramento provisório relativamente à possibilidade de realização de reuniões e assembleias por meio eletrônico, restabeleceu-se a regra geral de fazê-las de forma presencial, voltando a necessidade de previsão nos respectivos atos constitutivos para que elas se deem de forma eletrônica.



SF/21474.98802-75



A princípio, nada há de injurídico ou inconstitucional quanto à ideia de restabelecer, em caráter definitivo, esse regramento, devendo apenas ser feitas ponderações quanto à sua conveniência. Isso porque, embora as reuniões ou assembleias virtuais possam ser mais dinâmicas e ágeis, não oferecem a mesma possibilidade de participação que se dá quando realizadas de forma presencial.

Nesse sentido, poderiam ser feitas severas críticas quanto ao uso dos meios eletrônicos para a realização dessas reuniões e assembleias devido às dificuldades de acesso às plataformas eletrônicas por pessoas idosas, em grande parte não familiarizadas com o manejo de ferramentas eletrônicas, assim como por parte daquelas pessoas desprovidas dos recursos tecnológicos necessários ao adequado acesso à rede ou que não contam com sinal de internet de qualidade minimamente necessária para o uso desses instrumentos eletrônicos.

Não obstante, acreditamos que os ganhos a serem obtidos com essa plataforma mais ágil e dinâmica superam as dificuldades iniciais que muitos participantes dessas reuniões e assembleias possam enfrentar em um primeiro momento, até porque o novo regramento não é obrigatório e impositivo, podendo os participantes optar pelo método tradicional de realização dessas reuniões e assembleias presenciais, caso as considerem mais convenientes.

Isso não significa dizer que o projeto em exame não mereça ajustes, reparos e aperfeiçoamentos, além daquele aspecto já apontado referente à omissão das reuniões e assembleias dos condomínios edilícios.

Nesse sentido, ainda que tenha sido possível presumirmos que a primeira assembleia a que se refere o *caput* desse art. 2º é aquela a ser



realizada em seguida à edição da lei em que eventualmente vier a se transformar a proposição legislativa em análise, não há a necessária clareza no texto legislativo nesse sentido, razão pela qual se mostra conveniente emenda de redação para corrigir essa imperfeição.

Além disso, quanto ao art. 3º do projeto em análise, consideramos temerária a possibilidade de convalidação de reuniões e assembleias realizadas por meio eletrônico no âmbito das mencionadas entidades após 30 de outubro de 2020, tendo em vista a imensa insegurança jurídica causada pela retroatividade da Lei para convalidar atos realizados em absoluta afronta aos ditames legais então vigentes, razão pela qual iremos sugerir a sua supressão.

Quanto às emendas, passa-se à análise de cada uma delas. A **Emenda nº 1 – PLEN**, do Senador Izalci Lucas, propõe o acréscimo de mais um parágrafo ao art. 48 do Código Civil. Esse novo § 4º teria o intento de tornar obrigatória a gravação “pelo meio de conferência eletrônica adotado” e também a disponibilização dessa gravação, notadamente aos interessados que da reunião ou assembleia não puderam participar.

A **Emenda nº 2 – PLEN**, do Senador Izalci Lucas, tem por alvo a modificação do § 3º do art. 48 do Código Civil, com a redação proposta pelo art. 1º do PL nº 5.546, de 2020, a fim de acrescentar na sua parte final a exigência de ser gravada pelo meio de conferência eletrônica a manifestação dos participantes.

A **Emenda nº 3 – PLEN**, do Senador Izalci Lucas, tem por alvo o § 2º do art. 48 do Código Civil, com a redação proposta pelo art. 1º do projeto em exame. Sua finalidade é estabelecer que os meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador tenham que ser necessariamente



SF/21474.98802-75



aprovados por decisão coletiva, diferentemente do que propõe a redação original do projeto, na qual esses meios poderiam ser simplesmente indicados pelo administrador, sem essa necessidade, ou, alternativamente, serem diretamente indicados por decisão coletiva.

A Emenda nº 4 – PLEN, do Senador Paulo Paim, propõe a inclusão das entidades sindicais no rol das pessoas jurídicas a serem autorizadas a realizar reuniões e assembleias por meios eletrônicos, como regra geral. Além disso, a Emenda ainda propõe que a forma de realização de tais reuniões ou assembleias sejam desde logo especificadas no próprio edital de convocação respectivo.

A Emenda nº 5 – PLEN, do Senador Mecias de Jesus, pretende alterar os §§ 2º e 3º do art. 48 do Código Civil, a que se refere o art. 1º do PL em exame.

Nos termos da redação proposta para esses dois parágrafos, as novas disposições que possibilitarão a utilização do meio eletrônico como regra geral deverão ser voltadas não só para as assembleias, simplesmente, como também para as reuniões e desde que sejam assembleias ou reuniões dos órgãos deliberativos. Idem posicionamento em relação à manifestação dos participantes, ou seja, a lei deverá expressamente indicar que essas manifestações se darão em assembleias ou reuniões dos órgãos deliberativos de tais entidades autorizadas a se reunirem por meio eletrônico como regra geral. Além disso, deverá ser assegurada a identificação do participante nessas reuniões e assembleias e, ainda, a segurança do voto, para assim produzirem todos os efeitos legais.

A Emenda nº 6 – PLEN, do Senador Weverton, tem por alvo o § 2º do art. 48 do Código Civil, com a redação proposta pelo art. 1º do



SF/21474.98802-75



projeto em exame. Seu intento é exatamente aquele proposto na Emenda nº 4 – PLEN, do Senador Paulo Paim, de incluir as entidades sindicais como aptas a realizarem suas assembleias por meios eletrônicos, como regra geral.

A **Emenda nº 7 – PLEN**, da Senadora Mara Gabrilli, além de acrescentar as reuniões, além das assembleias, como autorizadas a utilizarem-se dos meios eletrônicos, como regra geral, tanto no § 2º como no § 3º do art. 48 do Código Civil, ainda propõe diversas alterações nos arts. 38 e 43 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Lei das Cooperativas).

No art. 38, o § 1º é alvo de alterações, sendo proposta a inclusão dos §§ 4º e 5º nesse mesmo artigo. No § 1º, a Emenda propõe que as convocações para as assembleias gerais das cooperativas também sejam comunicadas aos associados por meios eletrônicos ou digitais. A parte final desse mesmo parágrafo foi suprimida, a fim de ser incluída como novo § 5º, dispondo que, não havendo no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias possam ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocação.

O novo § 4º proposto trata da exigência de confirmação registrada de recebimento e conhecimento do edital enviado por mais de sessenta por cento dos associados, sob pena de ter que ser feita nova convocação para a assembleia geral das cooperativas.

A **Emenda nº 8 – PLEN**, da Senadora Rose de Freitas, propõe alterar o § 2º do art. 48 do Código Civil, com a redação proposta pelo art. 1º do PL em exame, a fim de reduzir, de três para dois anos, o prazo decadencial do direito de anular as decisões tomadas em assembleias e reuniões que



SF/21474.98802-75



11

violarem a lei ou o estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

Por fim, a **Emenda nº 9 – PLEN**, do Senador Angelo Coronel, tem por alvo o § 2º do art. 48 do Código Civil, com a redação proposta pelo art. 1º do projeto em exame, a fim de incluir as organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público como aptas a realizarem suas assembleias por meios eletrônicos, como regra geral, ao lado daquelas já previstas no projeto.

Estamos de acordo com a aprovação das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 9 - PLEN, por representarem aprimoramento do texto legislativo, notadamente quanto à ampliação da abrangência do novo regramento proposto; somos favoráveis à aprovação parcial da Emenda nº 7 – PLEN, não acolhendo as alterações relativas à Lei das Cooperativas, para que não tenham um regramento diferenciado em relação aos demais casos quanto à confirmação de notificação de recebimento de convocação para as assembleias gerais das cooperativas, assunto que foge ao escopo do PL em exame; e contrários à Emenda nº 3 – PLEN, por conter medida que em muito dificultará a escolha dos meios eletrônicos de realização das reuniões ou assembleias ora tratadas.

Em conclusão, acreditamos que, após tantos inconvenientes que a pandemia da Covid-19 causou ao mundo e, em especial, ao Brasil, ao longo de tantos meses, e considerando que a sociedade brasileira deparou com a necessidade de encontrar novos meios de resolver seus problemas cotidianos, evitando ao máximo o contato social, essa traumática experiência acabou por romper com a barreira inercial de maior utilização dessas formidáveis ferramentas tecnológicas que tanto podem facilitar a vida de



SF/21474.98802-75



todos, em especial, daqueles que necessitam ou desejam participar de reuniões ou assembleias havidas no âmbito das citadas entidades de direito privado, mas que por diversos motivos ou mesmo por conveniência própria não desejam fazê-lo de forma presencial.

III – VOTO

Ante as considerações expostas, embora opinemos favoravelmente ao PL nº 5.546, de 2020, por ser consentâneo com os ditames de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, quanto ao mérito e à técnica legislativa vislumbramos a necessidade de alguns ajustes e aprimoramentos em seu texto. Além disso, opinamos pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 9 - PLEN; parcialmente favorável à Emenda nº 7 – PLEN; e contrários à Emenda nº 3 – PLEN. Sendo assim, concluímos pela aprovação da matéria na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 10 - PLEN (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 5.546, DE 2020

Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar, como regra geral, a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos nas entidades que menciona, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com a seguinte redação:

“Art. 48



§ 1º Decai em dois anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

§ 2º Salvo proibição específica no ato constitutivo, as assembleias e reuniões dos órgãos deliberativos das associações, das fundações, das entidades sindicais, dos condomínios edilícios, das organizações religiosas, das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público poderão ser realizadas por meios eletrônicos a serem indicados pelo administrador ou por decisão coletiva que assegurem a identificação do participante e a segurança do voto, produzindo todos os efeitos legais.

§ 3º A manifestação dos participantes das assembleias e reuniões dos órgãos deliberativos de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer por qualquer meio de conferência eletrônica indicada pelo ato constitutivo ou, se omissa, este, pelo administrador, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial, desde que a assembleia ou reunião tenham sido gravadas pelo meio de conferência eletrônica.

§ 4º As assembleias de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser gravadas pelo meio de conferência eletrônica adotado e deverão ser disponibilizadas aos membros das respectivas entidades. (NR)''

Art. 2º Na primeira assembleia ou reunião dos órgãos deliberativos das pessoas jurídicas de que trata esta Lei, realizada após a sua entrada em vigor, deverá ser decidido o modo como ocorrerão as respectivas assembleias ou reuniões, inclusive quanto à proibição específica para a sua realização pelos meios eletrônicos de que trata o § 2º do art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Parágrafo único. A assembleia ou reunião a que se refere o *caput* deverá ocorrer preferencialmente de modo eletrônico na forma indicada pelo ato constitutivo ou, no silêncio deste, pelo administrador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala as reuniões,

, Presidente

, Relator



SF/21474.98802-75





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1361, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 4 - PLEN, apresentada ao PL nº 5546/2020.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 4 PLEN, do Senador Paulo Paim, ao PL 5546/2020, que “acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1365, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 8 - PLEN, apresentada ao PL nº 5546/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 8-PLen do PL 5546/2020, que “acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 48 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB



Projeto de Lei nº 6298/2019





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 6298, de 2019**, que *"Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)	001
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	002; 003; 004
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	005
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	006
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	007; 008; 009
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	010
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	011

TOTAL DE EMENDAS: 11



[Página da matéria](#)





PL 6298/2019
00001

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

EMENDA Nº _____

(ao PL 6298/2019)

Acrescente-se § 2º ao art. 2º do Projeto, com a seguinte redação, renumerando-se os demais parágrafos:

§ 2º Na ausência de profissional capacitado a aplicar o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, ou havendo manifesta vontade da vítima, fica esta autorizada a preencher a Parte I do formulário, composta de questões objetivas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por finalidade garantir o exercício autônomo do direito ao preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco pela vítima, ainda que não haja, por quaisquer motivos, profissionais aptos que possam aplicá-lo.

Dessa forma, bastará que o formulário esteja disponível (*online* ou fisicamente) a fim de que seja devidamente preenchido pela vítima, ainda que sem auxílio de terceiro.

A emenda também define que existirá, necessariamente, no formulário, uma primeira parte (denominada Parte I), composta por questões objetivas, fornecendo uma diretriz geral para o formato a ser seguido pelos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público (evitando-se um formulário com respostas apenas em formato de texto). Essa previsão tem por finalidade permitir que as respostas às questões possam ser coletadas e tenham o tratamento estatístico apropriado (processamento) pelas Secretarias de Segurança Pública, de maneira que sirvam para a elaboração e aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Com isso, esperamos que, no futuro, os bancos de dados sejam abastecidos com informações adequadas, permitindo a formulação de modelos baseados em técnicas de aprendizado de máquina que possam





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

estimar em que casos está acontecendo ou irá acontecer algum caso de violência contra a mulher, antecipando esses episódios¹.

Sala da Sessão, de de 2021

Senador Zequinha Marinho

(PSC - PA)

¹ Vide interessante trabalho de OSSES, Aníbal Tomás Silva. Análise da Predição da Violência Infantil por Meio de Árvores de Decisão e Regras de Associação. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12915/final.pdf?sequence=4>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 6298/2019
00002

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 6.298, de 2019)

Acrescente-se, onde couber no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.298/2019, novo parágrafo, com a seguinte redação:

“§ XX Os dados coletados no preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco serão disponibilizados em rede integrada, protegida por sigilo, sendo as informações identificadas pelo CPF da vítima, possibilitando acesso simultâneo a todos os órgãos e entidades da rede de proteção.”

JUSTIFICAÇÃO

Como o objetivo de dar validade e eficácia as informações colhidas pelo Formulário Nacional de Avaliação de Risco, prevenindo a duplicação de notificação ou a subnotificação de casos registrados de violência contra a mulher na ocasião do primeiro atendimento, faz-se necessário integrar as informações de forma simultânea como meio ágil e assertivo nas ações promovidas pela Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos e entidades da rede de proteção, fortalecendo e efetivando o devido amparo à mulher vítima de violência.

Propõe-se, então, incluir novo parágrafo estabelecendo a busca pela integração entre as informações obtidas pelos órgãos responsáveis no momento do primeiro atendimento.

Sendo assim, pedimos o apoio dos Pares na aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 6298/2019
00003

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 6.298, de 2019)

Acrescente-se, onde couber no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.298/2019, novo parágrafo, com a seguinte redação:

“§ XX O preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco deverá ser assistido pelo agente do órgão responsável pelo primeiro atendimento, devendo este, a seu critério, auxiliar a vítima no que considerar necessário.”

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que grande parte das vítimas pertence a segmentos sociais de baixo grau de instrução – o que dificulta o entendimento do teor das perguntas, e considerando especialmente as condições psicológicas da mulher vítima de violência, acreditamos que possa ser necessário que haja assistência no preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, como meio de garantir a integridade das informações colhidas pelos órgãos responsáveis no momento do primeiro atendimento.

Sendo assim, pedimos o apoio dos Pares na aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 6298/2019
00004

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 6.298, de 2019)

Dê-se ao § 2º do art. 2º do Projeto de Lei 6.298/2019 a seguinte redação:

“§ 2º O Formulário Nacional de Avaliação de Risco deve ser preferencialmente aplicado pela Polícia Civil no momento do registro da ocorrência ou, na sua impossibilidade, pela equipe do Ministério Público, do Poder Judiciário ou dos órgãos e entidades da rede de proteção, por ocasião do primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de alteração da redação do § 2º do art. 2º do Projeto de Lei 6.298/2019, visa garantir que a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco possa ser feita também pelos órgãos e pelas entidades da rede de proteção, garantindo amplo amparo à mulher vítima de violência, por ocasião do seu primeiro atendimento, seja pela Polícia, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário ou pelos órgãos e entidades pertencentes a rede de proteção.

Nesses termos, pedimos o apoio dos Pares na aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



PL 6298/2019
00005



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2021.
(ao PL 6.298, de 2019)

Dê-se ao § 3º do art. 2º do PL nº 6.298, de 2019 a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 3º É facultada a utilização do modelo de Formulário Nacional de Avaliação de Risco por outros órgãos e entidades públicas ou privadas que atuem na área de prevenção e de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, **assegurado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações.”**

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa, em razão da necessidade de identificação dos fatores de Avaliação de Risco e para a prevenção e o enfrentamento de crimes e de demais atos de violência doméstica e familiar praticados contra a mulher, instituir o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar, observado o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Assim, a emenda visa garantir segurança jurídica estabelecendo, de forma expressa, que na hipótese de utilização do modelo de Formulário Nacional de Avaliação de Risco por outros órgãos e entidades públicas ou privadas que atuem na





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

área de prevenção e de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher seja resguardado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações.

Desta forma, entendemos que os Direitos Fundamentais e da Personalidade, que expressam condições existenciais e essenciais das pessoas naturais, devem ser absolutamente resguardados, em qualquer hipótese, através da preservação sigilosa das informações prestadas, inclusive por serem protegidos pelo princípio universal da Dignidade da Pessoa Humana.

Por isso, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões, de abril de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS



PL 6298/2019
00006

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 6.298, de 2019)

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, o seguinte § 4º:

“Art. 2º

.....

§ 4º Os dados estatísticos obtidos a partir da aplicação do formulário instituído por esta Lei serão disponibilizados com a finalidade de subsidiar a realização de pesquisas acadêmicas e orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento dos crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica, familiar e contra a mulher, preservado o sigilo da identidade das vítimas, conforme as disposições constantes da Lei nº 13.709, de agosto de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, tem o louvável propósito de cristalizar em lei, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que é um instrumento de prevenção e de enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto da violência doméstica, familiar e contra as mulheres. Dessa forma, os profissionais que atuam no contexto da violência doméstica e familiar podem tomar decisões ou medidas de prevenção da violência com o objetivo de evitar que novas agressões ocorram.

Importante assinalar que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público instituíram semelhante formulário por meio da Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020, que prevê a disponibilização dos dados estatísticos obtidos a partir da aplicação dos formulários de avaliação de risco, assegurada a preservação do sigilo da identidade da vítima e salvaguarda dos seus dados pessoais e sensíveis.

Tal medida se justifica diante da necessidade de facilitar e estimular a realização de pesquisas acadêmicas sobre o tema, além de orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência doméstica, familiar e contra a mulher.



Diante disso, apresento a presente emenda com o objetivo de assegurar que os dados estatísticos obtidos a partir da aplicação dos formulários de avaliação de risco possam ser utilizados por pesquisadores e entidades interessados em estudar o assunto e propor melhorias nas políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES
Líder da Minoria

df2021-03522



PL 6298/2019
00007

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 6.298, de 2019)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, a seguinte redação, renumerando-se de modo subsequente os atuais arts. 3º e 4º:

Art. 3º Os dados estatísticos obtidos a partir da aplicação do formulário instituído por esta Lei serão compilados pelos órgãos competentes do Sistema de Justiça e Segurança e disponibilizados com fim de orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento dos crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, preservado o sigilo da identidade das vítimas e de pormenores que permitam sua identificação.

JUSTIFICAÇÃO

Vem, em boa hora, o Projeto de Lei nº 6.298, de 2020, dispor sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, mais uma ferramenta de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O projeto é inspirado em ato normativo conjunto do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que detalha o procedimento para a aplicação do referido formulário.

Aproveitamos a iniciativa para propor que os dados estatísticos obtidos a partir da aplicação do formulário sejam compilados pelos órgãos competentes do sistema de justiça criminal, bem como disponibilizados para acesso público, preservado o sigilo da identidade das vítimas. Entendemos que, assim, tais estatísticas poderão orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento dos crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ante o exposto, pedimos apoio de nossos pares.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA



PL 6298/2019
00008

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 6.298, de 2019)

Insira-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, renumerando-se de modo subsequente os atuais arts. 3º e 4º:

Art. 3º Após sua aplicação, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco de que trata esta Lei será anexado aos inquéritos, quando for o caso, e aos procedimentos relacionados à apuração da prática de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher, para subsidiar a apreciação judicial de pedidos de medida protetiva de urgência ou cautelar, bem como a atuação do Ministério Público e dos demais integrantes da rede de proteção.

JUSTIFICAÇÃO

Vem, em boa hora, o Projeto de Lei nº 6.298, de 2020, dispor sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, mais uma ferramenta de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O projeto é inspirado em ato normativo conjunto do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que detalha o procedimento para a aplicação do referido formulário.

Aproveitamos a iniciativa para propor que o documento, após a aplicação, seja anexado aos inquéritos, quando for o caso, e aos procedimentos relacionados à apuração da prática de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Entendemos que, assim, referidos procedimentos serão instruídos com importantes subsídios para a apreciação judicial de pedidos de medida protetiva de urgência ou cautelar, bem como para a atuação do Ministério Público e dos demais integrantes da rede de proteção.

Ante o exposto, pedimos apoio de nossos pares.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA



PL 6298/2019
00009

EMENDA Nº -PLEN

(ao PL nº 6.298, de 2019)

Dê-se ao § 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º O Formulário Nacional de Avaliação de Risco, composto de questões objetivas e subjetivas, deve ser aplicado por profissional capacitado, preservado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações, e tem por objetivos:

I – identificar os fatores que indicam o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas;

II – subsidiar a atuação dos órgãos de segurança pública, do Ministério Público, do Poder Judiciário e dos órgãos e das entidades da rede de proteção na gestão do risco identificado.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Vem, em boa hora, o Projeto de Lei nº 6.298, de 2020, dispor sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, mais uma ferramenta de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O projeto é inspirado na Resolução Conjunta nº 5, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que instituiu formulário similar no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Aproveitamos a iniciativa para propor, com esta emenda, que o documento contenha questões de natureza objetiva e subjetiva e seja aplicado por profissional capacitado (de maneira a evitar, por exemplo, situações de revitimização da mulher), assim como já ocorre com o modelo adotado pela mencionada resolução.

Entendemos que, assim, os órgãos integrantes do sistema de justiça ou da rede de proteção conseguirão reunir informações ainda mais



precisas sobre o cenário de violência, identificar os fatores de risco a que a mulher agredida se expõe e atuar de modo eficaz para protegê-la.

Ante o exposto, pedimos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA



PL 6298/2019
00010

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL nº 6.928, de 2019)

Substitua-se, no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.928, de 2019, a expressão “conforme modelo aprovado por ato normativo conjunto do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público” por “na forma de regulamento a ser elaborado pelo Poder Público, ouvidos o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público”.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, de autoria da Deputada Federal Elcione Barbalho, é seguramente oportuno. A violência contra a mulher tem de ser combatida de todas as formas legais, sempre se munindo de inteligência. Nesse sentido, a elaboração de formulário que trate da avaliação de riscos é medida, mais que apenas interessante, verdadeiramente necessária. Afinal, permitirá a elaboração de estatísticas nacionais e, a partir delas, a melhoria de políticas públicas.

Contudo, veja-se que, por se tratar de formulário nacional, adjetivo este empregue no seu próprio nome, nada mais natural à lei que a previsão de regulamento pelo Poder Executivo. Afinal, é a esse Poder, por meio de seus órgãos técnicos, que cabe o poder regulamentar, previsto na Constituição Federal em seu art. 84, inciso IV. E mais: seus órgãos técnicos têm o conhecimento e a habilidade para ágeis modificações no formulário, sempre que isso se fizer necessário.

Determinar em lei que se deverá seguir norma infralegal de elaboração alheia ao Poder Executivo tornará aquela lei inconstitucional desde seu nascedouro.

Dessa forma, pedimos a colaboração dos Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PL 6298/2019
00011**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 6.298, de 2019)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, renumerando os demais:

“Art. XX. As informações compiladas a partir do preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco serão incluídas nas bases de dados dos órgãos do Sistema de Segurança e Justiça, devendo as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal remetê-las ao Ministério da Justiça para compilação e análise.

§1º Os órgãos de segurança pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário poderão também compilar, analisar e remeter ao Ministério da Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as informações relativas à sua atuação na mitigação dos riscos identificados.

§2º As informações de que trata este artigo serão utilizadas para produzir estatísticas e relatórios objetivando a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) já prevê, em seu artigo 38, a produção de estatísticas sobre a violência doméstica e familiar a partir do sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres. Trata-se de esforço essencial para melhor compreender a dimensão deste grave problema que afeta a sociedade brasileira e suas características,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

objetivando-se, assim, a elaboração e a avaliação de políticas públicas de combate e prevenção à violência doméstica e familiar baseadas em evidência.

As informações contidas no Formulário Nacional de Avaliação de Risco poderão contribuir sobremaneira à produção destas políticas públicas ao oferecer um melhor entendimento sobre os riscos enfrentados por mulheres no âmbito de relações domésticas. Permitirá, ainda, avaliar a adequação da resposta do poder público aos riscos identificados quando do atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Considerando os necessários cuidados com os direitos de privacidade e intimidade das pessoas envolvidas, esclarece-se que a compilação dos dados contidos nestes formulários não permitirá a individualização ou a sua identificação. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) já autoriza esse tipo de tratamento para informações pessoais:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Plenário,

Senador FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº 64, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, da Deputada Elcione Barbalho, que institui o *Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar*.



SF/21863.25638-65

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 6.298, de 2019, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que tem o objetivo de tornar obrigatória a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida na rede de atendimento à vítima da violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Na justificação, a autora explica que o formulário é uma ferramenta destinada a aferir a percepção de risco de agravamento da violência doméstica. Tal ferramenta foi desenvolvida por especialistas no assunto, que tomaram como referência os dados nacionais e as experiências internacionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar por meio da aplicação desse tipo de questionário.

Após acolher requerimento de urgência, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a matéria no dia 18 de março, na forma de emenda substitutiva apresentada pela relatora, Deputada Professora Rosa Neide.

O texto, organizado em quatro artigos, é o que está agora em análise pelo Senado.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

O art. 1º designa o objeto da lei proposta, que é a instituição do mencionado formulário no contexto da violência doméstica e familiar. Em seguida, no art. 2º, a matéria dispõe sobre o modelo, para informar que se trata do formulário aprovado por ato normativo conjunto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cujo objetivo é mensurar o potencial de agravamento da violência constatada. O dispositivo também prevê que o modelo deve ser aplicado no primeiro atendimento à vítima, preferencialmente pela Polícia Civil; e faculta a sua utilização por outros órgãos públicos ou privados.

O art. 3º enfatiza que se aplica à matéria as disposições da Lei Maria da Penha e, por fim, o art. 4º prevê que a lei advinda da aprovação da matéria entrará em vigor na data de sua publicação.

Foram apresentadas ao todo 11 (onze) emendas ao texto, sobre as quais apresentamos comentários adiante.

Em razão da urgência imposta pela pandemia de covid-19, a matéria foi encaminhada diretamente para a apreciação do Plenário.

II – ANÁLISE

O PL nº 6.298, de 2019, será examinado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, não há óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da proposição.

O Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida é uma iniciativa importante que se inscreve no contexto do § 1º do art. 3º da Lei Maria da Penha, pois se trata de política desenvolvida pelo poder público com o objetivo de garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

A ferramenta atua na esfera da prevenção do agravamento da violência contra a mulher, tornando mais eficaz a atuação da rede de atendimento, e fortalecendo a aplicação adequada do conjunto de medidas preconizadas pela Lei Maria da Penha que buscam impedir a escalada da violência contra a mulher, caso, por exemplo, das medidas protetivas de urgência.

Ressalte-se que o CNJ e o CNMP já adotaram providências para implantar o modelo nos órgãos policiais encarregados de realizar o primeiro atendimento das mulheres, nos termos definidos pela Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020.

O formulário toma por base a experiência de países como Portugal, Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos e foi concebido por meio de parcerias entre importantes instituições atuantes no enfrentamento à violência contra a mulher, contando com o apoio técnico da União Europeia e do Ministério Público. Trata-se de um questionário composto por 19 perguntas objetivas e 10 abertas, acompanhado de gabarito que aponta para três níveis de risco: baixo, médio e elevado. Deve ser aplicado no primeiro atendimento à mulher por profissionais das áreas da assistência psicossocial, jurídica, segurança, saúde e justiça.

Diante do exposto, temos que o PL nº 6.298, de 2019, busca trazer para o âmbito da legislação ordinária medida regulamentada antecipadamente por normas infralegais, no contexto da Lei Maria da Penha, tornando, com essa providência, a sua aplicação obrigatória e uniforme no território nacional.

Alertamos, entretanto, que o emprego do formulário requer treinamento e, preferencialmente, a própria adesão dos órgãos de atendimento para que possa, de fato, alcançar seus propósitos. Ampliar sua utilização é, sem dúvida, medida coerente com as lutas contra a violência doméstica e familiar, mas exigirá investimento do poder público na qualificação de sua rede de atendimento para o uso adequado do modelo.

Queremos sua aplicação efetiva e a ação coordenada dos órgãos de atendimento à mulher no uso das informações obtidas, especialmente para



SF/21863.25638-65





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

que sua implantação não signifique mais um espaço no qual a mulher conta a sua história, mas não recebe o amparo de que precisa, o que caracterizaria sua revitimização, dessa vez, em ambiente institucional.

É necessário enfatizar que a pandemia de covid-19 que ora enfrentamos acarretou o recrudesimento da violência contra a mulher, tornando urgente a adoção de medidas na esfera da prevenção, como é o caso do formulário ora em discussão.

Dados da Rede de Observatórios de Segurança, que atua no monitoramento da violência nos estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, apontam que, por dia, pelo menos cinco mulheres foram mortas ou vítimas de violência doméstica e familiar durante o ano de 2020. Nesses cinco estados, foram registrados mais de 400 feminicídios no decorrer do ano. O estudo aponta que o isolamento social necessário para evitar a propagação do vírus da covid-19 trouxe consequências nefastas para as mulheres, que foram obrigadas ficar mais próximas de seus agressores. Para agravar a situação, a pandemia fragilizou o funcionamento pleno da rede de atendimento.

Por isso mesmo a adoção de um formulário que pode atuar na prevenção da escalada da violência contra a mulher é ainda mais necessária. O modelo contribui para tornar mais eficaz a atuação do poder público, com a identificação célere dos potenciais casos de agravamento da violência

Os ilustres senadores e senadoras apresentaram 11 emendas ao texto.

A Emenda nº 01, do Senador Zequinha Marinho, autoriza a própria vítima a preencher a parte objetiva do formulário, na ausência de profissional capacitado para fazê-lo.

As Emendas nº 02, 03 e 04, apresentadas pelo Senador Izalci Lucas, trazem as seguintes sugestões: a de nº 02 dispõe que os dados coletados no formulário estarão acessíveis à rede de proteção, organizados por CPF, em rede, de modo sigiloso; a de nº 03 prevê assistência profissional



SF/21863.25638-65





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

à vítima no preenchimento do formulário; a de nº 04, por sua vez, busca garantir a aplicação do formulário por órgãos e entidades da rede de proteção.

A Emenda nº 05, do Senador Mecias de Jesus, trata de assegurar o sigilo das informações obtidas na aplicação do formulário pelos órgãos e entidades aos quais seu uso é facultado;

As Emendas de nº 06 e 07, de autoria dos Senadores Jean Paul Prates e do Senador Alessandro Vieira, apresentam o mesmo teor, buscando garantir que os dados obtidos componham estatísticas disponíveis para o uso de pesquisadores e dos formuladores de políticas públicas, preservado o sigilo das vítimas.

A Emenda de nº 08, também de autoria do Senador Alessandro Vieira, propõe que o formulário, depois de preenchido, venha a compor os inquéritos ou procedimentos pertinentes à apuração da prática de atos de violência doméstica e familiar.

A Emenda nº 09, do Senador Alessandro Vieira, busca garantir que o formulário seja composto de questões objetivas e subjetivas e que sua aplicação se dê por intermédio de profissional qualificado.

A Emenda nº 10, por sua vez, da Senadora Rose de Freitas, adota cautela justamente em relação à remissão que o projeto faz à resolução do CNJ e do CNMP, preferindo fazer tal menção ao Poder Executivo, a quem caberia a regulamentação. Trata-se de um cuidado que salienta aspectos inafastáveis do processo legislativo, uma vez que cabe o poder regulamentar à Presidência da República por mandamento constitucional, a teor do art. 84, inciso IV da Carta Magna.

Por fim, a Emenda nº 11, do Senador Fabiano Contarato, dispõe sobre a garantia de que os dados obtidos pelo formulário serão incluídos nas bases de dados dos órgãos do Sistema de Segurança e Justiça, devendo as secretarias de segurança dos estados e do Distrito Federal remetê-las ao Ministério da Justiça para análise e compilação. A finalidade é subsidiar a





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

elaboração de políticas públicas concernentes ao enfrentamento à violência doméstica e familiar.

O Senador Alessandro encaminhou Requerimento solicitando a retirada das Emendas nºs 7 e 8.

As emendas apresentadas contribuem na discussão sobre a pertinência da aplicação do formulário na prevenção da violência contra a mulher, estimando a possibilidade de seu agravamento. Entretanto, é necessário dizer que, algumas delas, ou já se encontram contempladas na matéria ou devem ser assunto da regulamentação.

Elaboramos um relatório que cuida de garantir que a proposição se atenha a apresentar regras gerais, permitindo que a regulamentação possa tratar de detalhes que respeitem a enorme diversidade regional de nosso País, sem criar obrigações que atentem contra nosso pacto federativo.

Por isso, verificamos que as Emendas nºs 01, 02 e 03, que trazem importantes sugestões concernentes à aplicação do formulário ficam mais bem acolhidas pela regulamentação infralegal, motivo pelo qual elas ficam rejeitadas.

A emenda nº 04, por sua vez, intenta tornar obrigatória a aplicação do formulário por outros órgãos da rede de atendimento, uma vez que a medida já se tornaria obrigatória no âmbito policial, do Ministério Público e do Poder Judiciário. A proposição tornou facultativo o uso em órgãos que não façam parte dessa estrutura para evitar criar obrigações para terceiros e, ainda, para não invadir a esfera da atuação do Poder Executivo, o que poderia gerar questionamentos acerca de sua constitucionalidade. Entretanto, acreditamos que pela importância da iniciativa na prevenção à violência, haverá engajamento de todos os interessados no enfrentamento a essa intolerável chaga social. Por isso, consideramos prudente rejeitar a emendar.



SF/21863.25638-65





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

A emenda nº 05 encontra-se contemplada no § 1º do art. 2º do Projeto de Lei, assegurando portanto o sigilo em relação ao tratamento de dados, de forma que entendemos ser desnecessário acatá-la.

As emendas, de nºs 06 e 09 enfatizam aspectos contidos na resolução conjunta do CNJ e CNMP, cujo acolhimento integral já é previsto no art. 2º da proposição, o que torna as alterações redundantes, como é o caso da emenda nº 9, que reproduz o previsto no art. 4º da mencionada resolução; e da emenda nº 06, que traz o mesmo tema do art. 9º da resolução. Por verificar que as alterações buscadas já se encontram atendidas no art. 2º da proposição, rejeitamos essas emendas.

Em relação a Emenda nº 10, entendemos que o projeto não atenta contra o poder regulamentar atribuído à Presidência da República, nem poderia fazê-lo, mas apenas indica o caminho da regulamentação, visando garantir a fiel execução do texto da lei. Por esse motivo, também rejeitamos a sugestão.

Por fim, no caso da Emenda nº 11 a sugestão é meritória, mas entendemos que as medidas propostas devem constar da regulamentação, uma vez que se trata de detalhamento de regras a serem observadas por órgãos da Administração Pública.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.298 de 2019, com a **rejeição** das emendas de nºs 1 a 11.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



SF/21863.25638-65





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1360, DE 2021

Retirada de tramitação das Emendas nºs 7 e 8 - PLEN, apresentadas ao PL nº 6298/2019.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeiro a retirada de tramitação das emendas nº 7 e 8 de autoria do Senador Alessandro Vieira ao PL 6298/2019.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021

Senador ALESSANDRO VIEIRA
Líder do Cidadania





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1366, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 10 - PLEN, apresentada ao PL nº 6298/2019.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 10-PLEN do PL 6298/2019, que “institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL

Ofício BLPPP nº 15/2021

Brasília, 12 de abril de 2021

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para indicar o Excelentíssimo Senhor Senador Alexandre Luiz GIORDANO – PSL/SP, nas seguintes vagas das Comissões cuja relação segue abaixo:

- Comissão de Assuntos Econômicos – CAE: Titular;
- Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI: Titular;
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ: Suplente;
- Comissão de Assuntos Sociais – CAS: Titular;
- Comissão de Meio Ambiente – CMA: Suplente; e
- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE: Suplente.

Atenciosamente,

Senador LASIER MARTINS
Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
BRASÍLIA/DF



SF/21435.33481-08



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 11/2021/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 8.190, de 2014, do Senado Federal (PLS nº 1, de 2012), que “Denomina Rodovia José Pereira Alvarez o trecho da rodovia BR-287 entre as cidades de São Borja e Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 29.03.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Documento eletrônico assinado por Luciano Bivar (PSL/PE), através do ponto SDR_56150, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 4 7 2 5 6 9 5 6 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 12/2021/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 8.192, de 2014, do Senado Federal (PLS nº 4, de 2013), que “Denomina Passarela Eurico da Costa Carneiro a passarela situada no Km 140 da rodovia BR-153, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 29.03.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Documento eletrônico assinado por Luciano Bivar (PSL/PE), através do ponto SDR_56150, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 13/2021/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 8.219, de 2014, do Senado Federal (PLS nº 379, de 2012), que “Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 29.03.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Documento eletrônico assinado por Luciano Bivar (PSL/PE), através do ponto SDR_56150, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 14/2021/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 5.659, de 2016, do Senado Federal (PLS nº 26, de 2016), que “Altera o art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a remessa de patrimônio genético ao exterior em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 29.03.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Documento eletrônico assinado por Luciano Bivar (PSL/PE), através do ponto SDR_56150, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 15/2021/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 7.610, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 178, de 2016), que “Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 29.03.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Documento eletrônico assinado por Luciano Bivar (PSL/PE), através do ponto SDR_56150, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 19/2021/PS-GSE

Brasília, 12 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, com emenda de redação e a inclusão do art. 6º do texto da Câmara dos Deputados, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 12.04.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217836657300>



- nº 11, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2012;
- nº 12, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2013;
- nº 13, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012;
- nº 14, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016; e
- nº 15, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2016.
- nº 19, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020.

As matérias vão ao Arquivo.



Prejudicialidade



Tendo em vista o falecimento do autor dos Requerimentos de informação n^{os} 1739 e 2747, de 2020, a Presidência declara todos prejudicados, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1356, DE 2021

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para dispor sobre o pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo.

AUTORIA: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para dispor sobre o pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

“**Art. 38-A.** O pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo, poderá ser concedido monocraticamente, mas apenas terá eficácia, fora do período de recesso, após a confirmação do Plenário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estipula, em seu art. 2º, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. A independência e a harmonia são asseguradas mediante uma série de mecanismos denominados de sistema de freios e contrapesos – mecanismos de controle recíproco que asseguram a não prevalência de um Poder sobre os demais.

Especificamente no caso de pedidos de tutela de urgência formulados perante o Supremo Tribunal Federal, relacionados à impugnação de atos praticados pelos demais Poderes, tem-se verificado uma verdadeira proliferação de decisões monocráticas que, muitas vezes, retiram do mundo jurídico até mesmo atos praticados pelos dirigentes dos demais Poderes. O




SF/21777.63053-90

resultado é o comprometimento da harmonia entre os Poderes, em afronta ao sistema de freios e contrapesos desenhado pelo poder constituinte.

Com o objetivo de privilegiar a necessária harmonia entre os Poderes, este Projeto de Lei confere maior ênfase à atuação colegiada do Supremo Tribunal Federal, especificamente no que concerne aos pedidos de tutela de urgência relativos a atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo. Excepciona-se dessa regra os pedidos formulados durante os períodos de recesso, hipótese em que a decisão poderá ser proferida monocraticamente e terá eficácia imediata.

A exigência de decisão colegiada para fins de concessão de tutela de urgência já é prevista na legislação pertinente ao controle concentrado de constitucionalidade – a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, prevê em seu art. 10 que a medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, salvo no período de recesso.

Consideramos que também no caso previsto neste Projeto de Lei a concessão da tutela de urgência deve, em regra, competir ao Plenário da Corte.

Certos da relevância deste Projeto para a maior harmonia entre os Poderes, contamos com o decisivo apoio dos nobres Pares para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,



Senador ROBERTO ROCHA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.038, de 28 de Maio de 1990 - Lei dos Recursos Extraordinário e Especial - 8038/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8038>
- Lei nº 9.868, de 10 de Novembro de 1999 - Lei do Controle de Constitucionalidade; Lei de Inconstitucionalidade; Lei da Adin - 9868/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9868>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1357, DE 2021

Dispõe sobre a assistência médica e fisioterapêutica às pessoas recuperadas da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Dispõe sobre a assistência médica e fisioterapêutica às pessoas recuperadas da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).



SF/21125.83417-20

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Atenção à Saúde Física Integral Pós-covid-19 (PASFICOV), direcionada às pessoas recuperadas da covid-19, para tratamento das sequelas físicas por elas desenvolvidas.

Art. 2º As sequelas físicas desenvolvidas serão tratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que definirá modelos de intervenção em assistência médica, fisioterapêutica e exames a serem disponibilizados à população.

Parágrafo único. O desenvolvimento dos modelos de assistência médica e fisioterapêutica referidos no *caput* será adequado à abordagem das pessoas recuperadas da covid-19.

Art. 3º As ações e os serviços oferecidos no âmbito do PASFICOV serão implementados e executados por meio de equipes multidisciplinares, em consonância com os regimentos dos conselhos profissionais.

§ 1º Para a operação do PASFICOV serão utilizados os recursos humanos e materiais que, de forma direta ou indireta, já estejam à disposição do SUS, além de outros que poderão ser contratados para essa finalidade específica, inclusive quanto ao desenvolvimento de ferramentas digitais, como aplicativos desenvolvidos para equipamentos eletrônicos, a fim de que o máximo de pacientes seja assistido.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

§ 2º O PASFICOV facilitará, quando possível e tecnicamente adequado, a utilização de atendimentos por meio de telessaúde.

Art. 4º O órgão de direção nacional do SUS promoverá cursos de capacitação para os profissionais envolvidos na realização de ações e serviços oferecidos no âmbito do PASFICOV, a partir de estratégias fundamentadas em evidências científicas que garantam abordagem técnica, ética e eficaz das questões relacionadas às sequelas físicas da covid-19.

Art. 5º Será parte integrante do PASFICOV a realização de campanhas de conscientização sobre a importância da identificação e do tratamento de sequelas físicas relacionadas à covid-19, inclusive com utilização da busca ativa.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) é a maior emergência de saúde pública enfrentada pela humanidade em décadas.

O prazo de recuperação da doença, para os casos leves a moderados, varia bastante, mas leva cerca de duas a seis semanas. Entretanto, há relatos de pacientes com sintomas persistentes, que podem durar muito mais tempo, às vezes meses depois do contágio, e de outros que apresentam sequelas físicas respiratórias, renais, circulatórias e neurológicas, entre outras, que podem ser permanentes ou de longa duração.

A covid-19 é uma doença infecciosa altamente contagiosa e que pode causar disfunção física nos pacientes afetados. Portanto, o processo de reabilitação é fundamental durante o tratamento clínico e após a cura.

Depois de superar a doença, é preciso investigar e tratar possíveis sequelas, que muitas vezes evoluem sem dar sinais, resultando

SF/21125.83417-20



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

em danos graves à saúde. Embora mais frequente em pacientes hospitalizados, as sequelas da covid-19 são encontradas até em pacientes que tiveram apenas sintomas leves ou foram assintomáticos.

Nesse contexto, faz-se necessário um investimento em protocolos de atendimento que atinjam o maior número possível de pessoas sob o estresse da pandemia, almejando diminuir ou atenuar as sequelas que essa terrível doença vem ocasionando em suas vítimas. A oferta de terapias nas searas médica e fisioterapêutica podem proporcionar uma recuperação integral da sociedade e abrandar os efeitos negativos que os pacientes da covid-19 e seus entes queridos carregarão pelo resto da vida.

Atendimentos online precisam ser facilitados, sem exclusão do atendimento presencial; aplicativos que possibilitem, de forma remota, gerenciar consultas e administrar testes fisioterapêuticos que contribuam favoravelmente para o atendimento dos problemas em saúde física, bem como o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre tratamento dos indivíduos afetados pela quarenta e os isolamentos prolongados, serão importantes ferramentas para manejo desse desafio.

Reconhecemos que o Sistema Único de Saúde (SUS) possui amplo alcance em seus serviços e foi o maior responsável pela recuperação dos milhões de brasileiros que superaram a doença, mostrando-se como política essencial para a reestruturação social e econômica do Brasil. Por isso, cabe ao SUS desenvolver e prestigiar o tratamento das pessoas recuperadas da covid-19, assim como oferecer suporte àquelas que perderam entes queridos pela doença.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER

PT – BA



SF/21125.83417-20





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1363, DE 2021

Acrescenta §9º ao artigo 57 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze



SF/21020.73767-52

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Acrescenta §9º ao artigo 57 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

.....

.....

§ 9º Não será devida a contribuição social adicional de que trata o §6º deste artigo quando a adoção de medidas de proteção coletiva ou individual neutralizarem ou reduzirem o grau de exposição do trabalhador a níveis legais de tolerância, de forma que afaste a concessão da aposentadoria especial, inclusive em relação ao agente nocivo ruído." (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Art. 2º Aplica-se ao disposto no art. 1º o caráter interpretativo de que trata o art. 106 do Código Tributário Nacional – CTN – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade acrescentar o § 9º ao artigo 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

A Lei nº 8.213, de 1991, em seus artigos 57, 58 e 59, regulamenta a aposentadoria especial, a que tem direito os segurados sujeitos a condições prejudiciais à saúde ou integridade física durante 15, 20 ou 25 anos e prevê que o custeio desse benefício se dará pelo empregador, por meio do recolhimento do acréscimo de 12%, 9% ou 6%.

O intuito do PL é desonerar os empregadores do pagamento da contribuição prevista no parágrafo sexto do artigo 57 da Lei nº 8.213/91, quando a adoção de medidas coletivas ou individuais neutralizarem ou reduzirem o grau de exposição do trabalhador a níveis legais de tolerância, pois nesses casos não haverá concessão da aposentadoria especial não tendo necessidade de custeio.

Cabe observar que, na legislação trabalhista, o uso comprovado do EPI eficaz afasta o direito do empregado de receber adicional de insalubridade.

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, no artigo 191, dispõe que se pode eliminar o pagamento do adicional de insalubridade desde que o empregado faça uso de EPI, EPCs ou medidas administrativas, e que isso diminua a exposição do trabalhador ao agente agressivo, *in verbis*:

“Art. 191 - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:



SF/21020.73767-52





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.”

Na mesma linha da Consolidação da Leis do Trabalho tem-se a NR 15:

15.4.1 A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

Assim, o entendimento constante na legislação é no sentido de que a utilização de equipamento de proteção elimina ou neutraliza a insalubridade e incumbe ao empregador fornecer ao empregado a tecnologia necessária e disponível para que seja atenuada ou eliminada a exposição aos agentes nocivos.

O empregador deve observar a regulamentação formal quanto ao equipamento em si, essencialmente se possui o Certificado de Aprovação e é adequado para o risco, exigiro uso, substituí-lo quando preciso, cuidar da higienização, registrando todas as informações em fichas do empregado ou similares.

Considerando que o EPI é capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional ao cômputo do tempo de serviço especial, por consequência o trabalhador não terá direito a aposentadoria especial e, portanto, não cabe ao empregador realizar o recolhimento da contribuição prevista no parágrafo sexto do artigo 57 da Lei nº 8.213/91.

Como dito anteriormente, a eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá com a utilização de equipamentos de proteção, **inclusive em relação ao agente nocivo ruído**. Sendo esse o entendimento da legislação, também, não há que se falar em pagamento de contribuição social adicional se os trabalhadores utilizarem EPI's eficazes.

A presente alteração tem, como objetivo, incentivar os empregadores a investirem em saúde e segurança do trabalho, buscando a eliminação ou neutralização da insalubridade em relação ao agente nocivo ruído.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Vale ressaltar, que o o art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, ao determinar que a empresa deve elaborar laudo que contenha os agentes nocivos a que seus trabalhadores estão expostos, prevê, em seu § 2º, que o referido laudo especificará as medidas adotadas pela empresa, no sentido de eliminar a ação do agente nocivo sobre a saúde do trabalhador.

O laudo elaborado na forma do art. 58 somente especificará os agentes nocivos à saúde do trabalhador, quando não houver, por parte da empresa, o fornecimento de equipamentos de proteção individual ou coletivo que elidam a ação do agente nocivo sobre a saúde do empregado.

Entendemos que a alteração aqui proposta já tem previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto interpretações da legislação mantém a obrigatoriedade, mesmo que a empresa adote as medidas de proteção individual ou coletiva que elidam ou reduzam a níveis legais a ação do agente insalubre.

Ante o exposto, se faz necessária a alteração da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para esclarecer, definitivamente, que não será devida a contribuição social adicional.

Sala das Sessões, em de abril de 2021

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas / RS

CSC



SF/21020.73767-52



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - 5172/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5172>
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
 - artigo 57
 - parágrafo 6º do artigo 57
 - artigo 58





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1372, DE 2021

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

SF/21740.78618-21

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar acrescido do seguinte art. 461-A:

“Art. 461-A. É assegurado ao trabalhador, inclusive por meio de representantes, requerer de seu empregador o detalhamento da estrutura de remuneração vigente na empresa, bem como do plano de cargos e salários, quando houver.

§ 1º As regras e critérios adotados no âmbito da empresa e de seu plano de cargos e salários, quando houver, para a determinação dos níveis salariais e remuneratórios deverão ser igualitárias entre homens e mulheres, e acessíveis aos empregados.

§ 2º Empresas com mais de cinquenta empregados divulgarão para seus empregados, ao menos uma vez no ano, sua estrutura de remuneração, acompanhada de estatísticas sobre a distribuição, por sexo, de funções, de cargos e de faixas salariais, resguardadas as informações que permitam a identificação individual de empregados.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 3º Empresas com duzentos e cinquenta empregados ou mais promoverão periodicamente auditoria interna a fim de avaliar eventual desigualdade remuneratória por sexo.

§ 4º. Caso a auditoria prevista no § 3º identifique diferença salarial superior a 5% entre os sexos, por trabalho nos termos do “caput”, a empresa deverá justificá-la de maneira objetiva.

§ 5º. A oferta de vaga por empresa com mais de cinquenta empregados deve ser acompanhada pela informação do valor inicial do salário, independentemente de solicitação pelo interessado na vaga, sendo vedado ao empregador requerer o histórico salarial do candidato.

§ 6º. O descumprimento do disposto no “caput” e nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º 5º, bem como a ausência de justificativa objetiva prevista no § 11, sujeitam a empresa a termo de ajustamento de conduta e, a prosseguir o descumprimento, a multa administrativa nos termos do art. 401, sem prejuízo da multa judicial de que trata o art. 461

§ 7º. As informações de que tratam o “caput” e § 1º poderão ser protegidas por cláusula de confidencialidade, e nesse caso somente poderão ser utilizadas para a defesa de direito individual ou coletivo a igual pagamento para trabalho igual.

§ 8º. As informações estatísticas de que trata o § 3º integrarão os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, nos termos do regulamento.” (NR)

Art. 3º O art. 822 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 822.** As testemunhas não poderão sofrer demissão, prejuízo de sua proteção jurídica ou qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.” (NR)

Art. 4º Fica instituído o Dia Nacional da Igualdade Salarial, a ser celebrado anualmente no dia 25 de maio.

SF/21740.78618-21



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É com pesar que constatamos que, em pelo século XXI, prossegue a diferença salarial entre mulheres e homens. O tema é antigo, mas o problema persiste. E não estou a falar de remunerações diferentes para funções distintas. Não! Falo de remunerações diferentes para trabalhos iguais.

A desigualdade entre homens e mulheres é um problema mundial e voltou a crescer após uma década de avanços. Um estudo do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2017 concluiu que se as mudanças não acelerarem, não será possível eliminar a diferença econômica global entre mulheres e homens nos próximos dois séculos.

No Brasil, apesar de o artigo 7º da Constituição Federal garantir igualdade de salários entre os gêneros, idade, cor ou estado civil, um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 mostrou que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa.

De acordo com o estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, divulgado em 4 de março de 2021, em 2019 as mulheres receberam 77,7%, ou pouco mais de $\frac{3}{4}$, do rendimento dos homens no País. Apesar de um maior número de mulheres deter diploma de curso superior, sendo que na faixa-etária entre 25 e 34 anos, 25,1% das mulheres concluíram o nível superior, contra 18,3% dos homens, a diferença nesse segmento é de 6,8 pontos percentuais. A pesquisa aponta que apenas 34,7% dos cargos gerenciais do país eram ocupados pelo sexo feminino. Em 2019, a Desigualdade de rendimentos do trabalho (CMIG 13) era maior entre as pessoas inseridas nos grupos ocupacionais que auferem maiores rendimentos, como Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais, grupos nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens. De acordo com o IBGE, nas Regiões Sudeste e Sul, as mulheres recebiam em média, 74,0% e 72,8%, respectivamente, do rendimento dos homens. Nas Regiões Norte e Nordeste, onde os rendimentos médios foram mais baixos para homens e mulheres, as desigualdades eram menores.

SF/21740.78618-21



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Na Diretiva 2006/54/CE, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional, o Parlamento Europeu reconhece que o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de igual valor constitui um importante aspecto do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres:

Nesse sentido, a referida Diretiva destaca que garantir igualdade de acesso ao emprego e à formação profissional pertinente é fundamental para a aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho. E alerta que qualquer exceção a este princípio deve circunscrever-se às atividades profissionais que implicam o emprego de uma pessoa de um determinado sexo por razões da sua natureza ou do contexto no qual são realizadas, desde que o objetivo prosseguido seja legítimo e conforme com o princípio da proporcionalidade.

Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de iniciativas de enfrentamento a essa questão em nosso País. Nesse sentido, além da implementação de políticas e de medidas que visem a superação desse desequilíbrio, também é necessária a instituição de data nacional destinada a debater a importância da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de igual valor entre homens e mulheres.

Em 2017, a Lei nº 13.467 trouxe várias inovações legislativas que preveem a igualdade salarial entre mulheres e homens. Neste ponto, tratou-se de alterações alvissareiras. Ela trouxe medidas importantes e necessárias, como, por exemplo, a previsão da inversão do ônus da prova, a qual cabe ao empregador quando a reclamação tratar de prejuízo a direito formal do trabalhador. Mas, passados alguns anos, verificamos que mais ainda pode ser feito. Aquela lei, por exemplo, não trouxe algumas obrigações a serem dadas às empresas a fim de se trilhar o rumo da igualdade salarial.

Nesse sentido, observamos a recente proposta debatida pelos Parlamento e Conselho Europeus. Trata-se de regras, a serem recomendadas aos seus integrantes, com vistas a fortalecer a aplicação do princípio da igual remuneração por igual trabalho entre homens e mulheres, o que se espera atingir por meio de mecanismos de transparência e de cogência.

Nos Estados Unidos da América, o dia 24 de maio foi proclamado pelo Presidente Joseph Biden o Dia Nacional da Igualdade de Salários. Nessa

SF/21740.78618-21



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

data, em 2021, o Presidente estadunidense destacou que o Dia Nacional da Igualdade de Salários é uma lembrança de que ainda resta muito a ser feito para avançar a equidade e garantir que todos, homens e mulheres, tenham a oportunidade de atingir seu potencial, para renovar o compromisso com os princípios de equidade e igualdade de oportunidades. Segundo Biden, a data “é uma representação simbólica de quão longe as mulheres devem trabalhar até este ano para alcançar o que os homens fizeram no ano anterior”, destacando que, nos EUA, as mulheres recebem apenas 82 centavos de dólar por cada dólar pago aos homens brancos, enquanto as mulheres negras, indígenas ou hispânicas, recebem 63%, 60% e 55%, apenas, do que recebem os homens brancos. E convoca o povo a reconhecer o pleno valor das habilidades das mulheres e suas contribuições significativas para a força de trabalho, reconhecer a injustiça da desigualdade salarial e unir esforços para alcançar a igualdade salarial.

No plano internacional, ainda, a Organização das Nações Unidas definiu o dia 18 de setembro como o Dia Internacional da Igualdade Salarial, celebrado pela primeira vez em 2020, representando os esforços de longa data para a realização da igualdade de remuneração por trabalho de igual valor e reiterando o compromisso das Nações Unidas com os direitos humanos e contra todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação contra mulheres e meninas. Destaca a ONU que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abordam a necessidade de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, promover o trabalho decente e o crescimento econômico, buscando emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e pessoas com deficiência, e salário igual para trabalho de igual valor. Assim, alcançar a igualdade de remuneração é um marco importante para os direitos humanos e a igualdade de gênero, o que demanda o esforço de toda a comunidade mundial. Por isso, a ONU, incluindo a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) convidam os Estados Membros e a sociedade civil, organizações de mulheres e comunitárias e grupos feministas, assim como empresas e organizações de trabalhadores e empregadores, a promover a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor e o empoderamento econômico de mulheres e meninas.

Inspirados em tais iniciativas, trazemos à apreciação do Congresso Nacional o presente projeto de lei que, sem alterar o espírito da CLT e sem inchá-la desnecessariamente, apresenta breves e necessárias inovações legais

SF/21740.78618-21



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

que darão conhecimento e força para os trabalhadores, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Em suma, tratamos de obrigar empresas a facultarem a seus empregados o acesso à estrutura salarial que praticam, de forma que os empregados não se sintam no escuro ou enganados. Uma vez que tenham tal conhecimento, podem se sentir seguros de que um viés de gênero não é aplicado por ora da concessão do salário a seus colegas de trabalho. E, com tal transparência, podem pleitear correções e mesmo munir-se de elementos para provar discriminação por motivo de sexo, como já prevê o § 6º do art. 461 da CLT.

Em favor da efetividade da norma, e reconhecendo-se a necessidade de cumprimento do art. 1º, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, as obrigações estabelecidas quanto a divulgação aos empregados da estrutura de remuneração, acompanhada de estatísticas sobre a distribuição, por sexo, de funções, de cargos e de faixas salariais, resguardadas as informações que permitam a identificação individual de empregados, e a realização de auditorias periódicas, somente serão exigidas no caso de empresas com mais de, respectivamente, 50 e 250 empregados.

A recente aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara nº130, de 2011, favorece esse debate, na medida em que foi estabelecida multa judicial, no caso da discriminação de gênero, correspondente a até 5 vezes a diferença salarial verificada.

Nos termos da presente proposta, se tornará efetiva a aferição da discriminação, e, inclusive, o acompanhamento das situações de discriminação pelos trabalhadores e suas representações, favorecendo, inclusive, o julgamento de reclamações que venham a ser levadas ao crivo da autoridade trabalhista ou do Poder Judiciário.

A data proposta para que seja celebrado o Dia Nacional da Igualdade Salarial é o dia 25 de maio, em virtude de ser esta a data da aprovação pelo Congresso Nacional do Decreto Legislativo nº 24, de 1956, que aprovou a Convenção nº 100, da Organização Internacional do Trabalho, que em seu art. 2º, 1, estabelece que “cada Membro deverá, por meios adaptados aos métodos em vigor para a fixação das taxas de remuneração, incentivar e, na medida em que tudo isto é compatível com os ditos métodos, assegurar a aplicação a todos os trabalhadores do princípio de igualdade de remuneração para a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor.”



SF/21740.78618-21



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Observamos que, dada a natureza da data a ser celebrada, não se aplica o disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece requisitos para que sejam definidas, no âmbito nacional, datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Não se trata, com efeito, de data “comemorativa”, no sentido dado por essa norma legal, mas de uma data nacional, que deverá remeter à luta para que o mandamento constitucional seja cumprido. Espelhamo-nos, ainda, na aprovação da Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2019, que “Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo”, e do Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que “Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down”, aprovado por esta Casa, os quais, igualmente, não foram condicionados ao disposto na referida Lei nº 12.345/2010.

Por essas razões, espero contar com o apoio dos nobres pares a esta proposta que ora apresento, no sentido de instituir o Dia Nacional da Igualdade Salarial, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de maio, e estabelecer normas para a garantia da efetividade da igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM**PT/RS**

SF/21740.78618-21



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 7º
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
 - parágrafo 6º do artigo 461
 - artigo 822
- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006;123>
 - parágrafo 3º do artigo 1º
- Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - LEI-12345-2010-12-09 - 12345/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12345>
- [urn:lex:br:federal:lei:2019;13652](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2019;13652)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2019;13652>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1385, DE 2021

Estabelece a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Estabelece a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei tem como objetivo estabelecer medidas destinadas a proteger o Estado Democrático de Direito.

Art. 2º A República Federativa do Brasil constitui Estado Democrático de Direito e cumpre a toda pessoa o dever de respeitar suas instituições, princípios e valores.

Art. 3º Qualquer atentado à ordem constitucional e ao Estado Democrático de Direito estará sujeito à responsabilização civil, administrativa e criminal.

Parágrafo único. Se o autor do atentado for agente político, estará também sujeito a responder por crime de responsabilidade.

Art. 4º Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito.

Parágrafo único. A manifestação de pensamento, a crítica aos poderes constituídos e aos seus integrantes, ou o movimento, reunião ou manifestação coletiva pacífica de protesto ou de reivindicação de direitos não constitui o crime de que trata este artigo.

Art. 5º Os crimes previstos nesta Lei serão investigados pela Polícia Federal e a ação penal, pública e incondicionada, será processada perante a Justiça Federal, ressalvadas as competências originárias previstas na Constituição Federal.

§ 1º Ficam sujeitos a esta Lei todos os atos nela definidos como crime cujas condutas tenham sido praticadas em território estrangeiro,



independentemente da nacionalidade do agente, ainda que absolvido ou condenado no exterior.

§ 2º Será cabível ação penal privada subsidiária da pública, se o Ministério Público, no prazo de quinze dias após a ciência da prática de crime previsto nesta Lei, não oferecer denúncia, não requisitar fundamentadamente o arquivamento do inquérito ou das peças de informação, ou ainda não requisitar a realização de investigações complementares.

§ 3º São legitimados para propor ação penal privada subsidiária:

I – qualquer cidadão;

II – partido político com representação no Congresso Nacional;

III – o Presidente da República;

IV – a Mesa da Câmara dos Deputados;

V – a Mesa do Senado Federal;

VI – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VII – entidade de classe ou associação de âmbito nacional.

DOS CRIMES CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL OU O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Insurgência

Art. 6º Tentar impedir ou dificultar, por meio de violência ou grave ameaça, o exercício de poder legitimamente constituído ou ainda alterar o governo ou a ordem constitucional estabelecida:

Pena – reclusão, de cinco a quinze anos, e multa, além da pena correspondente à violência ou à grave ameaça.

Parágrafo único. Se a ação prevista no *caput* efetivamente impedir ou dificultar o exercício de poder legitimamente constituído ou ainda alterar o governo ou a ordem constitucional estabelecida, a pena será reclusão, de 10 a 30 anos, e multa, além da pena correspondente à violência ou à grave ameaça.

Golpe de Estado



Art. 7º. Tentar, o agente público civil ou militar, depor o governo constituído ou impedir o funcionamento das instituições constitucionais:

Pena – reclusão, de quatro a dezesseis anos, e multa.

Conspiração

Art. 8º Associarem-se, duas ou mais pessoas, para a prática de insurreição ou de golpe de estado:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa

Traição

Art. 9º Entrar em conluio, entendimento ou negociação com governo ou organização estrangeira, ou indivíduos de outro país, com o objetivo de submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país:

Pena – reclusão, de três a doze anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, governo estrangeiro a promover guerra ou ato de hostilidade contra o Brasil.

Secessão

Art. 10º Tentar desmembrar parte do território nacional, por meio de grupo armado, com o objetivo de constituir território ou país independente, ou ainda se incorporar a outro país:

Pena – reclusão, de cinco a quinze anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Espionagem

Art. 11. Tentar obter documento ou informação sigilosa de interesse do Estado brasileiro, com o objetivo de fornecê-lo a governo ou organização estrangeira:

Pena – reclusão, de dois a dez anos, e multa.



§ 1º Incorre na mesma pena quem mantém ou participa de serviço de espionagem, ou ainda presta qualquer tipo de auxílio ao agente, com o objetivo de realizar a conduta prevista no *caput*.

§ 2º Se o agente efetivamente obtém o documento ou a informação e causa prejuízo ao Estado brasileiro, a pena é de reclusão de três a doze anos, e multa.

Atentado ao direito coletivo de manifestação ou de reunião

Art. 12. Tentar impedir, mediante violência ou grave ameaça, e sem justa causa, a livre manifestação do pensamento ou a liberdade de reunião de grupos ou partidos políticos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência ou à grave ameaça.

§ 1º Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão, de três a dez anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte:

Pena – reclusão, de cinco a quinze anos, e multa.

Atentado contra a liberdade de locomoção, a integridade física ou a vida de autoridade pública brasileira ou estrangeira no Brasil

Art. 13. Atentar contra a liberdade de locomoção, mediante o sequestro ou o cárcere privado, ou contra a integridade física do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Procurador-Geral da República, com o objetivo de impedir ou dificultar o exercício de poder legitimamente constituído ou ainda alterar a ordem constitucional estabelecida:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão, de oito a vinte anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos, e multa.



§ 3º Nas mesmas penas incorre quem comete o crime contra autoridade correspondente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como contra chefe de estado ou de governo estrangeiro, ou ainda representante de estado estrangeiro no País, que se encontrem no território nacional.

Apologia de fato criminoso ou incitação de crime

Art. 14 Fazer, publicamente, apologia de crime previsto nesta Lei ou incitar a sua prática:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Associação ou grupo armado

Art. 15. Associarem-se, duas ou mais pessoas, para a prática de crime previsto nesta Lei:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se a associação constitui grupo armado, civil ou militar, a pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Coação contra autoridade legítima

Art. 16. Constranger, mediante violência ou grave ameaça, por razões políticas, autoridade legítima a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda, no exercício das suas atribuições:

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 – Lei de Segurança Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Toda democracia necessita de meios legais e jurídicos que propiciem a sua autodefesa. Ainda que saibamos que a defesa da democracia deve ser realizada pela sociedade organizada e pelas instituições, mediante os movimentos que revelem a consciência democrática da nação e do povo,



6

esses movimentos necessitam de ferramentas jurídicas que sirvam para conferir eficiência ao seu propósito democrático.

No Brasil, a Constituição define, claramente, que a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o estado democrático são inafiançáveis e imprescritíveis.

Este projeto de lei se propõe não apenas a regulamentar a Constituição, mas também a substituir, no ordenamento jurídico nacional, a Lei de Segurança Nacional, elaborada em quadra histórica inteiramente diversa, quando, no ambiente da guerra fria, vigia no estado brasileiro a ideologia da segurança nacional.

A Lei de Segurança Nacional, em boa medida, especialmente quando sujeita cidadão civil à jurisdição da Justiça Militar, pelas infrações penais que elenca, não foi recepcionada pela Constituição, e o rito que descreve para processar os crimes que tipifica tampouco revelam o pleno acatamento da ampla defesa, do contraditório e dos meios a ele inerentes, como manda a Constituição.

Nesse contexto, e visando contribuir ao debate sobre a necessidade no Brasil de uma Lei de Defesa do Estado de Direito Democrático, apresentamos este projeto, para o qual solicitamos a devida atenção dos eminentes Pares, com vistas à sua apreciação, ao seu aperfeiçoamento e à sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)

SF/21510.99337-58





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1387, DE 2021

Suspende, em 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Suspende, em 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, no exercício de 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde.

Parágrafo único. Após o prazo de que trata o caput, a Agência Nacional de Saúde disporá sobre o pagamento retroativo dos reajustes, escalonando os valores, no mínimo, em 18 (dezoito meses).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Em 2020, as operadoras de plano de saúde tiveram ampliação do seu lucro. Uma das razões é que a pandemia implicou cancelamento de procedimentos diversos, como exames, consultas e cirurgias. A Tabela 1 mostra a queda significativa da taxa de sinistralidade ocorrida até o segundo semestre do ano passado.



Tabela 1 – Taxa de sinistralidade das operadoras médico-hospitais – 2007-2020

ANOS	Em R\$ Bilhões		Operadoras médico-hospitais
	Contraprestações efetivas (a)	Eventos indenizáveis Líquidos (b)	
			TAXA DE SINISTRALIDADE: ÍNDICE DE DESPESA ASSISTENCIAL (b)/ (a)
2007	50,8	40,9	0,8058
2008	59,3	47,6	0,8035
2009	64,4	53,5	0,8301
2010	72,6	58,9	0,8121
2011	82,3	67,9	0,8243
2012	92,9	80,0	0,8604
2013	106,5	89,8	0,8426
2014	123,8	105,2	0,8500
2015	140,4	118,7	0,8460
2016	158,5	135,6	0,8558
2017	176,0	149,1	0,8467
2018	192,1	159,8	0,8319
2019	207,6	172,8	0,8324
2020	215,1	167,7	0,7796

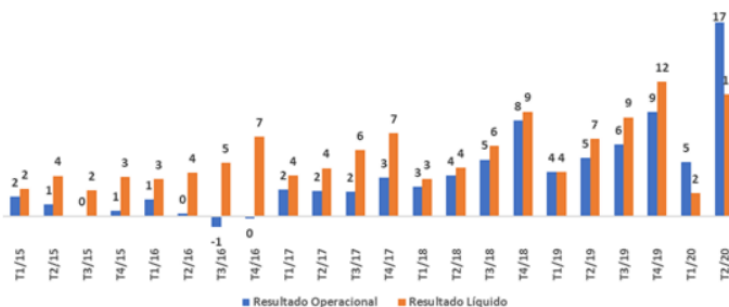
Fontes: DIOPS/ANS/MS - 30/11/2020, FIP - 12/2006 (ANS TABNET) e a partir de 2018 painel do "Prisma Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar.

SF/21872.90823-01

No segmento médico-hospitalar (com ou sem odontologia), as operadoras tiveram lucro líquido de R\$ 11 bilhões até o terceiro trimestre de 2020, resultado 57% maior em termos nominais quando comparado ao mesmo período de 2019 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Total de resultados acumulado no ano – 2015-2020

(em R\$ bilhões)



Fonte: DIOPS, T1/2015 até T2/2020.

Por outro lado, a crise sanitária em curso tem impactos econômicos severos sobre a população. Já são 14 milhões de desempregados e 32 milhões de pessoas subutilizadas. Diante da inação do governo, espera-se recessão com queda do PIB no primeiro semestre de 2021, o que deverá agravar a situação do mercado de trabalho.

Neste contexto, o projeto prevê suspensão dos reajustes dos planos de saúde em 2021, devendo a ANS dispor sobre pagamentos retroativos num período, no mínimo, de 18 meses. Vale lembrar que em particular os reajustes dos planos empresariais podem alcançar até 35% em 2021, mesmo



com a queda da renda em virtude da estagnação econômica e do elevado desemprego. Assim, caso não sejam suspensos os reajustes de 2021, é possível que parte dos consumidores sejam expulsos do mercado de planos de saúde, a exemplo do que se seguiu à recessão de 2015 e 2016 (Tabela 2), pressionando ainda mais o SUS que, em meio ao aumento da demanda, perde aproximadamente R\$ 28 bilhões na LOA de 2021 em relação aos valores executados em 2020.

Tabela 2 – Cobertura de planos de saúde – 2014-2018

TABELA 2

Cobertura de planos de saúde - 2014 / 2018

Mês/Ano	Usuários
dez/14	50.520.217
dez/15	49.280.351
dez/16	47.677.019
dez/17	47.157.725
dez /18	47.227.890

Fonte: Sistema de Informação de Beneficiários - SIB/Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - 09/2019.

Pede-se apoio aos pares ao presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador Paulo Rocha
PT/PA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde - 9656/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1388, DE 2021

Suspende o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2021

Suspende o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

SF/21740.79109-02

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica suspenso o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

§ 1º Os valores não pagos durante a suspensão referida no presente artigo serão incorporados ao saldo devedor, sem juros ou multas, e diluídos nas parcelas remanescentes do contrato, em período não inferior a 3 (três) anos, contados a partir do fim da suspensão dos pagamentos.

§ 2º Fica vedada a inclusão de mutuário em qualquer cadastro de inadimplentes em função da suspensão de pagamentos de que trata o caput.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Em meio ao negacionismo e à inação do governo, verifica-se o recrudescimento da pandemia do coronavírus no Brasil, com aumento do número de casos e óbitos por Covid.

A crise sanitária tem implicações também sobre a economia e a renda das famílias. Segundo dados da PnadC/IBGE, já são 14 milhões de desempregados e 32 milhões de subutilizados. A crise tende a se agravar, com queda do PIB no primeiro semestre de 2021 e elevação do desemprego, tendo em vista a insistência do governo em uma política de austeridade fiscal que limitou o auxílio emergencial e extinguiu diversos programas que, em 2020, reduziram os efeitos econômicos da crise, como o Pronampe e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.



Para mitigar o atual quadro econômico, o presente projeto prevê a suspensão do pagamento de seis parcelas de contratos de financiamento no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Os valores não pagos serão incorporados ao saldo devedor, sem juros ou multas, e diluídos nas parcelas remanescentes do contrato, em período não inferior a 3 anos, contados a partir do fim da suspensão dos pagamentos. O projeto também proíbe a inclusão de mutuário em qualquer cadastro de inadimplentes em função da suspensão de pagamentos.

O projeto contribui para ampliar a renda disponível das famílias, de modo a mitigar o impacto econômico da crise e da queda da renda do trabalho. Esta ampliação de renda é decisiva, inclusive, para as famílias compararem bens essenciais como alimentos e terem maior capacidade financeira de se proteger do vírus. Ou seja, o projeto terá efeitos econômicos, sociais e sanitários relevantes.

Pede-se aos pares a aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador Paulo Rocha
PT/PA



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2021

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2021***Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito e dá outras providências.***

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Egito, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – intercâmbio de experiências parlamentares;

IV - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional e dos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nesta ordem.



Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O início das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito remontam ao tempo do Brasil-Império, em 1871 o Imperador Dom Pedro II viajou ao Oriente Médio, e na ocasião fez uma visita oficial ao Egito. Anos antes, em 1863, o Brasil nomeara um cônsul-geral honorário em Alexandria.

Desde então, a relação bilateral entre as nações não parou de evoluir. Em 1922 o Brasil reconheceu a independência do Egito. Em 1924, o Decreto nº 16.397 estabeleceu as relações diplomáticas entre o Brasil e o Egito. Em 1953 a representação diplomática brasileira no Cairo foi elevada ao nível de Embaixada. Em 1960 houve a assinatura de um Acordo Cultural. Em 1973 foram assinados um Acordo Comercial e um Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Em 1976 o Egito abriu a sua embaixada em Brasília. Em 1991 foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins. Em 1996 ocorreu a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Turismo. Em 2003, 132 anos depois, um chefe de estado brasileiro voltou a visitar o Egito, Luiz Inácio Lula da Silva esteve em missão oficial e impulsionou a relação comercial entre os países.

Em 2004 e 2005 iniciaram-se as aproximações entre os blocos dos países da América do Sul e dos Países Árabes. Em 2010, o Egito tornou-se



SF/21920.94022-45

o segundo parceiro extra regional a assinar Acordo de Livre Comércio (ALC) com o MERCOSUL

Consequência dessa construção diplomática, as missões oficiais entre os países ficaram muito frequentes, o que rendeu frutos comerciais e culturais. Finalmente, em 2013, um chefe de estado do Egito visitou o Brasil pela primeira vez. Ambos países se mostram muito interessados em manter firme a relação bilateral iniciada por Dom Pedro II. A última visita oficial de uma autoridade brasileira ao Egito foi em 2019, com a ida da ministra da Agricultura do Brasil, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, ao Egito.

Em números atualizados, essa relação bilateral movimentava cerca de 2 bilhões de dólares em mercadorias. O Egito é o principal destino das exportações brasileiras na África. E o segundo maior comprador Árabe dos produtos brasileiros.

Com quase 100 milhões de habitantes e com relevante peso econômico, o Egito vem desempenhando um papel de protagonista na região. Localizado no nordeste da África e porta de entrada do Oriente Médio, o Egito é um importante difusor da cultura árabe, por meio de sua literatura, cinema, televisão e música.

Para o comércio internacional sua participação é vital. Controla o Canal de Suez, um dos mais importantes corredores logísticos do mundo, responsável por Cerca de 12% do comércio global. Aproximadamente 1 milhão de barris de petróleo e em torno de 8% do gás natural liquefeito passam pelo canal todos os dias.

Brasil e Egito possuem muitas semelhanças. São potências regionais, possuem economia diversificada, grande população e enfrentam os desafios e obstáculos dos países em desenvolvimento. Manter e fortalecer as relações



bilaterais entre os países é dever a ser desempenhado por todas as esferas de Poder, o Grupo Parlamentar Brasil-Egito cumprirá esse propósito.

SENADOR JEAN PAUL PRATES

PT/RN



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:congresso.nacional:regimento.interno:1970;1970](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:congresso.nacional:regimento.interno:1970;1970)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:congresso.nacional:regimento.interno:1970;1970>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2021

Permite o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito nas modalidades remota e semipresencial durante a pandemia da Covid-19.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021**

Permite o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito nas modalidades remota e semipresencial durante a pandemia da Covid-19.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Durante a pandemia da Covid-19, as comissões parlamentares de inquérito instaladas no Senado Federal, com base nos arts. 145 e seguintes do Regimento Interno, ficam autorizadas a funcionar na modalidade remota.

Parágrafo único. As comissões parlamentares de inquérito ficam, ainda, autorizadas a funcionar de forma semipresencial, caso os riscos e dificuldades causados pela pandemia da Covid-19 sejam reduzidos a ponto de se viabilizar a adoção dessa modalidade.

Art. 2º As reuniões de comissão parlamentar de inquérito realizadas na modalidade remota, nos termos do *caput* do art. 1º, observarão as seguintes diretrizes:

I – as reuniões serão virtuais, realizadas por meio do Sistema de Deliberação Remota e convocadas para dia e horário previamente comunicado com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas;



II – o funcionamento da comissão será definido pela respectiva Presidência, em especial a ordem dos depoimentos e oitivas e o momento em que será iniciada cada votação;

III – no caso da realização de votações secretas pela comissão, serão instalados totens na portaria da garagem e na Chapelaria, para que os membros, em especial os senadores em grupo de risco, possam exercer seu direito ao voto sem necessitar entrar no edifício do Senado Federal;

IV – a transmissão de imagens e a captura de fotos nas dependências da comissão serão realizadas exclusivamente via Agência/TV Senado;

V – o Presidente da comissão poderá facultar ao senador relator que leia trechos de seu relatório, sem prejuízo de sua prévia e tempestiva publicação.

Art. 3º As reuniões de comissão parlamentar de inquérito realizadas na modalidade semipresencial, nos termos do parágrafo único do art. 1º, observarão, além do disposto nos incisos III a V do art. 2º, as seguintes diretrizes:

I – o funcionamento da comissão será definido pela respectiva Presidência, em particular:

- a) o acesso ao plenário da comissão;
- b) a forma como as autoridades e pessoas convocadas ou convidadas se apresentarão (se presencialmente ou por via remota);
- c) a ordem dos depoimentos e oitivas;
- d) o momento em que será iniciada cada votação no âmbito da comissão.

II – as regras de acesso ao plenário da comissão serão encaminhadas previamente por escrito à Secretaria de Polícia Legislativa, para que execute as medidas de controle e fiscalização;

III – o acesso à comissão será reservado a senadores, deputados federais e o número indispensável de funcionários da Secretaria-Geral da



SF/21203.47061-28

Mesa, da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Polícia Legislativa;

IV – o acesso à comissão será controlado por policiais legislativos, que poderão impedir a entrada de quem não estiver autorizado;

V – o distanciamento social será realizado por meio da limitação de cadeiras, de forma a se garantir o limite físico de segurança;

VI – será franqueado o espaço do corredor da comissão às assessorias de imprensa e imprensa credenciada, mediante prévia solicitação à Secretaria-Geral da Mesa, obedecidas a lotação do espaço e as normas de distanciamento;

VII – os senadores que integrarem o grupo de risco estarão dispensados da presença, nos termos do Ato do Presidente nº 4, de 16 de março de 2020.

Art. 4º Durante as reuniões remotas de comissão parlamentar de inquérito, os membros usarão da palavra e participarão de votações ostensivas por meio do Sistema de Deliberação Remota.

Parágrafo único. Nas reuniões semipresenciais de comissão parlamentar de inquérito aplica-se o disposto no *caput* aos membros que estiverem fora das dependências do Senado Federal, reservando-se o voto nas deliberações secretas aos senadores que estiverem fisicamente nas dependências do Senado Federal.

Art. 5º Na hora da reunião, remota ou semipresencial, os membros da comissão receberão endereço eletrônico por meio do qual poderão conectar-se à reunião virtual.

Art. 6º Proposições e documentos legislativos deverão ser apresentados remotamente, por sistema de protocolo eletrônico, e publicados na página eletrônica da comissão.

§ 1º O recebimento de proposições e documentos legislativos pela comissão será automático e considerado etapa preliminar da publicação e disponibilização, devendo ser registrada a autoria em nome do parlamentar remetente.



§ 2º Na hipótese de proposição e documento legislativo com prazo de recebimento, somente serão recebidos aqueles cujos prazo e hora de envio forem tempestivos.

§ 3º É responsabilidade do remetente acompanhar o devido recebimento da proposição ou documento legislativo enviado para a comissão.

§ 4º O envio de documento e proposição legislativa é irrevogável, podendo haver, no entanto, sua retirada por requerimento autônomo.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Resolução do Senado Federal que ora apresentamos tem por objetivo assegurar a instalação e o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito (CPI) durante a pandemia da Covid-19 que vem se agravando de maneira alarmante neste país.

A função fiscalizadora do Poder Executivo é atribuição inafastável do Poder Legislativo e seu exercício não pode ser inviabilizado pela inocorrência de reuniões presenciais por parte de suas Casas. Tampouco é razoável que se exija, neste período de colapso na saúde e de total falta de controle no contágio pelo coronavírus, o comparecimento físico dos membros de CPI, bem como de autoridades e pessoas convocadas ou intimadas, especialmente o daqueles que integram o grupo de risco.

Dessa forma, tendo em vista as dificuldades e riscos da realização de reuniões presenciais no momento, a proposição em tela estabelece regras que autorizam e regulam a realização de reuniões de CPI no Senado Federal durante a pandemia da Covid-19 de forma remota ou ainda de forma semipresencial, caso as adversidades sejam reduzidas e controladas a ponto de se viabilizar a adoção dessa última modalidade.

Tais regras se espelham em normas já adotadas por esta Casa desde o início da pandemia da covid-19, quais sejam, o Ato da Comissão Diretora nº 7, de 17 de março de 2020, que *institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal*; a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da





Mesa nº 14, de 21 de maio de 2020, que *dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de proposições e documentos legislativos de forma remota, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal*; e o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 15 de setembro de 2020, que *disciplina o funcionamento semipresencial do Senado Federal*.

Estamos convictos de que a medida permitirá o funcionamento pleno e regular de CPIs, em especial da que pretende apurar as ações do governo federal no enfrentamento da pandemia de covid-19 que já vitimou mais de trezentas e cinquenta mil pessoas no Brasil, inclusive as ações relacionadas à crise sanitária no Amazonas quando o estado passou por um colapso na rede de saúde com falta de insumos e oxigênio para os pacientes internados.

Afinal, as inúmeras e diárias notícias dos principais veículos de comunicação sobre doentes morrendo por falta de condições mínimas e de itens essenciais para o correto tratamento e própria sobrevivência revelam a necessidade de imediata apuração das ações e omissões do Poder Público Federal por esta Casa Legislativa e pronta resposta à sociedade, uma vez que já foi deferido pelo Ministro Roberto Barroso, no Mandado de Segurança nº 37.760, ajuizado no Supremo Tribunal Federal, pedido liminar para determinar a adoção das providências necessárias à criação e instalação da CPI, na forma do Requerimento SF/21139.59425-24.

Dada a relevância da proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI

Senador JOSÉ SERRA

Senador TASSO JEREISSATI



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 28, DE 2021

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Major Olimpio, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área da segurança pública e dos direitos humanos.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2020

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Major Olimpio, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área da segurança pública e dos direitos humanos.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Major Olimpio, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área da segurança pública e dos direitos humanos.

Art. 2º A Comenda, acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa, será concedida anualmente pela Mesa do Senado Federal a até três pessoas físicas ou jurídicas, durante sessão especialmente convocada para esse fim.

Art. 3º A indicação dos candidatos ou das candidatas, acompanhada de justificativa circunstanciada dos méritos do concorrente, será realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das pessoas agraciadas, será constituído o Conselho da Comenda Major Olimpio, composto por um Senador ou uma Senadora de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá a cada ano o período de recebimento das indicações, devendo a premiação das pessoas agraciadas ocorrer no mês de março, em referência ao mês de falecimento do Senador Major Olimpio.

Art. 5º Uma vez escolhidas as pessoas agraciadas, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo I - 9º andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: sen.randolfe.rodrigues@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Art. 6º Fica vedada a criação de cargos comissionados com fundamento na presente Comenda, que deverá ser secretariada pela estrutura da Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Sérgio Olímpio Gomes, conhecido como Major Olímpio, era natural de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo. Foi senador e deputado federal por um mandato, deputado estadual em São Paulo por dois mandatos e vereador na capital paulista por um mandato. Antes de se dedicar à carreira política, serviu como policial militar no estado de São Paulo por 29 anos.

Além de bacharel em ciências jurídicas e sociais, titulação obtida ao concluir da Academia do Barro Branco da Polícia Militar, exerceu as profissões de jornalista, professor de educação física e de técnica em defesa pessoal. Também foi instrutor de tiro. Major Olímpio foi presidente da Associação Paulista dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo e diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Antes de ingressar no PSL, em março de 2018, o senador já havia passado pelo Partido Verde, PDT e Solidariedade. O Senador Major Olímpio faleceu no dia 18 de março de 2021, vítima de complicações da Covid-19. Com 58 anos, ele deixou esposa e dois filhos.

Esta proposição busca, portanto, reconhecer a dedicação do Senador Major Olímpio bem como incentivar o desenvolvimento de relevantes trabalhos na área da segurança pública e da defesa dos direitos humanos no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE/AP

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo I - 9º andar
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: sen.randolfe.rodrigues@senado.leg.br



SF/21656.88725-03



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)


SF/21590.64506-50 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2021.

Senador Alessandro Vieira
(CIDADANIA - SE)
Vice-Líder do Cidadania

SF/21491.47656-08 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “visa a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2021.

Senador Jorge Kajuru
(CIDADANIA - GO)

SF/21885.70423-69 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura de apoio à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados, registrada no SEDOL SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2021.

Senador Fabiano Contarato
(REDE/ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder do Podemos



SF/21835.72255-91 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

REQUERIMENTO Nº , DE 2021



Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura de apoio à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. registrada no SEDOL SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2021.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB/SP)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2021.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



SF/21713.58375-23 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “tem por finalidade apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

JUSTIFICAÇÃO

Subcrevo a proposição.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2021.

**Senador Reguffe
(PODEMOS - DF)**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora LEILA BARROS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 2021.

Senadora Leila Barros
(PSB - DF)

SF/21209.39932-02 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE 2021

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura de apoio à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para investigar as causas do apagão elétrico ocorrido no Amapá no dia 3 de novembro de 2020 e que perdura sem solução até os dias atuais, *registrada no SEDOL SF/20505.25244-25*, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 2021.

Senador **Humberto Costa**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cid Gomes

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “constitui Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, de de .

Senador Cid Gomes
(PDT - CE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)




SF/21303.80788-69 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2021.

Senadora Eliziane Gama
(CIDADANIA - MA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL SF/21139.59425-24 da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados

Sala das Reuniões, 3 de fevereiro de 2021.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)
SF/21213.38017-26 (LexEdit*)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 49, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1371/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador

SF/21787.66094-15 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)




SF/21163.31926-31 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/211395942524, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2021.

Senadora Rose de Freitas
(MDB - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Serra

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2021.

Senador José Serra
(PSDB - SP)

SF/21705.75575-65 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2021.

Senador Weverton
(PDT - MA)
Líder do PDT no Senado Federal

SF/21114.39187-39 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2021.

Senadora Simone Tebet

SF/21300.70311-70 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer a criação de CPI para apurar as ações e omissões do Governo Federal ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para pacientes internados”.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2021.

Senador Tasso Jereissati
(PSDB - CE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 690, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1371/2021.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as ações do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil”.

Sala das Sessões, 1º de março de 2021.

Senador Oriovisto Guimarães
(PODEMOS - PR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1047, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS nº 1371/2021.

AUTORIA: Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21139.59425-24, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sala das Sessões, 16 de março de 2021.

Senador Jarbas Vasconcelos
(MDB - PE)



SF/21331.85543-20 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 718, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder

SF/21676.71932-76 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 719, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

Senador Jorge Kajuru
(CIDADANIA - GO)


SF/21743.98355-30 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 720, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE 2021



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, **subscrição eletrônica de apoio ao Requerimento para instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito proposto pelo Senador Eduardo Girão, com o nº SEDOL SF/21259.95668-45**, para *“apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2”*”.

Sala da Comissão, 2 de março de 2021.

SENADOR FLAVIO ARNS
(PODEMOS/PARANÁ)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 722, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “busca apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

Senador Alessandro Vieira
(CIDADANIA - SE)
Líder do Cidadania

SF/21293.95488-14 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 724, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Styvenson Valentim

REQUERIMENTO Nº , DE 2021



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão, SEDOL SF/21259.95668-45, para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2”.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 727, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2”.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

Senador Oriovisto Guimarães
(PODEMOS - PR)


SF/21069.97149-72 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 728, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “propõe a apuração de possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

JUSTIFICAÇÃO

Subcrevo a proposição.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

**Senador Reguffe
(PODEMOS - DF)**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 729, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da Covid 19”.

Sala das Sessões, 2 de março de 2021.

Senador Lasier Martins
(PODEMOS - RS)

SF/21039.41644-97 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 751, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Sala das Sessões, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

SF/21937.14732-26 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 764, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/2159.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Sala das Sessões, 3 de março de 2021.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)


SF/21029.22760-56 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 963, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)




SF/21992.18045-35 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/212599566845, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Sala das Sessões, 11 de março de 2021.

Senadora Rose de Freitas
(MDB - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1068, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “requer constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

SF/21789.74061-75 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1069, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº F/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 07 (sete) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Senadora Soraya Thronicke
(PSL - MS)

SF/21261.61034-06 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1076, DE 2021

Adição de assinatura ao RQS n° 1372/2021.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/21259.95668-45, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’”.

Sala das Sessões, 16 de março de 2021.

Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)
Senador

SF/21818.20862-82 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1359, DE 2021

Voto de aplauso ao Hospital Regional São Paulo - HRSP, de Xanxerê/SC.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

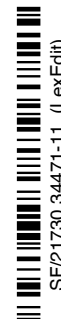
Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao **Hospital Regional São Paulo - HRSP de Xanxerê -SC**, pelos bebês que nasceram prematuros extremos com 26 semanas de gestação e receberam alta no último dia 7 (quarta -feira) de abril de 2021.

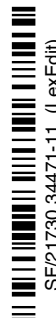
Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Após 112 dias internados na UTI Neonatal do HRSP (Hospital Regional São Paulo) de Xanxerê, no Oeste de Santa Catarina, os gêmeos Benjamim e Dominic Demarchi receberam alta na última quarta-feira (7). Os bebês nasceram prematuros extremos com 26 semanas de gestação e conquistaram a vitória da vida.

Mãe dos bebês, Letícia Demarchi, residente em Formosa do Sul, também no Oeste do Estado, deu entrada no hospital no dia 14 de dezembro. Com apenas 26 semanas, realizou o parto de emergência. Durante o tempo que permaneceram hospitalizados, os gêmeos e a família receberam todo o cuidado e suporte da equipe multiprofissional do setor de UTI Neonatal. Dominic nasceu com 810 gramas e Benjamim com 710 gramas e saíram do hospital com 3,050 kg e 3,110 kg, respectivamente.




SF/21730.34471-11 (LexEdit)

A enfermeira da UTI Neonatal Gessica Stocco, explicou que a prematuridade extrema ocorre quando os bebês nascem de 26 a 29 semanas de gestação. Bebês nascidos da 30ª até a 33ª semana são considerados prematuros moderados. Entre a 34 e 36 semana prematuridade leve e após isso o bebê já se encontra em condições adequadas para o nascimento.

Segundo ela, devido a prematuridade, os órgãos e sistemas não estão formados e com suas funções adequadas, as partes mais afetadas pela imaturidade do nascimento são: as partes neurológicas e pulmonares, além do risco de vida.

Importante ressaltar que os casos de nascimentos de prematuros extremos não são exclusivos de gemelares, porém é sim um fator predisponente.

Isso posto, requeiro que seja consignado VOTO DE APLAUSO ao Hospital Regional São Paulo - Xanxerê - SC e aos profissionais da área de saúde da UTI Neonatal por sua humanidade, determinação, afeto e dedicação com esses bebês em favor da saúde e da vida.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2021.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1362, DE 2021

Voto de aplauso ao Instituto de Pesquisas do Mato Grosso do Sul - IPEMS, por se destacar no ranking de Institutos de Pesquisa.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Instituto de Pesquisas do Mato Grosso do Sul - IPEMS, por se destacar no ranking de Institutos de Pesquisa.

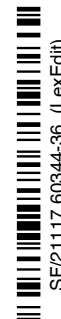
Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto de Pesquisas do Mato Grosso do Sul (IPEMS) ganhou força ao se destacar no ranking de Institutos de Pesquisa. O instituto ficou em 8º lugar no ranking, dentre 186 institutos avaliados nacionalmente.

Coordenado por Lauredi Borges Sandim, o instituto virou referência desde muitos anos pela credibilidade na avaliação dos números e no trabalho de campo. Lauredi defende a seriedade na realização das pesquisas, com técnicos e matemáticos experientes. IPEMS iniciou com pesquisas bem pontuais, mas devido ao sucesso do trabalho, a quantidade aumentou e acabou abrangendo todo estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**

SF/21117.60344-36 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1363, DE 2021

Retirada de tramitação do RQS nº 1340/2021.

AUTORIA: Senador Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1340/2021, que “desapensamento dos PL nº 1171/2021 e PL nº 12/2021”.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Otto Alencar
(PSD - BA)



SF/21487.90439-40 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1368, DE 2021

Tramitação conjunta do PL 1058/2021 e PL 6/2021

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



SF/21613.99408-66

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 258 e 260 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 1058/2021 com o PL 6/2021, por tratarem da mesma matéria, observando-se a ordem de precedência definida na alínea “b” do inciso II do referido art. 260.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto PL 6/2021 trata do mesmo objetivo de proteger empregos e renda e precede o PL 1058/2021.

Consideramos ser necessário a apensamento dos projetos aqui referenciados, conforme ordem de precedência, para que o tema seja tratado de forma completa.

Sala das Sessões,

Senador Paulo Rocha

Lider do Partido dos Trabalhadores





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1369, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre políticas públicas empreendidas pelo Ministério da Educação (MEC) direcionadas ao incremento da conectividade e da inclusão digital de estudantes das escolas públicas brasileiras.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre políticas públicas empreendidas pelo Ministério da Educação (MEC) direcionadas ao incremento da conectividade e da inclusão digital de estudantes das escolas públicas brasileiras.

Nesses termos, requisita-se detalhamento das ações, projetos e programas em andamento no MEC relacionados à conectividade e à inclusão digital, em que conste, no mínimo, descrição da proposta e indicação das instituições atendidas, da localidade onde estão instaladas, do número de alunos atendidos e dos valores despendidos.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei (PL) nº 3.477, de 2020, de autoria do deputado federal Idilvan Alencar, representa um importante mecanismo para minorar as precárias condições de conectividade enfrentadas pelos jovens estudantes brasileiros da

SF/21452.28693-89 (LexEdit)



escola pública. Aprovada nas duas Casas legislativas, a proposição foi vetada integralmente pelo Presidente da República, no último dia 18 de março.

Na Mensagem nº 81, são elencadas as razões para o Veto nº 10, de 2021. Dentre essas razões, alega-se que "o Governo Federal está empregando esforços para aprimorar e ampliar programas específicos para atender a demanda da sociedade por meio da contratação de serviços de acesso à internet em banda larga nas escolas públicas de educação básica, a exemplo do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), instituído pelo Decreto nº 9.204, de 2017, e do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), bem como do Programa Brasil de Aprendizagem, em fase de elaboração, no Ministério da Educação".

A realidade das escolas e dos estudantes durante a pandemia, entretanto, parece demonstrar que tais programas específicos não têm atingido os objetivos pretendidos pelo MEC. São inúmeros os relatos de alunos e de famílias que se encontram desamparados, sem acesso a *tablets*, celulares ou *internet*. Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em julho de 2020, concluiu que 38% dos alunos da região Norte, que moram em casas com três ou mais estudantes, estavam sem acesso aos conteúdos escolares (no Brasil, esse percentual é de 18%).

Essa situação, além de representar descumprimento do art. 6º da Constituição Federal (CF), que elenca, dentre os direitos sociais, o acesso à educação, também pode ter impactos significativos na intensificação da desigualdade social, hoje já tão calamitosa, inviabilizando não somente o exercício pleno de outros direitos por grande parte da população, mas também tornando inexequível o desenvolvimento sustentável do País.

Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de entender quais são e como funcionam os programas, projetos e ações desenvolvidos pelo MEC no exercício da assistência técnica e financeira a Estados e Municípios prevista no § 1º do art. 211 da CF, com vistas a dar atendimento satisfatório, em termos de conectividade, aos

SF/21452.28693-89 (LexEdit)



estudantes mais vulneráveis. É preciso entender sobretudo o alcance e a relevância de tais políticas públicas, a fim de conceber em que medida o veto ao PL nº 3.477, de 2020, pode representar deletério impedimento a que haja igualdade de acesso a recursos tecnológicos fundamentais para o ensino remoto no País.

Sala das Sessões, 23 de março de 2021.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1370, DE 2021

Realização de sessão especial para homenagear os 91 anos do ex-presidente José Sarney.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear o ex-presidente José Sarney que completa 91 anos neste mês de abril.

JUSTIFICAÇÃO

Lembrar a trajetória política de José Sarney é enaltecer a democracia.

Foi em 1985, quando ele assumiu a Presidência da República no lugar de Tancredo Neves, que duas décadas de ditadura militar chegaram ao fim. No início do mandato, outra conquista importante para o país: a Constituição de 1988. Avanços que exigiram uma engenharia política com envergadura, tolerância e diálogo.

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney é de Pinheiro, Maranhão. Nasceu no dia 24 de abril de 1930. Começou a vida pública aos 25 anos. Primeiro, como deputado federal. Foram três mandatos. Em seguida, José Sarney tornou-se governador do Maranhão, senador e presidente da República. Esteve aqui, no Senado Federal, ao longo de 39 anos e seis meses. Foram cinco mandatos. Sarney também presidiu quatro vezes esta Casa.

Em 2015, aos 83 anos, deixou a política após 60 anos de atuação. José Sarney também desenvolveu um extenso trabalho na literatura. Publicou poesias, romances e crônicas. Entre as obras estão "Marimbondos de Fogo" (1978), "O Dono

SF/21021.73761-02 (LexEdit)




SF/21021.73761-02 (LexEdit)

do Mar" (1995), "Saudades Mortas" (2002) e outros títulos. Em 17 de julho de 1980, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Inspirado pelos livros, lembro-me aqui de Ray Douglas Bradbury e de sua obra "Fahrenheit 451" para justificar essa homenagem e a importância de nos lembrarmos de quem a recebe. "Nós somos todos constituídos de bocados, de extratos de história, de literatura, de direito internacional. (...) E se nos perguntarem o que fazemos, podeis responder: 'Recordamo-nos'".

Sala das Sessões, 13 de abril de 2021.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Líder do PSD



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-8 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Giordano.	PSL / SP
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Senado Independente - 9

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar Senado Independente.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PL-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (PSL-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55) Vice-Líder Ciro Nogueira (45,60) </p> <p>Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,43) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (44) Vice-Líderes do PP Ciro Nogueira (45,60) Luis Carlos Heinze (51)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 2 Mecias de Jesus (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (17,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (22,27,32,71) Soraya Thronicke (31,69) Flávio Arns (70) </p> <p>Líder do PODEMOS - 8 Alvaro Dias (3,58) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,67) Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (21,25,37,59) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (57) Rodrigo Cunha (22,27,32,71)</p> <p>Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,69)</p>	<p>PSD - 11</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (46) Vice-Líderes Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (7) Vice-Líderes Jorginho Mello (1,9,40) Zequinha Marinho (10,18) </p> <p>Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (41)</p> <p>Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (1,9,40)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Zenaide Maia - PROS (47) </p> <p>Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,49)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (47)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 9</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (50) </p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (61)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 2 Randolfe Rodrigues (63,64)</p> <p>Líder do PSB - 1 Leila Barros (29,36,56)</p>
<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (54)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (19) Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30) Elmano Férrer (24) Carlos Viana (38)</p>
<p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (72)</p>	

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
3. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
46. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
48. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
49. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
50. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
51. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
58. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Orlindo Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(11,16)	3. (11)
(11)	4. (11)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽³⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾
(11)	2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12)

Notas:

1. Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
2. Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
3. Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
4. Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
5. Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
6. Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
7. Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
8. Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
9. Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): (61) 3303-4854



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁷⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
PODEMOS	
Senador Eduardo Girão (CE) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos do Val (ES) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1.
PSD	
Senador Otto Alencar (BA) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,54,57)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,18,54,57)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,54,57)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,18,54,57)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,54,57)	3. VAGO ^(8,42,44,54)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,54,57)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,54,57)	5. VAGO ^(9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(4,57,59)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(11,17,59)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,38,39,46,48)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(12,51)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(12,51)	3. VAGO ^(7,50,53)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(16,51)
VAGO ^(14,32,34,63)	6. VAGO ⁽¹⁶⁾
PSD	
Senador Otto Alencar ^(2,49)	1. Senador Angelo Coronel ^(2,24,49)
Senador Omar Aziz ^(2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia ^(2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,49)	3. Senador Carlos Viana ^(2,25,49)
Senador Irajá ⁽⁶¹⁾	4. Senador Nelsinho Trad ⁽⁶¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(3,47)	1. VAGO ^(15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,52)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁶⁾	1. VAGO ^(56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(56,58)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Aroldo de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. VAGO ^(15,29,46)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLI).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).



Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,47,58,89)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,81,89)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,19,71,73,89)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁴⁾	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(6,84)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(6,29,35,39,51,52,84,87)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(7,28,30,36)	3. VAGO ^(6,84)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,72,74,90,96)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,42,78)	6. VAGO ^(14,43,78,99)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,54,83)	1. Senador Otto Alencar ^(2,83)
Senador Lucas Barreto ^(2,83)	2. Senador Carlos Viana ^(2,63,83)
Senador Omar Aziz ^(2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro ^(2,54,77,83,97,100)
Senador Vanderlan Cardoso ⁽⁹⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,16,41,85)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ^(65,88,95,98)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) ^(50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(22,23,48,49,88)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,24,88)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovidio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
Senador Carlos Viana ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. VAGO ^(18,33,49,50)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ^(25,47)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(16,17,37,43,46)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. VAGO ^(19,22,31)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,21,38)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Ailton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(24,32)	5. VAGO ^(29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá ^(1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Viana ^(1,2,45)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²³⁾
VAGO ^(21,39,53)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,48)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO ^(3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,51,52)	2. VAGO ⁽¹⁹⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(19,24,43)	4. VAGO ^(19,24,26,35,43,55)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,42)	1. Senador Lucas Barreto ^(2,31,42)
Senador Nelsinho Trad ^(2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão ^(2,28,42)
Senador Carlos Viana ⁽⁴⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,15,45)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁸⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁸⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(11,47)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,36)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Carlos Viana ^(2,34)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
- Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
VAGO ^(8,32,44)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO ^(11,41,46)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).



14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,21)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,21)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁹⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁹⁾
VAGO ^(11,13,20)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,17)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,14,15,17)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,18)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,18)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



20. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

21. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(5,12,38)	2. VAGO ^(5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(5,38)	3. VAGO ^(5,11,25,29)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁸⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá ^(1,33)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,22,27,33)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁷⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(14,15,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁰⁾	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).

13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).

14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olimpio (Sem Partido-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

